



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 8, TERÇA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 7ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2018

1.1 – ABERTURA 7

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o 260º aniversário da cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, nos termos do Requerimento nº 1.034/2017, do Senador Randolfe Rodrigues e outros senadores. 7

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro 7

1.2.2 – Interpretação do Hino do Município de Macapá pela cantora Brenda Melo 8

1.2.3 – Interpretação das canções Jingle e Jeito Tucuju pelos cantores regionais Alan Gomes, Brenda Melo, Nena Silva e Val Milhomen 8

1.2.4 – Oradores

Sr. Papaléo Paes, Vice-Governador do estado do Amapá 8

Senador Davi Alcolumbre 12

Senador João Capiberibe 15

Senador Randolfe Rodrigues 18

Sr. Clécio Luís, Prefeito da cidade de Macapá 22

1.3 – ENCERRAMENTO 26

2 – ATA DA 8ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2018

2.1 – ABERTURA 28

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 28



2.2.2 – Requerimento

Nº 26/2018, do Senador Paulo Paim, de voto de aplauso e congratulações à Comunidade GRES Paraíso do Tuiuti.	28
--	----

2.2.3 – Oradores

Senadora Ana Amélia – Manifestação a favor da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro; e outros assuntos.	28
Senador Paulo Paim – Críticas à tentativa do Governo Federal de suspender a intervenção federal no Rio de Janeiro para votar a reforma da previdência; e outros assuntos.	33
Senador Humberto Costa – Comentários a respeito da participação de S. Ex ^a na reunião do Conselho da República destinada a avaliar a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro; e outros assuntos. .	36
Senador Telmário Mota – Considerações acerca dos supostos objetivos do Governo Federal com o pedido de intervenção federal no estado do Rio de Janeiro; e outros assuntos.	40

2.2.4 – Fala da Presidência (Senador Sérgio de Castro) 42

Suspensão, enquanto perdurar a intervenção federal, da tramitação no Senado Federal de qualquer proposta de emenda à Constituição Federal, inclusive discussão e votação.	42
--	----

2.2.5 – Oradores (continuação)

Senadora Ângela Portela – Críticas ao Governo Federal pela ineficácia das ações tomadas para sanar a crise migratória que enfrenta o estado de Roraima; e outros assuntos.	42
Senador Sérgio de Castro – Elogios à associação <i>Rotary Internacional</i> , que presta relevantes serviços ao País e ao mundo.	46
Senador Lindbergh Farias, como Líder – Manifestação contrária à intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, entre outras medidas do Governo Federal.	48
Senador João Capiberibe – Críticas ao Governo Federal pela intervenção decretada no estado do Rio de Janeiro.	56
Senador Wellington Fagundes – Comentários acerca da infraestrutura das ferrovias e dos portos do País; e outros assuntos.	60
Senador Jorge Viana – Alerta para as enxurradas em cidades do estado do Acre e declaração de reprovação à intervenção na segurança do estado do Rio de Janeiro.	66
Senador Hélio José – Manifestação pela permanência das grades de segurança dos prédios do Cruzeiro, região administrativa do Distrito Federal; e outros assuntos.	72
2.3 – ENCERRAMENTO 76	76

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 8ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 3/2018 (nº 1.355/2017, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 1.827/2017 (TC 020.126/2015-8).	78
--	----



3.1.2 – Discurso e documentos encaminhados à publicação

Senador Paulo Rocha – Íntegra do discurso e documentos encaminhados, nos termos dos arts. 203 e 210 do Regimento Interno.	149
--	-----

3.1.3 – Requerimentos

Nº 24/2018, do Senador Davi Alcolumbre, de oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 159/2017.	154
Nº 25/2018, do Senador Davi Alcolumbre, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 100/2017.	156
Nº 26/2018, do Senador Paulo Paim, de voto de aplauso e congratulações à Comunidade GRES Paraíso do Tuiuti.	158

3.1.4 – Término de prazos

Término do prazo, em 16 do corrente, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 184/2011.	166
Término do prazo, em 16 do corrente, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 49 e 55/2017.	167
Término do prazo, em 16 do corrente, com apresentação de uma emenda, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 329/2017-Complementar.	168

PARTE III**4 – PORTARIA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

Nº 3/2018	171
-----------------	-----

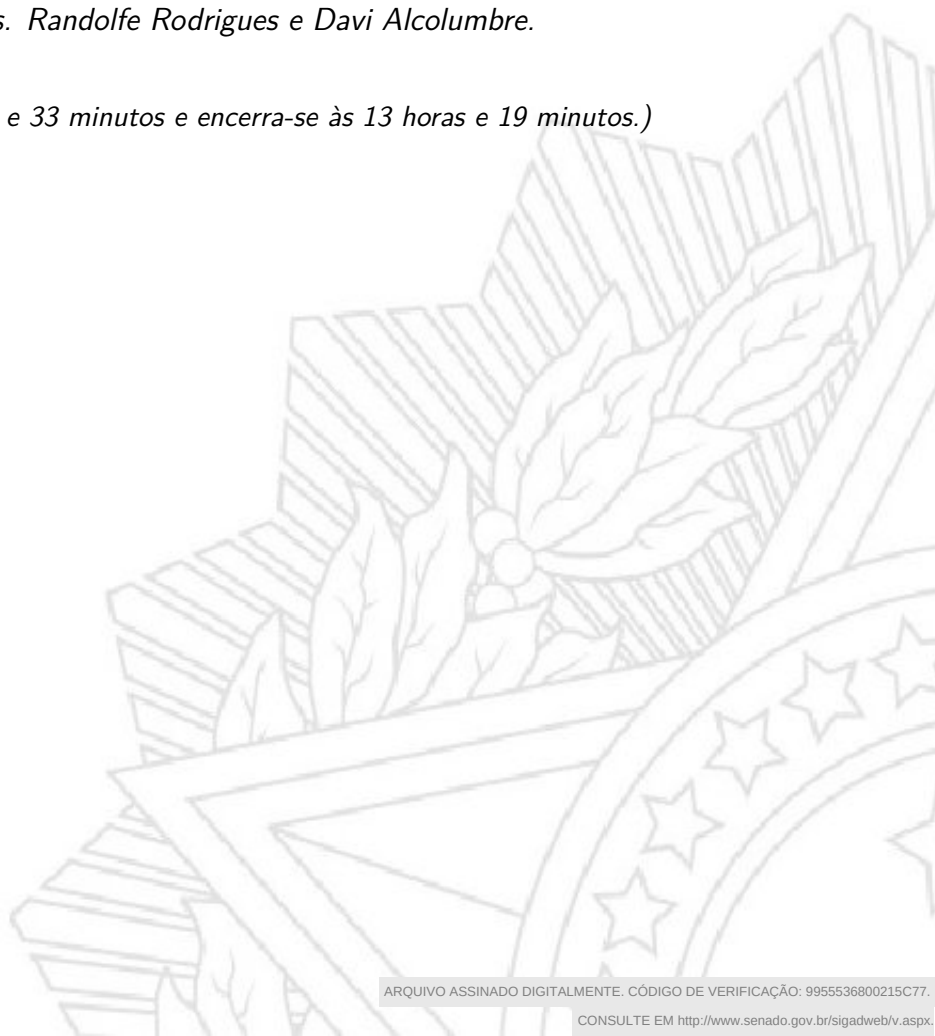
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 172**6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA** 175**7 – LIDERANÇAS** 176**8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** 180**9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** 191**10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES** 195**11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS** 244

Ata da 7ª Sessão, Especial, em 19 de fevereiro de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Randolfe Rodrigues e Davi Alcolumbre.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 33 minutos e encerra-se às 13 horas e 19 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o transcurso dos 260 anos da cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2017, do Senador Randolfe Rodrigues e outras Sr^{as} e Srs. Senadores.

Tenho o prazer e a enorme honra de convidar a compor esta Mesa meu colega de Senado, também signatário desta sessão, 3º Suplente de Secretário da Mesa do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre. (*Palmas.*)

Tenho o prazer também de convidar a integrar esta Mesa S. Ex^a o Vice-Governador do Estado do Amapá, representando neste ato o Governo do Estado do Amapá, Sr. Papaléo Paes, ex-integrante desta Casa. (*Palmas.*)

Convido ainda para integrar a Mesa desta sessão solene S. Ex^a o Sr. Desembargador Carlos Tork, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. (*Palmas.*)

Com enorme honra e satisfação, convido para integrar esta Mesa o representante da cidade homenageada nesta sessão solene, meu querido companheiro, Prefeito de Macapá, Sr. Clécio Luís. (*Palmas.*)

É também com enorme satisfação – e uma honra para todos nós – que convido para integrar esta mesa um dos prefeitos de Macapá num dos melhores momentos de sua cidade, o Dr. Cleyton Figueiredo de Azevedo, Prefeito da cidade de Macapá entre 1974 e 1978. (*Palmas.*)

Faço questão de destacar a presença também, nesta sessão solene, dos seguintes convidados: Sr. Juiz do Tribunal de Justiça do Amapá, Sr. João Matos Júnior; Sr^a Secretária Municipal do Instituto Municipal de Turismo, Dr^a Juli Pereira, a quem agradeço todos os esforços para colaborar na realização desta sessão solene; Sr. Luiz Carlos, ex-Deputado Federal, Diretor Presidente da Macapá Previdência; Sr. Vereador e Presidente atual da Companhia de Transportes e Trânsito do Amapá, Sr. André Lima; Sr^a Narcisa Ardasse Monteiro, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Amapá.

Com enorme satisfação, também registro e agradeço a presença do Ministro Conselheiro da República da França, Ministro Gilles Pecassou. Agradeço-lhe em especial a parceria, os trabalhos em conjunto, o intercâmbio que temos tido – o Governo de Macapá, o Governo do Estado do Amapá – e a relação irmã com a nossa fronteira francesa.

Destaco e agradeço a presença do Ministro Conselheiro da República de Angola, Ministro Augusto Inácio. Seja também muito bem-vindo a esta cerimônia.

Agradeço, então, a todos e a todas que nos ouvem pela Rádio Senado e assistem a esta sessão pela TV Senado, em especial no nosso querido Estado do Amapá e na capital, hoje homenageada, Macapá.

Quero agradecer também a disposição dos artistas brilhantes Alan Gomes, Brenda Melo, Nena Silva e Val Milhomem, que se deslocaram de Macapá – todos são da nossa música popular amapaense – para estarem presentes nesta sessão solene em homenagem à nossa capital.

Agradeço a sugestão do Senador Davi Alcolumbre: destaco e convido, ato contínuo, para integrar a mesa S. Ex^a o Deputado Federal André Abdon. (*Palmas.*)

Convido todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional e, em seguida, o Hino do Município de Macapá, que será interpretado pelos nossos músicos amapaenses.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)



(*Procede-se à execução do Hino do Município de Macapá.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Antes de dar sequência às músicas a serem tocadas em seguida pelos nossos artistas, quero fazer questão de convidar para integrar esta Mesa o Senador João Alberto Capiberibe, também ex-Prefeito do Município de Macapá. (*Palmas.*)

Destaco e agradeço a presença da Deputada Janete Capiberibe, Deputada Federal do Estado do Amapá.

Destaco e agradeço a presença também do Deputado Federal Lourival Freitas, ex-Deputado Federal de nosso Estado; também destacando a presença do ex-Deputado Federal Luiz Carlos, também ex-Deputado Federal de nosso Estado.

Podemos sentar, fiquem à vontade.

Agora, sim, me desculpem, Brenda, Val, cantando para nós o *jingle* dos 260 anos de Macapá e, em seguida, Jeito Tucuju.

(*Procede-se à execução musical.*) (*Palmas.*)

O SR. VAL MILHOMEM – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Nós que agradecemos, Val. Nosso agradecimento todo especial a Val Milhomem, à Brenda Melo, ao nosso mestre do tambor do Curiaú, de todos os marabaixos, a Nena Silva e a Alan Gomes, que, no baixo, na guitarra, brindaram-nos, na abertura da sessão solene em homenagem a Macapá, aqui no plenário do Senado Federal, com a interpretação do Hino de Macapá, com a interpretação do nosso segundo hino do Amapá, Jeito Tucuju, e com a música em homenagem a esses 260 anos. Brenda, Alan, Val, Nena, nossos mais sinceros agradecimentos por vocês representarem tão bem a cultura e a música de nossa terra. (*Palmas.*)

Dando sequência a esta sessão solene, é com enorme...

Brenda, Val, Alan, Nena, vocês são convidados nossos para, se assim quiserem, acompanhar do plenário do Senado esta sessão solene. O convite está estendido. Adianto que assim fazemos questão.

Dando, então, sequência, com enorme honra, passo a palavra ao ex-Prefeito de Macapá, que, neste ato, representa o Governo do Estado do Amapá, o Vice-Governador Dr. João Bosco Papaléo Paes.

Fique à vontade.

O SR. PAPALÉO PAES – Ex^{mo} Sr. Presidente desta sessão, Senador Randolfe Rodrigues, a quem eu antecipadamente faço os meus agradecimentos, em nome da cidade de Macapá, pela iniciativa que teve para que estejamos hoje aqui nesta sessão solene de comemoração aos 260 anos de Macapá, extensivos logicamente ao Senador Davi e ao Senador João Alberto Capiberibe.

Agradeço aos nossos representantes do Amapá a iniciativa; ao Ex^{mo} Sr. Prefeito de Macapá, Clécio Luís; ao Sr. Deputado Federal André Abdon; ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, Carlos Tork, que, com muita honra, compõe a Mesa e faz parte desta solenidade; ao Sr. ex-Prefeito de Macapá, Dr. Cleyton Figueiredo, que é um dos ex-Prefeitos mais antigos – depois, o Senador Capiberibe, que foi Prefeito; depois, eu; agora, atualmente, o Professor Clécio Luís –; faço um registro especial pela presença da Deputada Janete Capiberibe – muito obrigado à senhora pela sua presença –; ao Procurador do Estado do Amapá, Dr. Luiz Carlos Peixoto; ao Sr. Braga, que está aqui presente; ao Conselheiro da Embaixada de Angola, Sr. Augusto Inácio; ao Ministro



Conselheiro da Embaixada da República Francesa; ao Juiz do Tribunal de Justiça, Sr. Dr. João Matos Júnior; à Diretora Presidente do Instituto Municipal de Turismo de Macapá, Sr^a Juli Pereira; ao Diretor Presidente da Macapá Previdência, Dr. Luiz Carlos, ex-Deputado Federal; ao Diretor Presidente da Companhia de Transporte e Trânsito de Macapá, Sr. André Lima, que é nosso Vereador de Macapá; à Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Amapá, Sr^a Narcisa Ardasse Monteiro; aos músicos Sr. Alan Gomes, Sr^a Brenda Melo, Sr. Nena Silva, lá do Curiaú; e ao Sr. Val Milhomem, que é também músico.

Quero estender meus cumprimentos a todos os servidores do Estado do Amapá aqui presentes, do Município de Macapá, à imprensa aqui presente. Quero agradecer à Rede Amazônica de Televisão pela dedicação que tem com o Estado do Amapá e, hoje principalmente, com esta sessão extremamente importante não só para Macapá, mas para o norte do País, e estender meus cumprimentos aos demais presentes e aos servidores desta Casa, Sr. Presidente, que são pessoas que realmente dignificam este Poder, são os servidores efetivos desta Casa e aqueles com que os Srs. Senadores fazem compor suas assessorias.

Fazendo os cumprimentos justos e de praxe, eu quero pedir a V. Ex^a que faça o desconto formal do tempo que levei com os cumprimentos para poder fazer – não vou enganar ninguém – meu longo discurso aqui.

Sr. Presidente, permita-me, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero aqui, em nome de todos os amapaenses, cumprimentar todos os presentes e, mais uma vez, agradecer, em nome dos amapaenses, e dizer que é com muita honra que venho a esta tribuna para falar da nossa cidade, da nossa querida Macapá, capital tucuju que completou, no último dia 4 de fevereiro, 260 anos. Aqui hoje, neste momento, numa extensão nacional, estamos expondo este aniversário importante, esta data importante para o Município de Macapá.

Macapá é cidade de povo caloroso e acolhedor, dona de belezas naturais, como o Curiaú, e dona de uma carga de cultura oriunda da nossa descendência indígena e também das mãos que construíram a Fortaleza de São José de Macapá, a fortaleza do padroeiro que zela pela cidade, localizada na esquina do rio mais belo, que é o Rio Amazonas, com a linha do Equador. Aqui estou parafraseando o nosso grande cantor e poeta amapaense Zé Miguel.

Este é, para mim, um momento muito especial, por estar aqui representando o meu amigo Governador Waldez Góes – que precisou permanecer no Estado do Amapá, em função da abertura do ano letivo nas escolas da rede pública – e especialmente por poder falar sobre a nossa amada Macapá, pois tive a oportunidade e a honra de ser Prefeito da nossa capital, no período de 1993 a 1996. Nessa condição, participei de um momento histórico, que foi o período em que o Amapá dava seus primeiros passos como um novo Estado da Federação, depois de um longo período como Território Federal, e também no momento da instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, iniciativa do ex-Presidente da República e ex-Senador pelo Estado do Amapá José Sarney. Esses dois fatores tornaram Macapá um polo de atração para muitos brasileiros que escolheram viver em nossa cidade em busca de melhores oportunidades de emprego e de novos empreendimentos.

Tudo isso trouxe para a Prefeitura de Macapá, naquela época, grandes responsabilidades. Entre elas, a missão de investir na estrutura urbana de nossa capital, o que precisávamos fazer naquela época – e fizemos dentro do possível – a despeito das limitações financeiras existentes naquela ocasião.



Eram tantas as limitações financeiras da prefeitura, que o nosso *slogan*, quando eu fui prefeito, nas minhas plaquinhas de indicação de obra estavam escritas: "Prefeitura de Macapá: fazendo das tripas coração." E era exatamente uma realidade, e o povo entendeu. E nós fizemos o que foi possível, pois era uma continuidade, praticamente, do governo municipal anterior, em que o Prefeito Capiberibe fez o seu investimento na cidade, participou da nossa campanha política, e nós ficamos com o compromisso de dar uma continuidade – coisa que fizemos, acredito, dentro do limite e com a competência dos servidores do Município de Macapá.

A chegada da área de livre comércio trouxe, de fato, benefícios reais para a população, pois fomentou nossa economia e, até nos tempos atuais, permite que os amapaenses tenham um custo de vida mais acessível, desde a cesta básica até produtos eletrônicos e eletrodomésticos, e fortalece quem investe no Estado do Amapá – no comércio local, digo melhor.

Uma das marcas de nossa gestão como prefeito foi a urbanização da Beira Rio.

Sim, Sr^{as} e Srs. Senadores e demais presentes: Macapá tem a honra e o privilégio natural de ser a única capital brasileira banhada pelo Rio Amazonas.

Essa magnífica condição não era, contudo, bem aproveitada por nossa população, pois a nossa orla não tinha um projeto de urbanização. Por isso, priorizei o investimento na construção da Avenida Beira Rio, que abriu as portas do maravilhoso Rio Amazonas para o nosso povo.

Minha saudosa mãe, senhoras e senhores, me ensinou – desde garoto ela me falava isso – que não devemos ser orgulhosos, dizer "ah, eu tenho orgulho de tal coisa."

"O orgulho não é um bom sentimento", ensinava minha mãe. Por isso, não digo que me orgulho desse feito, mas sinto, sim, enorme satisfação por ter, como prefeito, conseguido dar esse presente para a nossa gente.

Senhoras e senhores, este é um momento muito especial para mim, pois estou mais uma vez aqui nesta tribuna, onde tantas vezes estive na condição de Senador amapaense. Mais um mandato atual de vice-governador me foi concedido, dando-me a oportunidade para representar o Estado neste momento, nesta bela solenidade.

Aqui nesta Casa, enquanto Senador, sempre busquei ser um lutador pelos interesses do nosso Estado e, em especial, por nossa capital.

Lutas em especial para o desenvolvimento da saúde amapaense, sim, principalmente na área da saúde, de onde vem a minha relação mais antiga com Macapá, compromisso que vem bem antes da política.

É de longa data nossa relação. Chega a ser uma relação de família.

Eu e a minha família escolhemos servir Macapá também pelo exercício da Medicina. Sim, eu, a minha esposa Josélia, que é médica, e minhas filhas, Juliana e Jacyra, escolhemos servir, com muito afinho e amor, o nosso Estado e a nossa cidade.

Sou médico há 40 anos e, independentemente da atividade política, não me afasto do trabalho na área da saúde.

Vir a esta tribuna falar de Macapá é poder representar cada macapaense, é poder prestar contas com a população, prestar contas até do cargo de vice-governador e da administração do Estado do Amapá que hoje eu ocupo, responsabilidade que me foi confiada pelo povo do Amapá, ao eleger Waldez Góes e a mim como legítimos representantes da nossa população.

Assim como no tempo em que fui prefeito, hoje, no Governo do Estado, também enfrentamos graves limitações financeiras, em função da crise na qual o nosso País mergulhou.



Para enfrentar essa dura crise e cumprir os compromissos assumidos com os amapaenses, estamos trabalhando diuturnamente para o bem-estar da nossa gente. E muito do que fazemos, como não poderia deixar de ser, é por Macapá.

No momento em que nossa capital completa 260 anos, temos um motivo para comemorar: 2018 será um ano de grandes entregas do governo do Estado, onde Macapá concentra quase 70% da população do Estado. Na área da saúde, entregaremos a UPA e a maternidade de Macapá, intitulada Clínica Bem Nascer.

No início de março, entregaremos duas escolas no Residencial Macapaba. Entre essas escolas, uma é de ensino fundamental bilíngue. Com isso, seremos a quarta cidade do Brasil a ter esse formato de escola pública.

É válido ressaltar que, no Conjunto Habitacional Macapaba, o nosso Governo está entregando aparatos sociais que vão complementar as dificuldades que estavam fazendo com que aquele conjunto não funcionasse como todos nós queremos.

Depois de três anos de muitos esforços, regularizamos o abastecimento de água e esgoto que foi entregue deficitariamente lá, no mesmo conjunto. E agora, além das duas escolas, estamos construindo uma creche, uma feira para empreendedores locais, abrigos de ônibus, e iniciaremos a construção de uma unidade básica de saúde.

Hoje, senhoras e senhores,¹⁹ de fevereiro, estamos começando, como eu já disse, o ano letivo da rede pública estadual. Começamos as aulas comemorando avanços importantes. Estamos, por exemplo, lançando o cartão escola, um marco na educação amapaense, que mudará a forma de gestão e fiscalização da aplicação de recursos da merenda escolar e da manutenção colegial, garantia de merenda para as crianças e de boas condições estruturais para toda a comunidade escolar.

Iniciamos o ano letivo com outros sucessos, como, por exemplo, as escolas de gestão militar compartilhada, cujas matrículas encerraram-se pouco mais de 40 minutos depois de abertas, devido à sua grande aceitação pela nossa comunidade.

Outro presente para Macapá será a entrega da nova escola de música Walkíria Lima, onde nossos talentos musicais serão desenvolvidos e aprimorados.

Entregaremos a Macapá, até o fim deste ano, mais de 75 quilômetros de ruas e avenidas pavimentadas e sinalizadas, nos quatro cantos da cidade, melhorando o ir e vir da nossa gente.

E vamos avançar com uma obra de grande relevância, que a duplicação da Rodovia Duca Serra, que, além de melhorar o fluxo do trânsito em nossa capital, também melhorará a mobilidade urbana entre Macapá e o Município de Santana, o segundo maior Município em concentração populacional.

Ainda quanto à mobilidade urbana, concluiremos avenidas importantes, que logicamente vão dar uma mobilização de bom fluxo para o povo amapaense.

São investimentos em todos os eixos, pois nossa gestão pensa estrategicamente, para beneficiar a sociedade a curto, médio e longo prazo.

Não quero aqui me alongar na apresentação de resultados de nossa gestão, mas não poderia deixar de mencionar pelo menos a iniciativa mais visível daquilo que estamos realizando, especialmente em nossa capital. Consideramos essa uma das formas de retribuir à nossa capital e ao nosso povo tudo de bom que sempre recebemos em nossa vida pública.



Somos conscientes de que muito ainda precisa ser feito e temos a esperança de que o Brasil irá superar a grave crise que enfrenta, o que permitirá, no Amapá, avançar além do que já conseguimos nesses três anos, a despeito das dificuldades enfrentadas durante esta jornada.

O trabalho é árduo, e seguiremos buscando trabalhar juntos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAPALÉO PAES – Por isso, pedimos sempre apoio da Bancada do Amapá no Senado e na Câmara dos Deputados, a despeito de eventuais diferenças político-partidárias.

Devemos buscar sempre fazer o melhor pelo nosso povo. Juntos, poderemos tornar Macapá uma capital mais bela, com mais políticas públicas eficientes, com melhor educação para nossa criança e jovem, por serviços melhores na saúde e na segurança pública e por todas as áreas da nossa atuação.

Quero, por fim, respeitosamente, parabenizar todos aqueles que trabalham por um Estado do Amapá melhor, por uma Macapá melhor. Aqueles que trabalham, logicamente, sem vaidade; pois, quando se trabalha assim, quem ganha é o povo.

Mais uma vez, Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a; agradeço ao Senador Davi, ao Senador João Capiberibe, a todos os presentes pela oportunidade que nos dão de falar sobre Macapá.

E quero desejar ao Prefeito Clécio cada vez mais progresso na sua administração.

E quero também registrar a presença do nosso querido Deputado, ex-Deputado – e quem foi rei sempre será majestade –, nosso Lourival Freire.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Papaléo Paes, Vice-Governador do Estado do Amapá, neste ato representando o Governo do Estado do Amapá. O Dr. Papaléo Paes foi prefeito de Macapá entre os anos de 1993 e 1997.

Eu queria, antes de chamar o próximo orador, também registrar a presença aqui do Sr. Antônio César Oleastro Sotelo, Vice-Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Amapá. Eu queria registrar também a presença do Sr. Elias Ferreira Rodrigues, Diretor Jurídico da Federação dos Policiais Civis da Região Norte do País – seja bem-vindo também a esta sessão solene.

Com muito carinho e especial atenção, eu gostaria de registrar a presença do Sr. Ralfe Braga. Ralfe é artista plástico amapaense, para todos nós, com muito orgulho, residente, morador de Brasília, orgulho de nós, amapaenses, já conhecido não só em Brasília, mas nacionalmente.

É um prazer e uma honra enorme, Ralfe, recebê-lo aqui nesta sessão solene.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Davi Alcolumbre, também signatário desta sessão solene.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar todos os servidores do Senado Federal, servidores desta Casa, que prestam um serviço ao País e que fazem desta sessão solene uma sessão histórica e marcante para o Estado do Amapá e, principalmente, para a capital do nosso Estado, Macapá.

Quero cumprimentar o Presidente e requerente desta sessão solene, nosso querido amigo, Líder, Senador Randolfe Rodrigues, que preside esta sessão no dia de hoje. Com muita honra, tenho a felicidade e a satisfação de conviver ao lado do Senador Randolfe Rodrigues e compreendo



a importância e o significado deste requerimento e desta sessão no dia de hoje para o Amapá e para Macapá.

Cumprimento o Senador João Capiberibe, que compõe a Mesa, que também compõe a Bancada de Senadores do Amapá neste Senado Federal, o qual, com a sua atuação, determinação e, acima de tudo, respeito – até porque foi prefeito da nossa cidade de Macapá –, nos honra com sua presença nesta sessão solene.

Quero cumprimentar o Vice-Governador, ex-Senador Papaléo Paes, que me antecedeu na tribuna do Senado e que também, assim como o Senador Capiberibe, foi prefeito da nossa cidade. E hoje, como vice-governador do Estado, atua na defesa dos interesses da proteção da sociedade e dos sonhos do nosso Estado do Amapá e da nossa capital.

Quero dar um abraço, cumprimentar e agradecer a presença do Deputado Federal André Abdon. Em nome do Deputado André Abdon e da Deputada Janete Capiberibe, quero cumprimentar a Bancada de Deputados e Deputadas Federais do Amapá, que, ao lado dos Senadores do Amapá, compõem esta Bancada aguerrida, destemida e que, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, tem defendido diuturnamente os interesses de Macapá, do Amapá e do Brasil.

Ao Presidente Carlos Tork, Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, em nome de quem cumprimento o Poder Judiciário do Amapá. E quero agradecer, Presidente, a sua presença nesta sessão solene, que nos honra, e honra o Senado ter a sua figura, como Presidente do Tribunal de Justiça, representando esta Mesa em homenagem aos 260 anos de Macapá, no Senado Federal.

Quero cumprimentar o Sr. Prefeito Cleyton Figueiredo de Azevedo, que foi prefeito da nossa cidade nos anos de 1974 a 1978. E quero agradecer, Prefeito Cleyton, a sua presença quando das comemorações do aniversário de Macapá, na nossa cidade, e a sua ida ao Amapá, àquele evento promovido pelo Prefeito Clécio, que reuniu todos os ex-prefeitos e vice-prefeitos na sala de recepção do Macapá Hotel. Foi um momento muito emocionante para todos nós, e a sua presença lá nos honrou muito, naquela festividade.

Quero dar um abraço no Prefeito de Macapá, Prefeito Clécio.

Muito obrigado, Prefeito Clécio, por cuidar da nossa cidade como V. Ex^a vem cuidando ao longo dos últimos cinco anos.

Eu tive a honra de caminhar ao lado de V. Ex^a ainda no segundo turno da eleição de 2012 e tive a honra e o privilégio de caminhar, desde o primeiro dia, ao lado de V. Ex^a, na luta, na defesa das bandeiras que foram empreendidas pela sua gestão. E estamos aqui hoje completando o quinto ano de mandato da sua gestão; uma gestão que tem respeitado as pessoas, que tem colaborado com o povo de Macapá, com essa cidade que é a capital do nosso Estado, que tem 70% da sua gente vivendo lá, e é um orgulho muito grande, uma honra ter V. Ex^a na mesa do Senado comemorando, nesta sessão solene, os 260 anos de Macapá e poder, de cabeça erguida, estar nesta sessão sabendo e tendo a compreensão de estar executando o papel que lhe foi outorgado pelo povo de Macapá.

Parabéns, Prefeito Clécio, por esses anos de gestão à frente da Prefeitura de Macapá!

Cumprimento os nossos músicos, que vieram aqui e fizeram um belo *show*, em nome do Val Milhomem e da Brenda, que trouxeram um pouco da cultura, da nossa arte, da nossa música, do Marabaixo, o tambor do Marabaixo no Senado Federal, e isso é uma emoção muito grande.



Cumprimento, em nome do ex-Deputado Luiz Carlos e em nome do ex-Deputado Lourival, todas as lideranças políticas do Amapá.

Cumprimento o Vereador André Lima e, em seu nome, Vereador André Lima, cumprimento a Câmara de Vereadores de Macapá. V. Ex^a está licenciado, cumprindo uma missão desta gestão à frente da CTMAC, mas, como Vereador eleito pelo povo, eu abraço V. Ex^a e, abraçando V. Ex^a, abraço a Câmara de Vereadores de Macapá.

Cumprimento os secretários, em nome da Secretária Juli Pereira, cumprimento os secretários municipais, cumprimento os embaixadores da República francesa, da República de Angola, os senhores servidores; cumprimento, em nome da Presidente Narcisa Ardasse Monteiro, todos os servidores do Amapá que se fazem presentes nesta solenidade.

Senhores e senhoras, é com uma satisfação muito grande que venho à tribuna do Senado Federal participar desta sessão em homenagem e registrar nos *Anais* desta Casa Legislativa os 260 anos da nossa capital, da nossa cidade, capital do Amapá, cidade de Macapá.

Para comemorar esta festiva e importante data, houve uma programação organizada extensa, que foi realizada nos últimos dez dias, feita pela Prefeitura e pelo Prefeito Clécio, com *shows*, atividades ecumênicas, atividades esportivas, atividades culturais, que fizeram com que cada um de nós pudesse ter na memória e perpetuar na memória de cada cidadão macapaense a história da nossa cidade.

Prefeito Clécio, saiba que todos nós que estamos aqui, em Brasília, Parlamentares federais – falo em meu nome, do Senador Randolfe, do Senador Capiberibe, dos Deputados e Deputados –, estamos aqui irmanados com V. Ex^a nas comemorações do aniversário da cidade de Macapá e, mais do que irmanados nessas festividades, estamos aqui lutando diariamente no exercício da atividade parlamentar, buscando junto ao Governo Federal, atribuição que nos foi dada e delegada pelo povo do Amapá quando da eleição para representarmos o Estado... E temos confiança de que estamos cumprindo com as nossas obrigações para transformar a nossa cidade, Macapá, em uma cidade melhor para todos. Temos visto isso no dia a dia com a gestão de V. Ex^a. Inclusive, recentemente, junto com a programação do aniversário do Amapá, nós tivemos a honra, todos nós, de dar, ao lado de V. Ex^a, que foi o grande timoneiro desse projeto, para 1.500 famílias no Amapá, a oportunidade de ter mais do que um lar, de ter a dignidade, com a inauguração, no dia 2 de fevereiro, um presente para 1.500 famílias, do Residencial Jardim Açucena, que é uma parceria da Bancada Federal, do Governo Federal e do Município de Macapá, dando para essas famílias a perspectiva e o sonho de terem a sua casa própria, que é o sonho de qualquer família macapaense e amapaense brasileira.

Se os festejos são importantes para resguardarmos nossa memória histórica, não podemos nos esquecer do nosso projeto maior: o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, o Estado do Amapá; a diminuição das desigualdades regionais, e a suprema garantia dos direitos fundamentais e sociais do povo amapaense tal como constante em nossa Carta política de 1988.

É por isso mesmo que ressalto, uma vez mais, esse comprometimento de V. Ex^a, Sr. Prefeito de Macapá, Município que abrange 70% de nossa população. Como disse ainda há pouco, lutamos diariamente, empenhamo-nos para buscar iniciativas orçamentárias que têm contribuído de forma significativa para a transformação da nossa capital, Macapá, visando um futuro socialmente mais igual e mais próspero para Macapá.

Além do carinho e amor por nossa terra, devemos honrá-la com nossos mandatos, priorizando sempre soluções para os principais problemas. Falo do problema fundiário; falo do problema da



saúde; falo dos problemas da educação; da ampliação da infraestrutura básica; do esgotamento sanitário; do abastecimento de água potável; da energia elétrica; da pavimentação das vias da cidade, e poder dar a essas pessoas, fruto do nosso trabalho e da nossa atuação, resposta direta na vida de cada um, no dia a dia, na nossa bela Macapá.

Se esses problemas, senhoras e senhores, são comuns em outros Municípios, em outros Estados, acreditem os senhores e as senhoras, são muito maiores e mais exacerbados em nossa capital e nos demais 15 Municípios do Amapá.

Este foi e é o nosso compromisso de atuar em Brasília, na atividade parlamentar, no mandato de Senador da República, para defender, nesta tribuna e no Congresso, o povo amapaense, o povo macapaense, de cujos princípios e valores nunca me afastarei – e jamais pretendo maculá-los.

Assim, senhoras e senhores, Sr. Presidente desta sessão, Senador Randolfe Rodrigues, e os presentes, os quais agradeço por compartilharem desta homenagem à cidade de Macapá, capital do Amapá, cujas terras são cortadas pela linha do Equador, pelo seu 260º aniversário de existência.

Valho-me desta oportunidade, Sr. Presidente, Senador Randolfe, senhoras e senhores, para cumprimentar cada cidadão macapaense por essa festiva data – e aproveitem os festejos que ainda estão em andamento, mas jamais se esqueçam, cidadãos, de que cada um macapaense, cada um amapaense traz em sua composição genética a natividade regional e, com ela, a característica indelével da bravura dos açorianos que primeiramente colonizaram este território indomado, entre 1751 e 1758; que emprestaram suas vidas e derramaram o seu sangue, para conter os avanços de forças holandesas, inglesas e francesas, que ameaçavam o domínio da Coroa portuguesa neste País continente.

Para concluir, quero cumprimentar a todos e a todas e dizer ao povo de Macapá, dizer ao povo do Amapá que estamos esperançosos de construirmos, sim, esse Estado pujante, esse Estado promissor, com características indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social de qualquer Estado da Federação.

O Estado do Amapá tem hoje a oportunidade e a potencialidade de ser, sim, um grande celeiro de desenvolvimento através do conjunto de riquezas que temos e que é próprio do povo amapaense.

Quero dizer a cada um dos macapaenses, na passagem desta sessão solene no Senado Federal, em que temos a honra de comemorar os 260 anos da cidade de Macapá, que nós acreditamos no Amapá, confiamos no seu povo, confiamos na nossa gente e estamos aqui lutando, a cada dia, para fazer o Amapá um Estado mais justo, um Estado mais digno para os amapaenses e para os macapaenses.

Parabéns, Macapá! Parabéns, macapaenses! Parabéns, amapaenses!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Senador Davi Alcolumbre, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

E, ato contínuo, tenho o prazer em passar a palavra ao Senador João Alberto Rodrigues Capiberibe, Senador da República e também ex-Prefeito de Macapá entre 1989 e 1993.

Senador Capiberibe, a tribuna é sua.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador



Randolfe Rodrigue; meu colega de Parlamento e de Senado, Davi Alcolumbre; Vice-Governador do Estado e também ex-Senador desta Casa, Papaléo Paes; Sr. Prefeito de Macapá, Clécio Luis; Deputado Abdon; Deputada Janete, que está aqui prestigiando este ato; Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Tork; ex-Prefeito Cleyton Figueiredo, que compõe a Mesa, e toda essa representação da nossa cidade de Macapá aqui presente...

Eu cumprimento os músicos, a cantora, os cantores, em especial, Nena, lá do Curiaú, que é um craque do tambor, que veio da África. Os tambores vieram da África, junto também com o povo do Curiaú. E eles preservaram – Val Milhomem – essa manifestação cultural das antigas. Os negros foram trazidos para o sofrimento da senzala, mas não esqueceram sua cultura e terminaram introduzindo-a na cultura afro-brasileira.

Macapá. Eu vi crescer Macapá. Aliás, eu cresci junto com Macapá, nós crescemos juntos. Já faz um tempinho em que cheguei por lá. Eu desembarquei em Macapá em 1955, e uma das coisas que mais me surpreendeu foi a lâmpada incandescente e o carro. Eu não conhecia, porque vim da Ilha de Marajó, vivia na beira de um rio, o Rio Charapucu, aliás, o Rio Jurará, perdão, e velejei... Agora, imaginem: velejar na Ilha de Marajó, nos meandros dos rios de Marajó, em que não há vento. E a canoa era à vela. Nós levamos sete dias – o que hoje a gente faz em três horas – para chegar a Macapá.

Eu fui morar no hoje Perpétuo Socorro, que se chamava Igarapé das Mulheres, exatamente porque as mulheres lavavam a roupa no igarapé, e os homens iam brechar as mulheres lavando roupa. Por isso, esse nome terminou muito forte e até hoje ainda permanece. E eu cresci ali. Estudei no Colégio Barão do Rio Branco, depois, no Colégio Amapaense, na Escola Normal, enfim, eu devo tudo que sou à minha cidade.

Macapá é uma cidade fascinante, de um povo alegre. Olha o Carnaval agora! O Carnaval foi fantástico, a cidade inteira estava naquela banda. Se não estava a cidade inteira, pelo menos estava a metade da cidade ali, dançando, e dançando num momento em que a gente não tem tanta coisa para comemorar, digamos, mas a festa foi bonita.

O Prefeito Clécio reuniu todos os ex-Prefeitos numa festa bonita, e ali daria para contar um pouco a história da cidade.

Eu fui, de fato, Prefeito de Macapá e eu estava comentando com o Desembargador Tork que eu organizei a cidade, e, para organizar a cidade, a gente teve de cumprir rigorosamente a legislação urbana e eu tive de distribuir multa. No final, multei a metade da cidade de Macapá, inclusive meus parentes, que não gostaram nada. Multamos e, aí, organizamos a cidade. Evidentemente que isso terminou contribuindo enormemente para o ordenamento urbano, e criamos ali um plano diretor integrado com a população. Isso terminou me projetando e me levou ao governo do Estado, em 1994; reeleito em 1998; depois, Senador, em 2002; Senador, em 2010, graças, evidentemente, ao conjunto do Estado, mas, particularmente, à cidade de Macapá. Eu devo muito a essa cidade.

Eu procurei retribuir essa dívida de gratidão com a cidade e eu estou olhando daqui, estou em frente a uma das principais obras do meu governo: o restauro da Fortaleza de Macapá e também a urbanização do entorno; uma obra, a mais importante do meu governo, uma obra em que nós tivemos que remontar, lá, ao século XVIII e também a todas as instituições portuguesas encarregadas da memória colonial daquele país, para a gente poder, então, fazer o restauro. E trouxemos para a cidade de Macapá uma das arquitetas mais fantásticas que este País já



produziu, que está viva, Rosa Kliass Trapiche Eliezer Levy, para fazer o projeto do entorno, e ela, então, projetou o último baluarte, só que no solo, porque a obra não foi concluída.

Além da obra da Fortaleza de São José de Macapá, uma outra obra importante da cidade foi o Trapiche Eliezer Levy, que recebia todas as cargas e descargas e transporte de pessoal vindos de Belém, principalmente, e de outras regiões. Era o Trapiche Eliezer Levy que recepcionava aqueles que chegavam a Macapá, e eu transformei o Trapiche num ponto turístico.

A cidade não podia ficar sem o Trapiche, até porque a cara da cidade de Macapá é o Trapiche, a Fortaleza e a Pedra do Guindaste, com São José protegendo a cidade. Essa é a cara de Macapá vista do rio. E o rio é, na verdade, o fascínio da cidade – ou seja, se você olhar a cidade de Macapá, a primeira coisa que você desejará conhecer é a orla da cidade, conhecer o rio.

Depois nós fizemos o Museu Sacaca, um museu do desenvolvimento sustentável, porque Macapá é uma concentração urbana em que as pessoas vivem como em qualquer concentração urbana do mundo: sem perceberem que estão cercadas por florestas e rios por todos os lados. A ideia de construir um museu que reproduzisse a vida amazônica foi para aproximar exatamente o cidadão urbano da realidade, do cotidiano, da história e da cultura do povo do nosso Estado e da Região Amazônica.

Como nós gostamos de samba... Na verdade, o primeiro Governador que chegou ao Amapá, o Janary Nunes, trouxe um grupo seletivo de pessoas, de intelectuais, de técnicos do Rio de Janeiro e, claro, trouxe a influência do samba, naqueles idos de 1944; em 1943, com a criação; 1944, com a instalação. E essas pessoas chegaram em Macapá e fundaram as escolas de samba, trouxeram o samba carioca que estava começando a renascer – porque o samba foi proibido até 1940 no Rio de Janeiro; os desfiles de blocos vindos da periferia foram proibidos até 1940. Villa-Lobos, então, na ditadura Vargas, intermediou a volta dos desfiles das escolas e dos entrudos ao carnaval carioca. E essa gente levou o carnaval. E aí, em 1997, nós construímos a Escola de Artes Populares Sambódromo, que, além de uma escola de artes, servia também como palco para o carnaval.

Depois o Centro de Cultura Negra, para valorizar exatamente esses nossos ancestrais que atravessaram o Atlântico para viver no nosso Estado.

E, por último, o próprio Curiaú, um trabalho de promoção do Curiaú e de criação do Memorial do Curiaú. Então, eu tinha e tenho essa gratidão e fiz isso exatamente para poder demonstrar minha gratidão pela cidade. E promovemos a cultura. E, mais do que isso, Macapá é a capital do Platô das Guianas. Nós estamos ali inseridos num contexto muito especial, que é a nossa vizinhança com a Guiana Francesa, com o Suriname e a República da Guiana. Isso é muito importante para a nossa integração e para a construção de uma integração econômica, social e cultural. E nós aproximamos a nossa cidade de Macapá com as cidades e principalmente com Caiena e com a Guiana Francesa, para que a gente pudesse valorizar a nossa situação geográfica, esse diferencial que é o Amapá e que é a cidade de Macapá.

Portanto, eu fico muito feliz e muito satisfeito, Sr. Presidente da sessão, meu caro Senador Randolfe, por V. Ex^a ter promovido este encontro nosso, essa valorização da nossa cidade, essa valorização do lugar que nos viu nascer ou no qual crescemos juntos. Eu agradeço muito a V. Ex^a, à Mesa e a paciência de vocês. Eu espero – aqui são 260 anos – estar presente nos 290, 300 anos e espero continuar contribuindo com a minha cidade.

Muito obrigado. Um abraço a todos. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Nós que agradecemos, Senador João Alberto Capiberibe, também signatário desta sessão solene e Prefeito de Macapá entre 1989 e 1993.

Como sou o próximo orador a se pronunciar, transfiro a Presidência desta sessão para o Senador Davi Alcolumbre.

(O Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Davi Alcolumbre, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, Presidente desta sessão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Davi Alcolumbre, cumprimento o senhor e, ao mesmo tempo, o Senador João Capiberibe, nesta Bancada do meu Estado que está representada nesta sessão; Sr. Vice-Governador, representando neste ato o Governo do Estado do Amapá, Papaléo Paes, também ex-Prefeito de Macapá e ex-Senador, membro deste Senado Federal; meu caríssimo Clécio Luís Vilhena Vieira, Prefeito de Macapá, que representa a cidade homenageada nesta cerimônia; Sr. Cleyton Figueiredo de Azevedo, Prefeito de Macapá entre 1974 e 1978; Dr. Carlos Tork, Presidente do Tribunal de Justiça de nosso Estado – é um enorme prazer recebê-lo nesta cerimônia.

Quero também agradecer a presença do Sr. Juiz João Matos Júnior; mais uma vez agradecer o apoio da Secretária Municipal de Turismo, Dr^a Juli Pereira, do Município de Macapá, para a realização desta sessão; destacar a presença dos ex-Deputados Federais Luiz Carlos e Lourival Freitas; agradecer a presença do Vereador André Lima, Presidente da Companhia de Transportes e Trânsito de Macapá; da Sr^a Narcisa Ardasse Monteiro, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Amapá; agradecer com muito carinho, mais uma vez – assim faço questão –, aos nossos músicos e poetas Alan Gomes, Brenda Melo, Nena Silva, Val Milhomem e Ralfe Braga, que aqui está presente também, artista plástico que muito nos honra, que muito nos orgulha.

Agradeço e destaco a presença dos representantes de Chefes de Missão Diplomática que aqui estão presentes: o Ministro-Conselheiro Augusto Inácio, da Embaixada da República de Angola; e o Ministro Gilles Pecassou, Ministro-Conselheiro da República Francesa, que tem tanta relação, como já foi dito ainda há pouco pelo Senador Capiberibe, com o nosso Estado do Amapá.

Agradeço a presença da Deputada Janete Capiberibe e do Deputado André Abdon, Deputados Federais da nossa Bancada, nesta sessão solene.

Meus senhores, minhas senhoras, Fernando Pessoa, grande poeta português, já dizia que "o rio da minha aldeia é mais belo que o Tejo". Imaginem se Fernando Pessoa vivesse em Macapá, às margens do maior rio do mundo. Faltou a Fernando Pessoa passar pelo Amapá, visitar Macapá. Aí ele conheceria de verdade um rio mais belo e centenas de vezes maior que o Tejo.

Marc Bloch diz que fazer história é fazer escolhas. Nós somos o resultado de povos que fizeram as suas escolhas. A primeira delas é muito antes da chegada do português.

Contam os estudos antropológicos que pelo menos mil anos antes da data atual, pelo menos 600 a 700 anos antes da chegada dos portugueses, dos europeus, a região da margem esquerda do Amazonas foi habitada sequencialmente pela civilização Maracá, pela civilização Cunani e, em seguida, pela civilização Tucuju. É importante destacar que esses povos originários nos ensinaram



o legado e a mistura cultural, étnica que se fez em seguida, que se forjou em seguida, a partir da chegada dos europeus; nos ensinaram, em especial, a proteger e a valorizar o que nós temos.

Muitos cantos da nossa Amazônia têm as mais profundas belezas naturais. Poucos têm um conjunto de belezas naturais como as que temos na nossa margem esquerda do Amazonas. A própria localização, margem esquerda do Amazonas, o maior rio em volume e extensão de água no mundo – rio que o Vicente Pinzón denominou de "*mar del agua dulce*", porque imaginava que era um mar quando por lá navegava –, o próprio Amazonas é uma beleza sem fim. Mas as belezas naturais se confundem além desta: é a beleza da vegetação, da floresta, do coração da maior floresta tropical do planeta; é a beleza do que o Amazonas faz com nossa Macapá.

O Prefeito Cleyton foi designado Prefeito de Macapá em 1974 para executar o planejamento de uma consultoria chamada H.J. Cole. Essa consultoria já pensava o sentido de valorização que se tinha para aquele canto. Macapá é cercada por um conjunto que tem o papel central de construir corredor natural de ventilação para as cidades. As águas em Macapá são muitas. É um conjunto de ressacas, de lagoas, de canais que cortam a nossa cidade. Esse conjunto se comunica com o próprio Amazonas. Esse conjunto é um aliado da nossa beleza e das nossas vantagens comparativas.

Não é à toa que os povos Tucujus que já antecederam os portugueses resolveram se localizar exatamente às margens de uma das mais representativas de nossas ressacas, a Lagoa dos Índios. A partir da chegada do português, a partir da chegada dos europeus, os primeiros que lá chegaram já percebiam o sentido estratégico de ocupação e o sentido da necessidade da exploração daquela região.

É Vicente Yañez Pinzón quem primeiro fala das belezas da região. Mas é a partir do século XVII, em 1687, que as incursões europeias denominam a margem esquerda do Amazonas de Capitania do Cabo Norte. É a data em que Pedro Teixeira avança pelo Amazonas; numa missão em que tinha como seu imediato Cristóbal de Acuña, numa carta de 1687, este descreve o que era a região da Capitania do Cabo Norte. Dizia Cristóbal de Acuña:

As terras da Capitania do Cabo Norte, além de serem elas sós maiores que toda a Espanha [...], e haver nelas muitas notícias de minas, têm pela maior parte o solo mais fértil e para dar maiores proveitos e melhores frutos do que quantos há neste imenso rio das Amazonas.

Assim dizia Cristóbal de Acuña, então extasiado com a beleza do nosso rio e com as possibilidades férteis que tinha a nossa região, e, principalmente, com a possibilidade e notícias de exploração de minas. A percepção de Acuña não é somente dele. A região é disputada por todas as principais nações europeias naquele período. Por lá passaram ingleses, holandeses, franceses.

Se, no passado, havia alguma relação de conflito para a definição da fronteira, e se assim o foi, hoje, em especial com os irmãos franceses, a nossa ideia é de cooperação, porque integramos uma região comum, a Região do Platô das Guianas, e compreendemos a necessidade de juntos e integrados construirmos o nosso desenvolvimento.

A característica de Macapá é que também é uma região de fortes e de fortalezas. São José de Macapá não é o primeiro dos fortes que é erguido. Ingleses, ainda no século XVII, lá ergueram fortes. Foi o período do Forte de Cumaú, depois do Forte de Santo Antônio, e, finalmente, da Fortaleza de São José de Macapá, erguida em 1763 sob as ordens do Marquês de Pombal para



Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando, naquela data, ergueu o primeiro dos baluartes daquela fortaleza, que foi o Baluarte de São Pedro.

Aliás, a data da fundação de Macapá, 1752, é a data também em que resolvem os portugueses, em definitivo, marcar a ocupação da margem esquerda. É quando, no mesmo período, determina-se, por parte de Marquês de Pombal e de seu irmão, Governador do Pará e da Capitania do Cabo Norte Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a construção de três vilas: a Vila Vistoza da Madre de Deus, a Vila de Mazagão e a Vila de São José de Macapá. São José de Macapá é a vila que, no decorrer desse período, se consolida.

Nesse período, é importante também destacar as cartas que eram trocadas entre Mendonça Furtado, sobre Macapá, com o seu pai, Dom Francisco Luís da Cunha Ataíde, Chanceler do reino e padraсто do Marquês de Pombal. Nessas cartas, dizia Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a região de Macapá: "Todos os povoadores se acham contentes naquele sítio não [só] pela fertilidade que as terras prometem, mas também pela abundância de peixe..." Ora, meus caros Senadores, meu caro governador, já diziam os primeiros europeus da fertilidade e das delícias do peixe que era produzido ali na foz do Amazonas.

Não é à toa que nesta carta de Mendonça Furtado ele destacava isso e dizia ainda: "...pela abundância de peixe que tiram do rio, ainda que com algum trabalho..."

Mais adiante, na mesma carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ele já falava de algo que o Amapá começa a descobrir agora: a possibilidade da produção de grãos, meu caro Governador Papaléo. Dizia Francisco Xavier de Mendonça Furtado na carta:

O arroz se dá excelentemente [neste canto] [...], principalmente nas terras contíguas a Nova Vila de São José do Macapá, do qual remeto parte desse arroz aqui produzido a V. Me. uma amostra para o mandarem beneficiar, e quando chegou a frota o estava eu comendo, e lhe não achei diferença alguma não só no da Carolina, mas nem ainda do de Veneza [...].

Dizia Francisco Xavier Mendonça Furtado nessa carta que o arroz produzido em Macapá era tão bom quanto o melhor tipo de arroz produzido nas principais cidades da Europa, em Veneza. E não foi à toa que Francisco Xavier de Mendonça Furtado fez o paralelo com Veneza: são as mesmas características de fertilização do solo que há lá, só que com uma facilidade muito maior; o conjunto dos sedimentos de todo o Amazonas, que vem desde os Andes e deságua em nossa Macapá, que tem a capacidade de fertilizar a terra e dar de lá os melhores dos frutos.

Em seguida à fundação da vila, ocorreu a fundação da nossa fortaleza. Não à toa, o Marques de Pombal e Francisco Xavier de Mendonça Furtado definiram construir lá não um forte qualquer; a Fortaleza de São José de Macapá é a maior de todo o império colonial português sobre a face da terra. A colonização europeia, em todos cantos do mundo, poucos fortes ergueu da dimensão do forte de Macapá.

A nossa Macapá é essa mistura. Foi para a construção da Fortaleza de São José que os europeus, que os portugueses trouxeram escravizados – um dos maiores crimes da humanidade, disseminando tribos – os negros africanos. A vinda dos negros africanos não deixou de marcar uma história para nós, que é também a de resistência. E muito nós temos de resistência, demonstrado aqui nesta sessão solene.

O tambor do Marabaixo – que Nena Silva, a voz de Val Milhomem e de Brenda cantaram ainda há pouco, tocando as nossas músicas – é a prova incontestada de um povo que não se



submete. Esse mesmo tambor do Marabaixo veio trazido pelos povos africanos quando da sua escravização na construção da fortaleza e do soerguimento de Macapá. O Marabaixo é a prova incontestada de que um povo não se escraviza quando se reivindica na sua cultura e quando não perde os seus traços culturais.

O mesmo Marabaixo, vindo da África, tocado nas senzalas, foi tocado hoje nos tapetes azuis do Senado Federal. Esta é uma demonstração concreta da manifestação cultural de um povo que não aceitou a escravidão. A maior demonstração de não aceitar a escravidão não é somente não se deixar escravizar; é principalmente não perder os traços da sua formação cultural.

A Vila de São José passa por um período de abandono no decorrer do século XIX. É a partir de 1943, com o projeto de Getúlio Vargas, que ocorre a retomada e a redefinição da ocupação da Vila de São José de Macapá. É Getúlio Vargas que, em pronunciamento de 1940, falava da necessidade da ocupação da Amazônia.

Veja que a perspectiva de Vargas é muito diferente da perspectiva da ocupação europeia do século XVIII. Dizia Vargas em 1940:

O Pará, toda a Amazônia, não conseguiu adaptar os seus métodos de trabalho e essa renovação dos processos de aproveitamento dos recursos naturais. Não é o momento de indagar as causas desse retardamento. Talvez a imprevidência, que La Fontaine simbolizou na fábula da cigarra e da formiga, tenha impedido [que] se aplicasse em obras duradouras, de técnica agrária e industrial, boa parte do ouro abundantemente extraído da floresta generosa.

Havia um profundo equívoco da compreensão do governo central na ocupação da Amazônia. Achava-se a Amazônia um território atrasado, porque se baseava na exploração extrativista e não na exploração agrícola.

Nós, no presente, provamos que a produção extrativista é o nosso diferencial. É a produção da nossa castanha; é a produção do cupuaçu, do açaí, que ocupa o mundo todo, a referência que nós temos não somente para todo o Brasil, como também para todo o mundo.

De qualquer forma, com essa estratégia de ocupação da fronteira, é designado o Capitão Janary Gentil Nunes. Começa uma fase importante da história da Vila de São José de Macapá.

Macapá, quando do decreto de criação do Território Federal, não seria nada mais do que mais uma cidade do então Território Federal do Amapá. É no dia 25 de janeiro de 1944, com a chegada de Janary Nunes, que é assinado um decreto subjacente, transferindo a capital, que originalmente, no decreto de 21 de setembro, era na cidade de Amapá, para cidade de Macapá.

Inicia-se uma fase próspera, de construção de estabelecimento de ensino, de urbanização, de edificações, em Macapá. É uma fase em que começa um ciclo demográfico que nos mistura. O Governo Federal promove, a partir daí, uma grande onda migratória, principalmente de nordestinos, para a Amazônia.

Isso forjou o nosso povo. Somos brancos europeus, índios tucujus, negros trazidos da África, que não perderam a sua referência cultural e sua identidade – negros trazidos de todos os cantos da África, que não perderam a sua referência. Somos, em especial, nordestinos de todo canto, que se miscigenaram e forjaram o nosso povo.

Ao longo desse tempo, somos também uma terra de poetas, como Álvaro da Cunha, Alcy Araújo; de músicos e de músicas, como Oneide Bastos; poetas como Álvaro da Cunha, que, ainda em 1950, questionava aqueles primeiros professores que chegavam ao Amapá, mandados Janary



Nunes, que queriam somente ensinar o conteúdo enlatado vindo do centro-sul, e não queriam ensinar a realidade e a cultura que existiam na Amazônia e o dia a dia do amapaense.

Foi a resistência e referência de Álvaro da Cunha que forjou a construção da nossa identidade amapaense. Somos um povo de diferentes identidades e de muitos orgulhos. Só no futebol, somos a terra de Aldo, Bira, Zezinho Macapá e tantos outros. O maior patrimônio que tem o nosso povo é a nossa formação. Nós não somos nenhuma derivação, nem somos o resultado de uma formação de Território Federal em 1943. Alguns que acham que a formação do Amapá é algo recente esquecem a história principal da Vila de São José de Macapá, que completará, daqui a 40 anos, os seus 300 anos.

Meu caro Prefeito Clécio, esta sessão solene do dia de hoje é para colocar mais uma cereja no bolo que V. Ex^a está organizando pela celebração dos 260. Essa referência é necessária, porque, daqui a 40 anos, a nossa Vila de São José, Estância das Bacabas, como diriam os portugueses, Bacabá, como diriam os tucujus, estará completando três séculos de existência. Nós temos 40 anos para recuperar muito da história dessa terra, para recuperar, Dr. Cleyton, o projeto original da H. J. Cole, que pensava na organização urbana de Macapá respeitando as ressacas, respeitando nossas áreas naturais, para recuperar o que melhor foi feito nesses 260 anos que antecederam; também para corrigir erros porventura do nosso desenvolvimento, da expansão horizontal que nós tivemos na Vila de São José de Macapá nesses últimos anos. Esses 40 anos que virão devem ser para refletir em especial e aprender com os 260 anos que nós já tivemos.

Mendonça Furtado, Cristóbal de Acuña, os povos tucujus, maracás, cunanis, os povos que vieram da África para nos forjar nos ensinaram que o nosso maior patrimônio nos foi dado pela natureza, nos foi dado por Deus. As nossas belezas naturais são infindáveis. Cabe a nós, para as gerações atuais e para as que virão, cuidar e se referenciar nisso, para que a nossa Macapá seja sempre a joia da Amazônia às margens do grande rio, na esquina da Linha do Equador, para todo o mundo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Retorno a presidência ao Presidente da sessão solene, Senador Randolfe Rodrigues.

(O Sr. Davi Alcolumbre, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Passo a palavra, ato contínuo, e para concluir esta sessão solene também, a S. Ex^a o Prefeito da cidade homenageada nesta sessão solene, Clécio Luís.

O SR. CLÉCIO LUÍS – Saúdo o Sr. Presidente e requerente desta sessão de comemoração dos 260 anos de Macapá, meu querido amigo e Senador Randolfe Rodrigues; meu querido amigo e 3º Suplente da Secretaria da Mesa do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre; meu caro Senador João Capiberibe; meu querido Deputado Federal André Abdon; Vice-Governador do Estado do Amapá, representando nesta sessão o Governo do Estado, meu querido Papaléo Paes.

Quero saudar também o Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, Desembargador Carlos Tork, e, por último, mas não menos importante, quero saudar o Sr. Cleyton Figueiredo de Azevedo, que foi Prefeito de Macapá de 1974 a 1978.

Gostaria também de saudar pessoas que foram convidadas e que estão presentes nesta reunião: o Conselheiro da Embaixada da República de Angola, Sr. Augusto Inácio; o Ministro Conselheiro da Embaixada da República Francesa, Sr. Gilles Pecassou; o Juiz do Tribunal de



Justiça do Amapá, Sr. João Matos Júnior; a Diretora Presidente do Instituto Municipal de Turismo de Macapá, minha querida Juli Pereira; o Diretor Presidente da Macapá Previdência e ex-Deputado Federal, Luiz Carlos; o Diretor Presidente da Companhia de Transportes e Trânsito de Macapá e Vereador do meu Município, André Lima; a Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Amapá, Sr^a Narcisa Ardasse Monteiro.

Quero saudar, mais uma vez, nossos brilhantes músicos, compositores, meu querido Alan Gomes, grande maestro, a minha querida Brenda Melo, Nena Silva e Val Milhomem.

Quero saudar ainda a Deputada Federal Janete Capiberibe, o Procurador do Estado, Sr. Luiz Carlos Peixoto; quero saudar muito especialmente o Ralfe Braga, artista plástico, que está presente nesta sessão, saudar o ex-Deputado Lourival Freitas, que está aqui acompanhado de suas filhas, saudar meus amigos Dr. Oleastro e Elias Ferreira, do Sinpol e Fepol, respectivamente.

Bom dia, senhoras.

Bom dia, senhores.

Eu inicio meu pronunciamento com um trecho do Hino de Macapá, que foi cantado aqui pela Brenda, que diz o seguinte:

Teu destino é conquistar as gerações
Ó Macapá, a capital de intenso amor
[...]
Rincão sagrado onde a vida fez morada
Nós, os teus filhos, orgulhosos te saudamos
Terra querida pelos céus abençoada

É com esse lindo trecho do Hino de Macapá, de autoria da Prof^a Terezinha Fernandes, viva ainda hoje, que saúdo a todos e a todas. Estou realmente muito feliz e honrado em comparecer à Capital da República e poder falar a vocês, a todos vocês aqui presentes, falar a Macapá e falar ao Brasil no ato comemorativo dos 260 anos da nossa linda cidade de Macapá.

Eu sou filho de uma mistura muito comum em Macapá na década de 70: filho de um migrante nordestino e de uma cabocla amazônida. Em Macapá, cresci; e, hoje, ocupo o cargo de Prefeito da cidade, desde 2013, e é nesta condição que gostaria de lhes falar.

Macapá é uma cidade com história e cultura centenárias, que remonta os primórdios do século XVI.

Os tucujus e, mais tarde, os negros e os açorianos deixaram marcada a presença nas comunidades tradicionais, responsáveis por um legado típico e muito valorizado. E, agora mais recentemente, os migrantes de todos os cantos deste País, especialmente os nordestinos, fizeram de nós o povo mais misturado desta Nação.

Além da singularidade cultural, Macapá possui aspectos naturais maravilhosos, como, por exemplo, o fato de ser a única capital banhada pelo Rio Amazonas, de estar sobre a linha do Equador e, ainda, como vantagem comparativa, de ter uma extensa área de proteção ambiental, o que agrega princípios de sustentabilidade à sua história.

Macapá já foi também a cidade das oportunidades perdidas: recursos devolvidos e a falta de planejamento e de investimentos retardaram o nosso desenvolvimento. Malfeitos e descaso também permearam a história da nossa cidade. Mas nosso povo é resistente. E mais, é resiliente, enfrenta as adversidades e consegue renovar sua esperança e construir – todos juntos – um novo futuro.



Mas não queremos olhar para trás, apenas aprender com a história. Queremos pensar no futuro, sonhar o futuro. Costumo dizer que nada é construído se antes não for sonhado, e nós sonhamos a Macapá que queremos todos os dias. E digo: o sonho é muito bem sonhado, com os pés no chão, andando por nossas ruas, conversando com nosso povo, trabalhando, construindo hoje os alicerces de amanhã.

Por isso, não abrimos mão de governar com o povo. Criamos o Congresso do Povo, para elaborar nosso Plano Plurianual com a sociedade. Quase 20 mil pessoas participaram das plenárias e discutiram a Macapá para dois quadriênios: o primeiro, de 2014 a 2017; o segundo, agora mais recente e não menos ousado, de 2018 a 2021.

Não abrimos mão da presença ativa da população nas decisões, mas também não abrimos mão de dizer que governar uma cidade com cerca de 0,5 milhão de pessoas não é tarefa de um homem só ou de uma mulher só ou mesmo de um governo só: é tarefa de toda uma sociedade. Nesse sentido, mudamos até o *slogan* de nossa gestão, que hoje faz o seguinte chamado: "Cidade melhor é dever de todos".

No aspecto do *marketing*, pode até não ser o melhor, mas, para construirmos esse futuro que tanto sonhamos, não tenho dúvidas: é o melhor. Cada cidadão que ama nossa cidade, que ama a nossa casa precisa fazer a sua parte. Isso não exime em nada a prefeitura do seu papel; pelo contrário, coloca-nos como corresponsáveis e como vetores dessa transformação que assim queremos.

Porém, faltava à nossa cidade uma visão de futuro, para consolidar os esforços governamentais e, principalmente, esforços sociais na direção de uma cidade inclusiva e sustentável. E é essa proposta de olhar para frente que quero falar com vocês agora.

A visão de futuro para uma cidade é uma declaração do que ela espera em determinado espaço de tempo. É uma declaração de amor, a visão específica de como a cidade de Macapá deve ser vista, o que se deseja realizar e aonde quer chegar.

Em 2018, estamos a 40 anos da comemoração dos 300 anos da cidade de Macapá. Esse marco temporal orientou um esforço do nosso Governo para alavancar um projeto de futuro para uma cidade que se reconheça e seja reconhecida como um lugar de cidadania plena, com acesso à educação, saúde e moradia como bases para um desenvolvimento para todos; uma cidade mobilizadora capaz de dialogar, propor soluções conjuntas e gerar responsabilidades coletivas, que preserva a sua identidade cultural e a sua memória material e imaterial; uma cidade inteligente, que alia tecnologia, inovação e sustentabilidade ambiental a uma economia dinâmica a partir das potencialidades locais; uma cidade com mobilidade e com acessibilidade, potencializando suas características naturais e buscando sustentabilidade.

Na busca desses objetivos e dos valores que devem pautar o nosso desenvolvimento, lançamos a plataforma Macapá 300 Anos, um planejamento a longo prazo para preparar Macapá para o futuro. Ela servirá para orientar as ações públicas e privadas, voltadas para a construção de uma cidade com alta qualidade de vida, mais próspera, sustentável, justa e preparada para se proteger das ameaças e aproveitar as oportunidades que se apresentem.

Considerando que se trata de uma estratégia com metas de curto, médio e longo prazo, a Macapá 300 Anos não é um plano de governo, nem sequer de governos, é um plano de sociedade, uma plataforma que visa o amplo envolvimento da sociedade em um diálogo e responsabilidade compartilhada para a construção do nosso futuro.



Para ancorar esse processo, contamos com lideranças da sociedade civil, lideranças políticas e técnicas, intelectuais, empresariais, experiências similares de outras cidades e a cooperação de outras esferas da Federação. A visão apresentada pretende ser mobilizadora de um debate sobre os aspectos essenciais de uma cidade desejada e as potencialidades presentes a serem concretizadas por intermédio de políticas públicas e de iniciativas da sociedade.

E como vamos ver Macapá no futuro? Cada um pode ver do seu jeito, de acordo com sua interpretação, um olhar diferente, mas juntos podemos caminhar para consensos de uma Macapá que não perca mais as oportunidades para não perdermos mais o trem da história e oportunidades de investimentos.

E como construir uma visão compartilhada de futuro? Um dos principais desafios da proposta, da plataforma Macapá 300 Anos, será construir uma visão compartilhada de futuro pelos moradores da cidade. O futuro é um campo aberto de disputa e colaboração entre atores políticos, sociais, mediado por seus distintos interesses de classe. É nesse espaço de conflito e de colaboração que deverá ser fomentada a vontade coletiva de transformação social.

Para buscar convergência na sociedade e avançar no projeto, será necessário conhecer as diferentes questões em disputa e considerar a assimetria de informações entre os atores. Para isso, será necessário acionar diversos instrumentos, como plenárias populares, *workshops*, seminários, debates temáticos, entrevistas com as lideranças sociais, plataformas digitais e muitas outras ferramentas. O que resultar desses eventos como apropriação coletiva deve ser registrado e consolidado como os saberes e conceitos compartilhados que serão a chave para moldar o projeto de futuro da nossa cidade.

A governança do projeto Macapá 300 anos será construída na teia de relações forjadas nesse processo de diálogo e concertação social. Por isso, no ano em que comemoramos os 260 anos, convido todos e todas a construirmos juntos o futuro de Macapá, e fica ali bem perto.

No dizer poético do escritor Fernando Canto, musicado por Zé Miguel:

Meu endereço é bem fácil
é ali no meio do mundo
onde está meu coração
meus livros, meu violão
meu alimento fecundo
...
É fácil o meu endereço
Vá lá quando o sol se pôr
na esquina do rio mais belo
com a linha do Equador.

É assim que eu agradeço imensamente aos Senadores Randolfe Rodrigues, Davi Alcolumbre e João Capiberibe, pelo convite, especialmente ao Senador Randolfe, que propôs esta sessão solene em homenagem a Macapá, aos 260 anos de história, de muita cultura e de muita luta social também.

Tentei aproveitar este espaço para difundir essa plataforma e fazer esse chamamento a todos e todas que querem construir um futuro melhor, sempre melhor para Macapá.

Aliás, esta Mesa tem uma curiosidade. Fora o Desembargador Carlos Tork e o Deputado André Abdon, nesta Mesa estão ex-prefeitos ou pelo menos ex-candidatos a prefeito de Macapá,



três que já cumpriram o mandato: o Dr. Cleyton Figueiredo, que, como muito bem falou aqui o Senador Randolfe, foi o prefeito que promoveu – Macapá teve cinco planos diretores até hoje – um dos planos mais elaborados, com uma riqueza de detalhes, de plantas, inclusive, sobre a cidade, especialmente pelos recortes das nossas áreas de ressaca; o Prefeito João Alberto Capiberibe,; e o Prefeito João Bosco Papaléo Paes. Dois foram candidatos a prefeitos já: Davi Alcolumbre e Randolfe Rodrigues. E eu tenho a honra de, como Prefeito atual, ser aqui o porta-voz dessa plataforma.

Randolfe, parabéns pela iniciativa. Parabéns a todos os membros da Mesa pela iniciativa. Parabéns a todos os convidados que aqui vieram, a todos que estão nos vendo pela TV Senado. Parabéns, Macapá. E que venham os próximos anos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Nós é que agradecemos, Prefeito Clécio.

E com o pronunciamento do Prefeito da cidade de Macapá, Clécio, nós concluimos esta sessão solene em homenagem aos 260 anos da nossa capital, que muito nos acolhe e que muito nos orgulha.

Agradeço a presença de todos os convidados, agradeço a todos os colegas de Senado, João Capiberibe e Davi Alcolumbre, e também a todos que participaram desta sessão.

Está encerrada a sessão solene em homenagem a Macapá.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 19 minutos.)



Ata da 8ª Sessão, Não Deliberativa,
em 19 de fevereiro de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência do Sr. Paulo Paim, da Sra. Ângela Portela, e dos Srs. Sérgio de Castro, Lindbergh Farias,
Paulo Rocha e Elmano Férrer.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 17 horas e 40 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 de Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Abrindo os trabalhos, eu já encaminho à mesa, neste momento, o voto de aplauso com o seguinte teor:

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à comunidade Paraíso do Tuiuti, em nome do presidente da escola, o Sr. Renato Thor e do carnavalesco Jack Vasconcelos (**Requerimento nº 26/2018 – Vide item 3.1.3 do Sumário**).

A escola de samba propôs uma reflexão sobre os 130 anos da Lei Áurea e como a escravidão ainda permanece nos dias atuais em diferentes maneiras e ângulos. É escravidão moderna, segundo a escola, com o que eu concordo.

A Tuiuti fez fortes críticas ao que vem sendo implantado no País pelo Governo Federal. Marcou o desfile e fez o Sambódromo se levantar. Segundo o carnavalesco Jack Vasconcelos: "Estamos falando de um sistema, de um conceito de exploração do trabalho que permanece até hoje. Precisamos quebrar essa corrente."

É esse o voto de aplauso que eu peço, senhores e senhoras, que seja encaminhado à comunidade GRES Paraíso do Tuiuti pelo brilhante samba-enredo, que fala dos 130 anos da escravidão e da própria escravidão moderna que é aplicada hoje no Brasil.

De imediato, passamos a palavra à Senadora Ana Amélia, inscrita neste momento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão.

Caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, sociedade que acompanha os trabalhos legislativos, eu queria dizer que poderia assinar essa manifestação de aplauso, que acho que foi de iniciativa de V. Ex^a, porque não foi lida a assinatura da autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora me ajudou. Faço questão de dizer: o Senador Paulo Paim é o autor desse voto de aplauso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E achei que também faria isso pela Comissão de Direitos Humanos, que V. Ex^a tem a honra de presidir.

A escola não cuidou apenas das questões relacionadas à escravidão, que tem de ser combatida sob todas as formas, mas também sobre a corrupção em nosso País, Senador Paim. E, nesse aspecto, penso que, pelo humor dentro do Carnaval, no Sambódromo, na abordagem das mazelas nacionais, como a corrupção, faltou apenas destacar o trabalho da Operação Lava Jato. E a omissão dessa Operação Lava Jato me parece uma omissão apreciável porque, assim como a corrupção nos envergonha, a Lava Jato nos orgulha. Então, não é um País sem uma luz no fim do túnel. É um País que tem, sim, uma luz no fim do túnel porque essa operação vem, exata e precisamente, para mostrar que não são só os pobres ou os negros da escravidão, mencionada pelo



Senador Paim, que vão para a cadeia. Hoje estão na cadeia riquíssimos empresários, empreiteiros, políticos e lideranças políticas de grande força em nosso País. Eles estão na cadeia. Quando nós imaginaríamos que isso chegaria um dia a acontecer? Então, a omissão da Tuiuti à presença da Operação Lava Jato deixa a desejar no quesito combate à corrupção.

Senador Paim, na sexta-feira, aqui, estávamos alguns Senadores. Eu fui a primeira oradora a falar e tratei de fazer alguns reparos, porque, na sexta-feira pela manhã, não tínhamos informações completas sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro. Então, por ter informação incompleta, mas por ser uma medida extrema do ponto de vista institucional, do ponto de vista político, do ponto de vista federativo até, eu tratei de fazer uma observação de que toda medida extrema tem consequências e preferiria, como moderada que sou, ter uma medida atenuante ou alternativa a essa, como, por exemplo, uma força-tarefa especial, formada pelo Governo Federal, pelo Estado do Rio de Janeiro ou por outras forças, Poder Judiciário, Ministério Público, para atuar exatamente como força-tarefa e tentar tratar...

Na medida em que as informações foram tomando a sua compreensão maior, que é uma intervenção federal exclusivamente na área da segurança, em que o Comando Militar do Leste assume o comando da Polícia Militar e Civil do Estado do Rio de Janeiro, em caráter emergencial e temporário, então, compreendi um pouco mais e até fiquei ouvindo as informações e as análises de especialistas que são pragmáticos, têm lógica e não têm o viés ideológico no trato dessa questão.

Só quem está lá no Rio de Janeiro, enfrentando o fogo cruzado das balas, entre polícia e bandido ou entre grupos rivais do crime organizado, é que pode falar com mais propriedade do que uma Senadora do Rio Grande do Sul, um Estado que também tem problemas na segurança pública; tem mais propriedade para falar e para dizer da relevância e da urgente necessidade dessa intervenção.

Então me curvo ao clamor da população do Rio de Janeiro, porque grande parte da população ouvida se manifestou favorável, até pelo detalhe de ser uma intervenção temporária e uma intervenção que não afeta o funcionamento administrativo e político do Rio de Janeiro; é uma intervenção na área da segurança pública.

Talvez esse seja o remédio amargo que precisa ser dado, neste momento grave e agudo da fragilidade da segurança pública, àquela cidade que é maravilhosa, àquela cidade que é o cartão postal do Brasil e que no carnaval foi palco de verdadeira tragédia com arrastões, com assaltos, no Sambódromo, nos blocos, a pessoas de todas as classes sociais. E isso entristeceu e envergonhou todos os brasileiros, porque essas notícias correram o mundo, e isso também deixa o Brasil numa situação extremamente vulnerável; nós que precisamos tanto dos turistas estrangeiros para que venham aqui ajudar na geração de emprego, na ativação daquilo que se chama indústria sem chaminé que é o turismo. E o Carnaval é um desses eventos mais importantes que temos para atrair, realmente, a atenção dos turistas estrangeiros, que tanto amam o Carnaval.

Alguns dizem: "nunca mais, Rio de Janeiro." É triste você ouvir essa declaração, mesmo de turistas brasileiros; como aqui de Brasília, jovens que foram lá para assistir ao Carnaval e foram vítimas desses assaltos.

Então, na explicação e também nos limites que essa intervenção está sendo feita, pelo noticiário, com a isenção que está sendo dada pela mídia do Rio de Janeiro, que conhece mais essas mazelas, foi mais fácil ter a compreensão desse tema: intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro.



Mesmo o Estado do Ceará, administrado pelo Partido dos Trabalhadores, requereu, ao Governo Federal, a intervenção das forças de segurança nacional, exatamente porque o Ceará vive, como o Rio de Janeiro também, o impacto de uma ação organizada, extremamente forte do crime organizado nas penitenciárias do Ceará, com uma ação violenta também, queimando ônibus, assustando e atemorizando a população daquele Estado, que é uma grande fonte de turismo, que atrai turistas brasileiros de todos os cantos do Brasil e também turistas estrangeiros, pela beleza das suas praias, pela população acolhedora que tem o Estado do Ceará.

Então, o que também me dava uma certa apreensão era saber se uma intervenção feita no Rio iria se repetir como bola de neve ou cascata nos Estados que têm problema de segurança, como agora vive o Estado do Ceará, e já viveram outros Estados, como o Estado do Amazonas e assim por diante.

O meu Estado também, o Rio Grande do Sul, vive um problema semelhante, porque uma pesquisa feita em Porto Alegre mostra que 77% da população está apreensiva e não sai à noite por conta e por receio de ser assaltada.

Então esse é um dilema que nós estamos vivendo em nosso País, um País em que ninguém mais respeita a lei, ninguém mais respeita a ordem. O desrespeito é generalizado. Nós só queremos terceirizar a ética e não aceitamos exatamente essas medidas. Então eu venho falar isso.

Mas eu continuo com a mesma posição, que aqui antecipei, em relação à medida anunciada simultaneamente à intervenção federal: exatamente a de que essa intervenção esteja dentro da cobertura do marco institucional da Carta de 88. Isso é fundamental e por isso é preciso que as instituições tenham um entendimento claro sobre isso, seja o Supremo Tribunal Federal, a Câmara Federal ou o Senado Federal e evidentemente o Poder Executivo, que não ousaria uma medida extrema como essa se não tivesse a certeza de estar agindo dentro do marco constitucional.

O próprio compromisso das Forças Armadas brasileiras – sou testemunha da reafirmação do comandante do Exército, General Villas Bôas – é o de um compromisso inalienável das Forças Armadas com a democracia, com o marco institucional. O Exército Brasileiro não sairá uma linha do que diz a Constituição. Portanto, esse compromisso me dá a tranquilidade também de que essa operação, ou essa medida extrema, tenha esse marco e essa cobertura legal.

Isso vai depender da Câmara dos Deputados, e depois a decisão caberá ao Senado Federal, que também está hoje precisamente, por decisão do Presidente e da Mesa, dando concentração e prioridade à questão relacionada à segurança pública em várias matérias que teremos que votar.

A dúvida agora sutil é, se podemos, enquanto estiver valendo essa intervenção, fazer uma interrupção temporária para votar uma emenda constitucional, como é o caso da previdência. Essa é uma dúvida que persiste, e aí bastará, para evitar algum atropelo ou algum risco, uma consulta prévia à Suprema Corte. Isso não desmerece, ao contrário, me parece cautela e também não tira nenhum tipo de competência ou de invasão de áreas das instituições. É apenas uma segurança maior para obedecer rigorosamente ao marco constitucional.

Tenho dúvida, sim, e continuo manifestando a minha dúvida sobre essa criação de um ministério da defesa ou, melhor, de um ministério da segurança exclusivo para isso. Ora, na situação de crise que nós estamos vivendo, com escassez de recursos, tirar de áreas prioritárias, como saúde, como educação, como transportes, para sustentar um ministério específico para a segurança... Parece-me que o Governo devia se poupar desse gasto para evitar a incompreensão da sociedade sobre essa iniciativa, que não falta quem pense que isso vai apenas servir de um cabide



de emprego. Claro que o Governo não terá esse grau de irresponsabilidade ao propor um ministério, mas acho que é dispensável a criação de um ministério. Temos aí o Ministério da Defesa, operando com muito ativismo; o Ministério da Justiça; o Gabinete Civil da Presidência da República, e poderia ser criada uma força-tarefa junto ao Governo Federal e resolver o problema sem criar um ministério novo, um ministério da segurança.

Com muita alegria, concedo o aparte ao Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senadora Ana Amélia; o Presidente Paim e os colegas aqui no plenário e fico contente de estar ouvindo V. Ex^a num assunto tão grave como este, pondo aqui alguns alertas ou algumas preocupações, com as quais eu também me somo a V. Ex^a. Vejo aqui não só a competente e lutadora Senadora Ana Amélia, mas também uma jornalista que construiu um nome, que talvez tenha ajudado a trazê-la para o Senado, cobrindo e acompanhando o Brasil real, o mundo real. E as preocupações que V. Ex^a traz sobre criar mais um ministério e sobre a oportunidade dessas medidas... Será que não seriam melhores outras medidas? Eu vou falar daqui a pouco. Eu tenho um evento agora que vou participar no Supremo Tribunal Federal, mas hoje eu quero falar também. Eu tenho muitas dúvidas, mas nós temos, no mínimo, o dever de expor as dúvidas para sociedade, porque eu passei essa semana no meu Estado conversando com as pessoas, com as autoridades, com as pessoas simples do povo. Todos estão apavorados com o problema da violência. É o Brasil inteiro. Talvez isso seja consequência desse desencontro que nós estamos vivendo, do desemprego, do desprestígio das instituições... Agora, pior do que isso é tomarmos a medida errada. Eu acho que estamos vivendo uma crise institucional sem precedentes. Qual é o risco que nós estamos impondo ao País na hora em que chamamos o Exército ou o Presidente, usando a sua prerrogativa constitucional de Comandante das Forças, pondo o Exército no meio dessa crise? Será que é este o momento? Eu acho que nós temos de fazer algumas perguntas. Preocupa-me muito a situação. Temos que dar uma resposta para o problema da violência. Mas achar qual é a resposta correta. Para mim, o ideal seria este caminho: era chamar, fazer força-tarefa... Nós enfrentamos o crime organizado no Acre e foi com a ajuda de todos, meio sem rosto; todas as instituições trabalhando juntas e usando todos os recursos institucionais para vencer a organização criminoso. Sinceramente, eu tenho mais dúvidas do que algumas convicções. Parabenizo V. Ex^a e espero que o povo brasileiro não esteja diante de medidas populistas, eleitoreiras, porque nós estamos precisando de medidas efetivas de combate ao crime organizado no Brasil, e isso só acontecerá se houver a união de todo o País, de todas as instituições, o que eu acho que está faltando nesta hora. Parabéns a V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Certamente o Senador Telmário Mota aqui, de Roraima, vai abordar a gravidade de outro drama que se assoma ao índice de violência, que deve aumentar, pelo número cada vez maior de venezuelanos que estão fugindo da fome e chegando, já ocupando as praças, as ruas e as instituições de Roraima. Em Manaus, o Senador Eduardo Braga aqui mencionou... É uma situação gravíssima social, mas que pela falta de alternativas, de oportunidades, vai desaguar, sem sombra de dúvida, também na violência, Senador. E aí serão alvos fáceis do crime organizado. Esses venezuelanos que vêm em busca de uma vida melhor serão alvos muito fáceis, presas fáceis do crime organizado, que já usa o adolescente, que já usa as crianças para fazer delas soldados do tráfico de drogas. São cenas que vemos todos os dias.



Como disse aqui, Senador Jorge Viana, eu tinha dúvidas a respeito dessa intervenção, pois quando foi anunciada não tinha muita clareza, parecia-me uma intervenção no Estado do Rio de Janeiro. E aí haveria um problema federativo, um problema sério. Mas, não, essa intervenção é circunscrita a uma intervenção na segurança pública, precisamente na Polícia Militar e na Polícia Civil.

Ontem, ouvindo representantes dessas Polícias, também ouvi a manifestação segura sobre isso. E o ex-Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, manifestou-se, como nós e como V. Ex^a, também achando que a criação de um ministério não é a solução, mas, sim, uma vontade política e uma ação enérgica para trabalhar, porque nós vamos tirar – cobertor curto – de uma área essencial, saúde, agora com essa questão imigratória, para a área de segurança, para um ministério que vai funcionar...

Então, há que se criar esses mecanismos que sejam rápidos, institucionalmente cobertos e federativamente também respeitados.

Então, agradeço muito a V. Ex^a a valiosa colaboração.

Queria dizer que, nestes aspectos, estaremos aqui atentos para fazer, da melhor maneira possível, aquilo que a sociedade espera de todos nós, especialmente a sociedade do Rio de Janeiro, que está padecendo por esses dilemas tão graves.

Quero, para terminar, Senador Paulo Paim, trazer um tema aqui que está criando problemas. As prefeituras estão admitindo decretar calamidade pública por conta da crise que está vivendo a produção leiteira do nosso Estado, que é a segunda maior bacia leiteira do País.

Vai haver a 28^a Abertura da Colheita do Arroz, que, como o leite, vive também uma aguda crise. Para o consumidor, a notícia boa: tanto o leite quanto o arroz estão baratos nas gôndolas do supermercado. Mas, para o produtor, o custo de produção subiu demasiadamente, e o preço pago ao produtor não cobre esses custos. E, aí, o prejuízo já está marcado. Algumas prefeituras tiveram uma queda violenta nas suas receitas. Por isso já há tentativa de decretar calamidade pública naquelas regiões, como o Vale do Taquari, por conta dessa crise na produção do leite.

Já discutimos esses temas.

Hoje teremos, com o Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Senador Ivo Cassol, uma reunião no Ministério da Fazenda, mas a situação é gravíssima. Temos também mantido contato, no Ministério da Agricultura, com o Ministro Blairo Maggi e também com o Ministro substituto, tratando dessas questões para evitar o mal pior: muitos produtores de leite do nosso Rio Grande do Sul e produtores de arroz abandonando a atividade. Esse é o pior cenário, é a pior consequência que temos desta crise, que, se não for estancada e apoiada a tempo, pode ocasionar resultados negativos ainda maiores.

Então, na Abertura da Colheita do Arroz, que vai ser nos dias 21 e 23 de fevereiro, em Cachoeirinha, na Grande Porto Alegre, vamos ter não boas notícias dessa colheita, mas notícias contabilizando os prejuízos dos produtores de arroz com o custo de energia elétrica, diesel, mão de obra e manutenção de equipamentos. Sobem e fazem com que o agricultor hoje recupere no máximo – no máximo – menos do que ele gastou na venda do seu produto. É o mesmo em relação ao leite, que vive há mais tempo esse problema.

Por fim, Senador Paim, neste um minuto que me resta, eu quero apresentar aqui, como jornalista que fui durante quase quatro décadas, os meus cumprimentos à *Folha de S.Paulo*, que nascia no dia 19 de fevereiro de 1921. Ela está completando hoje 97 anos – 97 anos de uma sólida



posição no meio editorial brasileiro, com um jornalismo independente, crítico, vigilante, sólido, respeitado em todo o País e também no exterior.

Então, a toda a equipe, direção, servidores, assinantes da...

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... *Folha de S.Paulo* os meus cumprimentos, como jornalista que fui. Tenho na *Folha de S.Paulo* uma grande escola de jornalismo, mas, sobretudo, de valor e de respeito à liberdade de expressão.

Parabéns aos 97 anos da *Folha de S.Paulo*.

Obrigada, Sr^a Presidente.

(Durante o discurso da Sr^a Ana Amélia, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ângela Portela.)

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Convido, para fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Ângela Portela, eu já registrei, aí da Presidência, o meu voto de aplauso à belíssima escola de samba Paraíso do Tuiuti pelo desfile e pelo samba-enredo, condenando a escravidão e condenando a retirada de direitos dos trabalhadores que vem acontecendo no País. Enfim, a escola defende os pobres, os oprimidos, os que mais sofrem, e claro que, no seu conjunto, ela também critica a impunidade e a corrupção. Mas ela não se dirigiu especificamente a ninguém; nem a esse setor, nem àquele setor. Ela condenou a escravidão, a chamada escravidão moderna do Brasil, na retirada de direito dos trabalhadores, e, por extensão, a própria previdência, como quer agora o Presidente Temer.

A escola só não foi campeã porque perdeu por um décimo. Um décimo! Lembrei-me de que, inclusive, quando eu fui homenageado também no Carnaval de Porto Alegre, por um décimo, nós não tiramos o primeiro lugar e ficamos como vice-campeã. E, na época, diziam, inclusive, que foi porque havia um viés político, como dizem agora do brilhantismo da Tuiuti, que há um viés político. Não. Eles fizeram uma crítica independente da sigla partidária, de situação ou de oposição. Quem analisou e viu toda a letra... E eu, no momento adequado, vou ler, aqui da tribuna, toda a letra, porque agora não posso, porque tenho que me deslocar lá para o Petrônio Portella, onde há um grande ato contra a reforma da previdência, com cerca de 500 delegados – delegados eu digo os militantes do movimento social e sindical, escolhidos em todos os Estados. Eu vou presidir esse ato lá, um ato nacional, marcando essa data do dia 19, que é o Dia Nacional de Luta contra a reforma da Previdência.

Como eu estou aqui na correria, Sr^a Presidenta, eu queria ainda dizer que, hoje, pela manhã, realizamos, na Comissão de Direitos Humanos, um belíssimo evento sobre a mobilidade urbana, sobre a importância de combater os acidentes no trânsito, com o eixo principal nos acidentes de bicicleta. E lá homenageamos o jovem que morreu, infelizmente, fruto de um acidente, o Raul, que nós chamávamos de Raulzinho, e que, inclusive, assessorou, na forma de divulgação, todos os trabalhos da CPI da Previdência. E lá terminamos, com a presença do pai, da mãe e da irmã dele, com a frase: Raul vive. Raul presente.



O julgamento do processo contra o motorista que matou o Raul Aragão será nesta quinta-feira, dia 22, no Tribunal de Justiça aqui do DF. Acreditamos na Justiça, e que as pessoas se responsabilizem por suas atitudes, arquem com as consequências e obedeçam às leis.

Por fim, Sr^a Presidenta, eu quero registrar que, junto com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, já que eu coordeno a Frente Parlamentar Mista contra a reforma da previdência, entramos com uma ação no Supremo Tribunal Federal porque aqui ninguém está discutindo, neste momento, com essa ação no Supremo, a questão da intervenção no Rio de Janeiro...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Houve a intervenção...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu conversava agora com V. Ex^a, Senadora Ângela Portela. Houve, de fato, a intervenção, agora, o que nós estamos condenando aqui, de forma contundente, é a fala do Presidente da República, que, ao mesmo tempo em que capitania, chamando as Forças Armadas para intervir no Rio de Janeiro, anuncia também que, a qualquer momento, ele suspende a dita intervenção para votar a reforma da previdência.

Isso para mim é irresponsabilidade. Eu vou mais além, para mim é molecagem. Como pode um Presidente da República chegar em um Estado como o Rio de Janeiro... É um desrespeito ao povo brasileiro e um desrespeito às Forças Armadas.

Como você decreta a intervenção e já anuncia na mesma hora: "Ah, mas conforme as forças no Congresso, eu já suspendo essa intervenção e mando votar a Previdência e aí, dali uma semana ou, sei lá, três dias, eu decreto de novo a intervenção?"

É essa a crítica que estou fazendo. Por isso, fomos ao Supremo para que o Supremo garanta o que está na Constituição. Houve intervenção? Houve, já é fato consumado, a intervenção está dada. Se foi dada como fato consumado, ele não pode agora brincar de fazer e desfazer a ocupação do Rio de Janeiro pelas Forças Armadas.

Eu estou acompanhando todo esse debate, claro, com o cuidado que todos estão tendo. Sabemos que a maioria da população do Rio de Janeiro está favorável, mas, se isso é verdade, como é que ele vai suspender para tirar o direito do povo brasileiro de se aposentar? Isso é molecagem. Com isso eu não posso concordar...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está havendo intervenção? Está havendo. Então, eu quero que cumpra agora o seu papel lá; que combata a falcatura, a corrupção, a violência na cidade. Agora, brincar de fazer?

Como é que faz? Manda o Exército ocupar; depois manda o Exército sair; depois manda de novo dali dois dias? Por isso nós entramos com uma ação no Supremo Tribunal Federal, deixando muito claro que a Constituição proíbe isto, esta brincadeira que ele quer fazer, expondo a vida de milhões de pessoas. É inexplicável. Quero ver explicar: "Vamos invadir, vamos ocupar, vamos intervir. Chamem as Forças Armadas, porque a violência não tem mais controle." Não tem controle nenhum dia. Dali a três dias ele diz: "Era só uma brincadeira. Estou levantando a tal de intervenção, porque eu quero votar essa ou aquela matéria no Congresso."



Essa reforma da previdência, eu diria, já foi para onde tinha que ir, para a lata do lixo. Alguns dizem que subiu no telhado...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tem condição nenhuma mais, não tem moral nenhuma mais para falar em reforma da previdência, até porque nós já provamos com a CPI – eu tive a satisfação de receber a assinatura de 62 Senadores – que não há déficit. O problema é de gestão, é de corrupção, é de desvio do dinheiro da Previdência. É usar o tal de Refiz, é dar anistia, como deram para o Itaú, de 25 bi...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está comprovado.

Então, Presidente Temer... Eu não queria usar o termo... Eu usei o termo, é uma molecagem o ato se for consumado. Não chamei o Presidente de moleque. Eu disse: seria uma molecagem se faz a intervenção com repercussão mundial...

O mundo todo está acompanhando a intervenção na ex-capital deste País, no Estado que abrigava a capital do nosso País. Agora, é claro, é Brasília. O mundo todo acompanha. Intervieram no Rio de Janeiro porque é violência para combater a violência!

E ele já anuncia... Repito isso, porque as pessoas têm de entender. Não estou aqui falando do ato da intervenção. Sobre isso nós vamos refletir na Bancada, com a calma e a tranquilidade necessária. Estou dizendo que a intervenção é um fato. E ele...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de votar uma matéria no Congresso Nacional e depois fazer de novo. Isso é um absurdo! Se isso for verdade, é uma molecagem, e nós não vamos aceitar.

Era isso, Sr^a Presidenta.

Eu peço que receba tanto o discurso que faço em homenagem à Tuiuti, pelo brilhantismo da reflexão que levou às ruas do Rio de Janeiro: 130 anos da Lei Áurea e a dita escravidão moderna, em que eles falam, inclusive, da reforma trabalhista que esta Casa aqui aprovou; e também o pronunciamento que faço sobre o mandado de segurança que entramos junto ao Supremo Tribunal Federal. Deixo também por escrito a homenagem ao Raul Aragão, que faleceu, aos 23 anos, fruto de um acidente – ou um crime, não é? Ele, de bicicleta, foi atropelado por um carro.

Era isso.

Obrigado, Presidenta.

(Soa a campainha.)

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito bem, Senador Paulo Paim.

Concedo agora, como Líder, ao Senador Humberto Costa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Como Líder da Minoria ou como orador inscrito também. Está nas duas situações.



(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Como orador inscrito, então, permutando com a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exatamente.

Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado e internautas que nos acompanham pelas redes sociais, hoje tivemos, às 10h da manhã, a reunião do Conselho da República, para avaliarmos a intervenção federal no Rio de Janeiro.

Na condição de Líder da Minoria, Líder da Oposição aqui no Senado, sou integrante desse conselho, e o Deputado José Guimarães, na mesma condição de Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, também é parte desse conselho.

A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que o Governo Temer, mais uma vez, faz as coisas de maneira atabalhoada, porque o que a lei prevê é que, antes da edição do decreto de intervenção em qualquer Estado da Federação, em qualquer ente da Federação, é necessário que haja a oitiva do Conselho da República. E o Governo colocou o carro na frente dos bois: editou o decreto e convocou, posteriormente, a reunião do Conselho da República, para debater o decreto.

E nós, do PT – nós, da oposição –, estamos acompanhando com muito rigor, desde o primeiro momento, esse processo de intervenção, porque, até o presente momento, nós não conseguimos identificar onde o Governo colocou as justificativas e explicações para essa intervenção, independentemente do mérito. Isso porque esse é um ato de exceção muito grave. Tão grave até que, pela Constituição, o Congresso Nacional fica proibido de fazer mudanças na Carta Magna, tal a gravidade que implica uma intervenção sobre um ente da Federação.

E, além do mais, neste caso específico da área de segurança pública, estarão sendo empregadas as Forças Armadas para garantir uma situação de preservação da lei e da ordem. E as Forças Armadas assumindo o controle da própria segurança pública estadual.

Então, na reunião, eu fiz quatro questionamentos. O primeiro deles era: "Senhor Presidente, quais são os dados estatísticos, os dados que embasam essa intervenção?".

Muita gente tem falado, usado os meios de comunicação. São especialistas de todo tipo que desandam a emitir suas ideias, conceitos, e poucas coisas a gente vê em termos de unanimidade entre eles. Uma delas é essa.

Para se tomar uma medida como essa, o Governo teria que ter apresentado à sociedade, ao Conselho da República, as estatísticas que demonstram que a área da segurança pública saiu absolutamente do controle do Governo Federal. Porque, ao contrário, pelos dados da segurança pública, há Estados numa situação muito pior do que a do Rio de Janeiro e cujo remédio, certamente, dentro da ótica do Governo, será a implantação, a instauração de uma intervenção. Eu fiz esse questionamento.

Em quanto cresceu o número de assassinatos, de roubos, de assaltos, de sequestros, de furtos? O Governo não traz essa informação. Ou seja: toma-se uma decisão, que é intervir em um Estado, sem ter um diagnóstico adequado ou sem, pelo menos, divulgar esse diagnóstico – se é que ele existe.



Uma das razões, um dos pretextos para a intervenção foi exatamente o que aconteceu no Carnaval. Mas, quando nós vamos para a estatística, na verdade, o Carnaval deste ano, no Rio de Janeiro, foi menos violento do que em anos anteriores.

Agora, o que é que faltou?

Se a situação do Rio de Janeiro era aquela, que o Governo do Estado, junto com o Governo Federal, preparasse um plano de prevenção à violência no Rio de Janeiro e implantasse um esquema parecido com aquele que foi implantado na Copa do Mundo e nas Olimpíadas de 2016.

Mas parecia uma coisa encomendada: cenas chocantes, agressivas, violentas, que foram mostradas pela televisão e que são parte do dia a dia do Rio de Janeiro e das cidades brasileiras, para, no meu ponto de vista, criar um ambiente favorável a essa heroica decisão de promover essa intervenção.

Eu estou dizendo isto não é para dizer que uma intervenção não poderia acontecer, mas pelo fato de ser uma medida de exceção, uma medida extraordinária. Uma medida profundamente grave para o nosso País, como a utilização das Forças Armadas, só deveria ser tomada quando todos os outros instrumentos capazes de enfrentar essa situação fossem utilizados, e isso não aconteceu.

Então, essa foi a segunda pergunta que eu fiz, e não obtive resposta nem do Senhor Presidente da República, nem dos demais integrantes do Governo.

E fiz uma outra pergunta: diante disso, como é que o Governo vai agir em outros Estados, onde os índices de criminalidade são até maiores?

Vamos pegar o Estado do Brasil onde há mais mortes por 100 mil habitantes, mortes violentas, que é o Estado de Sergipe. Depois vem o Estado de Alagoas, e, sucessivamente, vêm Espírito Santo, Ceará, Pernambuco... O Rio de Janeiro está lá atrás. Ora, se no Rio se está aplicando isso, o que é que vai acontecer com os outros Estados? Por que é que no caso do Rio Grande do Norte, que teve uma crise gravíssima, não foi cogitada a intervenção? Ou por que o Governo Federal só hoje veio dispor de recursos para ajudar o Ceará a enfrentar uma crise de segurança pública? E se comenta que há 3 mil soldados do PCC, o Primeiro Comando da Capital, no Estado do Ceará, dentro e fora do sistema prisional.

Também não recebi resposta. Pode ser que agora vire uma moda: o Governo, para tentar sair das cordas da popularidade, do ringue da popularidade junto à população, querer utilizar as Forças Armadas, fazer uso delas, para tentar obter algum tipo de credibilidade junto à população.

Então, essas perguntas não me foram respondidas.

Eu perguntei também quais são os recursos para financiar essa intervenção. De onde vêm esses recursos? Quantos milhões serão? Essa resposta também não nos foi dada. De onde vem esse dinheiro?

Com esse decreto, com essa emenda constitucional que limitou o crescimento orçamentário a cada ano, simplesmente ao avanço da inflação, para investir recursos na segurança pública, nessa intervenção, serão tirados recursos de outras áreas. De onde? Da saúde? Da educação? Da agricultura? De onde? O Governo também não declara de onde vêm esses recursos. O Presidente simplesmente diz: "Recursos haverá", mas não diz quanto, de onde, nem quando esses recursos serão liberados.

E por que essa pergunta é importante? Porque, em intervenções anteriores recentes, já neste Governo, os próprios representantes do Governo Federal colocavam que os recursos transferidos não eram suficientes para a grandeza da ação que teria que ser desempenhada com as Forças



Armadas. O próprio Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, demitido nesses dias, afirmou claramente que não dispunha de recursos para aplicar na área da segurança pública.

Então, nós esperávamos ter todas essas respostas na reunião desta manhã, e nenhuma apareceu.

Perguntamos qual o projeto do Governo para resgatar as Polícias Civil e Militar do Estado do Rio, que estão tomadas – uma fração significativa – por uma relação promíscua com o crime organizado. Como restituir a essa força policial a sua capacidade de enfrentar o crime, de resistir às investidas do crime organizado, e como evitar que as nossas Forças Armadas, que são talvez a última instituição com credibilidade junto à população, também se exponham a isso.

Nós estamos aqui justamente para defender que as Forças Armadas não executem algo que não é da sua competência, da sua responsabilidade, e para o qual ela foi não treinada nem preparada.

Todos nós nos lembramos da relação promíscua que havia na Colômbia entre os cartéis da cocaína e alguns setores das Forças Armadas e como foi difícil combater aqueles cartéis. Quem não lembra, no México: hoje, um dos maiores cartéis da droga é originário de ex-militares que participavam do combate ao narcotráfico.

Então, como é que nós vamos expor as nossas Forças Armadas a uma situação como essa, sem levar em consideração todos esses aspectos?

E o mais grave: o Governo não diz o que é que ele espera obter; qual é o resultado de curto prazo que isso vai trazer; qual é o resultado de médio prazo; qual é o resultado de longo prazo.

Eu sei mais ou menos o que vai acontecer. Num primeiro tempo, num primeiro momento, quando houver uma territorialização para enfrentamento com o crime organizado, vai haver uma diminuição, sim, de algumas situações de violência. Se isso não cede, o que vai acontecer é que essas lideranças vão para outros Estados. E, aí, o que está acontecendo no Rio vai acontecer mais pesado em outros Estados, onde o crime organizado está muito bem estruturado. E, se isso acontecer, já que as Forças Armadas já estão sendo usadas, a quem nós vamos recorrer? Ao Papa?

Já dizia Stalin que o Vaticano não tem legiões. Então, nós vamos ter somente pedir a Deus.

Portanto, na minha opinião, a intervenção foi uma medida precipitada, sem fundamentação, e com um claro interesse de produzir *marketing* utilizando as Forças Armadas.

Perguntei lá na reunião também qual a opinião das Forças Armadas. Elas foram ouvidas sobre isso? Essa resposta não houve. E certamente não viria dos militares – claro –, porque a eles, pela Constituição, cabe obedecer ao Presidente da República. Mas todos os rumores, todas as informações de bastidores dizem que é incômoda a situação dos militares, até porque não foram previamente consultados sobre isso.

Perguntamos sobre os resultados das ocupações no Complexo do Alemão e no Complexo da Maré, para que nós pudéssemos, inclusive, saber se realmente deu certo essa interferência da forma como foi feita. E também essa resposta não veio. E foi por essa razão que o meu companheiro Guimarães e eu optamos por nos abster da votação que lá houve, que de pronto também não teria nenhum papel, porque o Conselho, além de ser consultivo, foi convocado *a posteriori*. E, também, nós ali, estávamos representando a oposição como um todo e não poderíamos assumir uma posição sem que todos da oposição fossem efetivamente escutados. Porém, mesmo que essa ausculta tivesse acontecido, o Governo não trouxe documentos nem subsídios para que nós pudéssemos votar favoravelmente essa intervenção.



Além disso, o Governo, para completar a sua demagogia, cria o Ministério da Segurança Pública. Tira algumas secretarias do Ministério da Justiça, que sempre foi um Ministério importante neste País – e que agora, desgraçadamente, passou a ser um Ministério de segunda classe –, e eles, que viviam dizendo que o déficit público era causado pela quantidade de Ministérios que havia no Governo Dilma, agora criam mais um Ministério, para fazer novamente *marketing*, para criar factoides, e para gastar o dinheiro público para criar novos cargos.

Enfim, o que há, Sr^a Presidente, é um processo de "bolsonarização" deste Governo, em que a linha dura, as concepções violentas de como se deve tratar a situação da segurança pública, da pobreza, da diversidade, são hoje capitaneadas pelo candidato Bolsonaro. E, como Temer sabe que não há como influenciar as classes populares, a classe média esclarecida, ele vai tentar influenciar o eleitorado que hoje caminha no campo da direita e da extrema-direita. E, lamentavelmente, as Forças Armadas estão sendo usadas com um propósito nitidamente político.

Temer deu as costas à segurança pública, sucateou todo o sistema desde que assumiu a cadeira que usurpou de Dilma. Aliás, ele já se especializou em roubar faixa presidencial: levou a de Dilma e levou a do Vampirão da Tuiuti, no sábado passado. A Presidência da República foi exercer pressão e censura sobre a Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro para o Vampirão não desfilar nem usar a faixa presidencial. E agora ele utiliza, de forma mesquinha, algo que é extremamente sensível ao povo brasileiro, como o combate à criminalidade, para tentar ganhar nacos de popularidade com a pretensão de virar um agente ativo nas eleições deste ano.

Não é desarrazoado pensar que esse modelo de intervenção militar vire regra, a partir de agora, com as Forças Armadas...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... sendo enviadas – vou concluir, Sr^a Presidente – aos Estados, ao menor problema, para comandar a segurança pública. Isso está claro, aliás, na fala do Ministro da Justiça, que diz hoje, nos jornais, que o Governo Federal analisará caso a caso.

É um erro sem proporções, que pode desmoralizar as polícias estaduais, que expõe as Forças Armadas aos problemas oriundos de uma atividade para as quais elas não estão nem foram preparadas, e que assombra a democracia ao banalizar uma medida de exceção e colocar em risco garantias constitucionais.

Por essas razões, nós do PT decidiremos hoje, em reunião da nossa Bancada, sobre como vamos nos posicionar a respeito dessa questão. Vamos também nos reunir...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... com toda a Bancada da Oposição, para que essa decisão seja uma decisão de todos. Vamos, inclusive, apresentar propostas que poderiam ser tomadas para enfrentar o problema da segurança pública no Rio de Janeiro. É apenas, sem surpresa, a tomada de uma série de medidas legais, pensando-se naquilo que é o mais importante: não haverá o fim do crime organizado, nem da violência, enquanto o Estado não oferecer à população possibilidade de inclusão. E esse Governo que aí está é o Governo que tem ampliado o número de pobres, que tem ampliado a miséria, que não tem o mínimo interesse em incluir a população brasileira.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.



A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito obrigada, Senador Humberto Costa.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Telmário Mota, como orador inscrito.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ângela Portela, que muito honra o meu Estado de Roraima, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, venho a esta tribuna hoje para abordar três assuntos. O primeiro é de agradecimento.

Você sabe que na nossa região está havendo muitos focos de fogo. E ontem, na minha propriedade, onde moro, realmente amanhecemos com toda a área sendo queimada, escapando só a sede e uma área do bananal. Quero agradecer aqui à equipe dos Bombeiros que atuou lá. Então, em nome do Tenente Simeão, da Primeira Equipe; da Segunda Equipe, do Sargento Sobrinho; e da Terceira Equipe, do Subtenente Airton; do Aluno Soldado André, do Soldado Costa Fernandes, do Soldado Adolfo e do Soldado Jucilene, que incansavelmente trabalharam no combate àquele incêndio ali que realmente vinha destruindo tudo.

Mas, Sr^a Presidente, eu venho a esta tribuna para a gente abordar aqui essa questão da intervenção. Dentro da minha ótica, essa intervenção tem um só propósito, Senador Paulo. Qual é o propósito dessa intervenção, Senadora Ângela Portela? É ressuscitar um Governo que está morto, é ressuscitar o Temer.

Ora, o Governo do Temer está com 3% de aprovação – 3%, 3% – e toda margem de erro de pesquisa é de três para cima e três para baixo. Portanto, ele deve estar até com zero, considerando-se esse aspecto.

O Governo do Temer, quando ele não conseguiu número suficiente para colocar a reforma da Previdência como ela se propõe, naturalmente fracassou – fracassou – e, aí, ia ficar um navio à deriva até as eleições. Hoje, a questão da segurança nacional é o clamor da sociedade brasileira. Hoje, em todos os Estados, é um dos itens sobre os quais recai a preocupação da sociedade brasileira.

De posse dessa informação, o que fez, Senadora Ângela Portela, o Presidente Temer? Ele rapidamente buscou, fez esse ato político, um ato que tem como único objetivo tentar fazer com que o Governo dele cresça, e olhe lá. Diante de um decreto desse, você não pode fazer nenhuma modificação na Constituição brasileira. Então, ele se justifica por isso.

Logo, ele busca crescer nas pesquisas, porque ele vai fazer aquilo que agrada à população. Não sei se ele quer crescer para tentar uma candidatura ou se ele quer crescer para poder ser ao menos um cabo eleitoral nas eleições presidenciais, porque hoje ele é uma mala sem alça – hoje ele é uma mala sem alça. Ninguém o quer próximo de si – ninguém o quer próximo de si.

Então, é um Governo que está fadado ao fracasso. E o que faz ele, de forma muito irresponsável? Sabedor de que o militar, os nossos militares das nossas Forças Armadas primam, zelam pela disciplina – a disciplina é fundamental na hierarquia nas Forças Armadas –, sabedor disso, ele sabe que quem prima pela hierarquia e pela disciplina obedece a qualquer missão, seja ela a mais absurda possível, como essa do Rio. Mas o militar, em razão da disciplina, cumpre a missão que lhe é determinada.

Portanto, eu acredito, sem nenhuma dúvida, que o General Braga Netto assumiu esse comando, assumiu essa missão por causa da disciplina e da hierarquia militar. Mas por que usaram o Exército Brasileiro? Porque, Senadora Ângela Portela, o Exército Brasileiro é uma das poucas instituições do Brasil que ainda goza da confiança da população. Logo, ele quis que o



Exército Brasileiro – na pessoa, claro, do General Braga Netto – assumisse o comando da intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro. Mas olhem o quanto este Governo é irresponsável: chegou ao ponto de ameaçar suspender essa intervenção se encontrar quórum, se encontrar apoio para votar a reforma da previdência. Ele saiu porque não tinha conseguido. Ou seja, não é prioridade, essa intervenção não é prioritária, não estão preocupados com a segurança do Rio, do Brasil. Estão preocupados em fazer politicagem – politicagem.

Se o General Braga Netto foi designado para ir ao Rio combater as organizações criminosas, então, ele deveria começar levando o Temer e alguns dos seus ministros, porque dessa forma ele iria fazer o melhor para o Brasil. Com certeza, o que mais chamou a atenção no Rio foi o que apareceu na televisão: pequenos furtos, assaltos em praias. Mas, se compararmos o que foi furtado ali – para mim, todo roubo é roubo –, roubado nas praias com o que é denunciado sobre o Presidente Temer e seus ministros, eles deveriam ser os primeiros a serem presos pelo General. Mas hoje, lamentavelmente, os generais já não têm as suas cinco estrelas construídas por nada metálico; parece que elas são de papelão – de papelão.

Nesse mesmo sentido, eu quero aqui me reportar à situação do meu Estado de Roraima. Desde 2016, eu venho alertando este incompetente Governo Federal sobre o recrudescimento da emigração de venezuelanos para o Brasil via Estado de Roraima. Fiz várias denúncias, pronunciamentos, ofícios, audiências com vários ministros, mas o que aconteceu? No meu Estado, quem representa o PMDB é nada mais, nada menos do que uma organização criminosa.

Então, eu queria aqui fazer um apelo ao Temer: já que você botou o Exército para administrar a causa lá no Rio, que o Exército, junto com a Defesa Civil, também organize em Roraima a questão dos imigrantes venezuelanos, porque eles estão lá ao deus-dará, estão entregues à própria sorte. E, olha, se você mandar dinheiro para lá via prefeitura, eu tenho muita preocupação, porque eles roubaram até o dinheiro do Minha Casa, Minha Vida – 32 milhões –, a Polícia Federal denunciou. Mais do que isso: movimentaram 3 bilhões, quase três vezes o orçamento da prefeitura, em dois anos.

Eu tenho muito medo de que esses recursos que irão para Roraima para dar assistência humana aos imigrantes venezuelanos possam parar no ralo da corrupção, no ralo da corrupção, porque, na verdade, o Temer não foi ao meu Estado preocupado com os venezuelanos. Naquele exato momento, houve aquela fala infeliz do Diretor Geral da Polícia Federal sobre querer arquivar o inquérito que apura se o decreto do Temer favoreceu ou não favoreceu alguns empresários. Ele já falou que o inquérito não tinha apurado nada, e o inquérito ainda estava em andamento. Então, aquela fala estava deixando o Governo constrangido e ia tomar todo o Carnaval. Ele, rapidamente, pegou o avião e foi fazer nova pauta; foi a Roraima debater isso. Ele sequer foi ao local onde as pessoas estão – foi ao Palácio. Se a reunião podia ser no Palácio, que fizesse no Palácio do Governo Federal. Era só chamar as pessoas envolvidas. Então, eu vejo sempre o Governo Temer fazendo verdadeiros espetáculos, fazendo politicagem em cima da dor, da necessidade, do anseio e do sofrimento do povo brasileiro e do povo venezuelano.

Para mim, algumas das básicas funções de um Senador são, naturalmente, legislar para o bem da sociedade, em nome do seu povo, e fiscalizar, Senador João Capiberibe, os atos do Executivo, o que V. Ex^a faz muito bem. E nós temos feito isso aqui e vamos continuar fazendo. Vou continuar fazendo.

Portanto, eu quero concluir a minha fala com a tranquilidade de que hoje a população aprova porque a população grita por segurança, que está falida.



Agora, veja: como o Exército Brasileiro assume um comando desse e não tem poder de polícia? Não tem poder de polícia. Olha o risco! Olha o risco de ele macular o nome do Exército Brasileiro! O General Braga Netto vai para lá, vai comandar, vai ter dinheiro, vai ter orçamento, mas não tem o poder de polícia. E aí, se a polícia lá perdeu a credibilidade – a PM e Civil –, e o General não tem com os seus comandados o poder de polícia? Então, parece-me que aí há uma grande armadilha, um grande perigo.

Eu não estou aqui torcendo para não dar certo – muito pelo contrário, eu quero que dê muito certo, porque sei que o Exército, quando assumiu esse papel, assumiu com o sentimento de brasilidade, de patriotismo e, sobretudo, de trazer a ordem para o nosso País.

Agora, é preciso verificar que, não só pela disciplina, o Exército tem porque tem que cumprir uma determinada missão, mas acho que tem instrumentos. Além do poder de decisão, de uma parte orçamentária, é preciso definir essa questão do poder de polícia.

E, no meu Estado, fica o apelo para que os recursos sejam destinados, porque hoje os venezuelanos, no meu Estado, estão na chuva, não têm abrigo, não têm alimentação, não têm sequer banheiros químicos, etc., para suas necessidades, estão em praças, estão nas ruas, estão abandonados.

E o Temer esteve lá, fazendo politicagem. Fez uma medida provisória, que está aí.

Só espero que esse dinheiro não seja administrado pelos mesmos que roubaram o dinheiro do Minha Casa, Minha Vida. Se roubam os brasileiros pobres do Minha Casa, Minha Vida, imaginem os venezuelanos. Mas, vou fiscalizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, a Sr^a Ângela Portela deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio de Castro.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Por solicitação da Presidência, a Presidência informa que, em virtude da vigência do Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, fica suspensa, enquanto perdurar a intervenção do Estado do Rio de Janeiro, a tramitação, no Senado Federal, de qualquer proposta de emenda à Constituição Federal, inclusive discussão e votação, nos termos do art. 60, §1º, da Constituição.

Fica, portanto, suspensa a tramitação da reforma da previdência na vigência desta intervenção.

Convido a Senadora Ângela Portela para usar a tribuna do Senado.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, tenho falado com muita frequência aqui, no plenário do Senado Federal, sobre a situação grave que Roraima enfrenta, o fluxo migratório intenso em nosso Estado. Mas, tardiamente, o Governo Temer, enfim, reagiu e foi a Roraima para ver como estava a situação dos refugiados venezuelanos em nosso Estado.

Uma delegação de ministros, em primeiro lugar, e depois a própria presença do Presidente numa reunião que envolveu toda a classe política de Roraima, com o intuito de buscar uma solução ou, pelo menos, amenizar os problemas enfrentados tanto pelos roraimenses, quanto pelos venezuelanos.



À parte o jogo político, puderam constatar o Presidente e seus ministros os problemas que temos denunciado aqui, no plenário deste Senado Federal, inúmeras vezes, como a elevada proporção de migrantes, que já supera os 10% só na nossa capital Boa Vista.

É evidente que o Estado não dispõe de infraestrutura suficiente para fazer frente a essa brutal e inesperada demanda.

O Presidente anunciou, depois, um pacote de medidas com as quais pretende enfrentar essa crise. Muitas delas são providências que já defendemos aqui, no plenário do Senado, como a possibilidade de aproveitar as capacidades de trabalho dos migrantes, muitos dos quais têm escolaridade acima da média. Segundo dados da Polícia Federal, em torno de 25% dos venezuelanos em Roraima têm nível superior.

Esse pacote anunciado, porém, deixa dúvidas. Nada há de preciso nas medidas mais importantes. Não se sabe sequer o volume de recursos envolvidos, recursos que são indispensáveis para um Estado já extenuado financeiramente pelo desafio que enfrenta com essa crise há dois anos.

De resto, ficou a sensação de que parcela substancial da medida provisória assinada pelo Presidente se resume a ações já previstas pela legislação brasileira, em especial a Lei de Migração – que nós aprovamos aqui no ano passado e que foi promulgada em 24 de maio de 2017.

A verdade é que faltam à Roraima os instrumentos essenciais para fazer frente a essa onda migratória, ainda mais envolvendo Municípios tão pequenos como Pacaraima. Mesmo Boa Vista, nossa capital, que tem mais de 300 mil habitantes, não tem como suportar, em curto prazo, o ingresso de mais de 50 mil pessoas, quase todas famintas e sem horizontes.

Os problemas maiores se refletem na vida urbana: os milhares de imigrantes circulam pelas ruas; ao menos 25% deles estão em situação de rua, morando nas praças, debaixo de árvores, com crianças, com adolescentes, com recém-nascidos. É uma situação de dar dó. Os abrigos estão superlotados e os próprios venezuelanos já os evitam não apenas pela superlotação, mas também por alegarem insegurança.

O panorama urbano se deteriorou drasticamente. Nossa capital está numa situação de penúria. Uma cidade linda, bonita, mas com um ambiente totalmente deteriorado diante desse cenário de horror, de pessoas, de seres humanos perambulando pelas ruas, pedindo emprego, pedindo comida. A mídia tem mostrado isso para todo o Brasil.

Inevitavelmente, criou-se forte demanda dos serviços de saúde, educação e segurança, impactados com a enorme procura dos imigrantes debilitados. A rede local está há meses, há anos em situação crítica. Ações emergenciais se tornaram imprescindíveis, como a vacinação que se tem feito em áreas de larga concentração de imigrantes venezuelanos, como na Praça Simón Bolívar.

Nesse final de semana, houve imunização contra o sarampo, doença já erradicada do Brasil, mas identificada entre os imigrantes. A média de vacinação superou 700 por dia. A ação mais incisiva na fronteira, caso da adoção de barreira sanitária, foi solicitada pela Governadora Suely Campos durante videoconferência realizada ainda em dezembro de 2016. Após esse diálogo, o Presidente prometeu tomar providências, mas a barreira nunca foi instalada.

Veja bem, Sr. Presidente, a Governadora participou de uma videoconferência com o Presidente em 2016, solicitando o apoio para a instalação de uma barreira sanitária lá em Roraima. O resultado é que ingressam no Brasil portadores de diversas doenças contagiosas, como é o caso do sarampo, identificado nesse fim de semana.



Então, ela pediu, mas o Presidente não instalou a barreira, como ela havia solicitado ainda em 2016.

Na educação também existe forte demanda por parte das famílias venezuelanas, que costumam migrar com filhos pequenos. A proximidade da abertura do ano letivo agravará mais ainda essa situação.

O impacto da imigração venezuelana aumentou em 70% a pressão sobre a rede de saúde e tende a chegar ao mesmo nível na rede de educação à medida que a presença dos imigrantes se torne mais estável. Impacto mais difícil de mensurar se dá sobre a segurança, mas é também extremamente elevado.

A economia de Roraima é fortemente atingida pela presença dos venezuelanos, que altera de forma dramática a correlação entre oferta e demanda de empregos.

É na segurança que se registram episódios mais dramáticos, que pressionam por soluções mais urgentes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a responsabilidade fundamental é do Governo Federal. O art. 21 da Constituição diz que compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais. O inciso XXII do mesmo artigo estabelece como competência privativa executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras. Também é de competência exclusiva da União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas.

Pelo art. 22, apenas a União pode legislar sobre imigração e emigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros. Impõe-se, portanto, que se tomem medidas urgentes para socorrer Roraima. É fundamental. É urgente.

Essa necessidade tornou-se dramática no que se refere a abrigo e atendimento emergencial aos imigrantes, inclusive sob a forma de tendas e acampamentos com infraestrutura básica.

Nós vimos aqui o Senador Telmário denunciando a grave situação diante das chuvas. Há filas imensas de imigrantes debaixo das construções dos prédios, procurando um espaçozinho pequeno, mínimo, para não se molharem nas chuvas com seus filhos, com suas crianças. Isso já ocorreu em episódios recentes, como no Acre. Trata-se de solução paliativa, embora indispensável, e não dispensa a adoção também de medidas de caráter permanente, mais tarde.

É indispensável também que se forneça a Roraima um reforço à segurança pública. Não se pode conviver com a atual condição de incerteza tanto para os roraimenses quanto para os venezuelanos.

É evidente a necessidade de auxílio emergencial às redes de saúde, educação e segurança, com possibilidade de se tornar permanente no trato de problemas que se mostrem estáveis. O envio de medicamentos e de equipamentos médicos é essencial, mas não se esgota na ajuda de emergência. Deve-se levar em conta a possibilidade de permanência dos migrantes por período mais longo.

Enfim, Sr. Presidente, precisa-se desenvolver uma política de amparo no que se refere ao aproveitamento do potencial econômico dos migrantes, como planejamento e execução de planos para sua transferência a outras áreas do País e acesso a emprego e renda. Inclusive, este aproveitamento, este remanejamento – o envio de imigrantes venezuelanos com nível superior, com preparo profissional – está previsto numa das medidas solicitadas pela Governadora Suely Campos ao Governo Federal.

Só o Governo Federal tem instrumentos para enfrentar essa situação, e é absolutamente necessário que o faça com o empenho e a firmeza que, até agora, não demonstrou.



Sr. Presidente, eu queria também tratar de um outro assunto que é muito relevante para o nosso País: a questão da segurança pública. Como nós já falamos aqui, há necessidade em função do intenso fluxo migratório, mas também em função de tudo isso que tem ocorrido no Brasil inteiro – no Rio de Janeiro, no Ceará e no Rio Grande do Norte.

Nós vimos que o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado elegeram a segurança pública como prioridade máxima para o ano legislativo de 2018. De fato, é preciso concordar que o tema aflige, de maneira aguda, o dia a dia das famílias brasileiras, nas grandes, médias e pequenas cidades do nosso País. Priorizar a segurança pública é, sim, uma absoluta necessidade.

Não podemos nos esquecer, porém, dos outros dois temas que mais preocupam os brasileiros e que andam esquecidos pelos nossos governantes. Refiro-me à saúde e à educação públicas de qualidade, cuja promoção é competência do Estado brasileiro, mas que, a cada dia, estão mais distantes dos cidadãos e das cidadãs deste País.

Levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Municípios, que, para tanto, baseou-se em dados do Tesouro Nacional, revela o total descaso do Governo Michel Temer para com a saúde e a educação no Brasil.

Antes de mencionar os resultados, é preciso que nos recordemos do decantado teto de gastos públicos – vamos nos lembrar dele –, tão defendido pela equipe econômica e aprovado aqui, no Congresso, contra o meu voto e contra os votos de toda a oposição. Um dos argumentos utilizados para a aprovação da medida era que, até o ano de 2017, os gastos com saúde e educação não se submeteriam ao teto de gastos exatamente para que o teto não virasse piso. Isso quer dizer que, a partir deste ano de 2018, essas despesas passaram a ser corrigidas estritamente pela inflação, sem considerar eventuais aumentos reais da arrecadação, ou mesmo as necessidades crescentes da população brasileira.

É aí que voltamos ao levantamento da Confederação Nacional dos Municípios. Em 2017, os gastos do Governo com saúde e educação caíram 3,1% em relação a 2016, já descontada a inflação do período. Na área de saúde, o gasto efetivo foi de R\$107 bilhões, sendo que o piso era de R\$109 bilhões. São R\$2 bilhões a menos, que fazem muita falta a quem mais precisa, ou seja, o cidadão mais pobre, que se amontoa nos corredores dos hospitais em busca de atendimento médico.

Em sua defesa, o Governo Temer pode dizer que empenhou R\$114 bilhões, e, portanto, cumpriu a exigência constitucional. Todos sabemos, entretanto, que o que vale mesmo é o dinheiro efetivamente gasto, ou seja, o recurso que não está apenas num pedaço de papel, e que chega em forma de benefícios reais ao País, ao povo.

A situação se torna ainda mais aguda quando consideramos as reduções reais de 18,7% na assistência farmacêutica e de 7,7% na atenção básica, áreas fundamentais da assistência à saúde do brasileiro.

Na área de educação, além de praticamente acabar com o Fies, o Governo promoveu, em 2017, uma queda real...

(Soa a campanha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... dos gastos em 3,5%.

Trata-se de uma realidade ao mesmo tempo triste e inaceitável. É uma clara demonstração da desídia com que o Governo Temer trata a educação no Brasil, que se reflete no sucateamento das nossas universidades federais e dos institutos federais de educação.



Infelizmente, a situação tende a se agravar, e muito, com a aplicação do teto de gastos à saúde e à educação, que será implantado a partir deste ano de 2018. Trocando em miúdos, a despeito de qualquer recuperação econômica e sem considerar as necessidades crescentes da população brasileira, a correção das despesas com essas áreas fundamentais ficará restrita à inflação do ano anterior.

Mais uma vez, como tem sido a tônica do Governo Temer e de seus aliados, o povo brasileiro é colocado em último plano.

Nas primeiras filas, como sempre, estão os ricos, os banqueiros...

(Soa a campanha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... os rentistas. Isso é inaceitável, Sr. Presidente.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigada pelo tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio de Castro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES) – Senadora Ângela Portela, quero, em nome do Estado do Espírito Santo, solidarizar-me com Roraima nessa situação difícil de acolhimento dos venezuelanos. Pessoalmente, estou junto com a posição da Senadora na responsabilização clara do Governo Federal em assumir, resolver e dar o tratamento previsto na Constituição a essa quantidade de venezuelanos que estão chegando a Roraima.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. *Fora do microfone.*) – Obrigada pela solidariedade.

(O Sr. Sérgio de Castro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Com a palavra o Senador Sérgio de Castro, do Espírito Santo.

O SR. SÉRGIO DE CASTRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Lindbergh, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores, ouvintes, internautas, eu não poderia, na minha passagem aqui pelo Senado Federal, deixar de fazer uma homenagem a uma das associações mais importantes do mundo. Refiro-me ao Rotary Internacional, um clube de serviços que tem prestado relevantes serviços ao Brasil e ao mundo.

Venho a esta tribuna ressaltar a grande contribuição do Rotary para o nosso País. Há mais de 40 anos, faço parte dessa associação inspiradora, enraizada em cada canto dos Estados brasileiros. O Rotary cria laços de colaboração, faz parcerias com diversos grupos e organizações. O lema é a agregação de valores, porque unidos somos mais fortes. E isso vale para a política, vale para iniciativas empreendedoras, vale para a nossa vida cotidiana. Os programas do Rotary fomentam a compreensão mundial, criam amizades e fazem uma grande diferença no mundo.

Quando nasci, meu pai já era rotariano. Sou rotariano, com muito orgulho, há décadas. Uso este escudinho do Rotary aqui em todos os lugares a que vou. Faço questão de contribuir com as iniciativas dessa associação. Afinal, essa importante entidade teve papel primordial na minha vida social e profissional.

Para se envolver com o Rotary, é preciso somente doar o seu tempo, a sua energia, o seu entusiasmo. No momento em que a desagregação coletiva ameaça a nossa coesão social, entidades



associativas ganham importância estratégica para manter laços. Estamos aqui para passar essa mensagem, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras. É possível construir projetos e firmar parcerias. Falo com o testemunho de minha vida pessoal e de décadas de serviços prestados à atividade empresarial no Espírito Santo.

É necessário fazermos aqui um sobrevoo histórico sobre o Rotary em todo o mundo. Eu sei que a maioria dos Senadores e das Senadoras conhece o Rotary, mas é uma oportunidade de fazer essa associação ser mais conhecida em todo o Brasil.

Os rotarianos se dedicam a ajudar a humanidade há mais de 110 anos. Com cerca de 35 mil Rotary Clubs em 217 países, os rotarianos realizam milhares de projetos para ajudar comunidades e ajudar pessoas. No Brasil, temos cerca de 2.400 Rotary Clubs, onde se exercita o companheirismo, cultiva-se a amizade e há um apoio recíproco. A regra nº 1 do rotariano é a prática do princípio de dar de si antes de pensar em si.

Essa organização internacional, composta por cerca de 1,2 milhão de associados, sendo de 14 mil no Brasil, começou com a visão de um homem, de um advogado, Paul Harris. Ele formou o Rotary Club de Chicago, no dia 23 de fevereiro de 1905, para que profissionais de diferentes setores pudessem interagir, fortalecer seus vínculos de amizade e ajudar diferentes comunidades.

Srs. Parlamentares, o nome Rotary surgiu da prática inicial de fazer o rodízio das reuniões entre os escritórios de cada associado. Os rotarianos não só presenciaram grandes eventos históricos, como também fizeram parte deles. Depois de apenas 16 anos da sua fundação, o Rotary já tinha clubes em seis continentes. Hoje trabalha em diversas partes do globo, a fim de superar grandes desafios, especialmente na resolução de conflitos, na promoção da paz.

A associação perseverou em épocas difíceis. Durante a Segunda Guerra Mundial, Rotary Clubs da Alemanha, Áustria, Itália, Espanha e do Japão foram forçados a fechar suas portas. Apesar dos riscos, vários continuaram se encontrando informalmente e, após a guerra, juntaram-se para reconstruir seus clubes e países.

Rotarianos são comprometidos com trabalhos humanitários e não têm medo de sonhar alto e definir metas ambiciosas. Começaram uma luta contra a poliomielite em 1979, com um projeto para imunizar 6 milhões de crianças nas Filipinas. Fizeram um progresso incrível: em 1988, a doença assolava mais de 125 nações; hoje, pelo trabalho, pela perseverança do Rotary, são apenas três países com a endemia.

Somos cerca de 1,2 milhão de líderes comunitários, amigos, vizinhos e solucionadores de problemas, gente disposta a transformar suas comunidades. E, para fazer isso, é preciso compromisso, visão de futuro e capacidade de ação. Com dedicação, energia e inteligência, nossos associados ajudam a humanidade há mais de 110 anos, repito. Os projetos sustentáveis envolvem alfabetização e educação, promoção da paz, combate a doenças, saúde e recursos hídricos. Estamos sempre procurando maneiras de criar um mundo melhor.

Se você for convidado a participar de um Rotary Club, aceite. Isso pode fazer uma grande diferença, para melhor, em sua vida, na vida da sua família, da sua comunidade. Dou meu testemunho, desta importante tribuna, de que o Rotary é uma associação inspiradora.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Sérgio de Castro, o Sr. Lindbergh Farias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Sérgio de Castro.

Dando continuidade às nossas comunicações, tem a palavra o Senador Lindbergh, pelo PT, do Rio de Janeiro.

Antes, porém, eu tenho uma comunicação urgente do meu Estado e aproveito, portanto, a sentada à mesa, uma vez que é uma comunicação.

Trata-se de uma situação grave que pode acontecer nos próximos momentos, aquilo que aconteceu em Mariana, um desastre ambiental, uma vez que lá, próximo à capital do Pará, há uma indústria de alumínio que antigamente era da Vale do Rio Doce e atualmente é da indústria Hydro, que tem as chamadas contenções de rejeitos da indústria de alumínio. As chuvas intensas na região estão deixando as bacias de resíduos tóxicos na iminência de vazamento de uma chamada lama verde.

Agora mesmo, foi denunciado pelas comunidades de lá, e um dos principais jornais do Estado sai com sua principal manchete desta segunda-feira: "Lama avermelhada assusta comunidades em Barcarena".

Eu próprio já tinha tomado uma iniciativa na sexta-feira, chamando a atenção e comunicando ao Ministério Público estadual para que vá à comunidade fazer a averiguação, a investigação, para que se apurem essas denúncias de iminência de rompimento e que, imediatamente, chamem a atenção dos responsáveis para que não aconteça esse grave desastre ambiental no nosso Estado.

Também apelei ao Governador do Estado para que mande a sua Secretaria de Meio Ambiente para cumprir o dever do Governo do Estado na investigação desse tipo de coisa para haver a prevenção e não acontecer esse desastre econômico e ecológico numa região tão próxima de Belém.

Era essa a comunicação que eu queria fazer, e registro a comunicação nos *Anais* da Casa com meu discurso completo.

Dando prosseguimento, portanto, tem a palavra o Senador Lindbergh Farias, do PT, do Rio de Janeiro, que fala pela Liderança da Bancada do PT.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO ROCHA. (Vide item 3.1.2 do Sumário)

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO ROCHA.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.2 do Sumário)

Matérias referidas:

- "Lama avermelhada assusta comunidades em Barcarena", O Liberal;
- "Água avermelhada atemoriza Barcarena", O Liberal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, subo a esta tribuna para falar dessa intervenção federal no Rio de Janeiro, de outra medida profundamente irresponsável deste Governo do PMDB, desta coalizão do Governo do Temer, porque é o PMDB do Rio de Janeiro, do Pezão, do Eduardo Cunha, deste Presidente Temer, daqueles que conspiraram e que deram o golpe contra a Presidente eleita democraticamente, colocando o País numa grave crise política e econômica, que dá outra cartada, tão irresponsável. E dão essa cartada porque o golpe deu errado.



Eles imaginavam o quê? Era o Eduardo Cunha, Presidente da Câmara, o PMDB do Rio e de todo o País e Temer. Eles imaginavam que iriam tirar a Dilma e a economia iria se recuperar, porque o problema era de confiança dos empresários. A economia não se recuperou, apesar da torcida deles. A gente vê o número de desempregados no último mês de dezembro de 2017. Mas eles achavam também que, a partir do afastamento da Dilma, a perseguição ao Presidente Lula, pelo Juiz Sérgio Moro e pela TV Globo, eles iriam liquidar o PT e o Lula, e iria aparecer um candidato, um "tucano" para ser eleito Presidente da República em 2018. Esse roteiro deu errado. Eles não têm um candidato do lado de lá para defender essas políticas.

E ficou muito claro também, Senador Paulo Rocha, que ninguém vai ser eleito neste País defendendo a bandeira da reforma da previdência, da reforma trabalhista, da retirada de direitos. Ninguém vai ser eleito Presidente da República defendendo essa agenda impopular, essa agenda neoliberal impopular. Então, o que fez o Temer? Tomou a atitude, com seus comparsas, de criar um factóide político, mais preocupado em tentar criar uma alternativa para 2018 do que com segurança pública no Rio de Janeiro.

Tivemos um carnaval marcadamente anti-Temer. Tivemos o Paraíso do Tuiuti. Havia uma luta organizada contra a reforma da previdência. E eles sabiam que não tinham votos para aprovar a reforma da previdência. Aí vieram com essa medida, sobre a qual eu quero aqui dialogar com você, porque eu sei que todo mundo está querendo que a segurança melhore no seu Estado, mas, infelizmente, com essa medida, não vai melhorar. É uma jogada política dessa quadrilha que está instalada aí no poder.

E foi feita sem planejamento algum. O General Braga Netto, Deputado Pimenta, Líder do PT na Câmara, que chega aqui ao Senado... O General Braga Netto soube, na quinta-feira pela manhã, desse plano de intervenção. Até quarta, ele estava de férias.

O Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara, não sabia! Tanto é, que eles não apresentaram plano algum, porque estão agora correndo atrás, para tentar elaborar um plano. As coisas foram feitas dessa forma.

Eu... Sinceramente, a situação do Rio é grave, e eu quero discutir aqui medidas em relação à crise do Rio de Janeiro, que não é só uma crise na área de segurança pública: é em várias áreas.

Mas, o Senador Humberto Costa me antecedeu... Os números do Carnaval do Rio de Janeiro, divulgados pelo ISP, que é um instituto sério que trabalha com dados: de 27 itens, em 16 houve redução.

É claro que houve o papel da Rede Globo. E eu quero chamar a atenção para uma coisa também. Aquela aliança do golpe que, em determinado momento, houve um estremecimento está refeita. É a turma do PMDB do Temer novamente com a Rede Globo, defendendo essa intervenção, para tentar ver se, daí, sai um candidato do lado deles. Bolsonarismo sem Bolsonaro. Que tal tirar um capitão e colocar um general? Porque defender a política deles não elege ninguém, Deputado Paulo Pimenta. Defender a retirada de direitos não elege ninguém. Então eles vão por esse outro caminho.

Eu quero também dizer, e eu vou perguntar aqui ao Presidente do Senado, Senador Eunício Oliveira, porque eu tenho aqui a relação de Estados que tem número de homicídios por 100 mil habitantes superior ao Rio de Janeiro também.

A situação é grave em todo o País: Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Pará, Acre, Bahia, Amapá, Goiás, Ceará, Mato Grosso, Paraíba... E sabe por que a situação se agravou? E eu quero falar disso aqui agora. Por irresponsabilidade dessa política econômica. É



uma política de austeridade suicida, que está retirando dinheiro da assistência social, da saúde, da educação e da segurança pública.

Qual é a moral do Temer, que pegou um Orçamento, em 2016, de R\$6,1 bilhões para a segurança pública? Sabe para quanto ele reduziu em 2018? Para R\$3,9 bilhões. Só que contingenciaram R\$1 bilhão. Então, o Orçamento sai de R\$6,1 bi para R\$2,9 bi. Então, este Governo é responsável pelo agravamento da crise de segurança no País. É a política do Estado mínimo do mínimo. É o Estado saindo de tudo que é área.

Eu quero trazer dados aqui para vocês. O repasse para os Estados, em dois anos, na rubrica "segurança pública", foi reduzido em 50%.

E aqui, quando eu falo do Rio de Janeiro... Porque, de fato, a situação do Rio de Janeiro é dramática, nas mais diversas áreas: filas nos hospitais; a queda do investimento em saúde no Rio de Janeiro (caiu de 5,6 bilhões, em 2014, para 3,6 bilhões. Perda de R\$2 bi); são filas e filas nos hospitais públicos. Cadê o Governo do Temer para ajudar a saúde pública? Nada! Ausência no Rio de Janeiro. Cadê uma intervenção para ajudar nesse ponto? Nada.

Mas não é só isso. A educação do Rio de Janeiro: o orçamento cai, de 7,1 bi, para 5,9 bi. Os senhores viram o drama da UERJ. Quantas vezes nós falamos da tribuna, procuramos o Ministério da Educação, para intervir, para salvar a UERJ? Várias vezes. Cadê a intervenção na educação do Rio de Janeiro? Nada!

Assistência social. Na assistência social, a queda é de 683 milhões para 219 milhões. Havia um programa no Rio, o Renda Melhor, que atendia aos mais pobres. Eles acabaram com isso. Cadê o Governo Federal, para ajudar esse programa na área de assistência social? Nada!

Em obras e urbanismo, a queda é maior: de 3,3 bi para 370 milhões. Isso aqui é emprego. Nenhum Estado perdeu tanto emprego quanto o Rio de Janeiro, principalmente pelas políticas do Temer.

O fim da política de conteúdo local. O Governo do Presidente Lula tinha reativado a indústria naval, dezenas de milhares de empregos. Todos os estaleiros estão completamente fechados.

O mais grave, Deputado Pimenta, Senador Paulo Rocha, é que, nesse período, quando a gente olha para o Orçamento do Governo Federal, o que a gente vê são cortes. Eu já falei: o orçamento de segurança, em 2016, era 6,1 bi; e estamos gastando em 2018, agora, 2,9 bi.

Mas eu quero trazer algumas rubricas muito concretas. Aqui há uma que é "o fortalecimento das instituições de segurança pública, apoio a Estados e Municípios." Sabe de quanto é o recuo? De 535 milhões para 56 milhões – um corte de 90%! É sério este Governo falar agora que a segurança pública é prioridade dele?

Política pública sobre drogas. De 156 milhões para 18: um corte de 88%.

Prevenção à violência e criminalidade. De 56 milhões para 6: corte de 89%.

Prevenção de uso ou abuso de drogas. De 70 milhões para 26: corte de 62%.

Valorização de profissionais e operadores de segurança pública. Um corte de 28 milhões para três milhões: corte de 86%.

E por aí vai.

Então, eu quero aqui afirmar, em alto e bom som: a culpa do agravamento da crise de segurança pública é deste Governo e é dessa política econômica de austeridade fiscal.

Eu só quero, para entrar no debate sobre o emprego das Forças Armadas em situações como essa do Rio de Janeiro... Antes de entrar, eu quero trazer mais dois dados: o efeito da Emenda à



Constituição nº 95, essa emenda constitucional do teto dos gastos. Ela vai ter um efeito devastador na segurança pública, na educação, na saúde, na assistência social.

Deputado Paulo Pimenta, para você ver: a partir da Emenda à Constituição nº 95, o orçamento de transferência aos Estados de verbas para a educação vai cair, de 7,9 bi, para 6,3 bi. E, no do Ministério da Justiça, a queda é de 1,8 bi para 0,7: ou seja, 700 milhões.

Então, esse é um ponto que tem que ser colocado no debate. O Temer – e essa política – é responsável pelo agravamento da situação da segurança pública.

Agora, eu quero dialogar com você que é morador do Rio de Janeiro ou de outra capital do País e está, de fato, muito preocupado com a situação da segurança pública, do aumento da violência. Eu, sinceramente, tenho coragem de subir a esta tribuna para dizer que, infelizmente, o uso das Forças Armadas, numa situação como essa, não vai resolver o problema, porque elas não são feitas para isso.

(Interrupção do som.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É outro tipo de treinamento. *(Fora do microfone.)*

Eles são treinados para a guerra, não para situações como essa.

E eu quero começar argumentando, recorrendo à fala não de um Senador do PT ou da oposição, mas à fala do Comandante do Exército, General Villas Bôas, no Senado Federal.

O General Villas Bôas veio aqui, no Senado Federal, e ele fez o seguinte depoimento, porque o Exército ficou 14 meses na favela da Maré; gastou R\$600 milhões – R\$600 milhões –, e eu queria que os senhores ouvissem aqui o que fala o Comandante do Exército, porque, se esses R\$600 milhões fossem investidos na favela da Maré, em intervenção social, em políticas públicas, em projetos para a juventude, para a geração de empregos, ou para reequipar a polícia do Rio de Janeiro – porque a Polícia do Rio de Janeiro está completamente sem estrutura: não tem gasolina para os carros, não tem nada! Eu visitei uma delegacia da Polícia Civil no Rio de Janeiro. O banheiro estava interditado, não tinha limpeza... Eles não conseguiam nem imprimir o que estavam fazendo, porque não tinham impressora... Não tinham nada!

Então, o Governo Federal podia, na verdade, ter ajudado. Mas não: gastamos R\$600 milhões na favela da Maré.

Diz o Comandante Eduardo Villas Bôas:

O último grande emprego nosso foi na comunidade da Maré, no Rio de Janeiro. É uma comunidade de 130 mil habitantes. Nós ficamos lá por 14 meses. Eu, periodicamente, ia até lá e acompanhava o nosso pessoal, as nossas patrulhas na rua. E um dia me dei conta, Senador Requião [ele se dirige ao Senador Requião]: os nossos soldados, atentos, preocupados, são vielas, armados; e, passando crianças, senhoras, eu pensei: estamos aqui apontando armas para a população brasileira! Nós somos uma sociedade doente.

Quem fala isso é o Comandante do Exército, General Villas Bôas.

E continua: "E lá ficamos 14 meses. Do dia em que saímos, uma semana depois, tudo havia voltado ao que era antes. Então, temos que realmente repensar esse modelo de emprego, porque é desgastante, perigoso e inócuo."

Senhores, senhoras, vejam bem: o Comandante do Exército, depois de 14 meses na favela da Maré, diz: "Temos realmente que repensar esse modelo de emprego, porque é desgastante, perigoso e inócuo".



Eu fico vendo o tamanho da irresponsabilidade dessa turma do Temer e do PMDB, do Pezão, ao fazerem isso, ao jogarem as Forças Armadas nessa situação. Jovens de 18 a 19 anos, que são soldados, que fazem treinamento na selva, que têm pouca ou nenhuma experiência em combate, colocados em territórios que eles desconhecem, no meio da população, para combaterem. É uma desumanidade.

Qualquer vítima militar ou civil desse circo será responsabilidade direta de Temer, de Pezão, da Rede Globo e de todos que estão colocando o Rio de Janeiro nessa cilada.

Senhores, eu quero continuar com o General Villas Bôas.

O General Villas Bôas, em uma entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo*, em 15 de janeiro deste ano, Senador Jorge Viana... Parece que ele estava antevendo. Perguntaram a ele o seguinte: "O senhor teme o uso político das Forças Armadas para a segurança pública próximo das eleições? Ele responde: Há preocupação de uso político das Forças Armadas com a proximidade das eleições, porque governos, não querendo sofrer desgastes políticos com a população e em determinadas situações, por comodidade solicitam intervenção federal."

E, na verdade, foi isso que aconteceu. O Governo Temer nas cordas; não tinha mais nada. Foi o Carnaval contra ele. Reforma da previdência não tinha votos... Um governo desmoralizado, que acabava antes do tempo... E ele vem com isso. Mas utiliza o patrimônio das Forças Armadas numa empreitada irresponsável como essa.

O General Villas Bôas, lá na comissão, disse que as Forças Armadas não gostam desse uso delas.

E eu encerro falando no último ponto da entrevista do General Villas Bôas. A pergunta é se existe preocupação com a contaminação de crimes nas tropas federais. E ele fala que sim. Houve casos isolados no Rio de Janeiro. Esse aqui, Senador Jorge Viana, é um ponto seriíssimo. O senhor sabe que aqui na América Latina, onde colocaram Forças Armadas para combater o narcotráfico, nós tivemos, infelizmente, a cooptação de setores importantes das Forças Armadas. Foi o caso da Colômbia, foi o caso do Peru e do México. O narcotráfico entrou em parcelas importantes das Forças Armadas. Nesse sentido, é uma irresponsabilidade fazermos isso.

Eu quero trazer aqui também... Você sabe que essa sempre foi a política do governo norte-americano: a exigência para as Forças Armadas dos países aqui da América Latina. Eu quero trazer um depoimento rápido do ex-Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim.

O ex-Chanceler Celso Amorim observa que esse pensamento de que Forças Armadas devem combater narcotráfico é lamentável.

Eu [fala Celso Amorim] convivo com essa questão há muitos anos. Eu fui ministro das Relações Exteriores na época do Governo Itamar. Na ocasião, veio o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, William Perry, e, como na época não havia ministro da Defesa, eu o recebi. Embora ele tivesse contato com vários comandos, todos estavam muito preocupados com essa ideia de transformar as Forças Armadas brasileiras em instrumento de combate à criminalidade. Essa era a agenda norte-americana. Eles, Estados Unidos, diziam algo como: 'Olha, de segurança externa e defesa cuidamos nós'. [Isso foi o que eles impuseram no México e deu muito errado para o México]. De fato [aí conta aqui a experiência que aconteceu no México], a experiência do México, nesse aspecto, tem sido desastrosa. Desde 2005, quando o Presidente Fox envolveu as Forças Armadas mexicanas no combate ao narcotráfico, ao contrabando, o Exército e a população vivem um pesadelo



crescente. Conforme estimativas conservadoras, mais de 100 mil pessoas foram assassinadas nessa guerra inventada pelos Estados Unidos, a maioria civis inocentes.

Então, essa é a fala do General Villas Bôas.

Agora – vou para outro ponto –, sabe qual era a verdadeira função das Forças Armadas numa situação como essa, junto com a Polícia Federal? Proteger as fronteiras, a entrada de drogas e armas. Isso é fundamental. Nós estamos deslocando recursos e as Forças Armadas desse papel para fazer o papel de polícia interna no Estado do Rio de Janeiro – um equívoco, equívoco total. E eu quero mostrar isso com dados.

Nós temos o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), Senador Paulo Rocha. O orçamento que a Presidenta Dilma deixou, em 2016, para o Sisfron: 276 milhões. Sabe para quanto caiu agora? Para 132 milhões. E nós estamos tirando presença física de homens das Forças Armadas das fronteiras para fazer o trabalho de polícia interna.

Por fim, senhores, tema mais difícil é este que eu quero debater e dialogar, porque sei aqui que há uma torcida muito grande – e é a minha torcida – para que a situação se resolva, para que melhore a situação da segurança pública no País. Só que estou convencido de que para fazer isso tem que haver investigação e inteligência, e é tudo o que não existe no País. Não existem investigação e inteligência.

Os senhores acreditam que a resolução de homicídios no Brasil é de menos de 1%? Ou seja, de 100 assassinatos, menos de um é resolvido. Sabe quantos são investigados? São investigados 6%; o resto nem é investigado. Eu vou falar disso à frente, porque nós temos aqui uma situação em que o maior contingente policial nosso, que é o policial militar, não investiga, porque é proibido pela Constituição, o que é um grave equívoco.

Nós estamos fazendo o quê? Nós estamos insistindo numa tese que é fracassada no mundo e também no Brasil, que é a tese da guerra às drogas, de achar que com emprego militar nós vamos resolver isso aqui. Não resolve, porque sabe o que existe no meio de tudo isso? Moradores, trabalhadores, cidadãos, pessoas. Essa guerra às drogas tem levado à mortandade no País. São mais de 60 mil assassinatos por ano! Nós temos a polícia que mais mata e a polícia que mais morre. Os policiais estão sendo vítimas de todo esse processo, e sem estrutura alguma. No Rio de Janeiro, eles não têm condição nenhuma para trabalhar! E ficamos insistindo nessa guerra às drogas. Isso não funciona. O que funcionaria é investigação, é inteligência. O Exército não vai fazer investigação. No Exército, o garoto de 18, 19 anos é preparado para a guerra, para atirar no outro lado.

A minha preocupação aqui, Senador Jorge Viana, é com as pessoas que estão nas comunidades, porque lá na Rocinha 99,9% são trabalhadores honestos, homens de bem, que cuidam das suas famílias. Eu fui Relator da CPI sobre extermínio da juventude negra e fui a várias favelas, Senador Jorge Viana. Sabe qual é o desespero de uma mãe que tem um filho de 18 anos? É gigantesco, num sábado à noite, porque esse jovem vai sair – vai sair à noite, como todo jovem –, e ela tem medo desse jovem ser morto pelo tráfico, pela milícia, infelizmente por uma polícia que, às vezes, age de forma despreparada, dando tiro pra tudo que é lado. Então, essa tese da guerra às drogas e de que uma intervenção militar vai resolver o problema, não funciona.

E, antes de passar ao Senador Jorge Viana, eu digo que o mais cruel de tudo isso é que essa guerra às drogas funciona de forma seletiva nos territórios. Há um processo aqui que é de criminalização da pobreza, porque, veja bem, do mesmo jeito que há venda de drogas na Rocinha,



na Maré, há em Ipanema, há no Leblon, há em Copacabana. Você vê incursões dessa forma, por parte da polícia? Não!

Agora, o Ministro da Defesa informou que eles vão obter um mandado de busca e apreensão coletivo. Sabe o que é isso? Você pega uma comunidade inteira – já tinha sido feito isso na Maré – e você tem um mandado de busca e apreensão coletivo para a favela da Maré. Você pode entrar na casa de qualquer morador. Pergunto daqui ao Ministro Raul Jungmann: vai valer para Ipanema? Vai valer para o Leblon? Vai valer para Copacabana? Ou é só para os pobres, pé na porta? É isso? Há uma criminalização da pobreza junto com essa política de guerra às drogas, e não funciona nada!

Eu tenho apostado, Senador Jorge Viana – e vou conceder o aparte –, que o caminho tem que ser outro. O caminho é investir em inteligência, é investir em investigação, porque você pode desbaratar grupos criminosos com investigação. Mas, volto a falar, aqui no Brasil temos um problema, e isso só acontece no Brasil. Em todas as polícias do mundo há um ciclo completo. O policial que está na ponta, que faz o policiamento ostensivo e preventivo, também investiga.

Tenho uma PEC aqui, Senador Jorge Viana; o Senador Tasso Jereissati tem uma outra PEC, que fala sobre isso também, e sou o Relator. Só que PEC nós não podemos mais aprovar agora. Isto, sim, seria um passo importantíssimo: colocar as nossas polícias militares também com condição de investigar, porque a gente não resolve os problemas, a gente não resolve os homicídios que acontecem no País. E, nesse sentido, a criminalidade fica solta.

Então, essa proposta de acreditar na investigação, no outro caminho, é fundamental, como também é fundamental a gente pedir uma intervenção social. Volto a dizer: o Rio de Janeiro pede isso, as pessoas estão sofrendo no Rio de Janeiro, mas nós queremos intervenção social nas diversas áreas, políticas públicas para a juventude, geração de empregos, educação e saúde.

E encerro dizendo que, quando Lula era Presidente, o famoso traficante da Rocinha chamado Nem deu uma declaração. Ele disse o seguinte: que estava perdendo parte do seu exército para as obras do PAC – geração de empregos. O problema de segurança não é só isso, violência não é só isso, não é só a questão social, mas é também. O que a gente está vendo é um desmonte completo do Estado brasileiro. E agora o Temer utilizando-se dessa forma – volto a dizer, forma oportunista – das Forças Armadas brasileiras para tentar salvar sua pele e dessa quadrilha que governa o País.

Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria cumprimentá-lo, Senador Lindbergh, nosso Líder aqui na Casa, e a todos que me acompanham. Daqui a pouco – eu sou o próximo orador – vou falar e, obviamente, vou falar das dificuldades que o Acre enfrenta por conta das cheias, das chuvas, falar das providências que o Prefeito, o Governador e todos nós podemos e devemos adotar para ajudar nessa hora. Mas é claro que vou subir à tribuna já, já – sou o próximo orador – para falar do problema da segurança. Não tenho nenhuma dúvida de que nós temos, neste momento, um agravamento da crise, que começou quando feriram a democracia fazendo um *impeachment* sem crime de responsabilidade. Agora, estamos sofrendo as consequências dessa intervenção que foi feita pelo Legislativo no Executivo, tirando a Presidente Dilma. A chegada deste Governo ao Palácio significou a destruição das políticas sociais que o Presidente Lula e a Presidente Dilma implementaram, a política do pleno emprego. E aí, usando esse pano de combate à corrupção, desmontaram a estrutura do Estado brasileiro e decretaram a sua falência, entregando o Brasil para setores do capitalismo internacional. Agora estamos colhendo as consequências de 13 milhões de desempregados, do



desmonte dos investimentos públicos nos Estados brasileiros. E o Rio de Janeiro é reflexo disso. Eu, às vezes, fico me perguntando e já, já vou falar. Não há dúvidas, os analistas falam que o Governo atual está tentando se pegar no Exército brasileiro para sobreviver a esses dez ou onze meses que lhe restam. Isso é muito grave, é uma crise institucional sem precedente. O Supremo sendo questionado, desculpe, o Judiciário sendo questionado; o Legislativo desacreditado por campanhas ou por atos do próprio Legislativo, pela falta de protagonismo e pelo papel que desempenhou, um papel vergonhoso de fazer um *impeachment* sem crime de responsabilidade. Isso desmontou o Legislativo brasileiro e é o Governo mais impopular da história do Brasil. Quer dizer, se mantinha numa ameaça aos brasileiros e numa promessa ao mercado de fazer a reforma da previdência. Já que não reuniu os votos, como sobrevive agora? Parece-me que foi gestado no gabinete do Moreira Franco. Não é uma decisão dos militares a intervenção, mas uma decisão dos políticos tentando sobreviver. É bom que se faça este registro. E eu queria encerrar, porque vou falar daqui a pouco. Ouvindo V. Ex^a, fica parecendo, com as ações do Governo Temer, que o problema do Brasil é o povo brasileiro, são os pobres. O problema do Brasil não é o povo brasileiro, não são os pobres: o problema do Brasil é essa elite que é intolerante com a pobreza, que não quer a pobreza, que não aceita que se estenda a mão para os mais pobres para que eles saiam dessa situação, como os nossos governos fizeram, a ponto de o Presidente Obama dizer: "Olha, o mais importante programa de inclusão social do mundo acontece no Brasil e é liderado por esse cara, o Lula." – o Presidente Lula, que hoje sofre a maior caçada que alguém já sofreu por setores do Judiciário. Então, eu parablenizo V. Ex^a. Vou já à tribuna. Acho que é muito grave o momento que estamos vivendo. Lembro bem as palavras do General Villas Bôas. Sou Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e acho que todas as energias nossas devem ser reunidas para combater o crime, para combater as organizações criminosas. Mas isso não pode ser objeto de uma manipulação. Um tema que amedronta o brasileiro, que todos os brasileiros querem que seja enfrentado, não pode ser manipulado por um Governo ilegítimo, moribundo, que tenta, a cada semana, com uma ação espetacular, sobreviver aos dez meses que o separam da eleição. O ideal mesmo seria o Governo reconhecer sua incapacidade e, daqui de Brasília, pedir para sair e propor uma mudança na Constituição, com antecipação das eleições. Isso poderia ser uma solução. Ou seja, cria-se democracia, mais democracia, governo legítimo para enfrentar o crime organizado e trazer a paz e a prosperidade para o Brasil.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Jorge Viana, você vê como essa intervenção é uma farsa – e vou concluir aqui.

O Governador Pezão é um grande aliado do Presidente Temer. Já existia a aplicação, o uso das Forças Armadas no Rio de Janeiro desde o meio do ano de 2017. Foi renovado em dezembro de 2017 até final de 2018. Já existia uma GLO. Intervenção seria se existisse reação contrária por parte do Estado. Eles podiam fazer o que quisessem ali.

Eu só quero encerrar dizendo uma coisa para vocês: isso aqui não é demonstração de força, é demonstração de fraqueza; é desespero. Eu acho que esse sinal... Há muita gente achando que o Governo demonstrou força. Ele não demonstrou força, demonstrou que estava desesperado e tenta uma saída como essa, um último suspiro. Só que eu conheço o Rio de Janeiro. Já existe uso das Forças Armadas lá, Senador Capiberibe, dessa forma, desde 1992. Toda vez que um governo está com baixa popularidade diz: "Tragam as Forças Armadas!", e tenta usar naquele processo.

Conversem com os militares.

(Soa a campainha.)



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Os militares não gostam do emprego, desse emprego; sabem que estão sendo usados em uma coisa para a qual não são formados.

Então, não é gesto de demonstração de força, na minha avaliação.

Eu queria conversar aqui com os Senadores, porque vão votar esse decreto.

Eu vi naquele processo do *impeachment* muita gente votando de acordo com a popularidade do momento. E vejo que muitos Senadores se arrependeram, porque hoje mais de 70% da população diz que o Temer piorou muito depois que saiu a Dilma.

Eu tenho uma certeza: hoje tem o apoio popular porque as pessoas querem solução, querem torcer pelo positivo e têm razão. Mas não se enganem, porque, daqui até o processo eleitoral, esse processo infelizmente não se sustenta, porque é completamente frágil, é uma operação midiática, para inglês ver. Vai haver migração de uma área para outra...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... vai aumentar a criminalidade em outras áreas. Então, o efeito disso aí não se sustenta. Vai ficar claro que foi um aproveitamento político deste Governo sem nenhuma moral.

Agradeço, Sr. Presidente.

Amanhã voltaremos ao assunto, abordando outros pontos deste tema da intervenção federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Lindbergh. V. Ex^a falou pela Liderança do PT.

Os próximos inscritos são João Capiberibe, Wellington Fagundes e Jorge Viana.

V. Ex^a, Senador Capiberibe, dispõe inicialmente de 20 minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Ex^a; cumprimento os Senadores, Senadoras, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores.

É evidente que o tema é o decreto de intervenção; mas eu vou começar falando de propostas, apresentadas por nós nesta Casa, que buscaram resolver ou forçar a União a se preocupar com a segurança dos brasileiros.

A segurança pública é delegada aos Estados federados. A União não tem política de segurança pública.

Em 2012, nós apresentamos, nesta Casa, uma proposta de emenda à Constituição, a PEC 24, que foi debatida em vários Estados. Eu percorri vários Estados, reunindo-me com a cúpula de segurança desses Estados, para debater essa proposta de criação do Fundo Nacional da Segurança Pública, para que se definisse um orçamento tal qual se definiu para a saúde e para a educação. Seria completar o tripé das políticas sociais: educação, saúde e segurança pública. Essa PEC propunha formar um fundo com a contribuição de parcelas do ICMS e do IPI sobre venda de armas, munição, material bélico e outras fontes.

Depois de cinco anos – cinco anos e meio – tramitando aqui, no Senado Federal, sem nenhuma atenção da Presidente Dilma e menos ainda do Temer, do ilegítimo Presidente Temer, a proposta, finalmente, no bojo desta enorme crise que domina o País, na hora em que se percebeu que o Estado brasileiro não controla uma parte do País, o Senado decidiu aprovar. No apagar das luzes de 2017, a PEC 24 foi aprovada no Senado da República e, agora, tramita na Câmara Federal. Mas, com o decreto de intervenção, paralisa-se tudo.



Ou seja, o Presidente Temer – essa figura retratada muito bem pelas escolas de samba, pela Tuiuti, lá no Rio de Janeiro – em vez de se preocupar com a segurança do cidadão, porque é isso que está jogando, toma uma atitude para desviar a atenção do povo brasileiro. Fracassou o seu intento da reforma da previdência, e ele, então, contra a vontade do Exército, contra a vontade dos militares, decreta a intervenção no Rio de Janeiro.

Vejam só: dizem que o Brasil é o País do Carnaval. Ah, antes fosse o País do Carnaval! Antes fosse o País do Carnaval, porque não seria essa desorganização gigantesca; o Estado brasileiro não seria essa desordem generalizada que nós conhecemos. O Carnaval – e todos os anos está aí diante dos nossos olhos – deveria ser imitado pelo Estado brasileiro, porque não há nada mais organizado do que um desfile de escola de samba.

Desfile de escola de samba é uma ópera a céu aberto com mais de 3 mil atores. E essa ópera é ensaiada o ano todo, em cima de uma história, com um enredo que tem começo, meio e fim. E ela é preparada para acontecer num dia específico, na hora tal, sem passar nem sobrar tempo. Essa organização é que nós precisamos observar e trazer para a polícia, trazer para a gestão pública. Não há nada mais organizado do que desfile de escola de samba.

Vejam, esse decreto de intervenção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É tão organizado que, quando a escola não cumpre o horário, cai para a segunda divisão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – É, é. E o Estado brasileiro não.

O Estado brasileiro é desorganizado...

Veja o Estado do Rio de Janeiro. Existe desordem maior do que o Estado do Rio de Janeiro? Senador, eu acho que o General Braga, o General interventor do Rio de Janeiro, deveria começar a sua faxina...

Eu seria até a favor da intervenção, mas com uma cláusula. A primeira: mandar para a cadeia a cúpula do Governo do Rio de Janeiro, inclusive, o Sr. Pezão – a começar pelo Governador–; mandar para a cadeia a cúpula da Assembleia Legislativa e a do Judiciário do Rio de Janeiro. Aí, sim, eu concordaria. Depois, o General Braga iria se ocupar do tráfico, porque, enquanto estiver esse time jogando no Rio de Janeiro, não tem Exército brasileiro, ou Exército no mundo que consiga controlar a violência no Estado do Rio de Janeiro.

Veja, eu levantei... O Temer tem que justificar os seus atos. Esse decreto tem que ter uma justificativa. É a violência? Muito bem. Se é a violência, então vamos promover a intervenção. Mas, antes do Estado do Rio de Janeiro, temos o Estado de Sergipe, o Rio Grande do Norte, Alagoas, Pará, o Amapá, Pernambuco, Bahia, Goiás, Ceará. O Rio de Janeiro é o décimo Estado no *ranking* da violência no País. Então, se é por causa da violência, o Exército teria de operar inicialmente nesses dez Estados para depois chegar ao Rio de Janeiro. Então, não é porque o Rio ostenta o maior índice de violência no País.

Esses dados são de 2016. Mas, vejam só, eu tive o cuidado... É possível que em 2017 a violência no Rio tenha aumentado; mas não é verdade.

Senador, a violência no Rio no período do Carnaval... Eu tenho aqui os dados do Instituto de Segurança Pública do Rio que mostram o seguinte: comparando, os dias 12 a 18 de fevereiro dos anos de 2015, 2016, 2017, 2018, ou seja, o período carnavalesco, 2018 foi o ano em que a violência do Rio de Janeiro baixou. Foi menor do que nos anos anteriores. Ou seja, o Estado do Rio de



Janeiro não é o primeiro do *ranking*; 2018 não é o ano mais violento; e, no entanto, Temer determina a intervenção.

Qual é o objetivo dessa intervenção? O que está por trás disso? O que ele pretende com isso, além de desviar a atenção da reforma da previdência, de que ele perdeu o *timing*? O que vão dizer os seus padrões? O que vai dizer o mercado financeiro?

Ele certamente está sendo abandonado pelo mercado financeiro e está se escorando no Exército brasileiro. Está fazendo de âncora o Exército brasileiro para tentar chegar até o final deste ano, continuar infelicitando a vida do povo brasileiro até o final de 2018. Esse é o objetivo dessa intervenção.

E nós precisamos refletir: qualquer iniciativa que venha de um Presidente como Michel Temer não pode ser levada a sério.

É evidente que o Exército Brasileiro é disciplinado para cumprir missão e cumprir ordem. O Presidente determinou, o Exército vai lá. Mas nós sabemos que hoje nós temos... Não é apenas pela força da arma, da espada que se vai controlar a violência no País – não só no Rio, mas no País. Nós temos um Judiciário que precisa funcionar e fazer justiça.

Olha, eu vi um absurdo. Esta semana um juiz determinou que uma mulher que foi apanhada com 40 gramas de maconha tivesse seu filho na prisão.

Então, o Judiciário precisa ser ágil e precisa fazer justiça e acabar com a impunidade, porque o problema do Brasil passa pelo Judiciário. Se houvesse punições severas, e não só para traficantes, mas para o andar de cima, para essa casta política que infelicitou a vida do Rio de Janeiro e está infelicitando a vida de muitos Estados brasileiros... Portanto, não há como justificar essa intervenção. Não podemos aceitar.

Este Senado vai, amanhã, votar essa intervenção. Eu acho que a gente precisa criar juízo, parar com a insensatez. O Senado vem reproduzindo, tomando decisões insensatas, que aprofundam cada vez mais a crise brasileira.

E, por último, Srs. Senadores, eu estou vivendo uma experiência única. Nós trabalhamos, nesses dois últimos anos, fomentando, estimulando o controle social de obras públicas e de compra de materiais e equipamentos com a participação de cidadãos organizados no WhatsApp. Esses cidadãos passaram a acompanhar a execução de obras feitas pelas prefeituras, pelo governo lá do meu Estado, e essas obras estão sendo concluídas com sobras de recursos, com a participação ativa do cidadão.

E mais: esses grupos organizados nos bairros passaram a monitorar a segurança de seus moradores. Alguns desses grupos monitoram perfeitamente todos os passos dentro de seus bairros. Só falta uma conexão com os órgãos de segurança. Portanto, para nós vencermos a violência no País, nós teríamos que ter uma interação entre os órgãos de segurança pública e a comunidade organizada, utilizando a comunicação em rede, utilizando os aplicativos em conexão direta com a polícia. Não é possível mais imaginarmos o controle das cidades a partir de quartéis da Polícia Militar, que é a polícia ostensiva, concentrado em quartéis. Nós temos que criar grupos táticos espalhados na cidade e conectados com os moradores, para que haja um acompanhamento permanente entre o cidadão e a força policial responsável pela sua segurança.

Esse debate sobre segurança pública precisa ser levado a sério, mas é preciso ter um Presidente da República. A gente precisa ter um condutor político que leve a sério as necessidades do povo brasileiro. É isso que nos falta!



Nós precisamos ter um Congresso que leve a sério as necessidades do povo brasileiro. É isto que nos falta: a representação política. O povo não acredita na representação política. Esse é o grande problema. Nós não merecemos créditos da sociedade brasileira, porque aqui não debatemos os reais problemas que o povo vive.

Essa intervenção no Rio de Janeiro eu tenho impressão de que vai ser de curto fôlego. O Exército brasileiro, os militares vão se dar conta de que essa não é a solução, até porque eles não foram preparados para isso. E não haverá... Não imagine que... Eu conheço o sistema de segurança pública; não haverá cooperação da maneira como foi, em que o Presidente Temer impôs a intervenção, anulou o Governador...

O Governador Pezão era para renunciar, porque ele não tem autoridade para nada. Ele está infelicitando a vida do povo carioca. Ele e aquela Assembleia Legislativa, de que finalmente prenderam o Presidente e mais um ou dois. Isso é que tem que ser feito.

General Braga, comece pela cúpula do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. A faxina tem que começar por aí. Depois, eu tenho certeza de que o crime organizado, as milícias, tudo isso será controlado. Mas, se não se liquidar com o andar de cima da criminalidade, não haverá sucesso.

Eu fico torcendo para que tudo dê certo, mas infelizmente essas experiências foram vividas inúmeras vezes. E de todas, até agora, as intervenções feitas na Maré e em outras favelas do Rio, nós não conhecemos o resultado. Nós tínhamos que ter os relatórios para que pudéssemos nos basear, para discutir; mas não há um fórum nacional de segurança pública. O Ministério da Justiça está alheio, não se importa com o que está acontecendo; criou uma Força Nacional de Segurança Pública para fazer, para tomar essas medidas cosméticas.

Inclusive, eu quero aqui dizer que o meu Estado é o quinto no *ranking* dos Estados mais violentos do País. Aqui está: 49,6 homicídios por 100 mil habitantes. Olhem, em Sergipe são 64 homicídios por 100 mil habitantes; no Rio de Janeiro são 37,6. Então, uma diferença enorme! Essa operação deveria começar por Sergipe, ou pelo meu Estado.

Eu pedi ao Ministro, encaminhei um ofício ao Ministro, porque, no meu Estado, é um absurdo nós termos 49,6 assassinatos por 100 mil habitantes, um Estado pequeno... Mas esta é a realidade: a violência no Amapá está descontrolada. Eu encaminhei um ofício ao Ministro da Justiça, solicitando uma investigação para saber as causas dessa mortalidade, da violência que se instalou ali e, sobretudo, das matanças que estão ocorrendo. Há final de semana em que são executadas seis, sete ou oito pessoas, e ninguém sabe as causas. Eu pedi a intervenção da Força Nacional, pedi uma investigação da Polícia Federal, para que nós possamos conhecer as causas e buscar uma solução. Sem conhecer as causas da violência, nós não temos como encaminhar uma solução.

Portanto, essa intervenção é mais um jogo de cena do Michel Temer, um Presidente sem autoridade para nada, um Presidente com uma impopularidade gigantesca, que busca, de qualquer maneira, se manter ativo, se manter na Presidência até o final do ano.

Eu tenho a convicção de que, nos primeiros momentos, os cariocas vão ter uma sensação de segurança, mas evidentemente essa não é a solução para a segurança pública do Rio de Janeiro, menos ainda para os 27 Estados brasileiros, todos eles mergulhados numa brutal violência – todos eles. Não há um Estado brasileiro em que a gente diga que pode ocupar as ruas com liberdade e caminhar sem medo de sofrer um assalto ou sem medo de ser assassinado.



Infelizmente, essa é a realidade do País. E infelizmente as autoridades deste País e as autoridades dos Estados brasileiros não têm solução para a violência. Elas não têm proposta, porque não debatem e porque não têm interesse em resolver o problema da violência no País.

E começa por Michel Temer e pela cúpula do Governo Federal, muitos deles nas mãos da Justiça. Um Presidente que está sendo investigado, com Ministros investigados, vários Ministros na cadeia, como esses homens podem dar uma solução para a violência no País?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Caro Senador Capiberibe...

Dando continuidade aos nossos oradores inscritos, tem a palavra o Senador Wellington Fagundes, do PR, de Mato Grosso.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Rocha, quero cumprimentá-lo em nome de todos os companheiros e dizer que, passados os festejos tradicionais deste começo de ano, que anualmente tomam conta do País de norte ao sul, de leste a oeste, é com muita satisfação que retornamos a esta tribuna, para dar continuidade aos nossos trabalhos legislativos.

Saúdo, de forma especial, os que nos assistem, neste momento, pela TV Senado; também os que nos ouvem pela Rádio Senado; ainda aqueles que nos acompanham através da Agência Senado, das redes sociais; e igualmente todos aqueles que, logo mais tarde, estarão sintonizados em A Voz do Brasil.

Quero cumprimentar aqui todos os colegas, desejando a todos, de antemão, muito sucesso neste ano e que possamos alcançar os objetivos traçados para o ano 2018.

Sabemos que viveremos um período bastante agitado, de muito trabalho, em função das nossas atividades políticas e parlamentares, com muitos debates em torno dos projetos importantes que deveremos apreciar neste plenário e também nas comissões desta Casa, sobretudo aqueles que se destinam a promover a retomada econômica, tão fundamental para a geração de mais empregos e também de oportunidades aos nossos brasileiros.

E, claro, evidentemente haverá as eleições, nas quais estaremos participando ativamente, em todos os níveis: de Presidente da República; para as Assembleias Legislativas, de Deputados Estaduais; de Deputados Federais; também da renovação de dois terços do Senado da República; dos Governadores dos Estados. Enfim, será uma eleição extremamente ampla, discutindo-se com a sociedade, de forma mais aguda, os projetos de interesse público, apresentando-se as propostas e fazendo-se os encaminhamentos que possam, da melhor maneira, contribuir para o avanço econômico e social da nossa Nação e também da população como um todo. Sem dúvidas, será um período extremamente importante.

Sr. Presidente, além de saudá-los, o que me traz a esta tribuna é comunicar que, nesses dias de festejos carnavalescos, estive conhecendo, com os devidos encaminhamentos e comunicações do Senado Federal, dois importantes portos: o de Los Angeles, nos Estados Unidos, que é um dos portos mais movimentados do mundo, e também o de Papeete, na capital da Polinésia Francesa, que se destina, principalmente, para a embarcação de passageiros.

Estive, nessas duas visitas, na condição de Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem (Frenlog) e também como integrante da Comissão de Infraestrutura do Senado.



Ambos os portos são impressionantes.

O Porto de Los Angeles, em especial, dispensa adjetivos. Basta dizer que se trata do maior complexo portuário dos Estados Unidos. Ocupa 2 mil hectares de terra e água ao longo de quase 70km de mar. Imaginemos: 70km de mar. Nesse conjunto, estão empregadas mais de 16 mil pessoas diretamente. Aliás, na verdade, são dois portos, com administrações independentes, no mesmo porto.

Aqui eu quero registrar um aspecto importante, que estive lá discutindo com os diretores, e quero aproveitar também para agradecer o diretor, que é chefe de segurança do Porto de Los Angeles – uma pessoa bastante impressionante, muito carismático, extremamente competente, e inclusive já esteve aqui, no Brasil, participando de palestras e treinamento de profissionais –, Paul Lipscomb. Eu quero aqui agradecer especialmente a ele; a Diana Henderson, que é analista governamental; também a Marisela Caraballo, que é diretora legislativa governamental; e ainda a Samara Ashley, diretora governamental também. Esses quatro diretores estiveram lá comigo exatamente explicando todo o funcionamento do porto. Um aspecto que eu achei extremamente importante, Sr. Presidente: nós discutimos muito a questão do decreto dos portos, a necessidade dos investimentos dos portos. Lá todos os recursos que são arrecadados no porto são reinvestidos no próprio porto. Não tem essa de os recursos do porto serem aplicados na cidade para programa seja ele qualquer; todo o recurso é, fundamentalmente, aplicado no porto. Com isso, a cada ano, a cada momento, o porto se moderniza e também bate recorde na sua eficiência, na sua capacidade e, claro, na movimentação também.

Só no ano passado, companheiros, o Los Angeles Port estabeleceu um recorde mensal histórico de operação de contêineres, movendo, em novembro, um total de 924.225 TEUs, que é a medida padrão utilizada para calcular o volume de um contêiner, que mede de 6m a 10m de comprimento por 2,44m de largura e 2,59m de altura.

Nesse porto, Sr. Presidente, o que nos causou bastante boa impressão foi exatamente a sua organização em uma simplicidade muito grande. Os diretores ali conversam com os funcionários de forma bastante direta e com objetividade, ou seja, sem sofisticação. Todos trabalham no seu ritmo de forma muito organizada. Por isso, esse porto consegue a capacidade de fazer uma movimentação que é uma das maiores do mundo.

Aliás, agora, nesta semana, na quinta-feira, nós estaremos aqui também em um ato assinando com uma empresa chinesa, que adquiriu uma das partes do Porto de Paranaguá.

Eu acho que isso também é uma boa notícia para nós brasileiros, porque essa empresa chinesa também movimenta, no mundo... O movimento de todos os portos do Brasil representa apenas 10% da movimentação dessa empresa. Então, vem para cá uma empresa que eu acredito que será também uma grande oportunidade de inovação daquele porto e, claro, melhorará a eficácia dos nossos portos.

Eu quero também dizer que fiz a visita a Papeete, um porto mais específico para terminal de passageiro, que nos impõe a observar, com um olhar mais aguçado, o modelo que precisamos explorar no Brasil, haja vista as nossas potencialidades turísticas e a necessidade de implementarmos aditivos à nossa economia.

Houve uma falha da assessoria, mas eu gostaria que me trouxessem aqui o nome dos dois diretores que nos atenderam lá, no porto de Papeete, porque foram extremamente corteses. É um porto menor em que há também movimentação de carga, mas, claro, a vocação daquele país é principalmente o turismo.



Antes de continuar, quero agradecer o empenho da direção do Senado e da Embaixada brasileira nos Estados Unidos e na França, que nos permitiram adentrar essas estruturas portuárias para conhecer de perto suas operações. Tudo o que vimos lá, Sr. Presidente, ouvimos e aprendemos nos ajudará nos debates e encaminhamentos para aperfeiçoar o nosso modelo logístico. Por isso, eu quero aqui, inclusive, colocar essa questão do decreto dos portos, que foi agora editado. Eu penso que isso representa, mais do que nunca, oportunidade de investimentos para o País. Nós precisamos modernizar os nossos portos. É claro que temos portos extremamente eficientes no Brasil, mas, às vezes, até para chegar ao porto, a dificuldade é muito grande, como é o caso do Porto de Santos, um dos maiores portos do mundo, em que não há estacionamento para os caminhões. Quando chega um volume de carga, principalmente de Mato Grosso, especialmente de soja e de milho – tudo vai num momento só –, a cidade vive um estrangulamento, dado o volume de caminhões que chega.

Os dados e as estruturas que visitamos nos remetem, em conclusão, à necessidade de que definamos, com prioridade de alto grau, o desenvolvimento da logística nacional, se quisermos – é claro que queremos – promover a construção de uma economia cada vez mais forte em nosso País. Temos potencialidade reconhecida e queremos reverter a riqueza natural e a força de trabalho em um bem comum à sociedade, que é o objetivo de todos.

O Brasil, Sr. Presidente, avançou vigorosamente no segmento portuário nos últimos tempos, inclusive com várias medidas legislativas adotadas por todos nós. Nossos portos, em verdade, não ficam nada a dever para os terminais de outros países, mas, claro, precisamos fazer investimentos para que possamos atender à demanda e ao crescimento da nossa produção, porque, no Brasil, principalmente a exportação de matéria-prima, produtos semielaborados, minérios, produtos agropecuários é muito grande. E a nossa tendência... Nós, hoje, só em Mato Grosso, poderemos, em pouco tempo, duplicar a nossa produção.

Contudo, é preciso dizer que a operação portuária no Brasil, lamentavelmente, ainda é distante das referências mundiais de eficiência e também de produtividade. Por isso, como eu disse, no porto de Los Angeles, eles, com pouca gente, conseguem fazer uma movimentação muito grande.

O que nos diferencia e nos empurra a patamares inferiores está nos detalhes. Exemplo: na infraestrutura de acesso aos portos, o que produzimos e comercializamos enfrenta obstáculos terríveis que precisam ser removidos da agenda das exportações.

Ferrovias eficientes são o que precisamos – não ineficientes, como é o nosso caso infelizmente. O Brasil, inclusive, diminuiu. Chegamos a ter 35 mil quilômetros de ferrovias há 50 anos funcionando e, hoje, temos aproximadamente 12 mil quilômetros de ferrovias. Também a estrutura viária especialmente projetada para atender aos portos, a dragagem permanente e a diminuição da burocracia são pontos a serem perseguidos por todos nós.

O modelo de gestão da autoridade portuária é outro ponto merecedor de destaque e que precisa ser enfrentado no Brasil. Nesses grandes portos, os profissionais que lá estão permanecem na atividade por décadas. Aqui, no Brasil, as substituições são frequentes e, não raro, valendo-se de profissionais não vocacionados.

Chegam aqui, inclusive, os nomes dos dois diretores do Porto de Papeete, que são o Georges Puchon, Diretor, e François Chaumette, comandante. Essas duas pessoas nos atenderam extremamente bem, por isso faço aqui questão de registrar.



Hoje, mais do que nunca, Sr. Presidente, o nosso modelo econômico mostra que o Brasil precisa investir em portos, na infraestrutura para acessar os portos. É uma condicionante pressionada pelo momento e pela nossa vocação. Registramos, no ano passado, o maior superávit comercial da história da balança comercial, superando a casa dos US\$62 bilhões. Isso mesmo: superamos US\$62 bilhões em superávit. Vendemos mais do que compramos; exportamos mais do que importamos.

De janeiro a novembro, as exportações chegaram a US\$200 bilhões, número 18% maior que em 2016 pela média diária. Nas importações foram pouco mais de US\$138 bilhões, 9,6% a mais que no mesmo período do ano passado, quando foi registrado o último recorde da balança comercial, de US\$43,3 bilhões.

Como representante de um dos Estados que mais tem contribuído para a dinâmica da balança comercial, quero aqui dizer que tenho trabalhado intensamente, junto com os demais Parlamentares de Mato Grosso, e, em especial, também todos aqueles que integram a Frenlog e a nossa própria Bancada de todo o Estado, e do Pará inclusive – V. Ex^a tem trabalhado e estamos agora trabalhando juntos a questão da Ferrovia Ferrogrão. Enfim, hoje a BR-163, lá no seu Estado, no Estado do Pará, é a solução do Mato Grosso. Inclusive, felizmente, tivemos, este ano, um bom trabalho executado pelo DNIT, juntamente com a Polícia Rodoviária Federal e com o Exército Brasileiro para evitar o caos que tivemos o ano passado. Então, este ano, felizmente, conseguiu-se fazer um trabalho eficiente, no qual não estamos tendo aqueles problemas tão sérios de congestionamento, de atolamento, enfim, de toda situação de trafegabilidade que aconteceu no ano passado.

Por isso, para nós, os chamados portos do Arco Norte são extremamente importantes para a nossa logística.

É importante ressaltar que junto com a extensão ferroviária, os portos do Arco Norte são essenciais para atender objetivamente aos interesses da produção do Estado, que é um dos maiores exportadores de produtos primários e semielaborados – tanto o Mato Grosso quanto o próprio Pará, na exportação de minério de ferro.

Mesmo com restrições no transporte de cargas pelas vias terrestres, foram exportados pelos portos do Norte do Brasil, no ano passado, de acordo com o Anuário Estatístico da Antaq, um total de 51,2 milhões toneladas.

Terminais na região já representam 41% de toda a movimentação no Brasil desses produtos. O Porto do Itaqui, no Maranhão, sozinho, movimentou 8 milhões de toneladas.

Sr. Presidente, na luta por uma logística adequada ao tamanho da capacidade do nosso País, precisamos incorporar a modernidade dos nossos portos, de forma a reduzir o tempo de armazenamento de cargas – o que permite e consiste em melhoria na movimentação e também dos sistemas aduaneiros. Não podemos mais continuar pecando, por exemplo, pela demora na liberação de cargas nos nossos portos, índice que está acima da média mundial.

Portos são estruturas estratégicas para o País porque constituem uma das principais infraestruturas de apoio ao comércio exterior. Isso precisa ficar claro. Pelos portos, passam cerca de 95% das mercadorias que são comercializadas além das nossas fronteiras. Um navio parado em um porto custa caro: em média, US\$40 mil por dia. Esse valor, Sr. Presidente, é agregado aos custos e acaba onerando o produto final para os consumidores. E tanto faz: seja na importação ou na hora de exportar, isso nos tira a competitividade.



Tivemos agora o exemplo daquela exportação de bovinos em pé por uma decisão, a nosso ver, errada. Ficou lá no porto parado um navio vários dias e inclusive os animais sofrendo, com risco inclusive de morte de muito volume de animais, por uma decisão que, depois, se voltou atrás.

Por isso, reafirmo que estamos engajados, firmes e determinados a buscar os melhores modelos de gestão para que possamos avançar. Portos estruturados atraem negócios, atraem oportunidades, geram lucros e promovem a nossa economia.

Queremos, portanto, contar com o apoio dos demais colegas Senadores e Senadoras no nosso objetivo comum, que é esse de melhorar a eficiência e a eficácia dos nossos portos. Faço um apelo nesse sentido, em nome da nossa eficiência e também da nossa competitividade, que nos conduzirão para construir uma economia mais forte e sólida.

E uma economia forte e sólida, claro, significa, objetivamente, atingir todas as metas que a nossa sociedade almeja e que tanto perseguimos, isto é: mais emprego, saúde pública de qualidade, educação para todos, segurança ao cidadão e seus familiares e, evidentemente, geração de oportunidades.

Além de encerrar, Sr. Presidente, gostaria também aqui de prestar uma homenagem a um ilustre homem de Mato Grosso, que há dez anos, em 19 de fevereiro de 2008, nos deixou, muito novo, aos 69 anos. O nosso saudoso Senador Jonas Pinheiro, que ocupou a cadeira por dois mandatos, depois de ter sido Deputado Federal. Ele era veterinário também, meu companheiro. Formamos na mesma universidade, lá na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Jonas Pinheiro, pantaneiro da cidade de Santo Antônio de Leverger, era médico veterinário, como eu disse, considerado um dos pais do agronegócio, setor que, como todos sabem, vem dando respostas efetivas ao Brasil. Jonas Pinheiro também foi um dos precursores na formação da bancada ruralista no Congresso Nacional.

Como bem ressaltou o eminente Senador Cidinho em artigo publicado na imprensa de Mato Grosso, as sementes plantadas pelo Senador Jonas Pinheiro frutificaram. O visionário, que tanto lutou pelo agronegócio, pode se orgulhar porque seu legado é um setor que cresce enquanto todos sofriam com a crise, com safras recordes ano após ano.

Dez anos depois, quero dizer que ainda sentimos saudades da forma como Jonas Pinheiro agia em defesa da melhoria da qualidade de vida do homem do campo e também para evitar o êxodo rural. Falava sempre da simplicidade da vida e, em seus discursos, gostava de deixar claro que o povo é simples e que quer coisas simples – assim dizia Jonas Pinheiro.

Por isso, deixo aqui o meu abraço fraterno à D. Celcita Pinheiro, à Deputada Celcita Pinheiro, que foi Deputada Federal conosco aqui, e...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... também aos seus filhos e demais familiares.

Também, Sr. Presidente, quero aqui, com muita tristeza, registrar que recebi a notícia do falecimento no domingo, agora, do ex-Vereador de Barra do Garças Whiracy Barreira de Sousa, o Bira, aos 54 anos, um grande amigo, que sempre esteve ao meu lado, apoiando nas nossas candidaturas. Bira estava na fila aguardando para fazer um transplante emergencial de fígado em um hospital aqui, em Brasília. Com o primeiro doador, acabou não havendo a devida compatibilidade, e Bira acabou contraindo uma infecção. Infelizmente, ele não conseguiu mais deixar a UTI e veio a falecer no domingo. Bira era muito competente e muito conhecido em Barra



do Garças. Em 2006, assumiu a vaga de vereador e sempre esteve envolvido em projetos de interesse da comunidade. Portanto, uma grande perda na cidade de Barra do Garças...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... que foi muito sentida pela população. Minhas condolências à família do amigo Bira, em especial aos seus dois filhos, Wbiracy e Rodolfo.

Por outro lado, Sr. Presidente, encerrando já, eu quero aqui registrar as minhas boas-vindas ao Deputado Federal Carlos Bezerra, que, na semana passada, foi hospitalizado com um quadro de arritmia cardíaca, mas que, já plenamente recuperado, retorna às atividades da Câmara dos Deputados. Falei com ele agora há pouco, e ele disse que provavelmente na semana que vem já estará aqui. Quero registrar que Carlos Bezerra é um dos grandes líderes políticos de Mato Grosso, já tendo sido Prefeito da minha cidade natal, Rondonópolis, Deputado Estadual, Governador, Deputado Federal por vários mandatos e também Senador da República. Enfim, quero dizer também que o nosso companheiro Deputado Carlos Bezerra é Presidente do MDB em Mato Grosso. Há mais de 30 anos que lidera aquele Partido. Foi um dos entusiastas na criação do MDB. É uma pessoa muito coerente e partidária, uma pessoa que tem uma atuação em todo o Estado na formação do Partido, de jovens. Eu sempre tenho dito que o Bezerra, inclusive, é o caça-talentos da política de Mato Grosso. Por isso, eu quero aqui, nesta homenagem ao Carlos Bezerra, desejar a sua recuperação franca, o mais rápido possível, para que aqui possamos não só discutir os interesses nacionais, os interesses de Mato Grosso, com a sua experiência... E, claro, fizemos a coligação passada em que estivemos junto com o MDB, com o PT, com vários partidos. Inclusive, o nosso candidato a Governador foi o candidato do PT e a vice, a Teté Bezerra, esposa do Deputado Carlos Bezerra. Então, espero que agora possamos também repetir esse trabalho no Estado de Mato Grosso, juntos, para que possamos fazer novas expectativas no nosso Estado.

Hoje, infelizmente, Sr. Presidente, Mato Grosso está em uma situação de crise muito grande. Infelizmente, o Governador Pedro Taques, na sua visão muito estreita, não querendo ouvir as outras pessoas, está levando o Estado, infelizmente, para uma situação de caos. A saúde em uma situação deplorável, assim como a segurança, enfim, todas as áreas. Aqui, procuramos trabalhar juntos. Eu trabalhei muito a questão da liberação do Fundo de Compensação das Exportações – V. Ex^a também nos ajudou muito nisso. Enfim, procuramos fazer a nossa parte para ajudar o Estado, mas, infelizmente, mesmo o Estado de Mato Grosso aumentando a sua arrecadação, hoje estamos com um problema sério com atraso de pagamentos, com o cumprimento do RGA. Enfim, são vários aspectos de dificuldade político-administrativa que o Governo Pedro Taques tem levado à nossa população.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes. Nossas condolências, principalmente, aos familiares do líder político Jonas Pinheiro, com a solidariedade também da Mesa do Senado Federal.

Dando continuidade aos oradores inscritos, tem a palavra agora o Senador Jorge Viana, do PT, do Acre. V. Ex^a dispõe de 20 minutos inicialmente.



O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador, amigo Paulo Rocha, que preside esta sessão.

É óbvio que venho à tribuna depois de ler muito, de conversar muito e de procurar me informar para falar da situação gravíssima que o País está apreciando neste momento que se refere à decisão presidencial de intervir na segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Antes, como Senador do Acre, eu não posso deixar de fazer um registro também muito sério e de relatar atitudes que tomei, ao fazer contato com a Defesa Civil nacional, ainda no Acre e depois que cheguei aqui a Brasília, pedindo ajuda da Defesa Civil nacional para a situação de moradores de Rio Branco, na capital, e também de Brasileia, que sofreram grandes danos materiais com as enxurradas resultantes de chuvas fora dos padrões. Não tenho nenhuma dúvida de que estamos diante de efeitos do que nós podemos chamar de mudança climática. No Acre, Senador Hélio José, temos em média 280mm de chuva no mês de fevereiro; em 12 horas, choveu 270mm, em Rio Branco. Não há infraestrutura, não há drenagem que consiga suportar uma chuva dessa magnitude.

Aí, é claro, ficam pessoas dando palpite e outras aproveitando o momento para fazer críticas, mas, quando há gente sofrendo, todos nós temos que estar unidos trabalhando para que o sofrimento daqueles que estão passando por dificuldade possa passar. E eu, que fui Prefeito e Governador, estive junto com o Prefeito Marcus Alexandre nos bairros, me oferecendo, procurando dar minha parcela de contribuição. O Governador Tião Viana fez o mesmo, reunindo a equipe do Governo e da Prefeitura, para procurar uma maneira de diminuir o sofrimento das pessoas e preparar a nossa capital e o nosso Estado para esse período das chuvas, das águas, que está ainda começando.

Espero e peço a Deus que não tenhamos uma cheia como já tivemos, há pouco anos. Uma delas chegou a interromper a ligação do Acre com o resto do Brasil, com a cheia do Madeira, que interditou a BR-364, e também a maior cheia da história em Rio Branco. Uma outra atingiu o Alto Acre – eu me refiro a Brasileia, Assis Brasil e Xapuri.

Enfim, estou aqui como Senador do Acre me pondo à disposição, prestando contas e esperando que a Defesa Civil nacional, como foi solicitado, porque o Prefeito decretou situação de emergência, possa encaminhar o quanto antes o socorro às vítimas, o que por enquanto está sendo feito pelo Governo do Estado, pela Prefeitura e também pelo serviço voluntário, que em Rio Branco e no Acre é uma coisa muito bonita. As pessoas se juntam para socorrer aquele que está precisando. Todos nós ajudamos uns aos outros, e isso é um gesto muito bonito.

Sr. Presidente e todos que me acompanham pela Rádio e pela TV Senado, eu não posso, como Senador da República, vir aqui à tribuna e não me referir ao momento gravíssimo da vida nacional. Eu, como todo brasileiro, estou muito preocupado com os tempos que estamos vivendo. São tempos gravíssimos. Falei várias vezes desta tribuna propondo que não houvesse aquele *impeachment* sem crime de responsabilidade, pois aquilo era uma marcha da insensatez e que o Brasil e os brasileiros pagariam caro por essa farsa que foi montada com o ex-Presidente da Câmara Eduardo Cunha, com a conivência da Câmara Federal e com a conivência do Plenário do Senado Federal, tirando uma Presidenta que tinha sido eleita por 54 milhões de brasileiros e pondo na Presidência alguém que não passou diretamente nas urnas. Esse agora é chamado de Presidente, mas é o mais impopular Presidente da história e não dispõe minimamente de prestígio para tomar atitudes num momento de dificuldade na vida nacional. Eu não sei com que cara os



que apoiam este Governo, os que respaldaram esse golpe parlamentar vão andar nas ruas pedindo voto. Eu não sei, sinceramente, porque o que nós estamos vivendo hoje aqui são as consequências de uma atitude irresponsável, que feriu a democracia brasileira e que explicitou e agravou uma crise institucional.

Qual é o prestígio que esta Casa tem hoje perante a população? Hoje é lamentável. Eu procuro honrar o meu mandato, procuro honrar esta Casa de que eu faço parte, que é o Senado, mas, lamentavelmente, seja por atitudes que não tomamos, seja por atitudes que tomamos, seja pelas versões que são postas para a sociedade, seja por aquilo que a sociedade vê, hoje o prestígio da Câmara Federal e do Senado é muito baixo perante a sociedade, o que é muito ruim para a democracia.

Aqui é a Casa do Parlamento brasileiro. Quando Lúcio Costa, urbanista, e o arquiteto Niemeyer fizeram esta Praça dos Três Poderes, eles puseram bem no alto, num prédio grande, vistoso, o mais alto de Brasília, a Câmara e o Senado, Casa do Parlamento, base da democracia, aqui dividindo espaço com o Executivo e com o Supremo Tribunal Federal, representando o Judiciário. Vejam o que é que acontece na Praça dos Três Poderes: a disputa é quem está com menos prestígio perante a sociedade. Nunca tivemos um Governo, em tempo nenhum, como nós temos hoje, com absoluto desrespeito da sociedade.

E o próprio Judiciário, por conta, não tenho dúvida, de algumas medidas de parte dos que compõem o Judiciário... Eu sou daqueles que respeitam o Judiciário e acho que a estrutura desse Poder moderador na divisão dos três Poderes não pode ser parte das crises, mas virou por conta da ação de alguns fazendo ações espetaculosas, dessa coisa de transmissão ao vivo expondo verdadeiros espetáculos em vez de julgamentos justos. Isso pôs no meio do picadeiro o Judiciário brasileiro.

Como consequência, nós temos agora o Presidente... Ele tinha prometido para setores da elite brasileira, para aqueles que, fazendo parte da elite, queriam se apropriar ainda mais da riqueza nacional, desmontando o Estado brasileiro, entregando reformas que não melhoram o País, que pioram o País, fazer uma reforma da previdência, mas não consegue reunir os votos nem vendendo o País, nem comprando votos. Aí, no apagar das luzes deste Governo – porque, felizmente, agora, querendo ou não, constitucionalmente, mesmo sendo oriundo de um golpe, já tem dia e hora para sair –, ele resolve agora agravar a crise tentando usar o Exército brasileiro. É muito grave!

A imprensa internacional – toda ela – está repercutindo com muita clareza o que está se passando no Brasil: uma manipulação, uma tentativa de usar as Forças Armadas para ganhar tempo e fôlego para um Governo moribundo, usando um tema muito caro para todos nós. Quando falamos da violência, estamos falando da vida ou da morte. Não é possível que este Governo não tenha limites! Ele está manipulando algo que deveríamos nos unir a todos – mesmo este Governo ilegítimo! Todos nós devemos estar unidos para enfrentar o crime organizado, para enfrentar a violência e procurar vencer essa guerra contra as organizações criminosas.

Quando eu fui Governador do Acre, estava instalado no Acre o crime organizado. E como é que nós vencemos? Com factoides? Com falso heroísmo? Com medidas isoladas? Não! Juntando toas as instituições do Estado e as federais. Na época, era o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Ministério da Justiça, a Justiça Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Justiça do Acre, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, todos juntos



conseguimos vencer o crime organizado no Acre, derrotar os índices de violência e trazer o Acre para uma situação de normalidade. É assim que funciona.

Eu tenho procurado ler, porque a área da segurança tem muitos especialistas e estudiosos. Não é uma área que trata com questões abstratas, não. São muito objetivas as questões na área de segurança: é morte e vida, é polícia, é uso de arma, é tranquilidade e paz para a população. Anteontem, eu lia Janio de Freitas, um experiente jornalista da *Folha de S.Paulo*, e o Janio de Freitas abre um artigo dele com uma afirmação que eu acho que vale a pena refletir sobre ela. Ele afirma que essa proposta de intervenção não é uma ação contra os líderes do crime organizado, ela termina sendo uma ação contra o Exército Brasileiro. Assim diz Jânio de Freitas na sua experiência, na sua vivência.

E eu faço esta pergunta: será que não é muita maldade deste Governo, depois de vivermos uma crise institucional dessa magnitude, tentar manipular, usar as Forças Armadas para dar sobrevida a um Governo moribundo?

É muito grave o momento que nós estamos atravessando.

O desemprego, a desesperança nas famílias e dos jovens, em qualquer Estado, resultam da falta de investimento público – desconfiança generalizada que o golpe trouxe, que o Governo Temer trouxe. Este Governo é um governo de compadrio, um grupo de partidos políticos fez do Governo Federal uma colcha de retalhos. E a cada votação naquela Câmara, ou até mesmo aqui no Senado, o Brasil paga caro. E o desmonte da estrutura nacional segue a pleno vapor.

Agora o Ministro da Fazenda, Meirelles, que tenta impor uma política que nunca vi ser aplicada em nenhum país do mundo – o desmonte do Estado brasileiro, a venda do País por um Governo que não passou pelas urnas –, começa a dizer agora que vai ter que tirar dinheiro de outros setores para poder bancar a intervenção no Rio. Sabe por que ele fala isso? Porque ele é o autor intelectual da tal da PEC do limite de gastos (proposta de emenda à Constituição).

Onde já se viu enfrentar uma crise de desemprego cortando investimentos públicos? Tirando dinheiro da economia? Só haverá mais desemprego, a falência quase generalizada dos prefeitos, a falência quase generalizada dos Estados, como consequência de uma política absolutamente irresponsável.

Eles dizem que estão querendo diminuir o Estado. O Estado não tem que ser diminuído, tem que se dar eficiência ao Estado com ações concretas e objetivas.

Eu fui Governador de um Estado pobre e, graças a Deus, deixei uma marca extraordinária na educação, na saúde, na segurança, na infraestrutura, gastando bem o dinheiro público, procurando fazer muito com pouco dinheiro, trabalhando com equipe técnica, com planejamento, com metas bem estabelecidas, com objetivos a serem alcançados.

E o que nós vemos hoje no Governo? Qual é o plano deste Governo? Qual é o plano? Certamente não é enfrentar, atacar e vencer o crime organizado. Não é, porque o crime organizado cresceu nesses últimos anos. E os números mostram isso. Todos os números, quando falamos de violência, referem-se ao ano de 2016. Os números de 2017 ainda não estão disponíveis, mas eu afirmo: são muito piores – isso é lamentável – do que os números de 2016.

Agora, nenhum de nós, Senador Lindbergh – vi sua fala aqui –, pode se negar a somar forças no combate à violência, porque só a nossa união – e sobre isso não aceito sequer discutir... A opinião pública está com medo, está perdendo os seus filhos, as mulheres estão ficando viúvas, as mães, desesperadas, não sabem a quem recorrer. Estamos falando de 62 mil assassinatos em 2016.



E os números de 2017 devem chegar perto dos 70 mil. Nenhuma guerra no mundo está matando mais do que essa verdadeira guerra civil que o Brasil está vivendo. É terrível!

Jovens tragados pelo crime passam a funcionar como assassinos e a morrer por conta da disputa das facções criminosas. As milícias, às vezes, são formadas até por ex-policiais. Pessoas importantes, que assumiram esse submundo da economia nas periferias das cidades brasileiras, se empoderaram com a crise institucional. Essa desorganização, esse caos que o Brasil está vivendo são fruto da crise institucional, são filhos do golpe. A responsabilidade é deste Governo.

Vejam, eles estão querendo agora criar o Ministério da Segurança Pública. Mas sabe como é o nome do Ministério? Acho que o pessoal não se atenta. Como é que se chamava o Ministério da Justiça até há pouco tempo? Ministério da Justiça e Cidadania. Aí entrou o Governo Temer. Como é que passou a ser chamado o Ministério da Justiça? Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Agora acho que querem matar o Ministério da Justiça. Não há nenhuma razão, nenhuma explicação. Fui Governador. Não há explicação, Senador Hélio, para você pegar o Ministério da Justiça e Segurança Pública e dizer: "Vamos criar outro ministério". E aqueles que disseram que o problema do Brasil era ministério demais? O Ministro não serve, o atual Ministro? Demita o Ministro, ponha outro. Está faltando dinheiro? Distribua dinheiro para o Ministério da Justiça.

Volto a perguntar: por que Niemeyer e Lúcio Costa fizeram do Ministério da Justiça e do das Relações Exteriores os únicos Ministérios diferentes? São prédios diferentes, têm estrutura física diferente. Porque eles têm um papel diferente a cumprir na República, um diferente papel a cumprir na República. Eles compõem a Praça dos Três Poderes. São os primeiros prédios: tanto aqui ao lado esquerdo – o Ministério das Relações Exteriores –, quanto ao lado direito – o Ministério da Justiça. O Temer vai deixar o Ministério da Justiça para quê? Vai virar o quê? Vai tirar a Polícia Federal, vai tirar toda a parte da segurança, a Polícia Rodoviária Federal, todo um trabalho de interlocução com os Estados. Vai tirar do Ministério da Justiça e Segurança Pública?

É claro que isso é uma cortina de fumaça. Estamos num ano eleitoral. Olhe, qual é o Partido que governa o Rio de Janeiro há muito tempo? O MDB, o antigo PMDB. Qual é o Partido que tomou de assalto o Palácio do Planalto? O PMDB, o MDB. Eles não têm interlocução? Tem que haver uma intervenção um no outro? Não podem juntar uma força-tarefa, não podem reunir todas as forças e trabalhar? Estou falando de dirigentes do mesmo Partido! Precisa um intervir no outro? Claro que a intenção não é socorrer a população, que a intenção não é desmontar o crime organizado!

Eu quero ler daqui a pouco, mas eu podia fazer isso rapidamente. O General Braga Netto é um homem muito experiente, é tido como um exemplo nas Forças Armadas, um general quatro estrelas. Ele é o Comandante do Leste, do Comando Militar do Leste. Ele fez a entrevista, Senador Lindbergh, ano passado, na Vila Militar – o General Braga Netto –, na qual disse que o uso abusivo, o uso daquele recurso que a Constituição estabelece para nós fazermos – a GLO (Garantia da Lei e da Ordem) – funcionava como uma cortina de fumaça – e não podia ser assim – por políticos ou pela política. Quem fala isso é o General Braga Netto, numa palestra que ele deu na Vila Militar, ano passado.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Qual o trecho? Leia o trecho.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ele fala claramente que vê com reservas o uso desse instrumento de Garantia da Lei e da Ordem, da Constituição.



O Governo está indo muito mais além: está fazendo uma intervenção. E aí eu me pergunto: como nós vamos fazer? Nós vamos ficar contra? Eu não posso ser contra qualquer ação que venha no sentido de enfrentar o crime organizado, porque eu corri risco de vida, eu sei o que é isso. Eu sou Senador e eu quero estar junto com a população nessa luta, mas eu não posso deixar de denunciar que é uma ação perigosa. Eu defendo aqui a tese do Jânio de Freitas, no seu artigo. Ele diz que essa ação não é contra os bandidos; essa é uma ação contra o Exército Brasileiro.

Eu estou aqui para defender as Forças Armadas. Se há uma falência institucional, nós não podemos agora querer pôr as Forças Armadas no meio dessa confusão, é muito perigoso. Não há a menor possibilidade de o Exército nas ruas enfrentar policial corrupto. Eles estão querendo transformar a polícia do Rio, a Polícia Militar e Civil... Todo mundo é corrupto. Não pode ser feito assim, é com eles que nós temos que contar. Quantos policiais estão morrendo no Rio por ano? Já morreram, nos últimos tempos... Mais de 400 foram assassinados. E as famílias desses policiais?

Nessa intervenção, eles enchem a boca, dizendo: "Nós vamos combater os policiais corruptos." Mas não há como fazer isso assim. Só com a inteligência, só com ação organizada, só com a Polícia Civil, a Polícia Militar do lado que você enfrenta os policiais corruptos. É muito perigosa essa ação que o Governo Temer está adotando.

Eu vou ouvir o colega Lindbergh, mas eu queria só dizer uma coisa: se essa ação de reunir o Conselho da República – que foi reunido hoje –, de ouvir os militares, de ouvir os especialistas, de ouvir aquelas pessoas que têm responsabilidade institucional tivesse ocorrido, eu estaria aqui elogiando a atitude do Governo. Estaria elogiando, porque ela viria da maneira correta. Não ouviram os militares, não ouviram os comandantes, não ouviram as autoridades ligadas à área, os especialistas. Tomaram uma medida olhando para as pesquisas eleitorais. Tomaram uma medida no porão do Palácio do Planalto, pondo em risco o prestígio, o respeito que o Exército, que as Forças Armadas têm no País, e que é preciso manter – manter tendo.

É isso que eu queria deixar claro aqui. Estou fazendo uma denúncia. Usando uma das questões mais importantes que hoje amedronta brasileiros em todos os cantos deste País, estão agora como se estivessem brincando com fogo, trazendo para o meio de uma crise institucional as Forças Armadas e o Exército Brasileiro.

Quero dizer ao Comandante Villas Boas que me lembro bem, como Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de suas palavras ponderadas, de um líder de verdade, de um brasileiro nacionalista, uma pessoa que merece todo nosso apoio, como merece o General Braga Netto.

As Forças Armadas se comportaram de uma maneira extraordinária durante essa confusão, essa crise política. Por isso mesmo, elas merecem o nosso respeito, não podem ser manipuladas, como se fantoches fossem, por quem está de plantão naquele Palácio, sem nenhuma legitimidade. É disso que nós estamos tratando.

Ouço o colega Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria, Senador Jorge Viana, parabenizá-lo pelo eixo do discurso. Na verdade, V. Ex^a faz muito bem. Nós todos respeitamos aqui as Forças Armadas. Escutamos quando o senhor falou do depoimento...

(Soa a campainha.)



O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... do General Braga Netto, que é o interventor. Eu falei há pouco do Comandante do Exército, General Villas Boas, que, falando sobre a favela da Maré, disse que é inócuo, desgastante. Ele fala de 14 meses em que o Exército ficou lá e que, quando saiu, tudo voltou como estava. Foram gastos 600 milhões. Eu queria dizer, Senador Jorge Viana, que V. Ex^a, desde a semana passada, tem alertado aqui que esse agravamento da crise da segurança pública no País tem a ver com essa política econômica desse Governo que está aí. Senador Elmano Férrer, o orçamento da segurança pública do Governo Federal era de 6,1 bilhões, em 2016. Sabe quanto está agora? Em 2,9. Cortaram 50% dos recursos de segurança pública que iam ser transferidos para os Estados. Isso é uma loucura! Aí, quando você vai ver a situação do Rio de Janeiro, os policiais estão vivendo uma situação análoga à da escravidão, lá nas UPPs, sem receber gratificação. É uma situação, Senador Jorge Viana... Há uns contêineres lá e é tiro ao alvo em cima dos policiais. Veja que a quantidade de policial que morreu no ano passado – vocês sabem – foi de mais de cem policiais! Estou falando tudo isso porque, sinceramente, acho que a gente tem que abrir esse debate, exigindo que este Governo recomponha o orçamento da segurança para ajudar os Estados brasileiros, todos os Estados brasileiros, e para fortalecer as polícias também, neste momento. Agora eu encerro dizendo, Senador Jorge Viana, que sou autor de uma PEC, a PEC 51. Eu tenho batido muito nisto: o problema do País hoje é que não há investigação. Só no Brasil existe isso. Existe uma polícia militar que não investiga, porque é proibido pela Constituição. Ela só faz o policiamento ostensivo e preventivo. Ela só pode prender a pessoa em flagrante ali. Aí pega pequenos crimes. Não existe nenhuma outra polícia do mundo desse jeito. Todas fazem o trabalho de investigação. Isso sim é uma mudança grande, com uma reforma no nosso sistema de segurança, reforma nas nossas polícias. Então, espero que, no meio dessa crise, a gente consiga aprofundar verdadeiramente um debate sobre as saídas, saídas estruturantes. Por isso, quero parabenizar muito o eixo do pronunciamento de V. Ex^a. De fato, este Governo que aí está não deu uma demonstração de força; deu uma demonstração de desespero, com baixa popularidade, um Carnaval anti-Temer, não tinha os votos da reforma da previdência, não tem um candidato competitivo à Presidência da República e aí decidiram colocar uma outra pauta, aproveitando-se, querendo se aproveitar do prestígio das Forças Armadas, utilizando-se das Forças Armadas e as colocando numa aventura. Eles estão apostando de forma dobrada na irresponsabilidade. É o mesmo PMDB que deu o golpe, como V. Ex^a falou. Eduardo Cunha lá, no PMDB do Rio, Pezão e Temer tomaram essa posição agora, que, para mim, revela desespero. Parabéns a V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Senador Lindbergh.

Eu queria dizer que, se é para tomar medida extrema, que tomássemos uma: propuséssemos uma mudança na Constituição e anteciparíamos as eleições; alguém que discutisse com a população saídas para a crise assumiria o País. E não tomar uma medida como essa, que põe em risco, sim, as Forças Armadas.

Eu queria dizer, para não ficar aqui num discurso que apenas aponta erros e problemas, que vi um material, um artigo escrito por Carlos Melo, um especialista na área. Ele trata de uma questão bastante objetiva: como é que a gente enfrenta crime organizado, Sr. Presidente?

Crime organizado se combate com inteligência e estratégia, não exatamente com tropas militares – ou apenas tropas militares. Requer identificar os grupos de criminosos, asfixiá-



los financeira e operacionalmente; capturar seus líderes, ocupar [território; isolar essas lideranças de presos comuns] [...].

É dessa maneira.

E, com esses recursos, lamentavelmente, as Forças Armadas não vão poder contar nessa intervenção, porque não é a área deles. Então, você joga a responsabilidade para o Exército, para as Forças Armadas, mas não dá as condições. É um erro. É perigoso, porque as Forças Armadas têm papel a cumprir nas fronteiras, combatendo, como propôs o Governador Tião Viana, num evento que fez no nosso Estado, quando convidou todos para termos uma ação nas áreas de fronteira que possa proteger o País inteiro desse crescimento do tráfico de armas e também de drogas.

Eu queria, Sr. Presidente, para concluir, dizer que, se fosse só o problema da violência no Rio de Janeiro, nós ainda teríamos uma justificativa. Mas foram 5 mil assassinatos no Ceará, ano passado; 5 mil em Pernambuco; no meu Estado, foram 460. O crime organizado se espalhou. Ontem foram mortos 2 líderes no Ceará, 2 importantes líderes dessas facções. Não é possível!

Há muitas medidas: se fosse feito um debate sério, pedindo a opinião de quem conhece o assunto, que, se pudéssemos nos juntar a todos, nos unir a todos, nós íamos dar uma satisfação para a opinião pública trabalhando. Mas eu não tenho dúvidas de que essa situação por que estamos passando hoje é gravíssima e se agravou com essa medida que o Governo nos impõe discutir e debater aqui.

Eu vou seguir conversando, ouvindo autoridades, para poder cumprir bem o meu papel de Senador, porque tudo que eu quero também é que o Brasil possa virar essa página de enfrentamento, de caos institucional e de violência, que nos envergonha a todos.

Eu agradeço a tolerância. Como há outros colegas para falar, Sr. Presidente, eu voltarei à tribuna amanhã – certamente, esta semana inteira –, para seguir nesse debate de como nós podemos ajudar, nós Congressistas, nós Senadores, o Brasil a vencer esses desafios. E que se possa gastar uma energia no sentido de socorrer a sociedade brasileira, o cidadão brasileiro, que precisa, mais do que nunca, da ação de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Paulo Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Pela ordem de oradores inscritos, convido o nobre Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Quero cumprimentar S. Ex^a o Senador Elmano Férrer, nosso Veín Trabalhador, nosso Presidente desta sessão; cumprimentar os nossos ouvintes da TV e Rádio Senado; cumprimentar meu antecessor aqui, Senador Jorge Viana, parabenizando-o pelo discurso extraordinário. Minha solidariedade ao povo acriano, tão atingido pelas enchentes tanto em Rio Branco quanto em Brasileia. Como Presidente da Comissão de Infraestrutura, já tive a possibilidade de participar de alguns debates, e é necessário que providências urgentes, como barragem de contenções e outras coisas, sejam tomadas em Rio Branco, para não continuarem a ocorrer esses acidentes todos – o índice pluviométrico lá realmente foi muito grande, acima do esperado. Então, minha solidariedade, Jorge. Minha solidariedade e também meu acordo com a sua fala com relação à



questão da segurança pública. Parabéns a você! Quero cumprimentar nosso nobre Senador Armando Monteiro, presente aqui nesta sessão, e cumprimentar todos.

Nobre Presidente, aqui em Brasília há uma cidade chamada Cruzeiro, nome inclusive do meu time de futebol. Eu sou cruzeirense; Cruzeiro de Minas Gerais, de BH, time das estrelas – time azul com cinco estrelinhas, o Cruzeiro do Sul. Eu quero me dirigir aos moradores dessa região do Cruzeiro, uma região, inclusive, que até somos justos ao homenagear porque é a região mais carioca de toda Brasília. Quando os servidores públicos, quando as pessoas vieram construir Brasília e saíram do Rio de Janeiro, quase todas se radicaram no Cruzeiro. É por isso que o Cruzeiro tem uma escola de samba campeã no Distrito Federal, a Aruc. É o berço do samba, o berço da alegria. Há a feira do Cruzeiro e várias questões. O Cruzeiro tem uma alegria peculiar do Rio de Janeiro.

Essa região chamada Cruzeiro está sofrendo uma séria questão. Ao longo da vida do Cruzeiro, os vários governos que por lá passaram incentivaram a fazer cercamentos em torno dos prédios de moradores. Agora, essa população tem sofrido com uma ação judicial mal encaminhada pelo Governo do Distrito Federal, pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal e pelos próprios advogados defensores do Cruzeiro. Agora, estamos tentando consertar. Como Coordenador da Bancada do Distrito Federal – dos três Senadores e dos oito Deputados Federais –, ressalto que todos nós aqui, Parlamentares federais, estamos com a população do Cruzeiro defendendo a permanência dessas grades, cuja instalação foi incentivada ao longo do tempo, por mais de 20 anos, ainda mais nesse clima de insegurança total que toma conta do nosso Brasil, da nossa cidade, de Brasília.

Então, é um contrassenso contra a dignidade humana querer, de repente, obrigar que a população do Cruzeiro – que se acostumou a conviver com esses gradis em torno de cada bloco existente no Cruzeiro – e que cada condomínio desconstitua essa questão. Inclusive vou fazer uma audiência pública na Comissão Senado do Futuro, nessa próxima quinta-feira, dia 22, às 17h, exatamente para discutir esse tema com uma série de autoridades envolvidas.

Então, eu quero dirigir-me, nobre Presidente, aos moradores do Cruzeiro para manifestar a minha indignação e irresignação contra a possibilidade de derrubada das grades que garantem e protegem os prédios do Cruzeiro Novo, o que demonstra a total desconexão entre as autoridades e a realidade da população do Distrito Federal, especialmente as autoridades do Judiciário que tomaram essa atitude de uma forma intempestiva, sem respeitar, principalmente, a dignidade humana.

Esqueceram as autoridades que a aplicação da lei exige um juízo, nobre Senador Armando Monteiro. Mas perversos são aqueles que manipulam o juízo em função de interesses outros que não o benefício da população ou do bem comum do povo, e isso é fundamental. Nós estamos aqui exatamente para defender o bem comum do povo – por isso estou aqui, inclusive fazendo essa fala –, e vamos fazer essa audiência pública na quinta-feira, no âmbito da Comissão Senado do Futuro, que é uma comissão orientativa para que nós possamos debater projetos de lei nesta Casa.

Tal modelo longe está de estabelecer o primado da lei, mas, ao contrário, transforma a lei em instrumento de opressão e faz o que está se tornando notório: com que a população deixe de acreditar na lei ou naqueles que a interpretam. Então, nós temos que batalhar para impedir que isso prospere, porque todo cidadão, por exemplo, entra governo e sai governo de vários partidos, oposição, situação, todos incentivaram a colocação desses gradis há mais de 20 anos lá, e, agora, de repente, vem uma decisão intempestiva querendo obrigar a tirar esses gradis de proteção, de



defesa do morador do Cruzeiro, que é uma cidade nobre, aqui bem pertinho da gente, mais ou menos a 15km de onde nós estamos. Então, é uma situação muito ruim.

Diante de tão evidente injustiça e desse compromisso com a população do Cruzeiro, somarei de forma intensa com a população do Cruzeiro para combatermos esta arbitrariedade e essa injustiça. Por isso, realizaremos, possivelmente nesta quinta-feira – na verdade, dia 22 –, às 17h, uma audiência pública no Senado Federal, para a qual convocaremos todas as autoridades envolvidas com o tema, para, juntamente com a população do Cruzeiro, encontrar, nobres Senadores, uma solução definitiva para a manutenção das grades, pois bem maior não há do que garantir ao cidadão o direito à sua segurança pessoal e patrimonial, que não pode ser afastado por interpretação no mínimo desconectada da vida e da realidade da população.

Baseado nisso, meu nobre Presidente, Senador Elmano Férrer, requeri e aprovei a audiência pública nos seguintes termos:

[...] nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam realizadas audiências públicas, na forma de ciclo de debates e seminários, para debater as tendências sociais e institucionais, a legislação e os mecanismos econômicos do processo de organização do espaço urbano com vistas a respeitar o direito à moradia e à segurança das famílias, a formação de condomínios fechados e outros modos de organização residencial em uma sociedade fortemente afetada pela insegurança e onde os aparelhos estatais de proteção encontram-se defasados ou sem recursos orçamentários adequados; para tanto devem ser convidados [para essa audiência pública]:

[o] representante do Ministério da Justiça;

[o] representante do Ministério das Cidades;

[o] representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan);

[o] representante da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (Segeth) no Distrito Federal;

[o] representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

[o] Sr. Salin Siddartha, Presidente do Movimento em Defesa do Cruzeiro Novo;

[o] Sr. Guilherme Francisconi, arquiteto e membro do Instituto Brasileiro de Arquitetura (IAB);

[o] Sr. José Chamon Amaral, síndico do Condomínio Villages Alvorada [que sofreu essa mesma questão];

[e o] Sr. Og Pereira de Souza, Conselheiro da OAB do Distrito Federal.

Então, nesses termos, será realizada essa audiência nessa próxima quinta-feira. V. Ex^a, inclusive, também é meu convidado se tiver condições, se estiver aqui em Brasília, já que lá no Cruzeiro também temos uma grande população piauiense que acompanha bem o seu trabalho aqui. E Brasília é uma cidade que abriga milhares de piauienses, e nós sabemos do companheirismo nosso aqui – nós, brasilienses – com os colegas piauienses, seja o senhor, Senador Elmano Férrer, a nossa nobre Senadora Regina Sousa, o nosso nobre Senador Ciro Nogueira. É uma relação muito boa. Então, para nós, sempre é muito importante podermos conversar e dialogar com os colegas do Piauí, porque, em Brasília, o Piauí tem uma presença muito significativa no nosso dia a dia.

Além disso, meu nobre Senador Elmano Férrer, eu quero fazer uma justa homenagem aqui ao Sr. José Carlos Gentili, neste final aqui da minha fala. Quem é o Sr. José Carlos Gentili? Eu vou



explicar. Eu, Senador Hélio, recebi um honroso convite da Academia Brasileira de Filologia para a entrega do Prêmio Antenor Nascentes ao escritor José Carlos Gentili em solenidade que será realizada no Instituto Camões, na Embaixada de Portugal, no próximo dia 22 de fevereiro.

José Carlos Gentili, nobre Presidente, é nascido em 30 de maio de 1940, em Porto Alegre. É, na verdade, um brasiliense, pois já mora há muitos anos aqui. Foi pioneiro de Brasília e é um ser múltiplo em qualidades: advogado, jornalista, empresário, historiador, romancista, conferencista e poeta. Tem mais de 30 obras publicadas.

Meu nobre Senador Muniz, estou falando aqui do nosso filólogo, nosso José Carlos Gentili, um escritor de Brasília que vai receber, pela Embaixada portuguesa, o Prêmio Antenor Nascentes – porque é um escritor de Brasília que tem toda uma situação consagrada como empresário, historiador, romancista, conferencista, poeta e jornalista –, nesta próxima quinta-feira. Muito obrigado, V. Ex^a, pela presença.

Esse romancista, Sr. José Carlos Gentili, tem mais de 30 obras publicadas. A obra que deu ensejo ao prêmio que receberá na Embaixada de Portugal nasceu em Brasília: *A Infernização do Hífen*, nobre Presidente. Os senhores sabem que o hífen é o hífen, e dá um trabalho danado para quem não sabe manipular bem o hífen na nossa Língua Portuguesa. Então, o nosso nobre escritor brasiliense José Carlos Gentili, nascido em Porto Alegre, mas um brasiliense adotado, escreveu *A Infernização do Hífen*. E foi com esse romance, com esse trabalho que ele está sendo premiado pela Academia Portuguesa. É fruto desse espírito inquieto e obstinado, estudioso que vai aos arquivos empoeirados, e deles retira ouro em pó, transformando em prosa que mexe com o leitor.

Não poderei participar dessa justa homenagem, nobre Presidente – acertada, justa e oportuna. Meus afazeres na Comissão Senado do Futuro estarão me retendo nesta Casa porque farei aquela audiência pública do Cruzeiro – foi por isso eu li antes sobre a audiência pública do Cruzeiro. Por isso eu não vou poder estar lá na Embaixada de Portugal homenageando o nosso escritor. E eu fiz questão de homenageá-lo aqui no plenário do Senado porque é muito importante nós prestigiarmos os nossos escritores, os nossos artistas.

Eu, inclusive, tenho um programa de rádio na Rádio Atividade, a rádio mais popular de Brasília, que é um programa chamado Papo Federal, onde eu sempre tenho a oportunidade de entrevistar. Quero até marcar uma entrevista com o nosso nobre escritor José Carlos Gentili, até para valorizar a sociedade brasiliense que ouve a Rádio Atividade todos os sábados, de 8h às 9h da manhã, no meu programa, que é o Papo Federal, para poder melhor conhecer essa questão dessa obra.

Não poderei participar, como falei, mas daqui, deste plenário, quero antecipar o agradecimento ao mestre das letras que já presidiu a Academia de Letras de Brasília por várias gestões, de 2011 a 2016. O Sr. José Carlos Gentili, Sr. Presidente, além de membro da Academia de Letras de Brasília, integra a Academia das Ciências de Lisboa, como correspondente brasileiro; é membro patrono da Associação Internacional dos Colóquios de Lusofonia, com sede em São Miguel dos Açores; e faz parte do Conselho Geral do Museu da Língua Portuguesa de Bragança. Faz parte ainda, nobre Presidente, dos quadros – também aqui, em Brasília – da Casa do Poeta, da Associação Nacional de Escritores, do Centro de Estudos Linguísticos da Língua Portuguesa, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Brasília se alegra com essa homenagem. É o sentimento de ver um ente próximo recebendo um grande prêmio; um compadre, como são os pioneiros; os candangos, caso desse nobre e ilustre candango, José Carlos Gentili. Que ele continue essa vida profícua por muitos e muitos anos, com



saúde e condições de bem nos representar, principalmente nas letras, na nossa linguagem tão difícil, tão complicada e tão judiada, com tantas pessoas que mal conseguem entender as concordâncias verbais ou nominais tão necessárias na nossa linguagem.

Então, quero agradecer a V. Ex^a por esta oportunidade. Mais uma vez, lembro ao nosso público, ao nosso povo, que estaremos, ao vivo, pela TV Senado, nesta próxima quinta-feira, dialogando a respeito das grades do Cruzeiro, dos gradis do Cruzeiro, desse direito da vida humana, e estaremos também participando, no dia a dia, do debate da nossa sociedade sempre que pudermos aqui, no Senado Federal.

E amanhã farei um pronunciamento importante sobre a CPI da Eletrobras, que eu protocolei nesta Casa, que espero que amanhã seja lida. O povo brasileiro não merece ter sua conta aumentada. Então, amanhã, no meu discurso, que já fiz como orador inscrito para amanhã, vou ler a necessidade de estarmos... Já foi protocolada a CPI com mais de 40 assinaturas, a CPI da Eletrobras, e nós pretendemos instalá-la o mais breve possível, para evitar que a conta de luz do brasileiro, que já é uma das contas mais altas do mundo, possa dobrar de preço. A própria Aneel já deixou claro que privatizar o sistema elétrico brasileiro é dar o nosso patrimônio – nós não queremos dar. A luz brasileira vai dobrar de valor em vez de haver algum benefício para a sociedade brasileira.

Então, precisamos abrir uma CPI, porque há interesses escusos das pessoas que estão por trás, querendo entregar o nosso patrimônio elétrico brasileiro na mão de pessoas antipatrióticas, na mão de pessoas que não têm compromisso nem relações de cidadania com o nosso povo brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a pelo espaço, muito obrigado aos nossos ouvintes. Um forte abraço a todos os nossos participantes da TV e Rádio Senado.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e ressalto a importância dos pronunciamentos de V. Ex^a, sempre feitos aqui com muita galhardia e trazendo problemas da mais alta relevância, não só para o Distrito Federal, como para o nosso País. Então, agradeço. Obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Muito obrigado, Senador! Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PMDB - PI) – E, não havendo mais nenhum orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão não deliberativa do dia de hoje.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 40 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 8ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Aviso do Tribunal de Contas da União





SENADO FEDERAL

AVISO Nº 3, DE 2018

Encaminha cópia do Acórdão nº 1827/2017 - TCU, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao Relatório Sistemático de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com ênfase no Nordeste brasileiro (Fisc. Nordeste) (TC 020.126/2015-8).

AUTORIA: Tribunal de Contas da União

DOCUMENTOS:

- [Texto do aviso](#)

Despacho inicial: À Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor



[Página da matéria](#)





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIDADE

Aviso nº 1355 - GP/TCU

Brasília, 19 de dezembro de 2017.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1827/2017 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), prolatado pelo Plenário desta Corte, na Sessão Ordinária de 23/8/2017, ao apreciar os autos do TC 020.126/2015-8, da relatoria do Ministro José Múcio Monteiro, que tratam de Relatório Sistemático de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com ênfase no Nordeste brasileiro (Fisc. Nordeste).

Registro, por oportuno, que essa fiscalização teve como objetivo *"produzir um diagnóstico sistêmico sobre a região Nordeste e as políticas de desenvolvimento a ela destinadas; além de apresentar o panorama da Região, contemplando uma visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento, bem como uma síntese do conjunto de ações de controle relevantes realizadas na Região"*.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Presidência do Senado Federal
Recebi o Original

Em: 28/12/17 Hs: 11:00

Jaqueline
de Almeida



(Fl. 2 do Aviso nº 1355 -GP/TCU, de 19/12/2017)

Em síntese, o trabalho identificou os desafios para o desenvolvimento do Nordeste, sob a ótica dos Estados integrantes da região, apresentados de forma agrupada e associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", aprovada pelos líderes de Governo e de Estado reunidos na sede das Nações Unidas em setembro de 2015.

O relatório abordou, ainda, os aspectos relativos à atuação da União, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) na promoção do desenvolvimento regional, apresentados no contexto dos trabalhos realizados pelo TCU em fiscalizações relacionadas ao tema.

Da análise de um conjunto de indicadores selecionados com a finalidade de fornecer uma visão geral do Nordeste (Índice de Gini, IDH e PIE), foram identificados avanços nos índices calculados entre os anos de 2000 e 2010, mas que não foram suficientes para alterar o fato de que a região e seus Estados integrantes estão, quase sempre, posicionados em patamar inferior à média nacional e aquém da região mais desenvolvida do País, a Sudeste.

Em relação aos recursos públicos destinados ao Nordeste no período de 2005 a 2014, incluindo as transferências governamentais, a arrecadação própria e as operações de crédito, constatou-se que a parcela mais representativa dos recursos da região advém das transferências obrigatórias, representando 44% do valor total.

Ao observar os valores disponíveis para todas as regiões do país, percebe-se que o Nordeste ocupa a segunda posição, com 19,6% do total, abaixo apenas da região Sudeste, que lidera o ranking nacional com 49,5% dos recursos. No entanto, tomando como referência os valores **per capita**, a região ocupa o último lugar no País, com apenas 14,2% dos recursos disponíveis. Destaca-se, ainda, o fato de a arrecadação própria **per capita** do Nordeste ser a menor entre todas as regiões.



(Fl. 3 do Aviso nº 1355 -GP/TCU, de 19/12/2017)

Em suma, tendo por base trabalhos realizados pelo TCU na avaliação da atuação governamental, o Relatório logrou demonstrar que o objetivo nacional de redução das desigualdades regionais, com especial atenção para a Região Nordeste, não vem sendo atingido, em virtude de problemas decorrentes da falta de atuação coordenada, sistêmica e com visão de longo prazo por parte dos órgãos governamentais.

As falhas que impactam negativamente o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais, descritas sob uma perspectiva integrada e abrangente dos problemas que precisam ser tratados, foram científicas aos órgãos que integram o Centro de Governo, bem como o Ministério da Integração Nacional, a Sudene e o BNB.

Esclareço, por fim, que essa ciência conjunta busca ressaltar a importância da atuação integrada por parte de todos os atores governamentais envolvidos nessa temática, sob pena de não se atingirem os objetivos almejados.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

ACÓRDÃO Nº 1827/2017 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 020.126/2015-8
2. Grupo I – Classe V – Relatório de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidades: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e outras
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE)
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este Relatório Sistemático de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com ênfase no Nordeste brasileiro (Fisc Nordeste).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c arts. 239, inciso II, e 250, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. determinar à Casa Civil da Presidência da República que, no exercício das competências que lhes foram atribuídas pelo art. 3º da Medida Provisória 782/2017, em especial aquelas relacionadas ao exercício da coordenação e integração das ações do Governo e à avaliação e monitoramento da ação governamental:

9.1.1. em articulação com os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Integração Nacional e com o apoio dos demais ministérios pertinentes e, quando cabível, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, apresente, no prazo de 90 (noventa) dias, com o objetivo de sanar falhas e inconsistências que prejudicam a efetividade de ações, políticas públicas, planos e programas para a redução das desigualdades regionais, a relação de possíveis causas que acarretam ou contribuam, de forma decisiva, para a ocorrência das lacunas a seguir apontadas:

9.1.1.1. ausência de regionalização de indicadores, objetivos e metas nos programas governamentais que integram o Plano Plurianual do Governo Federal 2016-2019 e que impactam significativamente o nível de desenvolvimento das regiões brasileiras, comprometendo o estabelecimento e o monitoramento de uma estratégia consistente para redução das disparidades regionais;

9.1.1.2. ausência de processo específico e coordenado de elaboração dos planos nacionais, regionais e setoriais que permita o aprimoramento da integração intersetorial e federativa no processo de planejamento do governo federal, de sorte a promover articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos Planos Plurianuais do nível federal e dos entes subnacionais;

9.1.1.3. ausência do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) formalmente aprovado por lei e concebido por meio de um processo de planejamento participativo e de articulação eficaz, que compreenda programas, projetos e ações e defina metas para as políticas públicas federais consideradas relevantes para o desenvolvimento da região, conforme preconiza a Lei Complementar 125/2007;

9.1.1.4. ausência de um processo sistematizado de avaliação dos programas e das ações do Governo Federal na Região Nordeste, conforme preconiza a LC 125/2007;

9.1.1.5. ausência de estratégias para institucionalização de um planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado e integrado com visão de longo prazo, conforme preceitua a Constituição Federal, art. 174, § 1º e art. 165, § 4º; e

9.1.1.6. deficiência nos sistemas de informação do governo, que não permitem que se identifique, de forma regionalizada, a destinação de recursos para os entes federados para fins de transparência, monitoramento e avaliação;





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

9.1.2. em articulação com os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Integração Nacional e com o apoio dos demais ministérios pertinentes e, quando cabível, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, apresente, no prazo de 90 (noventa) dias, com o objetivo de sanar falhas e inconsistências que prejudicam a efetividade de ações, políticas públicas, planos e programas para a redução das desigualdades regionais, plano de ação com a especificação, entre outros, de ações concretas que visem a enfrentar as causas apontadas na forma do subitem anterior, dos responsáveis e dos prazos necessários à sua implementação, bem como a forma como tais ações serão executadas;

9.1.3. com o apoio do Ministério da Integração Nacional, que adote as providências de sua competência para operacionalizar, de forma adequada, o funcionamento do Conselho Deliberativo (Condel) da Sudene, com especial atenção para a realização de suas reuniões no prazo máximo estabelecido no art. 9º da Lei 125/2007, e informe ao Tribunal, em até 60 (sessenta) dias, as medidas adotadas, tendo em vista os efeitos negativos que a ausência de funcionamento regular dessa instância de articulação tem sobre a integração das políticas de desenvolvimento para o Nordeste, em conformidade com os termos do art. 10 da Lei Complementar 125/2007;

9.2. recomendar à Casa Civil da Presidência da República que lidere a implementação de processo específico e coordenado de elaboração dos planos nacionais, regionais e setoriais, que permita o aprimoramento da integração intersetorial e federativa no processo de planejamento do governo federal, de sorte a promover a articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos planos plurianuais do nível federal e entes subnacionais e a assegurar a eficiência do gasto governamental;

9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União que, no intuito de colaborar com a redução das desigualdades regionais, considere, como critério de seleção das auditorias a serem realizadas, dentre outros já adotados, a aplicação de recursos em regiões ou microrregiões de baixo IDHM, abrangendo obras de infraestrutura, programas sociais, projetos aprovados por órgãos de fomento, transferências voluntárias e obrigatórias, e outros;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam:

9.4.1. à Casa Civil da Presidência da República;

9.4.2. à Secretaria de Governo da Presidência da República;

9.4.3. ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

9.4.4. ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;

9.4.5. ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

9.4.6. à Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional;

9.4.7. à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;

9.4.8. ao Banco do Nordeste do Brasil;

9.4.9. à Secretaria do Tesouro Nacional;

9.4.10. ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

9.4.11. à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra) da Câmara dos Deputados;

9.4.12. à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal;

9.4.13. aos Governos dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, bem como aos respectivos Tribunais de Contas;

9.5. determinar à Segecex que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apresente ao Relator processo de monitoramento do cumprimento deste acórdão;

9.6. arquivar os autos.

10. Ata nº 33/2017 – Plenário.

11. Data da Sessão: 23/8/2017 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1827-33/17-P.



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

TC 020.126/2015-8

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Produtividade, Confiança no Setor Público, Financiamento do Desenvolvimento Regional, Sustentabilidade Fiscal e Visão Integrada dos Entes Federativos.

A iniciativa do TCU ressalta a relevância do tema e a necessidade de colocá-lo sob o foco de atenção dos mais diversos atores, públicos e privados, favorecendo o debate sobre os desafios para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste.

Por fim, considerando a importância desse trabalho, [foi solicitado], complementarmente, a realização de reuniões técnicas e painel de referência com gestores em nível federal e estadual e especialistas para contribuir e validar os resultados alcançados nessa fiscalização, atividade conduzida [pelo] gabinete [do Relator] em parceria com a Coordenação-Geral de Controle Externo da Área Social e da Região Nordeste (Cosocial) e a Secex-PE, com a colaboração da Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência) e da Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

A partir da consolidação realizada pela Secex-PE, das atualizações supervenientes das bases de dados relativas ao levantamento sobre as fontes de financiamento do desenvolvimento regional e dada a necessidade de reorganização e reformatação (...), apresento o seguinte relatório:

1. INTRODUÇÃO

Este Relatório Sistemático de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com recorte Nordeste (Fisc Nordeste), se propõe a oferecer ao Congresso Nacional, a suas Comissões e Casas Legislativas, aos gestores da política de desenvolvimento regional e das políticas públicas em geral, e, sobretudo, ao cidadão, uma avaliação, sob o olhar do controle externo, acerca do tema desenvolvimento da Região Nordeste.

‘A realização de um relatório sistêmico justifica-se dada a extensão e a complexidade do tema em que se exige atuação de diferentes áreas governamentais no contexto do Governo Federal, bem como de diferentes esferas de governo. Assim, as fiscalizações resultantes da atuação pretérita e fiscalizações recém-desenvolvidas pelo TCU somam-se para permitir as análises pertinentes realizadas nesse relatório de forma a identificar oportunidades de aprimoramento da Administração Pública.’

Saliente-se que o presente relatório está alinhado à perspectiva descrita pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em que foi identificada a necessidade de *‘publicação mais sistêmica de relatórios temáticos, apresentando os principais desafios e riscos do Governo Federal, agregando os principais achados e as recomendações para todos os setores/funções do governo’* (OCDE, 2012. Brasil – Tribunal de Contas da União. Avaliações OCDE sobre Governança Pública. Parecer Prévio e Relatório sobre as Contas do Presidente da República. Avaliação e Recomendações, p. 32), porém, inova ao trazer o recorte territorial.

Ademais, a elaboração de um Fisc territorial, como o Fisc Nordeste, tem a prerrogativa de, do ponto de vista externo, buscar aumento na coerência do ciclo de políticas públicas, abordagem sistêmica frente às complexidades dessas políticas, redução da fragmentação das abordagens de problemas que se repetem em estados com macro condições física e socioeconômicas similares, possibilidade de associar problemas a identidades regionais e exploração de vocações regionais. Do ponto de vista interno, destacam-se: identificação de sinergias do controle, necessidade de trabalhos coordenados, possibilidade de integração de processos, protagonismo regional e integração de temas e unidades diversas na sede e nos estados.

Ao tratar do tema desenvolvimento, é imprescindível a referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que compõem a Agenda 2030, estabelecida por meio de resolução da Organização da Nações Unidas (ONU), em 2015, da qual o Brasil é signatário, portanto integra o arcabouço legal brasileiro como uma *‘soft law’*. Essa agenda aponta um caminho a ser trilhado para o alcance do desenvolvimento sustentável. Em sua essência, os ODS *‘são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental’*.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

O desenvolvimento sustentável pressupõe que deve haver uma harmonia entre as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento, de forma que se possa *‘atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades’*. Sob essa ótica, a promoção do desenvolvimento assume um caráter multidimensional. Assim, os ODS nortearam a consolidação dos desafios para o desenvolvimento dos estados da Região Nordeste.

Assim, o presente relatório é organizado nos seguintes capítulos: 1. Introdução; 2. Visão geral da Região Nordeste; 3. Desafios para o desenvolvimento do Nordeste; 4. Governança da atuação estatal em prol do desenvolvimento sustentável da região; 5. Disponibilidade de recursos de transferências obrigatórias, transferências discricionárias, operações de crédito e receitas de geração própria; 6. Ação estatal e do controle externo para suplantar os desafios em prol do desenvolvimento sustentável da região; 7. Conclusão; 8. Proposta de encaminhamento.

O capítulo 2 apresenta breve descrição sobre características físicas e demográficas da Região Nordeste, bem como indicadores econômicos e sociais.

No capítulo 3, destacam-se os desafios para o desenvolvimento do Nordeste, sob a ótica dos estados integrantes da região (identificados nos Panoramas estaduais), apresentados de forma agrupada e associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Já o capítulo 4 trata da governança da atuação estatal em prol do desenvolvimento sustentável da região, perpassando pela regionalização e articulação de planos plurianuais, Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, plano de desenvolvimento nacional, entre outros.

O capítulo 5 retrata a disponibilidade de recursos financeiros da Região Nordeste, provenientes de transferências obrigatórias, discricionárias, operações de crédito e receitas de geração própria.

No capítulo 6, são apresentadas considerações acerca de áreas que possuem estreita relação com desafios a serem enfrentados para se alcançar patamares mais elevados de desenvolvimento na região, entre as quais, infraestrutura, inovação, educação profissionalizante e segurança hídrica no Semiárido. Além disso, são apontadas reflexões sobre a atuação do controle externo na região.

O capítulo 7 sintetiza as conclusões desse relatório.

Por fim, o capítulo 8 apresenta a proposta de encaminhamento.

1.2. Fiscalizações conexas ao Fisc Nordeste

De forma a conhecer a capacidade de planejamento dos estados do Nordeste em prol do desenvolvimento sustentável e o mapeamento dos desafios locais para o desenvolvimento, o Tribunal de Contas da União promoveu, em 2015, a realização de trabalhos de levantamento nos estados integrantes da região, nomeados como Panoramas dos Estados. Os Panoramas, à exceção dos estados de Pernambuco e Sergipe, identificaram desafios para o desenvolvimento dos respectivos estados. Esses dois estados, a pedido dos respectivos relatores, focaram em avaliar questões orçamentárias/planejamento plurianual e relativas à Lei de Responsabilidades Fiscais (LRF), respectivamente. As diferentes abordagens enriqueceram sobremaneira a construção da visão sistêmica. De forma a complementar o mapeamento dos desafios da região, foram realizadas produção de conhecimento para identificação dos desafios dos estados de Pernambuco e Sergipe. A Tabela 1 apresenta os dados básicos desses trabalhos.

Tabela 1 – Relação dos Panoramas estaduais

UF	Processo	Relator	Acórdão
Alagoas	013.388/2015-0	José Mucio Monteiro	Acórdão 2.892/2015-TCU-Plenário
Bahia	016.215/2015-0	Augusto Sherman	Acórdão 471/2016-TCU-Plenário
Ceará	013.781/2015-4	Marcos Bemquerer	Acórdão 1.547/2016-TCU-Plenário
Maranhão	016.165/2015-2	Walton Alencar Rodrigues	Acórdão 475/2016-TCU-Plenário
Paraíba	017.516/2015-3	Raimundo Carreiro	Acórdão 1.937/2016-TCU-Plenário
Pernambuco	033.570/2015-9	André Luís	Acórdão 1.898/2016-TCU-Plenário

3





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Piauí	011.470/2015-1	Marcos Bemquerer	Acórdão 2.751/2015-TCU-Plenário
Rio Grande do Norte	014.754/2015-0	Vital do Rêgo	Acórdão 863/2016-TCU-Plenário
Sergipe	018.323/2015-4	Weder de Oliveira	Acórdão 1.935/2016-TCU-Plenário

Dada também a busca de sinergia da atuação do controle, nesse relatório constam informações acerca de fiscalizações anteriores do TCU conexas ao tema do presente relatório, destacam-se, porém, as recentes fiscalizações sobre financiamento regional (TC 011.432/2015-2, relatoria do Ministro Raimundo Carreiro); Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego - Pronatec (TC 019.154/2015-1, relatoria da Ministra Ana Arraes) e segurança hídrica (TC 013.478/2015-0, Acórdão 1.743/2016-TCU-Plenário, relatoria do Ministro Bruno Dantas).

A lista completa das fiscalizações conexas ao tema desenvolvimento regional estão disponíveis no Apêndice A.

2. VISÃO GERAL DA REGIÃO NORDESTE

2.1. Características territoriais e demográficas

A Região Nordeste é formada por nove estados da federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Para apresentação dos dados territoriais e demográficos da região, utilizam-se os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informados ao TCU para cálculo dos coeficientes do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE). Visando a favorecer leituras comparativas, as informações são agregadas por unidade da federação, regiões e Brasil.

O Nordeste ocupa uma área de 1.554.291,74 km², o que equivale a 18,25% do território brasileiro, abrangendo um total de 1.793 municípios.

A população estimada, segundo o IBGE em 2015, é de 56.560.081 habitantes, que corresponde a 27,66% da população total do Brasil, ultrapassada apenas pela Região Sudeste (41,94%). Juntas, as duas regiões representam 69,6% do total da população brasileira. A densidade demográfica da Região Nordeste é de 36,39 habitantes por km², acima da média nacional e abaixo das Regiões Sul e Sudeste.

A Tabela 2 e os Gráficos 1 e 2 mostram dados sobre área territorial oficial, quantidade de municípios, população e densidade demográfica.

Tabela 2 – Área, Municípios, População e Densidade Demográfica dos Estados do Nordeste, das Regiões e do Brasil

UF / Regiões / País	Área Oficial (km ²) IBGE – 1º/7/2014	Qtd. de Municípios IBGE – 1º/7/2015	População IBGE – 1º/7/2015	Densidade Demográfica (Calculada)
Alagoas	27.848,00	102	3.340.932	119,97
Bahia	564.733,08	417	15.203.934	26,92
Ceará	148.886,31	184	8.904.459	59,81
Maranhão	331.936,95	217	6.904.241	20,80
Paraíba	56.469,74	223	3.972.202	70,34
Pernambuco	98.076,11	184	9.345.173	95,28
Piauí	251.611,93	224	3.204.028	12,73
Rio Grande do Norte	52.811,13	167	3.442.175	65,18
Sergipe	21.918,49	75	2.242.937	102,33
Nordeste	1.554.291,74	1.793	56.560.081	36,39
Norte	3.853.669,77	450	17.472.636	4,53
Sul	576.773,37	1.191	29.230.180	50,68
Sudeste	924.616,97	1.668	85.745.520	92,74
Centro-Oeste	1.606.415,20	467	15.442.232	9,61
Brasil	8.515.767,05	5.569	204.450.649	24,01

UF = Unidade da Federação; IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Qtd. = Quantidade.

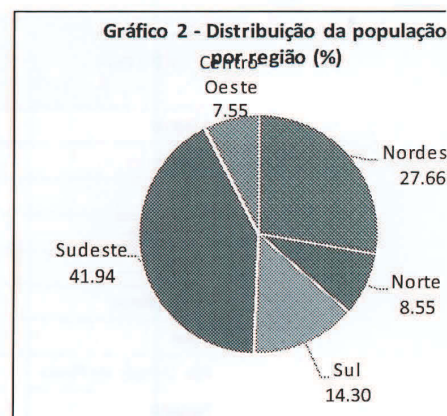
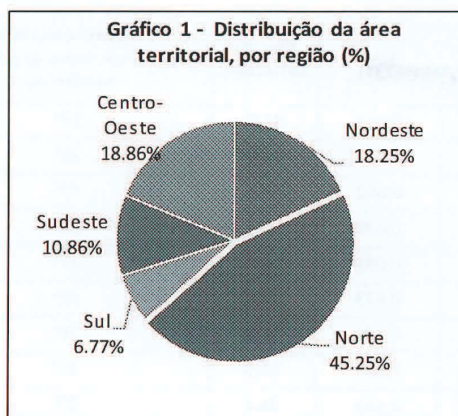
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Decisão Normativa-TCU 150/2016 (Cálculo do FPE 2016)





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8



Observando a realidade apresentada, destaca-se o estado da Bahia, com a maior área territorial, a maior quantidade de municípios, sendo também o estado mais populoso, com mais de 15 milhões de habitantes. Já o estado de Sergipe tem a menor população, a menor área e a menor quantidade de municípios, porém com densidade demográfica alcançando quatro vezes a registrada na Bahia.

A região do Semiárido

Em se tratando de Nordeste, é importante destacar a região do Semiárido, que possui uma extensão territorial de 980.133,09 km² dos quais 89,5% abrange municípios localizados em todos os estados da região, à exceção do Maranhão (IBGE, <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiarido.shtm?c=4>). Fora da Região Nordeste, o Semiárido estende-se até o norte de Minas Gerais. No semiárido nordestino residem 21.365.929 pessoas, distribuídas em 1.050 municípios, representando cerca de 11% da população brasileira em 2010 e 18,5% dos municípios.

Vale ressaltar que a região semiárida é caracterizada por baixos índices pluviométricos e histórico de dificuldades econômico-sociais associadas aos períodos de seca.

2.2. Indicadores

Esse relatório apresenta e analisa brevemente um conjunto básico de indicadores com a finalidade de fornecer uma visão geral da Região Nordeste e de cada um dos estados que a integram de sorte a ilustrar as disparidades entre as regiões brasileiras e dentro da própria Região Nordeste.

2.2.1. Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem como objetivo medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. No IDH, são sopesados três importantes fatores do desenvolvimento humano: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e renda. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH, mas adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. O índice é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total) (Pnud, http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM).

A Tabela 3 apresenta uma série histórica do IDHM, para os estados da Região Nordeste e para o Brasil, construída a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (com dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010), contendo ainda a variação percentual dos índices de 2000 em relação a 2010 período abrangido pela disponibilidade de recursos de transferências obrigatórias, transferências discricionárias, operações de crédito e receitas de geração própria abordada no presente trabalho.

Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos estados do Nordeste (IDHM)





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

UF / País	1991	2000	2010	Var. % 2010/2000	Classificação (2010) incluindo todos os estados brasileiros
Alagoas	0,370	0,471	0,631	34,0	27º
Bahia	0,386	0,512	0,660	28,9	22º
Ceará	0,405	0,541	0,682	26,1	17º
Maranhão	0,357	0,476	0,639	34,2	26º
Paraíba	0,382	0,506	0,658	30,0	23º
Pernambuco	0,440	0,544	0,673	23,7	19º
Piauí	0,362	0,484	0,646	33,5	25º
Rio Grande do Norte	0,428	0,552	0,684	23,9	16º
Sergipe	0,408	0,518	0,665	28,4	20º
Brasil	0,493	0,612	0,727	18,8	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Os dados mostram um avanço no IDHM ao longo dos anos para os estados da Região Nordeste. No entanto, todos ainda apresentam resultados inferiores à média nacional (0,727 em 2010), em que pese apresentarem variação positiva superior à da média nacional. A melhor posição no ranking das unidades da federação foi obtida pelo Rio Grande do Norte, que ocupa o 16º lugar no país.

A Tabela 4 apresenta a apuração do IDHM com o detalhamento das dimensões que compõem o referido indicador: renda, longevidade e educação.

Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Humano dos estados do Nordeste - Por dimensão

UF / País	IDHM Renda				IDHM Longevidade				IDHM Educação			
	1991	2000	2010	Var. % 2010/2000	1991	2000	2010	Var. % 2010/2000	1991	2000	2010	Var. % 2010/2000
Alagoas	0,527	0,574	0,641	11,7	0,552	0,647	0,755	16,7	0,174	0,282	0,520	84,4
Bahia	0,543	0,594	0,663	11,6	0,582	0,680	0,783	15,1	0,182	0,332	0,555	67,2
Ceará	0,532	0,588	0,651	10,7	0,613	0,713	0,793	11,2	0,204	0,377	0,615	63,1
Maranhão	0,478	0,531	0,612	15,3	0,551	0,649	0,757	16,6	0,173	0,312	0,562	80,1
Paraíba	0,515	0,582	0,656	12,7	0,565	0,672	0,783	16,5	0,191	0,331	0,555	67,7
Pernambuco	0,569	0,615	0,673	9,4	0,617	0,705	0,789	11,9	0,242	0,372	0,574	54,3
Piauí	0,488	0,556	0,635	14,2	0,595	0,676	0,777	14,9	0,164	0,301	0,547	81,7
Rio Grande do Norte	0,547	0,608	0,678	11,5	0,591	0,700	0,792	13,1	0,242	0,396	0,597	50,8
Sergipe	0,552	0,596	0,672	12,8	0,581	0,678	0,781	15,2	0,211	0,343	0,560	63,3
Brasil	0,647	0,692	0,739	6,8	0,662	0,727	0,816	12,2	0,279	0,456	0,637	39,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Mesmo considerando a análise individualizada das dimensões que compõem o IDHM, observa-se que os estados do Nordeste sempre estiveram abaixo da média nacional, apesar de registrarem variação positiva superior à da média nacional. A evolução na dimensão renda dos estados do Nordeste os aproximaram do patamar da média nacional referente ao ano 2000. A melhoria na longevidade trouxe contribuições significativas para o incremento do IDHM entre 2000 e 2010, apesar de esta dimensão ainda estar abaixo da média nacional em todos os estados da região. O maior progresso, porém, ocorreu na dimensão educação no período entre 2000 e 2010: enquanto no cenário Brasil essa dimensão elevou-se em cerca de 40%, nos estados do Nordeste elevou-se entre 50%, no Rio Grande do Norte, e 84%, em Alagoas.

2.2.2. Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) consiste no total da renda gerada pela produção em determinado período. Pode ser entendido também como o total de bens e serviços produzidos no país,





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

descontado das despesas com os insumos utilizados no processo produtivo e acrescido dos impostos sobre produtos (líquidos de subsídios).

O PIB *per capita*, também conhecido como renda *per capita*, é o resultado do Produto Interno Bruto dividido pela quantidade de habitantes, traduzindo a expansão da renda média dos brasileiros. Ressalte-se que não é boa opção para analisar a desigualdade, uma vez que a renda no Brasil não é distribuída de modo uniforme.

A Tabela 5 apresenta os valores do PIB e do PIB *per capita* dos estados do Nordeste, das regiões e do Brasil, a preços correntes, mostrando também o *ranking* em relação ao resultado do país.

Tabela 5 – PIB e PIB *per capita* dos estados do Nordeste, das regiões e do Brasil - 2013

UF / Regiões / País	PIB (R\$ Milhão)	% em relação ao Brasil	PIB <i>per capita</i> (R\$)	Classificação, incluindo todos os estados brasileiros	
				PIB	PIB <i>per capita</i>
Alagoas	37.223	0,7	11.277	20º	25º
Bahia	204.265	3,8	13.578	7º	22º
Ceará	108.796	2,0	12.393	13º	23º
Maranhão	67.593	1,3	9.948	17º	26º
Paraíba	46.325	0,9	11.835	19º	24º
Pernambuco	140.728	2,6	15.282	10º	18º
Piauí	31.240	0,6	9.811	22º	27º
Rio Grande do Sergipe	51.446	1,0	15.248	18º	19º
	35.193	0,7	16.028	21º	17º
Nordeste	722.809	13,6	12.955	-	-
Sudeste	2.938.540	55,3	34.790	-	-
Sul	878.150	16,5	30.496	-	-
Centro-Oeste	484.615	9,1	32.322	-	-
Norte	292.342	5,5	17.213	-	-
Brasil	5.316.455	100	26.446	-	-

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2010-2013.

Em 2013, o Nordeste alcançou um PIB de R\$ 723 bilhões, ocupando o terceiro lugar entre as regiões do país. Enquanto isso, a Região Sudeste, primeira colocada, alcançou o montante de R\$ 2,94 trilhões, que representa cerca de quatro vezes o PIB nordestino.

Com relação ao PIB *per capita*, o Nordeste ocupa a pior colocação entre as regiões, com R\$ 12,9 mil/ano. O Sudeste apresenta valor cerca de 2,7 vezes maior, no total de R\$ 34,79 mil. Chama ainda a atenção o fato de todos os estados do Nordeste ocuparem as últimas posições nesse indicador (17º a 19º e 22º a 27º colocados).

2.2.3. Índice de Gini

O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Esse índice aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, situação em que uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

A Tabela 6 apresenta uma série histórica do Índice de Gini, para os estados da Região Nordeste e para o Brasil, nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 6 - Índice de Gini - 2010

UF / País	1991	2000	2010	Classificação, incluindo todos os estados
Alagoas	0,63	0,68	0,63	3º





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Bahia	0,67	0,66	0,62	6º
Maranhão	0,60	0,65	0,62	7º
Pernambuco	0,65	0,66	0,62	9º
Sergipe	0,63	0,65	0,62	10º
Ceará	0,66	0,67	0,61	11º
Paraíba	0,64	0,63	0,61	12º
Piauí	0,64	0,65	0,61	13º
Rio Grande do	0,63	0,64	0,60	15º
Brasil	0,63	0,64	0,60	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Conforme ilustra a Tabela 6, entre 2000 e 2010, todos os estados nordestinos experimentaram discreta redução na desigualdade de renda. Apesar da redução, com exceção do Rio Grande do Norte, todos os estados da região permanecem com índices superiores à média nacional. Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado em 21/5/2015, indica que o Brasil apresentou redução das desigualdades sociais, medido pelo coeficiente de Gini de 0,56, porém, mais desigual em relação aos estados-membros da OCDE, que têm média de 0,32.

Assim, o fato de o PIB *per capita* da Região Nordeste ser o menor entre as regiões é agravado pelo fato de apresentar-se mais concentrado que no restante do país.

2.2.4. Educação

Com relação ao tema educação, a Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Plano Nacional de Educação (PNE) a perspectiva de ser o instrumento de política educacional de longo prazo (10 anos), com força de lei e com papel de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação (CF, art. 214).

O PNE caracteriza-se como Plano de Estado, expressando uma proposta de política para a educação que abrange três períodos de governo. O Plano atualmente em vigor corresponde ao decênio 2014-2024 (Lei 13.005/2014) e contempla metas e estratégias que abrangem todos os níveis de formação, desde a educação infantil até o ensino superior.

Para retratar a situação da educação na Região Nordeste, foram selecionados, a partir do PNE, os seguintes indicadores relacionados ao tema: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, Escolaridade média da população de 18 a 29 anos e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), apresentados no Gráfico 3 e na Tabela 7.

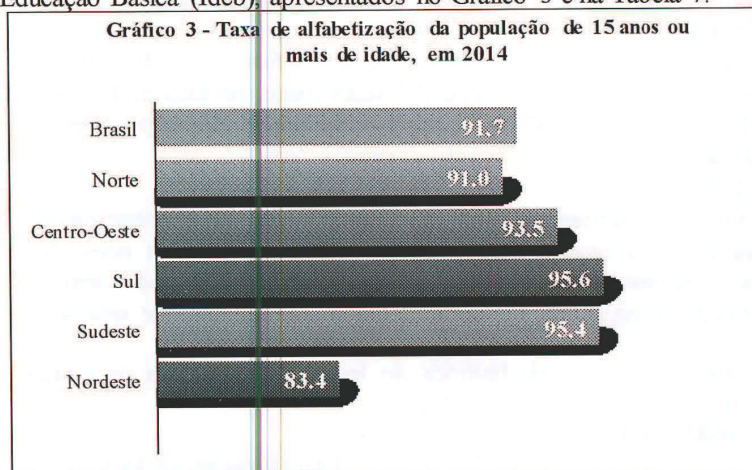


Tabela 7 – Taxa de alfabetização da população de 15 ou mais anos de idade (ano 2014)

Alagoas	78,0
Bahia	85,3
Ceará	83,7
Maranhão	80,4
Paraíba	83,1
Pernambuco	85,2
Piauí	79,8
Rio Grande do Norte	83,8
Sergipe	82,9

Fonte: IBGE/Pnad 2014

Se considerada a população de 15 anos ou mais de idade, o Nordeste apresenta a menor das taxas de alfabetização entre as regiões brasileiras. Enquanto em todo o país a taxa ficou em 91,7%, no





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Nordeste o índice foi de 83,4%. Nos estados, a menor taxa de alfabetização está em Alagoas (78,4%) e a maior na Bahia (85,1%).

A elevação dos níveis de escolaridade da população é desafio inegável associado à área educacional. Nesse quesito, também é expressiva a distância do Nordeste (e Norte) para as demais regiões do país, conforme ilustrado no Gráfico 4. Em 2014, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos no Nordeste foi de 9,1 anos, enquanto a média nacional era de 10 anos. Entre os estados Nordestinos, Alagoas registra escolaridade de 8,4 anos (Tabela 8).

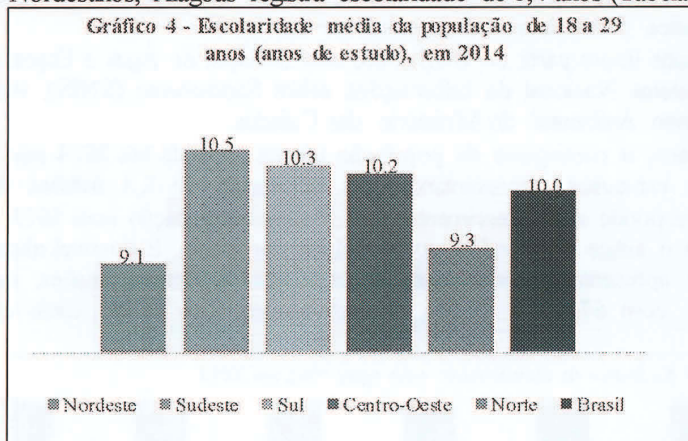


Tabela 8 – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos (anos de estudo, em 2014)

Alagoas	8,4
Bahia	9,2
Ceará	9,5
Maranhão	9,0
Paraíba	8,8
Pernambuco	9,3
Piauí	9,0
Rio Grande do Norte	9,2
Sergipe	8,8
Fonte: IBGE/Pnad 2014	

Segundo o Ipea, em análises presentes na Nota Técnica 22 – PNAD 2014 – breves análises, na última década, a Região Nordeste conseguiu aumentar a escolaridade média da população em 2,2 anos. Mantida essa velocidade, chegaria em 2024 com 11,4 anos de estudo, valor ainda abaixo da meta do PNE para esse horizonte de 2024, que é de 12 anos. Mesmo a Região Sudeste, a mais rica do país, encontra-se relativamente distante do índice de 12 anos, no período sob análise.

No que se refere à qualidade da educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é a principal ferramenta para acompanhar os resultados educacionais qualitativos. O indicador foi criado pelo Inep em 2007 e reúne dois conceitos: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep.

Tabela 9 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2013

UF / Região / País	Anos iniciais Ensino Fundamental	Anos finais Ensino Fundamental	Ensino Médio
Alagoas	4,1	3,1	3,0
Bahia	4,3	3,4	3,0
Ceará	5,2	4,4	3,6
Maranhão	4,1	3,6	3,0
Paraíba	4,5	3,5	3,3
Pernambuco	4,7	3,8	3,8
Piauí	4,5	4,0	3,3
Rio Grande do Norte	4,4	3,6	3,1
Sergipe	4,4	3,2	3,2
Nordeste	4,3	3,7	3,3
Sudeste	5,9	4,6	3,9
Sul	5,8	4,3	3,9
Centro-Oeste	5,5	4,5	3,6
Norte	4,3	3,8	3,1
Brasil	5,2	4,2	3,7





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Fonte: www.observatoriodopne.org.br (baseado em dados do MEC/Inep)

Conforme Tabela 9, em 2013, tanto nos anos iniciais e finais do ensino fundamental quanto no ensino médio, o resultado apresentado pelas Regiões Norte e Nordeste se encontram em patamares inferiores à média nacional e distantes das demais regiões.

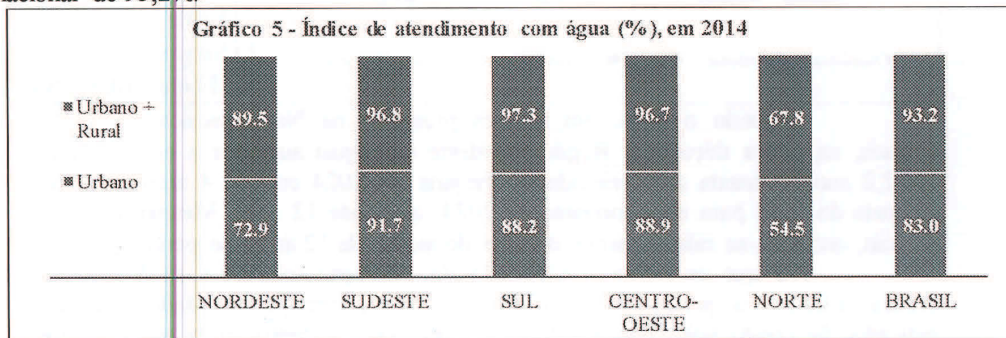
2.2.5. Saneamento básico

Com o objetivo de retratar a situação do saneamento básico na Região Nordeste, apresentam-se os seguintes indicadores relacionados ao tema: índice de atendimento com água, índice de atendimento com esgoto e índice de tratamento de esgotos.

Os dados apresentados fazem parte do Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos do ano de 2014, empreendido pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

Segundo o Diagnóstico, o contingente de população urbana atendida em 2014 por redes de água é de 156,4 milhões de habitantes, representando um incremento de 2,4 milhões de novos habitantes atendidos, o que corresponde a um crescimento de 1,5%, na comparação com 2013.

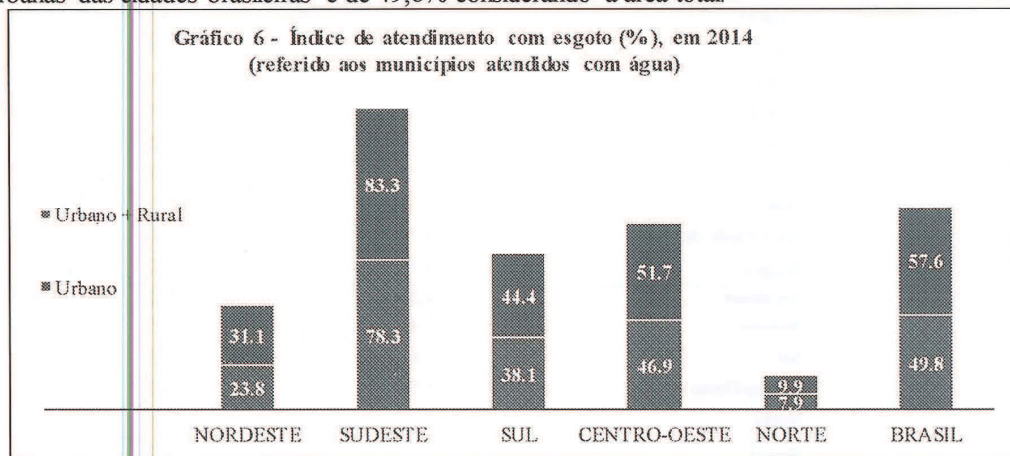
O Gráfico 5 mostra o índice de atendimento com água por região. É possível observar que as Regiões Norte e Nordeste apresentam médias bem menores que as demais regiões, quanto ao atendimento das áreas urbanas, com 67,8% e 89,5%, respectivamente. Tais índices estão abaixo da média nacional de 93,2%.



Fonte: SNIS - Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos 2014

O índice de atendimento considerando todo o território do estado também é menor nas Regiões Norte (54,5%) e Nordeste (72,9%) que a média nacional (83%).

Em se tratando de atendimento por redes de esgotos, o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos do ano de 2014 revela que o contingente da população urbana atendida alcança 96,8 milhões de habitantes. Conforme pode ser observado no Gráfico 6, o índice médio de atendimento é de 57,6% nas áreas urbanas das cidades brasileiras e de 49,8% considerando a área total.





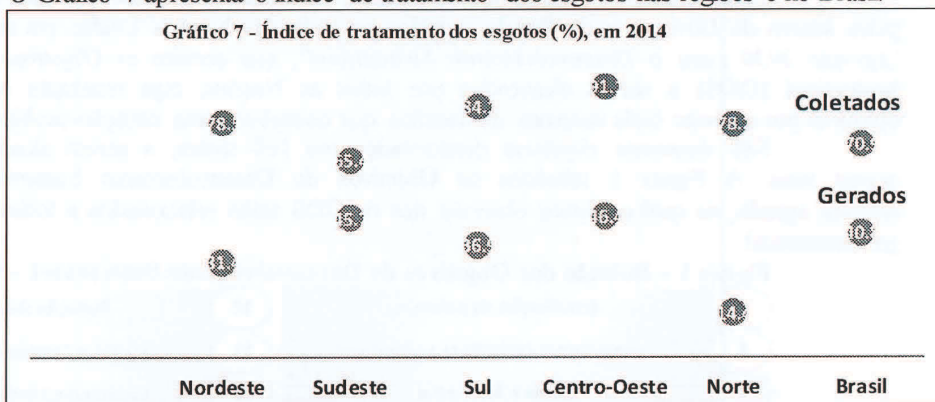
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Fonte: SNIS - Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos 2014

No tocante a esse índice, o destaque cabe mais uma vez à Região Sudeste, com 83,3% do atendimento em áreas urbanas e 78,3% se considerado todo o território do estado. Os resultados do Norte e Nordeste são bastante inferiores à média nacional e às demais regiões.

O Gráfico 7 apresenta o índice de tratamento dos esgotos nas regiões e no Brasil.



Fonte: SNIS - Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos 2014

O Gráfico 7 demonstra que para os esgotos gerados o índice do país chega a 40,8% e para os esgotos que são coletados o índice de tratamento chega a 70,9%. A Região Centro-Oeste se destaca nos dois quesitos, com 46,4% e 91,1%, respectivamente.

O índice de tratamento dos esgotos coletados no Nordeste, de 78,5%, supera a média nacional. Em contrapartida, os 31,4% alcançados quanto aos esgotos gerados está abaixo da média nacional, de 40,8%.

3. DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE SOB A ÓTICA DOS ESTADOS DA REGIÃO

O conceito atual de desenvolvimento sustentável preconiza que deve haver uma harmonia entre as dimensões econômica, social e ambiental. Sob essa ótica, os desafios a serem enfrentados pela sociedade na promoção do desenvolvimento assumem um caráter multidimensional.

No contexto da República Federativa do Brasil, em que as competências da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios podem ser comuns, privativas ou concorrentes, a capacidade de planejamento e de articulação entre os entes governamentais desempenha um papel fundamental na identificação e no tratamento dos desafios existentes, de modo a satisfazer as necessidades e os desejos da população.

Por ocasião da construção dos Panoramas estaduais pelo TCU, foram convidados especialistas (acadêmicos, pesquisadores, gestores e outros profissionais que lidam com o tema desenvolvimento) para contribuir na identificação dos principais desafios para o desenvolvimento dos estados nordestinos.

Além dos especialistas, outras fontes de informação também foram utilizadas nos trabalhos de levantamento realizados pelo TCU, entre elas destacam-se: Planos Plurianuais da União e dos estados; planos estratégicos elaborados por entes federativos; documentos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Programa de Investimentos em Logística (PIL) do Governo Federal; e relatórios produzidos no âmbito da Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) do Ministério do Planejamento.

Os Panoramas estaduais identificaram 181 desafios para o desenvolvimento sustentável dos estados do Nordeste, que estão relacionados aos mais diversos temas, tais como: infraestrutura, educação, saúde, energia, saneamento, entre outros.

Os desafios foram agrupados em 'situações-problema', observando a metodologia desenvolvida pelo TCU para seleção de objetos de controle com base em risco. De acordo com o documento 'Orientações para Seleção de Objetos e Ações de Controle', elaborado pela Secretaria de

11





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), as situações-problema refletem *‘o conjunto de condições ou circunstâncias que produzem ou podem vir a produzir consequências de natureza econômica, social e ambiental que afetam a sociedade e que está no âmbito da atuação governamental’*.

Considerando o extenso rol de desafios identificados e, tendo em vista a recente aprovação, pelos líderes de Governo e de Estado reunidos na sede das Nações Unidas em setembro de 2015, da *‘Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável’*, que contém os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados por todas as Nações, cuja resolução o Brasil é signatário, optou-se por associar cada conjunto de desafios que compõem uma situação-problema a um ODS.

São dezessete objetivos desdobrados em 169 metas, a serem alcançadas nos próximos quinze anos. A Figura 1 relaciona os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que integram a referida agenda, na qual podemos observar que os ODS estão relacionados a todas as áreas de atuação governamental.

Figura 1 – Relação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ONU/Pnud

1	Erradicação da pobreza	10	Redução das desigualdades
2	Fome zero e Agricultura sustentável	11	Cidades e Comunidades sustentáveis
3	Saúde e Bem-estar	12	Consumo e Produção responsáveis
4	Educação de qualidade	13	Ação contra a mudança global do clima
5	Igualdade de gênero	14	Vida na água
6	Água potável e Saneamento	15	Vida terrestre
7	Energia limpa e acessível	16	Paz, Justiça e Instituições eficazes
8	Trabalho decente e Crescimento econômico	17	Parcerias e meios de implementação
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura		

Vale ressaltar que o agrupamento dos desafios de acordo com a *‘Agenda 2030’* mostra-se atual e de grande valia para nortear os gestores governamentais, o setor privado e a sociedade civil na adoção de medidas com vistas a implementar os objetivos e as metas acordados.

Destaca-se, ainda, que, a escolha pela associação dos desafios aos ODS considerou que o alcance das metas pelo Brasil, como nação, passa, impreterivelmente, pela melhoria da situação no âmbito regional, em especial na Região Nordeste, considerada uma das menos desenvolvidas do País.

Os Panoramas estaduais não buscaram descrever de forma exaustiva todos os possíveis desafios que precisam ser enfrentados, tampouco estabelecer prioridades, mas apontar alguns aspectos que, segundo as fontes de informação consultadas, mostram-se importantes para melhor entender a situação dos estados nordestinos, no que se refere ao alcance de patamares mais elevados de desenvolvimento.

Cabe ressaltar que, dada a interdependência entre os objetivos e metas, o agrupamento dos desafios de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não é uma tarefa simples e que propicie uma só resposta correta. Conforme ressaltado na *‘Agenda 2030’*, os objetivos e as metas *‘são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental’*. O documento das Nações Unidas ressalta ainda que *‘o desenvolvimento sustentável reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, o combate às desigualdades dentro dos países e entre eles, a preservação do planeta, a criação do crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável e a promoção da inclusão social estão vinculados entre si e são interdependentes’*.

Nesse contexto, adotou-se como critério associar os desafios apontados nos levantamentos realizados pelo TCU aos objetivos que guardavam uma correlação mais forte com eles. Além disso, sempre que a redação dos objetivos não era suficientemente específica para o enquadramento de um



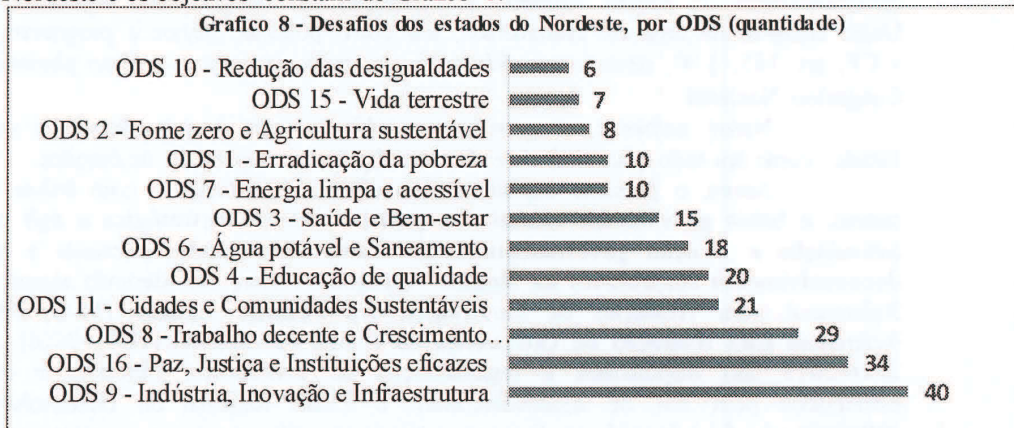


TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

desafio em particular, buscou-se avaliar as metas associadas aos objetivos de forma a viabilizar a classificação. Ressalte-se que um desafio pode ter um ou mais objetivos relacionados.

A síntese dos relacionamentos estabelecidos entre os desafios para o desenvolvimento dos estados do Nordeste e os objetivos constam do Gráfico 8.



Os Panoramas estaduais não citaram desafios associados aos seguintes objetivos: Igualdade de Gênero, Consumo e Produção Responsáveis, Ação contra a Mudança Global do Clima, Vida na Água e Parceria e Meios de Implementação. Em função da metodologia adotada no presente trabalho, essa situação não significa que os estados da Região Nordeste não possuam desafios nesses temas, mas apenas que não foram elencados como sendo os mais relevantes nos processos de trabalho utilizados para identificação dos desafios.

Além disso, os números apresentados mostram que, entre os dezessete objetivos constantes da 'Agenda 2030', sete foram os mais representativos e correspondem a cerca de 80% das associações:

- ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura (40 desafios);
- ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes (34 desafios);
- ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico (29 desafios);
- ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis (21 desafios);
- ODS 4 - Educação de Qualidade (20 desafios);
- ODS 6 - Água Potável e Saneamento (18 desafios);
- ODS 3 - Saúde e Bem-Estar (15 desafios).

A relação completa desses desafios encontra-se no Apêndice B deste relatório.

De forma a concentrar-se nos pontos mais importantes, essa primeira edição do relatório sistêmico sobre o tema desenvolvimento, com recorte Nordeste, concentra esforços em retratar a atuação estatal e do controle externo, referentes a três dos sete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais representativos. São eles: 'ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura', 'ODS 6 - Água Potável e Saneamento' e 'ODS 4 - Educação de Qualidade'.

4. GOVERNANÇA DA ATUAÇÃO ESTATAL EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO

A garantia do desenvolvimento nacional é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Para o alcance do desenvolvimento nacional, compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, conforme disposto no art. 21, inciso IX, da Constituição Federal de 1988.

Ademais, '*reduzir as desigualdades regionais*' insere-se entre os objetivos fundamentais da República, conforme inciso III do art. 3º da Constituição Federativa de 1988, e nos princípios gerais da atividade econômica, listados no art. 170 da Carta Magna.

Como as competências da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios podem ser comuns, privativas ou concorrentes, a capacidade de planejamento e de articulação entre a União e





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

os entes subnacionais (estados e municípios) desempenha um papel fundamental na identificação e no tratamento dos desafios a serem enfrentados para promoção do desenvolvimento sustentável do país.

Com o intuito de cumprir os mandamentos constitucionais relativamente ao desenvolvimento da Região Nordeste e à redução das desigualdades regionais existentes no país, a União utiliza-se de diversos instrumentos, tais como políticas, planos e programas, os quais, conforme a CF, art. 165, § 4º, deverão ser elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

Nesse ambiente, a governança pública é um instrumento-chave para organização do Estado, como um todo, para o alcance de seus objetivos e superação de desafios.

Assim, o presente capítulo retrata algumas constatações com ênfase para o fato de, em síntese, **a baixa governança estatal não permite atuação estratégica e ágil capaz de conduzir a articulação e a ação governamentais de forma coordenada, coerente e efetiva em prol do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste**. Assim, considerando alguns dos componentes do Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas (TCU, 2014), bem como o Referencial para Avaliação de Governança do Centro de Governo (TCU, 2016), destacam-se: o PPA 2016-2019 não disponibiliza a regionalização de indicadores, objetivos e metas de programas estratégicos para fins de desenvolvimento; o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) não foi submetido ao Congresso Nacional e não tramitou juntamente com o PPA 2016-2019, conforme disposto na Lei Complementar 125/2007; há baixa articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos planos plurianuais do nível federal e entes subnacionais; há oportunidades de aprimoramento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); a atuação precária do Condel impacta a articulação federativa e setorial em prol do desenvolvimento da Região Nordeste; não há um plano de *‘desenvolvimento nacional equilibrado’* com visão de longo prazo; e, por fim, os sistemas de informação do governo não permitem que se identifique de forma regionalizada a destinação de recursos para os entes federados para fins de transparência, monitoramento e avaliação.

4.1.O PPA 2016-2019 não disponibiliza a regionalização de indicadores, objetivos e metas de programas estratégicos para fins de desenvolvimento

A Constituição Federal estabelece em seu art. 165, § 1º, a necessidade de regionalização das diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

A possibilidade de o PPA contribuir efetivamente para o crescimento inclusivo e sustentável do país, bem como para a redução das desigualdades regionais existentes, depende da concepção dos programas temáticos e da capacidade de integração setorial do governo. Sobre a matéria, cabe destacar avaliação feita pelo Tribunal de Contas da União, ao tratar do tema Desenvolvimento Regional no Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República, exercício 2012.

De acordo o mencionado relatório, *‘apesar da crescente destinação de recursos federais ao longo de várias décadas, as disparidades regionais têm se mantido em patamares bastante elevados, configurando um quadro de persistente desequilíbrio no desenvolvimento socioeconômico brasileiro’*. Evidenciou-se que *‘as regiões historicamente menos desenvolvidas – Norte e Nordeste – permanecem muito aquém do nível de riqueza alcançado pelo restante do país’*.

Em virtude do cenário de desigualdade regional e de constatações oriundas de fiscalizações anteriores, que ressaltaram a necessidade de que políticas de desenvolvimento regional englobassem questões sociais, econômicas e ambientais, o TCU realizou fiscalização enfatizando análises de programas temáticos do PPA 2012-2015 como instrumentos para redução das desigualdades regionais e promoção do crescimento inclusivo e sustentável do país.

Ressalte-se que tal fiscalização não buscou analisar o desenho dos programas temáticos ou sua execução orçamentária, mas verificar de que forma os programas contemplavam a questão das





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

desigualdades regionais, verificando se essa variável estaria explicitada nos seus indicadores, objetivos e metas.

Para tal, foram selecionados os seguintes programas temáticos do PPA 2012-2015: (i) Ciência, Tecnologia e Inovação; (ii) Comunicação para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia; (iii) Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão; (iv) Micro e Pequenas Empresas; e (v) Transporte Rodoviário.

Ao final da fiscalização, as conclusões do TCU indicaram que o desafio de reduzir as desigualdades socioeconômicas entre as regiões estava presente em boa parte dos planos setoriais e nas diretrizes gerais do PPA, mas que a priorização desse propósito e sua tradução em entregas à sociedade não estavam delineadas na maior parcela dos programas temáticos analisados. Constatou-se ainda que, de forma geral, os indicadores, os objetivos e as metas dos programas não refletiam a preocupação com as disparidades regionais em setores com impacto decisivo sobre o nível de desenvolvimento das regiões.

O TCU ressaltou a reduzida capacidade de integração intersetorial nos processos de planejamento governamental, e, por conseguinte, nos planos e programas, inclusive no próprio PPA. De acordo com o Tribunal, *‘a atuação fragmentada tem implicado a perda de eficiência e a minimização dos resultados, o que é especialmente relevante e grave em políticas públicas cuja natureza é intrinsecamente multissetorial, como ocorre com o desenvolvimento regional’*.

Mais recentemente, no relatório do Panorama de Sergipe (TC 018.323/2015-4, da relatoria do Min. Substituto Weder de Oliveira), que resultou no Acórdão 1935/2016, registrou-se que o PPA 2016-2019, em observação ao art. 165, § 1º, da CF 1988, regionaliza parte das metas de alguns de seus programas.

Programas estratégicos para fins de desenvolvimento, porém, a exemplo dos programas 2080 – Educação de Qualidade para Todos, 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação e 2015 – Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), não estão regionalizados. Tal situação, além de não contribuir para a transparência da agenda de governo e de seu monitoramento (e *accountability*), também não permite o alinhamento otimizado de esforços em nível, por exemplo, dos PPAs estaduais.

Assim, considerando o Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República, exercício 2012, bem como os exemplos constantes do Panorama de Sergipe, percebe-se que não houve esforço para regionalização efetiva do PPA, culminando no PPA 2016-2019.

Em síntese, a ausência de regionalização do PPA federal, entre outros:

- i) não dá transparência para o processo de destinação dos recursos públicos federais;
- ii) sinaliza risco de os recursos não estarem sendo direcionados com base em diagnósticos prévios que demonstrem as reais necessidades de intervenção da política pública ou, ainda, mesmo existindo, esses diagnósticos não estão sendo utilizados como critério para definição de metas aplicáveis à realidade que sintetizam;
- iii) impacta a total integração das políticas, quer seja das iniciativas nas diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal), quer seja entre políticas mesmo em nível federal;
- iv) reforça a perpetuação dos déficits institucionais e desigualdades existentes.

Enfim, a não externalização de prioridades regionais no instrumento de planejamento governamental de médio prazo implica baixa efetividade e eficiência dos recursos públicos, além de não permitir ações coordenadas dos entes federativos em observância ao princípio básico da atuação federativa.

4.2. Baixa articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos planos plurianuais de nível federal e de nível subnacional

Nos trabalhos de levantamento realizados pelo TCU no decorrer do exercício de 2015 que culminaram nos panoramas dos estados da Região Nordeste, foram identificados desafios para o desenvolvimento dos estados nordestinos que se relacionam com a necessidade de aprimoramento na articulação federativa. Entre eles, destacam-se:

- i) melhoria na sinergia e na complementaridade na atuação dos diversos atores estatais;





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

ii) alavancagem da capacidade institucional do estado e dos municípios, a fim de produzir projetos que se insiram nos programas federais;

iii) aprimoramento na articulação entre os diversos órgãos e entidades que atuam na promoção de ações de indução do desenvolvimento;

iv) integração entre o planejamento federal e o planejamento estadual e municipal.

O Plano Plurianual (PPA), instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, é destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República.

Por ser o PPA norteador da agenda do Governo Federal, é importante que as principais necessidades de investimento para o desenvolvimento de uma determinada região do país estejam contempladas no referido plano federal, assim como nos planos estaduais e municipais de forma a se buscar uma complementaridade de esforços entre os planos elaborados pelas distintas esferas governamentais.

No tocante ao aspecto federativo, a mensagem presidencial que acompanhou o PPA 2016-2019 relata que esse plano contou com o envolvimento do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan) e que a agenda de trabalho conjunta teria ocorrido por ocasião dos Fóruns Nacionais de Secretários Estaduais de Planejamento, realizados em 2015. Na ocasião, o conteúdo dos programas temáticos teria sido apresentado e discutido em oficinas com representantes das secretarias estaduais para mapear os principais temas que necessitavam de abordagem federativa.

Ademais, não se pode deixar de mencionar ação desenvolvida no âmbito do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) com o intuito de melhorar a articulação federativa, buscando sinergia na execução das políticas públicas estabelecidas nos Planos Plurianuais federal e dos demais entes subnacionais. A ação foi intitulada de Agenda de Desenvolvimento Territorial e seu conceito consta da introdução de relatório de articulação com os estados, elaborado pelo MP e publicado em novembro de 2014:

‘A etapa atual de desenvolvimento brasileiro e a dimensão e complexidade dos desafios a enfrentar demandam a reconstrução de um Sistema Nacional de Planejamento, assentado no princípio de cooperação federativa e participação social. Nessa linha, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) vem desenvolvendo iniciativas voltadas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Planejamento, que visam a promover a articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos planos plurianuais do nível federal e entes subnacionais. Duas iniciativas em andamento merecem destaque: o Programa Nacional de Apoio Técnico à Elaboração dos Planos Plurianuais Municipais para o Período 2014-2017 e as Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADT). O objetivo comum a essas iniciativas é construir uma plataforma de diálogo permanente nas três esferas de governo, tendo como suporte os PPAs federal, estaduais e municipais.’

Um ponto importante a ser ressaltado é que os estados precisam aderir à Agenda de Desenvolvimento Territorial. De acordo com o então Ministério do Planejamento, houve uma adesão de vinte unidades da federação e, pelo conteúdo do relatório de articulação publicado em 2014, no Nordeste, com exceção de Pernambuco, houve a adesão de todos os demais estados.

Em recente análise, tendo por base o PPA 2016-2019, registrado no relatório do Panorama de Sergipe (TC 018.323/2015-4, Acórdão 1935/2016, da relatoria do Min. Substituto Weder de Oliveira), o TCU, no entanto, verificou que *‘não há qualquer tangência do PPA estadual com o PPA federal, de forma a convergir as visões estratégicas, os objetivos e metas previstas nesses planos’*, de sorte que *‘de um lado a União deveria demonstrar o que pretende realizar, de forma regionalizada’* e *‘de outro, no que se refere a programas governamentais comuns, os entes federados deveriam adotar relação **pari passo** com a proposta da União’*. Ademais, a partir da territorialização das políticas públicas pode-se *‘avaliar aspectos como coerência, integração, complementariedade, lacunas, sobreposições e até mesmo rivalidade entre as ações da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios’*.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

A Agenda de Desenvolvimento Territorial é exemplo de uma iniciativa estratégica, com potencial de minimizar a fragmentação das políticas públicas e de permitir maior integração federativa pertinente para proporcionar maior integração entre planos, com potencial para mitigar os riscos decorrentes de descompasso entre as ações dos diferentes entes federativos.

4.3.O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) não foi submetido ao Congresso Nacional e não tramitou juntamente com o PPA 2016-2019, conforme disposto na Lei Complementar 125/2007

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é uma autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, criada pela Lei Complementar 125/2007, com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, e vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

A instituição foi criada com a finalidade de *‘promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional’* (LC 125/2007, art. 3º).

Para exercer sua missão, a autarquia dispõe dos seguintes instrumentos de ação: I - o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE); II - o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); III - o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE); e de outros instrumentos definidos em lei.

Conforme disposto na LC 125/2007, o PRDNE deve ser elaborado em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), servindo como instrumento de redução das desigualdades regionais. À Sudene compete elaborar, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional e com os ministérios setoriais, órgãos e entidades federais presentes na área de atuação e em articulação com os governos estaduais, minuta do projeto de lei para instituir o PRDNE, a ser submetido ao Congresso Nacional.

O PRDNE tem vigência de quatro anos, deve ser revisado anualmente e tramitar juntamente com o PPA. O plano compreende programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas econômicas e sociais do Nordeste, com identificação das respectivas fontes de financiamento. Além disso, deve conter metas anuais e quadrienais para as políticas públicas federais relevantes para o desenvolvimento da área de atuação da Sudene.

O cumprimento do PRDNE deve ser avaliado pela Sudene, por meio de relatórios anuais submetidos e aprovados pelo seu Conselho Deliberativo e encaminhados à Comissão Mista do Congresso Nacional.

Dadas as disposições da LC 125/2007 no tocante a concepção, elaboração, aprovação e avaliação permanente do cumprimento do PRDNE, trata-se de plano ímpar para a promoção de um recorte regional dos programas, projetos e ações constantes do PPA, em que pese sua vigência limitada a quatro anos, portanto não incorporando a visão de longo prazo.

Diante da importância do PRDNE e dos demais instrumentos de ação à disposição da Sudene, o TCU elegeu, em 2009, o Desenvolvimento Regional como um dos Temas de Maior Significância e, desde então, tem realizado relevantes trabalhos sobre o tema. Os resultados da atuação do TCU constam de vários processos de controle externo e dos Relatórios e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República, relativas aos exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012. Em 2009, uma auditoria de natureza operacional na referida autarquia e no Banco do Nordeste do Brasil teve por objetivo avaliar a atuação das mencionadas instituições no atendimento às diretrizes da PNDR, tendo por objetos o PRDNE, o FDNE e os Incentivos e Benefícios Fiscais administrados pela Sudene.

Como resultado da auditoria, o TCU proferiu o Acórdão 2.297/2010-TCU-Plenário, que, entre outras medidas relativas à operacionalização do FDNE e da concessão dos Incentivos e Benefícios Fiscais, determinou à Sudene que apresentasse plano de ação para elaborar o PRDNE e a minuta de projeto de lei para sua instituição.

O PRDNE foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel) e disponibilizado pela Sudene em seu *website* sob o título *‘Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste –*





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Elementos para discussão – Recife, 2011’. A minuta de projeto de lei para instituição do plano, a ser submetido ao Congresso Nacional, foi enviada ao Ministério da Integração, que a encaminhou, em meados de 2012, à Presidência da República.

Apesar do empenho da autarquia na elaboração do PRDNE, o referido plano não foi submetido ao Congresso Nacional. Assim, o recente PPA 2016-2019, aprovado mediante Lei 13.249, de 13/1/2016, tramitou sem estar acompanhado de uma versão atualizada do PRDNE, conforme preconiza a LC 125/2007, em seu art. 13, § 3º.

A aprovação desse plano é essencial para orientar o desenvolvimento regional, garantir efetividade da regionalização do PPA Federal e contribuir para otimização na utilização dos recursos afastando ou minimizando lacunas, fragmentação, duplicação e sobreposição de políticas públicas.

Assim, nesse cenário de inexistência do PRDNE, as consequências recaem não somente sobre a desarticulação dos PPAs, mas ao fim e ao cabo, traduzem-se em ações governamentais com resultados díspares e pouco expressivos.

O TCU tem identificado em diversos trabalhos exemplos de resultados que decorrem dessa desarticulação. A título exemplificativo, citam-se: (i) criação e operação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) sem a respectiva retaguarda de leitos hospitalares em enfermarias e em Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) (Acórdão 2292/2014-Plenário-TCU); e (ii) a implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) estava prevista para ser concluída dezembro de 2012. A previsão atual é de que o primeiro trecho com integração a porto seja finalizado até dezembro de 2018. As obras do Porto Sul, em Ilhéus, sob a responsabilidade do Estado da Bahia e destino final da ferrovia, ainda não se iniciaram (Acórdão 2644/2015-TCU-Plenário).

4.4.Oportunidades de aprimoramento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi estabelecida pelo Presidente da República, mediante Decreto 6.047, de 22/11/2007, atendendo ao disposto no inciso III do art. 3º da Constituição Federativa de 1988, que insere entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: *‘III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais’*.

De acordo com esse decreto, o objetivo da política é a *‘redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento’*. A redução das desigualdades norteia-se por meio do estímulo e do apoio *‘a processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas’* e pela articulação de *‘ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e investimentos no Território Nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária’*.

O estabelecimento de diretrizes e a operacionalização da PNDR é atribuição da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, criada por meio do Decreto 4.793, de 23/7/2003. A Câmara é presidida pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, sendo composta por vários Ministros e Secretários Especiais de Estado.

Além de operacionalizar a PNDR, a Câmara também deve promover a articulação com as demais políticas setoriais, objetivando a convergência de suas ações para o benefício das áreas definidas como prioridades na PNDR; propor critérios e aprovar as diretrizes para a aplicação dos instrumentos financeiros necessários à PNDR; e apreciar os relatórios de monitoramento dos planos, programas e ações da PNDR.

O Relatório e Parecer Prévio Sobre as Contas do Governo da República relativas ao exercício de 2010 destacou o seguinte:

i) Ausência de indicadores, metas e avaliação de resultados associados à Política e aos seus programas;

ii) Falta de coordenação interministerial, demonstrada pela falta de operação, desde 2006, da Câmara de Políticas de Integração e Desenvolvimento Regional, a quem caberia a articulação dos órgãos e entidades públicas em torno da PNDR;





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

- iii) Distribuição territorial dos recursos em desconformidade com o diagnóstico de desigualdade regional traçado na PNDR;
- iv) Aplicação parcial de recursos disponíveis;
- v) Ausência de monitoramento das ações e seus resultados;
- vi) Indícios de insuficiência dos controles internos das entidades que operam os instrumentos da política;
- vii) Ausência de Planos Regionais de Desenvolvimento;
- viii) Falhas de planejamento (ausência de indicadores para mensuração do cumprimento da programação dos fundos em relação às prioridades estabelecidas na PNDR; ausência de metas quantitativas para a distribuição de recursos por microrregiões prioritárias da PNDR; ausência de critérios e padrões objetivos voltados para verificação do enquadramento dos pleitos de financiamento de projetos de infraestrutura às diretrizes da PNDR);
- ix) Inobservância das diretrizes da PNDR;
- x) Deficiências institucionais (carência de informações, dificuldades operacionais etc.);
- xi) Fragilidades dos Controles Internos e Sistemas de Informação;
- xii) Ausência ou insuficiência de avaliação e publicação de Relatórios;
- xiii) Irregularidades operacionais.

Mais recentemente, o TCU realizou trabalho de levantamento com o objetivo de avaliar a PNDR, resultando no Acórdão 3.564/2014-TCU-Plenário. No relatório e voto que fundamentaram o referido acórdão, encontram-se importantes constatações sobre a questão do desenvolvimento regional. Tais constatações muito esclarecem acerca dos desafios que precisam ser enfrentados de forma que índices melhores de desenvolvimento possam ser alcançados em nosso país e, em especial, nas regiões menos favorecidas, conforme transcrito a seguir:

‘Os instrumentos que operam as políticas regionais brasileiras são antigos e aderentes a outras realidades, e não vêm se mostrando capazes de reverter o quadro de desigualdade crítica entre as macrorregiões e sub-regiões brasileiras. Esse panorama de persistência das disparidades requer o aprimoramento urgente da ação governamental.

Essa defasagem de modelos, instrumentos e objetivos limita os resultados alcançados com os R\$ 26 bilhões investidos anualmente por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Ademais, a ausência de mecanismos de articulação com estados e municípios restringe a participação da sociedade e a colaboração com os entes subnacionais, o que, por sua vez, reduz a eficiência e a efetividade da atuação pública.

Deve-se considerar, ainda, o parco volume de recursos passíveis de manejo pelos órgãos e entidades que desenvolvem as ações e projetos destinados a atacar as causas da disparidade. Embora o total de recursos públicos empregados na política seja vultoso, um percentual inferior a 0,3% foi destinado à execução dos programas de governo inclusos no PPA em 2011.

No atual desenho da política, não se verificam instrumentos aptos a atuar sobre um vasto conjunto de fatores que os gestores públicos e os especialistas na área consideram cruciais. A análise da lógica de intervenção da PNDR indica que os objetivos da política demandam uma caracterização mais precisa, que o escopo de atuação governamental precisa ser ampliado e que os esforços devem ser direcionados às causas estruturais das desigualdades.

Como passo inicial para equacionar essas questões, o Governo Federal deve promover a reativação e o fortalecimento das instâncias de coordenação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, com a criação de mecanismos efetivos para integrar as ações setoriais destinadas a reduzir as grandes disparidades econômicas e sociais ainda existentes entre as regiões brasileiras.

Somente por meio desses aprimoramentos será possível atacar efetivamente a questão da desigualdade regional, atendendo a dois propósitos fundamentais e complementares: a equidade na produção e na distribuição das riquezas nacionais, de um lado, e a ampliação do desenvolvimento do país, de outro. Nesse sentido, torna-se imprescindível valer-se do potencial das áreas apartadas do desenvolvimento nacional, considerando as vantagens competitivas que podem advir da inclusão das





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

suas forças naturais, econômicas, sociais e culturais. As políticas públicas devem ser capazes de aproveitar os pontos fortes de cada território, a fim de que possam contribuir melhor para o desenvolvimento sustentável e equilibrado de todo o país.

De sorte a minorar as inconsistências identificadas pelo Tribunal, consta do Acórdão 3.564/2014-TCU-Plenário, entre outros, recomendação à Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, para que adotasse medidas com vistas à revisão da PNDR, contemplando:

‘9.1.1. caracterização de forma precisa os problemas que a política pública pretende combater, com vistas à finalidade maior de promover o desenvolvimento regional harmônico e sustentável;

9.1.2. estabelecimento dos objetivos, com metas quantificadas e prazos de realização, bem como instrumentos de gestão que permitam enfrentar os problemas e as causas estruturais das desigualdades regionais identificadas pelos técnicos e especialistas em desenvolvimento regional;

9.1.3. fortalecimento dos mecanismos de coordenação interministerial, de forma a assegurar as melhores condições para a efetividade da política;

9.1.4. estabelecimento de mecanismos efetivos de coordenação federativa, que permitam a articulação de programas e ações da União, dos Estados e dos Municípios em torno dos objetivos de redução das disparidades entre as regiões brasileiras.’

Vê-se que a atuação do TCU levantou pontos importantes para discussão, identificando aspectos da PNDR que precisam de correções, sob pena de não se conseguir efetividade na execução da referida política pública.

No PLS 375/2015, há, por exemplo, a previsão da criação de um ‘sistema de governança do desenvolvimento regional’ (SGDR) e um ‘sistema de informações do desenvolvimento regional’ (SIDR). O SGDR seria integrado, entre outros, por um Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional, em que haveria a representação das diversas pastas ministeriais, além de representantes em nível regional, sub-regional e estadual e da sociedade civil. Já o SIDR disporia de um painel de indicadores-chaves regionais para orientar a definição de prioridades de atuação da PNDR.

Dadas as diversas oportunidades de aprimoramento da PNDR, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei do Senado 375/2015 que ‘*institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências*’. Trata-se de iniciativa não somente para correção das inconsistências, mas também para fortalecimento da política originalmente estabelecida por decreto do executivo. Desde 24/11/2015, esse projeto está sob a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

4.5.A atuação precária do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel) impacta a articulação federativa e setorial em prol do desenvolvimento da Região Nordeste

O Conselho Deliberativo da Sudene (Condel) possui, entre outras, competência para estabelecer diretrizes de ação e formular políticas públicas para o desenvolvimento do Nordeste; propor projeto de lei para instituição do PRDNE, além de acompanhar e avaliar a sua execução; e aprovar relatório anual com a avaliação dos programas e ações do Governo Federal na área de atuação da Sudene.

O Condel é integrado pelas seguintes autoridades: governadores dos estados do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo; ministros de Estado da Fazenda, da Integração Nacional, do Planejamento, Orçamento e Gestão e das demais áreas de atuação do poder executivo; presidente do Banco do Nordeste do Brasil; superintendente da Sudene; representantes dos municípios; e representantes da classe empresarial e da classe dos trabalhadores.

A composição do referido conselho e as suas competências legais demonstram a sua importância no processo decisório e na articulação federativa e setorial em questões atinentes ao desenvolvimento da Região Nordeste. Apesar do papel de destaque do conselho, bem como a previsão de que reunir-se-ia trimestralmente (LC 125/2007, art. 9º e regimento interno da Sudene, art. 13), o interstício entre as duas últimas reuniões foi superior a três anos (XVIII Reunião do Condel ocorreu em agosto de 2013 e a XIX Reunião do Condel ocorreu em setembro de 2016, conforme informações

20





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

disponibilizadas em <http://www.sudene.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/conselho-deliberativo/resolucoes-do-conselho-deliberativo>). No interregno, as resoluções foram aprovadas *ad referendum* do conselho.

Como exemplos de resoluções aprovadas na condição *ad referendum* do Condel, citam-se as Resoluções 078/2014 e 087/2015 que definem as prioridades para a aplicação dos recursos do FNE, respectivamente, para o exercício de 2015 e para o exercício de 2016, e as Resoluções 079/2014 e 086/2015 que definem as prioridades para a aplicação dos recursos do FDNE, respectivamente, para o exercício de 2015 e para o exercício de 2016. Nesses casos, uma futura ratificação desses instrumentos não garante tempestivamente sua aplicação coerente, consistente e aproveitando as sinergias em relação a demais iniciativas adotadas por governos estaduais e federal em prol do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste.

A não operacionalização de instâncias que orientem a implantação da PNDR, como o Condel acarreta baixa articulação e, portanto, impacta a efetividade da política de desenvolvimento regional. O TCU já se manifestou anteriormente nesse sentido, como nos relatórios que embasaram a Decisão 981/2000 e 471/2001 que tratavam da inoperância do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e dos Acórdão 1926/2004-Plenário e 1034/2008-Plenário que tratavam da necessidade de instalação e pleno funcionamento do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit).

4.6. Não há um plano de ‘desenvolvimento nacional equilibrado’ com visão de longo prazo

No que se refere ao desenvolvimento do Nordeste, repise-se que, conforme previsto na Lei Complementar 125/2007, o PRDNE tem vigência de quatro anos, deve ser revisado anualmente e tramitar juntamente com o PPA. Cabe ressaltar que esse plano ainda não foi aprovado pelo Congresso Nacional. No entanto, caso seja aprovado, dificilmente esse plano poderá se prestar a nortear a atuação estatal com visão de longo prazo, uma vez que seu horizonte de vigência é similar ao do PPA, ou seja, quatro anos.

A ausência de visão de longo prazo referente ao tema desenvolvimento não se restringe ao contexto regional, mas nacional, em que *‘não há uma nítida declaração de objetivos e estratégias de longo prazo que possa sintetizar um ideal de desenvolvimento social e econômico, consubstanciando convicções e pactos sociais e políticos duradouros – papel que não é e não pode ser exercido pelos planos plurianuais’* (Gomes, Albernaz, Ribas e Nascimento. *‘Accountability e Transparência na Implementação da Agenda 2030: As contribuições do Tribunal de Contas da União’*. Revista do TCU, ano 48, número 136).

A importância do estabelecimento e da manutenção de uma perspectiva temporal de longo prazo tem sido apontada como uma necessidade no planejamento governamental, contribuindo para a mitigação e o tratamento de problemas complexos enfrentados pelas políticas públicas, em áreas como economia, educação e desenvolvimento.

Sobre a construção de uma visão de longo prazo, o TCU conduz debate juntamente com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a existência de arranjos institucionais voltados à sustentabilidade e à estratégia de longo prazo e sua relevância para o desenvolvimento do país. Estão sendo discutidos, entre outras questões, o papel do TCU e como as entidades de fiscalização superior (EFS) podem contribuir e adicionar valor ao realizar trabalhos que induzam os governos a pensar de modo mais estratégico e sustentável.

Em nível Federal, merece destaque avaliação feita pelo TCU acerca dos aspectos institucionais de governança do Sistema de Planejamento do Poder Executivo Federal, constante do Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República, exercício 2013. Ao final da avaliação, o Tribunal constatou que não se observava a existência formal de um plano nacional de desenvolvimento em consequência da falta de regulamentação e também do enfraquecimento da função de planejamento do Estado.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

No que se refere aos planos nacionais, regionais e setoriais, não foi possível identificar um processo específico de elaboração, em face da grande diversidade de modelos de planos, da quantidade de órgãos responsáveis por sua elaboração e da ausência de normas que tratem do assunto. Ressaltou-se ainda a dificuldade de coordenação entre os diversos planos e entre os atores que participam de sua elaboração e implementação, bem como a existência de planos que se sobrepõem.

O Tribunal destacou também que a maior parte das demandas da sociedade requer tempo para ser atendida e que, nesse contexto, o horizonte temporal do PPA, de apenas quatro anos, tem-se mostrado insuficiente para resolução de problemas estruturais, bem como para a orientação de investimentos em qualquer área, seja ela social, econômica ou de infraestrutura. Assim, há dificuldades na implantação de um planejamento capaz de proporcionar uma visão estratégica dos desafios a serem enfrentados para o desenvolvimento brasileiro.

De forma a guiar a atuação estatal, o Brasil dispõe de alguns planos, com horizonte de médio-longo prazo, a exemplo do Plano Nacional de Educação 2014-2024, instituído pela Lei 13.005/2014, que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos, e do Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei 12.343/2010, que tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Tais planos tem uma característica singular em comum, pois se propõem a serem planos de estado e não planos de governo, com visão de médio-longo prazo. Esses planos também se prestam a direcionar a atuação estatal de curto-médio prazo, expressas nas leis orçamentárias e no PPA. Esses planos setoriais, porém, não suprem a lacuna de um plano nacional de desenvolvimento.

Em nível estadual, os Panoramas identificaram que, dos nove estados da Região Nordeste, apenas dois possuem planos de desenvolvimento de longo prazo: Pernambuco e Paraíba.

O estado de Pernambuco desenvolveu um plano estratégico de desenvolvimento de longo prazo intitulado: '*Pernambuco 2035*'. O referido plano apresenta a estratégia de desenvolvimento do estado para o período 2015/2035 e a carteira de projetos públicos que deve viabilizar e operacionalizar a estratégia nos próximos vinte anos. Além disso, o plano contempla uma breve análise da evolução socioeconômica, ambiental e institucional do estado nas últimas décadas, apresenta a visão de futuro de Pernambuco, expressão do desejo plausível de desenvolvimento, e formula os eixos estratégicos e áreas prioritárias de atuação que se desdobram, por sua vez, em projetos estruturantes.

Na Paraíba, o documento '*Eixos Integrados de Desenvolvimento da Paraíba – Uma visão estratégica para o Estado*' tem por objetivo consolidar eixos integrados de desenvolvimento da Paraíba, identificando e selecionando todos os segmentos que favorecem a inserção do estado nas economias regional, nacional e mundial, criando instrumentos para orientar o fortalecimento e a modernização da infraestrutura estadual e conjugando esforços com a participação da iniciativa privada. Esse plano tem um horizonte até 2040.

As informações dos Panoramas estaduais registram que o estado do Rio Grande do Norte incluiu em seu PPA 2016-2019 a meta de elaborar plano estratégico para o desenvolvimento do estado. Ainda sobre a questão, o estado do Piauí informou que está elaborando o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável (PDES), com horizonte 2050, que pretende priorizar os segmentos estratégicos para consolidar o desenvolvimento do estado. O estado do Ceará também está dispendendo esforços para elaboração de um plano de desenvolvimento com visão de longo prazo.

No presente relatório sistêmico não se pretende analisar a estrutura de governança por trás desses planos de longo prazo, mas apenas registrar a prática adotada por esses estados de construir uma visão estratégica de futuro, a partir da identificação dos desafios a serem enfrentados para o desenvolvimento local.

Em que pese a importância dos planos estaduais, a ausência de um plano nacional de desenvolvimento com visão de longo prazo não permite conecta-los a um propósito de país, em que haja coordenação, coerência e sinergia na execução das políticas públicas estabelecidas pelos diferentes entes estatais em nível federal e nos níveis subnacionais.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Em uma perspectiva ampla, a adoção da Agenda 2030 e a respectiva internalização dos ODS trazem uma série de oportunidades para o País. Entre elas, podem-se citar a criação de uma agenda global de longo prazo que considere aspectos econômicos, sociais e ambientais, por meio de uma abordagem acordada em nível mundial, o desenvolvimento nacional integrado e inclusivo, a elaboração de um conjunto coerente e sinérgico de objetivos e o aperfeiçoamento institucional estruturante.

Cabe destacar também a importância de um plano de desenvolvimento regional nesse contexto. Embora a iniciativa de elaboração de planos estaduais de longo prazo (desenvolvidos e em desenvolvimento) seja louvável, esses planos deveriam estar orientados por um plano de desenvolvimento regional, que traga um horizonte temporal comum para a região e permita a inclusão efetiva de todos os estados.

4.7. Os sistemas de informação do governo não permitem que se identifique de forma regionalizada a destinação de recursos para os entes federados para fins de transparência, monitoramento e avaliação

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) se destina, entre outros, a realizar o controle contábil da execução orçamentária e financeira federal. O sistema permite consultas e filtros diversos para obtenção de informações, por exemplo, de volume de recursos públicos aplicados em cada uma das Funções, Subfunções, bem como discriminados pelas demais classificações orçamentárias.

Desde 2015, as consultas às informações do Siafi podem ser realizadas por meio da plataforma Tesouro Gerencial. Trata-se de um sistema de geração de relatórios gerenciais com base em informações do Siafi Operacional. Essa plataforma foi implementada visando permitir o acesso às informações de forma mais organizada e amigável, facilitando a tomada de decisão pelos diversos tipos de usuários do Sistema.

Os diversos filtros existentes para apresentação das informações no Tesouro Gerencial, no entanto, não permitem identificar de forma transparente o volume de recursos públicos federais destinados aos entes federados, por exemplo, a cada um dos Estados da Federação, discriminados por Função, Subfunção, entre outros.

Essa dificuldade se deve à própria estrutura adotada no Siafi Operacional para a execução orçamentária e financeira, que permite ao gestor, por exemplo, o empenho de recursos tendo como favorecido a sua própria unidade ou o banco operador de um tipo de transferência, e a emissão de uma única ordem bancária para realização de pagamentos a uma lista de milhares de credores.

A obtenção dessas informações tanto é útil do ponto de vista da gestão, pois permite, entre outros, acompanhar e ajustar as políticas públicas aos objetivos a que se propõem, em especial com o enfoque de reduzir as desigualdades regionais, por meio da destinação de recursos para determinados entes federados; quanto do ponto de vista do controle, ao possibilitar maior *accountability*, por meio da transparência.

Como está posto, no entanto, as informações sobre volume de recursos públicos federais destinados aos territórios somente podem ser obtidas a partir de complexos cruzamentos de bancos de dados externos com as informações contidas no Siafi, como por exemplo, os referentes aos pagamentos efetuados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, Datasus, Dataprev, entre outros.

O Acórdão 851/2013-TCU-Plenário determinou ao Ministério do Planejamento e à então Controladoria-Geral da União a necessidade de tratar a constatação de que as informações orçamentárias não permitem que se tenha um panorama da regionalização das despesas federais.

O Portal da Transparência, desenvolvido pelo atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, realiza esses cruzamentos e permite obter os valores pagos por favorecido e o ente federado a que pertence, relacionado com as classificações orçamentárias, todavia, ainda há limitações, por exemplo, no caso de valores de bolsas do CNPQ que ainda estão centralizadas.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Assim, tendo em vista as deficiências e incongruências apontadas acerca da baixa governança estatal e seus impactos sobre a não atuação estratégica e ágil capaz de conduzir a articulação e a ação governamentais de forma coordenada, coerente e efetiva em prol do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, faz-se necessário:

I) **Determinar** à Casa Civil da Presidência da República, em articulação com os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Integração Nacional e com o apoio dos demais ministérios pertinentes e, quando cabível, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992; 169, inciso V, 230, 238 e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresente plano de ação com o objetivo de sanar falhas e inconsistências que impedem a efetividade de ações, políticas públicas, planos e programas para a redução das desigualdades regionais, eliminando as seguintes lacunas:

a) ausência de regionalização de indicadores, objetivos e metas nos programas governamentais que integram o Plano Plurianual do Governo Federal 2016-2019 e que impactam significativamente o nível de desenvolvimento das regiões brasileiras, comprometendo o estabelecimento e o monitoramento de uma estratégia consistente para redução das disparidades regionais;

b) ausência de processo específico e coordenado de elaboração dos planos nacionais, regionais e setoriais que permita o aprimoramento da integração intersetorial e federativa no processo de planejamento do governo federal de sorte a promover articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos Planos Plurianuais do nível federal e dos entes subnacionais;

c) ausência do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) formalmente aprovado por lei e concebido por meio de um processo de planejamento participativo e de articulação eficaz, que compreenda programas, projetos e ações e defina metas para as políticas públicas federais relevantes para o desenvolvimento da região, conforme preconiza a Lei Complementar (LC) 125/2007;

d) ausência de um processo sistematizado de avaliação dos programas e das ações do Governo Federal na Região Nordeste, conforme preconiza a LC 125/2007;

e) ausência de estratégias para institucionalização de um planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado e integrado com visão de longo prazo, conforme preceitua a Constituição Federal, art. 174, § 1º e art. 165, § 4º; e

f) os sistemas de informação do governo não permitem que se identifique de forma regionalizada a destinação de recursos para os entes federados para fins de transparência, monitoramento e avaliação.

A construção do plano de ação deve considerar, necessariamente, os seguintes aspectos:

i) áreas prioritárias e mecanismos de articulação;
ii) métricas para redução de desigualdades;
iii) monitoramento e avaliação em relação a entregas e resultados;
iv) estudos técnicos para a tomada de decisão com base em evidências e melhores práticas;
v) visão de longo prazo com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
vi) criação de uma plataforma de diálogo permanente entre os diversos atores (governamentais e não governamentais) que atuam na região Nordeste, por meio de uma rede interinstitucional; e

vii) ações integradas de curto, médio e longo prazo, com devida matriz de responsabilidade.

II) **Informar** à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra) da Câmara dos Deputados e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, aos governos dos estados do Nordeste, às casas legislativas estaduais e aos Tribunais de Contas dos Estados correlatos que a operacionalização precária do Conselho Deliberativo (Condel) da Sudene tem agravado a desarticulação entre os atores federativos prejudicando a implementação das políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste e a complementaridade dessas políticas com as políticas setoriais estaduais.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

III) **Determinar** à Casa Civil da Presidência da República, com o apoio do Ministério da Integração, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992; 169, inciso V, 230, 238 e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e considerando as prerrogativas da Lei 10.683/2003, alterada pela Lei 12.462/2011, art. 2º, inciso I, alínea 'a', que adote as providências de sua competência para operacionalizar, de forma adequada, o funcionamento do Conselho Deliberativo (Condel) da Sudene e informe ao Tribunal, em até 60 (sessenta) dias, as medidas adotadas, tendo em vista os efeitos negativos que a ausência de funcionamento regular dessa instância de articulação tem sobre a integração das políticas de desenvolvimento para o Nordeste, em conformidade com os termos do art. 10 da Lei Complementar 125/2007.

5.DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DE TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS, TRANSFERÊNCIAS DISCRICIONÁRIAS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO E RECEITAS DE GERAÇÃO PRÓPRIA

O alcance de patamares mais elevados de desenvolvimento requer investimentos nas diversas áreas de atuação governamental, tais como educação, saúde, infraestrutura, entre outras. Assim, mostra-se importante avaliar o montante e a composição dos recursos disponibilizados para os estados e municípios que integram a Região Nordeste, comparando, sempre que necessário, com as demais regiões brasileiras.

Dessa forma, esse capítulo apresenta os recursos destinados aos estados e municípios, por região, no período de 2000 a 2014. Os valores estão distribuídos em cinco grupos, conforme a fonte: Transferências Obrigatórias, Transferências Discricionárias, Outras Transferências, Receitas de Geração Própria e Operações de Crédito. As informações apresentadas são originárias de fiscalização realizada nas fontes de financiamento regional (TC 011.432/2015-2) e no painel de dados para o controle externo de nome análogo. Os dados referentes às transferências foram extraídos, principalmente, do sistema Finbra (Finanças do Brasil, gerido pela Secretaria do Tesouro Nacional) que é alimentado com informações fornecidas por estados e municípios. Já os montantes de operações de crédito foram obtidos junto aos bancos públicos federais: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Social, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste.

Integram as fontes de financiamento regional os recursos destinados à atuação de governos subnacionais e da iniciativa privada, oriundos do Orçamento Geral da União, de fundos constitucionais, FGTS, FAT, entre outros. Além disso, no caso da Região Nordeste, dado o papel singular dos benefícios assistenciais, trabalhistas e previdenciários na composição da renda *per capita*, esses benefícios têm-se caracterizado indiretamente como um dos '*motores de desenvolvimento*'.

A seguir, são apresentadas algumas constatações com ênfase para o fato de que, em síntese, **há desigualdades inter-regiões na disponibilidade de recursos de transferências obrigatórias, transferências discricionárias, operações de crédito e receitas de geração própria, bem como forte participação dos benefícios assistenciais, previdenciários e trabalhistas na renda per capita dos cidadãos**. Assim, destacam-se: os recursos destinados à Região Nordeste não estão promovendo mudança de realidade nos níveis de desenvolvimento alcançados de sorte a reduzir as desigualdades regionais; há forte dependência dos entes federativos subnacionais (estados e municípios) em relação aos recursos públicos federais; as desigualdades na distribuição das operações de crédito que se utilizam de recursos públicos, no período de 2000 a 2014, podem acentuar as desigualdades regionais; há forte participação dos benefícios assistenciais, previdenciários e trabalhistas na renda *per capita* dos cidadãos.

5.1.Os recursos destinados à Região Nordeste promoveram discreta mudança de realidade nos níveis de desenvolvimento alcançados com baixa influência na redução das desigualdades regionais

Nas Tabelas 10 e 11 detalham-se os recursos destinados a cada uma das regiões do país, no período de 2000 a 2014, por fonte de recursos, e os oriundos de receita de geração própria, bem como o valor *per capita*, calculado tomando-se como referência a população no período observado.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Tabela 10 – Total de recursos, por região e por fonte (em R\$ milhões, valores nominais, de 2000 a 2014)

Região	Transferências Obrigatórias	Transferências Discricionárias	Outras Transferências	Receita de Geração Própria	Operações de Crédito	Valor Total	%	Posição
Centro-oeste	327.215	20.852	18.426	434.797	216.185	1.017.475	9,0	4º
Nordeste	958.270	61.395	31.639	768.168	360.345	2.179.816	19,2	2º
Norte	347.419	23.132	12.924	293.388	153.736	830.598	7,3	5º
Sudeste	1.271.110	65.839	89.843	3.181.032	990.468	5.598.292	49,4	1º
Sul	489.603	23.011	26.190	796.417	362.445	1.697.666	15,0	3º
Total	3.393.616	194.228	179.022	5.473.802	2.083.179	11.323.847	100	-

Fonte: Elaboração própria a partir de base disponível no TCU.

(Painel do Controle Externo Fontes de Financiamento do Desenvolvimento Regional)

Tabela 11 – Total de recursos *per capita*, por região e por fonte (em R\$, valores nominais, de 2000 a 2014)

Região	Transferências Obrigatórias	Transferências Discricionárias	Outras Transferências	Receita de Geração Própria	Operações de Crédito	Valor Total	Posição
Centro-Oeste	23.645	1.505	1.376	31.390	15.253	73.168	1º
Nordeste	18.065	1.155	617	14.506	6.697	41.041	5º
Norte	22.297	1.497	881	18.719	9.633	53.028	4º
Sudeste	15.814	815	1.134	39.605	12.250	69.618	2º
Sul	17.797	832	971	28.996	13.045	61.642	3º
Brasil	17.825	1.017	963	28.785	10.828	59.418	-

Fonte: Elaboração própria, base disponível no TCU (Painel do Controle Externo Fontes de Financiamento do Desenvolvimento Regional).

Nota 1: Os valores *per capita* do período resultam da soma dos valores *per capita* ano a ano (R\$ ano/população ano).

Nota 2: Utilizou-se a população informada ao TCU pelo IBGE para cálculo do FPE/FPM.

Considerando os valores absolutos dos recursos disponíveis (Tabela 10), percebe-se que o Nordeste ocupa a segunda posição, com 19,2% do total, abaixo apenas da Região Sudeste, que lidera o *ranking* com 49,4% dos recursos. No entanto, tomando como referência os valores *per capita* (Tabela 11), verifica-se que a Região Nordeste ocupa o último lugar no país, tal como registrado para o PIB *per capita*.

Constata-se, ainda, que a Região Nordeste compartilha com a Região Norte a peculiaridade de possuir receita de geração própria inferior ao montante recebido mediante transferências obrigatórias, indicando uma maior dependência dos recursos arrecadados em nível federal (Tabela 10).

A Tabela 12 detalha o montante de recursos destinados à Região Nordeste e os oriundos de receitas de geração própria, entre 2000 e 2014, para cada uma das fontes.

Tabela 12 – Recursos destinados ao Nordeste, por fonte, e oriundos de receita de geração própria (em R\$ milhões, valores nominais, de 2000 a 2014)

Ano	Transferências Obrigatórias	Transferências Discricionárias	Outras Transferências	Receita de Geração Própria	Operações de Crédito	Total de Recursos
2000	18.994,40	-	4.562,64	18.157,82	3.802,74	45.517,61
2001	24.501,66	1,12	4.050,00	21.381,94	2.574,84	52.509,55
2002	27.745,90	3.124,19	2.262,68	25.514,81	4.122,50	62.770,08
2003	30.592,23	1.763,40	1.050,77	28.658,45	4.286,69	66.351,55
2004	34.812,93	2.509,93	1.655,14	33.684,77	7.461,35	80.124,12
2005	43.316,99	2.426,17	1.455,20	37.125,30	7.697,75	92.021,42
2006	50.596,32	3.864,78	1.827,60	42.169,09	10.211,52	108.669,31
2007	58.352,72	3.458,16	1.328,55	43.286,74	13.458,76	119.884,94
2008	71.481,88	4.842,72	1.524,49	49.584,72	16.626,18	144.059,99
2009	74.697,62	5.401,22	1.984,21	56.469,28	40.642,58	179.194,91
2010	83.862,07	7.639,68	2.049,02	65.604,72	43.339,73	202.495,22
2011	99.362,01	5.210,11	1.421,07	70.971,55	34.615,81	211.580,55
2012	103.588,89	7.132,38	2.071,32	82.172,24	53.423,28	248.388,11
2013	114.512,24	6.652,52	2.108,23	94.828,82	61.563,61	279.665,43
2014	121.851,83	7.368,33	2.288,52	98.557,66	56.517,34	286.583,68
Total	958.269,70	61.394,71	31.639,45	768.167,93	360.344,67	2.179.816,45

Fonte: Elaboração própria a partir de base disponível no TCU.

(Painel do Controle Externo Fontes de Financiamento do Desenvolvimento Regional)





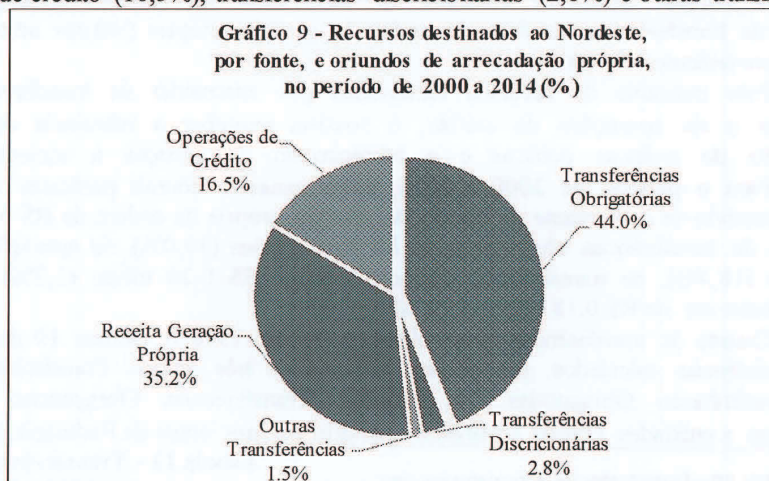
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

No que se refere ao histórico da Região Nordeste, em que pese terem sido aplicados recursos da ordem R\$ 2,18 trilhões, no período de 2000 a 2014, correspondente a 19,2% do montante aplicado nas cinco regiões nesse período (R\$ 11,3 trilhões - ver Tabela 10), e ter sido constatado aumento em todas as dimensões que compõem o IDHM para os nove estados do Nordeste, esses indicadores continuam abaixo da média nacional (ver Tabelas 3 e 4), apesar de registrarem variação positiva superior à da média nacional entre 2000 e 2010.

Em termos econômicos, referente ao ano de 2013, a Região Nordeste, detentora da segunda maior população equivalente a 27,66% da população total do Brasil, possui o quinto PIB *per capita*, da ordem de R\$ 12,9 mil, muito abaixo do PIB *per capita* das outras quatro regiões (ver Tabela 5). Tal fato chama a atenção, pois a Região Nordeste registra o terceiro maior PIB (R\$ 722,81 bilhões), próximo ao da Região Sul (R\$ 878,15 bilhões) com PIB *per capita* de R\$ 30,5 mil, enquanto a Região Centro-Oeste apresenta PIB *per capita* de R\$ 32,3 mil e a Região Sudeste de R\$ 34,8 mil (ver Tabela 5).

O Gráfico 9 apresenta a representatividade de cada uma das fontes em relação ao total de recursos destinados à Região Nordeste. Destaca-se o montante correspondente às transferências obrigatórias, que representam a maior parcela dos recursos destinados à região, com 44% do valor total. Em segundo lugar, tem-se a receita de geração própria, que responde por 35,2%, seguida das operações de crédito (16,5%), transferências discricionárias (2,8%) e outras transferências (1,5%).



Apesar do montante de recursos aplicados na Região Nordeste, no período de 2000 a 2014, a variação positiva ocorrida no IDHM dos estados do Nordeste entre 2000 e 2010 não foi suficiente para superar a média do IDHM do Brasil, tanto é que seis estados da ocupam a última posição quanto ao PIB *per capita* e outros três da 17ª a 19ª posição. O coeficiente de Gini também registrou discreta redução na desigualdade de renda para os estados do Nordeste, contudo, à exceção do Rio Grande do Norte, todos os estados da região permanecem com índices superiores à média nacional de 0,60, referente a 2010. O estado de Santa Catarina apresenta o melhor coeficiente de Gini de 0,49.

No tocante aos indicadores educacionais, o Nordeste apresenta a menor taxa de alfabetização (83,4%) entre as regiões brasileiras para a população de 15 anos ou mais de idade, enquanto em todo o país a taxa ficou em 91,7%. O Ideb para a Região Nordeste se encontra em patamares inferiores à média nacional e distantes das demais regiões tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

No que diz respeito aos indicadores de disponibilidade de água potável, a Região Nordeste atingiu 89,5% para o índice de atendimento com água das áreas urbanas, superior apenas ao da Região Norte de 67,8% e inferior ao da média nacional é de 93,2%. Para todo o território estadual (área urbana e rural), esse índice é ainda menor, registrando 72,9%, frente à média nacional de 83%.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Em relação aos indicadores de saneamento básico, o índice de atendimento por redes de esgoto, referido aos municípios atendidos com água, a Região Nordeste registra índice de 31,1% em área urbana, muito abaixo aos das Regiões Sudeste (83,3%), Centro-Oeste (51,7%) e Sul (44,4%), enquanto a média nacional é de 57,6%. Considerando todo o território estadual (área urbana e rural), o índice é ainda menor com 23,8% frente à média nacional de 49,8%. Quanto ao índice de tratamento de esgotos gerados, o Nordeste registra 31,4%, enquanto a média nacional é de 40,8%.

Assim, pode-se concluir que os recursos destinados à Região Nordeste ao longo do período de 2000 a 2014, no montante de R\$ 2,18 trilhões, promoveram discreta mudança de realidade nos níveis de desenvolvimento alcançados com baixa influência na redução das desigualdades regionais, tendo por base os resultados registrados para os indicadores de desenvolvimento econômico e qualidade de vida (IDHM), concentração de renda (coeficiente de Gini), educacionais (taxa de alfabetização e Ideb), disponibilidade de água potável e saneamento básico.

Nesse sentido, percebe-se que há espaço para melhorias na eficiência do gasto governamental, conforme preceitua o art. 37 da Constituição Federal de 1988, e para promoção da eficiência e melhoria dos resultados das políticas públicas e da Administração Pública.

5.2. Há forte dependência dos entes federativos subnacionais (estados e municípios) da Região Nordeste em relação aos recursos públicos federais

O modelo federativo brasileiro de distribuição de recursos privilegia a utilização de mecanismos de transferências em face do poder de geração própria (valores arrecadados diretamente pelos entes provenientes de impostos).

Pelo montante de recursos repassados por intermédio de transferências obrigatórias e discricionárias e de operações de crédito, é possível perceber a relevância dessas fontes para a implementação de políticas públicas e o oferecimento de serviços à sociedade por estados e municípios. Para o período de 2000 a 2014, esses recursos federais perfazem o total de R\$ 11,32 trilhões, destacando-se o montante de receita de geração própria da ordem de R\$ 5,47 trilhões (48,3%), seguida pelo de transferências obrigatórias de R\$ 3,39 trilhões (30,0%), de operações de crédito de R\$ 2,08 trilhões (18,4%), de transferências discricionárias de R\$ 0,20 trilhão (1,7%) e, por último, o de outras transferências de R\$ 0,18 trilhão (1,6%).

Quanto às transferências obrigatórias, a Tabela 13 e o Gráfico 10 detalham os montantes dessas transferências calculados, por região, a partir de três grupos: Transferências Obrigatórias da União; Transferências Obrigatórias dos Estados; Transferências Obrigatórias Multigovernamentais (transferências a entidades criadas e mantidas por dois ou mais entes da Federação).

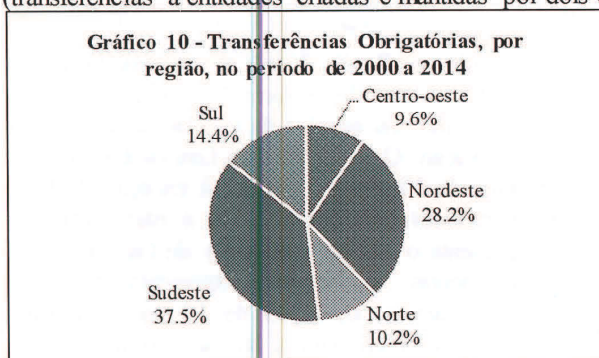


Tabela 13 - Transferências Obrigatórias - 2000 a 2014

Região	Valor (R\$ Milhões)	%
Centro-oeste	327.214,64	9,6%
Nordeste	958.269,70	28,2%
Norte	347.418,54	10,2%
Sudeste	1.271.109,63	37,5%
Sul	489.603,24	14,4%
Total	3.393.615,74	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de base de dados disponível no TCU (Painel do Controle Externo Fontes de Financiamento do Desenvolvimento Regional).

Os dados sinalizam que a Região Nordeste recebeu, ao longo do período, a segunda maior fatia das transferências obrigatórias, no valor de R\$ 958,27 bilhões (28,2% do total), que se coaduna com o fato de possuir a segunda maior população. A Região Sudeste, por sua vez, é a detentora da maior parcela, correspondente a R\$ 1,27 trilhão, que equivale a 37,5% do total.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

No que se refere às transferências discricionárias, a Tabela 14 e o Gráfico 11 apresentam os montantes dessas transferências calculados, por região, a partir de três grupos: Transferências Discricionárias da União; Transferências Discricionárias dos Estados; Transferências Discricionárias entre Municípios.

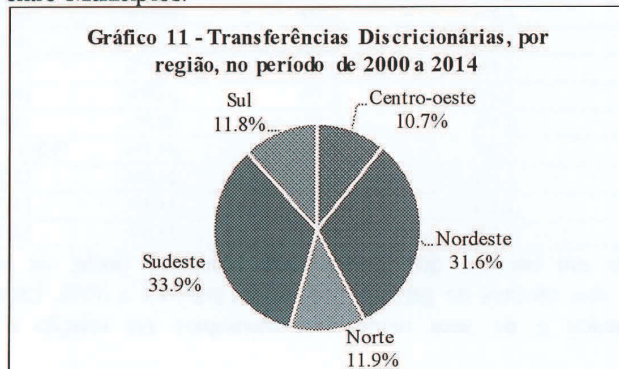


Tabela 14 - Transferências Discricionárias - 2000 a 2014

Região	Valor (R\$ Milhões)	%
Centro-oeste	20.852,07	10,7%
Nordeste	61.394,71	31,6%
Norte	23.132,25	11,9%
Sudeste	65.838,76	33,9%
Sul	23.010,70	11,8%
Total	194.228,49	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de base de dados disponível no TCU (Painel do Controle Externo Fontes de Financiamento do Desenvolvimento Regional).

Os dados demonstram que a Região Sudeste foi a que mais recebeu transferências discricionárias, com 33,9% do total, seguida de perto da Região Nordeste, com 31,6%. Em patamares bem inferiores, vêm, na sequência, as Regiões Sul (11,8%), Norte (11,9%) e Centro-Oeste (10,7%).

Os recursos agrupados sob o título de receita de geração própria correspondem aos valores arrecadados diretamente pelos entes (todas as receitas correntes e de capital, excluindo as transferências) e provêm de impostos tais como o ISS e o IPTU na esfera municipal, o ICMS e o IPVA na esfera estadual, entre outros, conforme informado pelos entes no sistema Finanças do Brasil (Finbra), gerido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A Tabela 15 detalha os montantes de receita de geração própria de estados e municípios no período de 2000 a 2014.

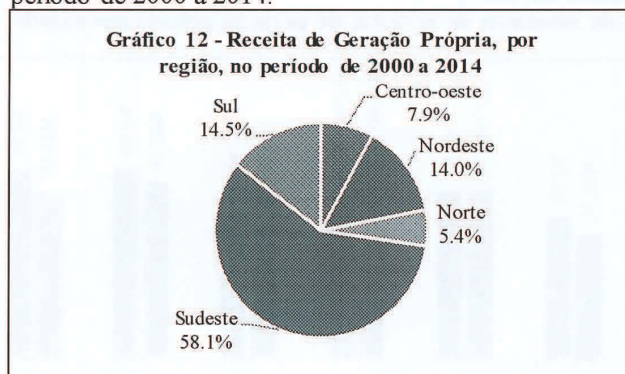


Tabela 15 - Receita de Geração Própria - 2000 a 2014

Região	Valor (R\$ Milhões)	%
Centro-oeste	434.796,86	7,9%
Nordeste	768.167,93	14,0%
Norte	293.387,72	5,4%
Sudeste	3.181.032,31	58,1%
Sul	796.416,72	14,5%
Total	5.473.801,54	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de base de dados disponível no TCU (Painel do Controle Externo Fontes de Financiamento do Desenvolvimento Regional).

Os valores apresentados revelam a disparidade de valores da receita de geração própria da Região Sudeste em relação às demais regiões do país. As diferenças nos montantes arrecadados, região a região, são apresentadas em percentuais no Gráfico 12 e na Tabela 15. Enquanto no Sudeste a receita de geração própria representa 58,1% do total do país, no período analisado, na Região Nordeste, a participação da arrecadação própria alcança 14,0% (mesma ordem de grandeza da Região Sul).

Já a Tabela 16 sintetiza a participação percentual de cada fonte de repasse e dos recursos de geração própria para estados e municípios da Região Nordeste, no período de 2000 a 2014.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Tabela 16 – Participação percentual de cada fonte de repasse e dos recursos de geração própria, no período de 2000 a 2014 (%)

Estados + Municípios	Transferências Obrigatórias	Transferências Discricionárias	Outras Transferências	Geração Própria	Operações de Crédito
Alagoas	51,4%	4,4%	1,3%	29,9%	13,0%
Bahia	40,4%	2,0%	1,5%	39,5%	16,6%
Ceará	42,9%	4,3%	1,0%	37,0%	14,8%
Maranhão	50,5%	1,6%	2,7%	25,8%	19,4%
Paraíba	52,1%	3,5%	1,2%	30,4%	12,8%
Pernambuco	36,3%	2,9%	1,4%	39,7%	19,8%
Piauí	53,3%	3,6%	1,5%	26,4%	15,1%
Rio Grande do Norte	44,9%	2,1%	1,3%	34,4%	17,3%
Sergipe	49,9%	2,5%	1,1%	33,8%	12,7%

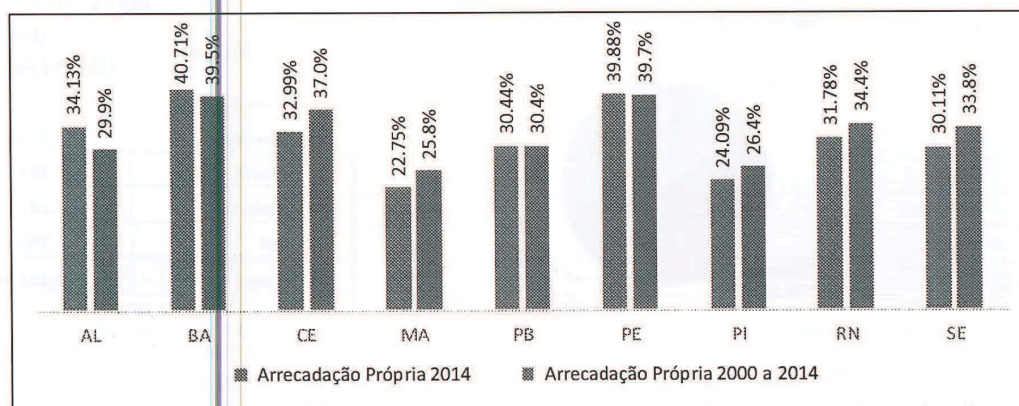
É possível perceber que em nenhum dos estados do Nordeste (inclui os municípios agrupados por estado) a participação das receitas de geração própria foi superior a 40%. Essa situação evidencia a dependência desses estados e de seus respectivos municípios em relação a recursos provindos de outros entes federativos.

Considerando o quadro regional, a Região Nordeste, ao lado da Região Norte, apresentou a maior participação na destinação de recursos de repasses. Na primeira região, no período de 2000 a 2014, os repasses responderam por 64,76% dos recursos analisados. Isto está associado, principalmente, em razão da maior dependência dos estados e municípios das Regiões Norte e Nordeste em relação às transferências obrigatórias (Tabela 13), uma vez que o total de recursos decorrentes de tais transferências é superior ao resultante da receita de geração própria (Tabela 15).

Avaliando a disposição do comportamento das receitas de geração própria ao longo dos anos de 2000 a 2014, foi observado que, no geral, existe uma tendência de crescimento no nível de dependência da Região Nordeste quanto a recursos interfederativos. Em 2014, por exemplo, os recursos interfederativos na Região Nordeste alcançaram 65,61% de todos os recursos disponíveis.

Se comparados o ano de 2014 e a soma dos anos 2000 a 2014, naquele ano apenas os estados de Alagoas e da Bahia melhoraram a participação das receitas de geração própria sobre o total dos recursos analisados, conforme disposto no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Participação do montante de receitas de geração própria por estado



Os estados do Maranhão e do Piauí, juntamente com seus respectivos municípios, apresentaram uma participação média de recursos interfederativos superior a 70% na composição das receitas analisadas. No caso do Maranhão, a tendência foi, por quase todo o período, de redução do peso das receitas geradas pelos próprios governos subnacionais. Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram médias de participação de recursos interfederativos entre 60% e 70%.

Somente em alguns anos singulares, como em 2003, na Bahia, e em 2000 e 2001, em Pernambuco, registrou-se participação das receitas de geração própria superior a 50% na composição

30





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

das receitas desses estados. Entretanto, nos anos seguintes, essa participação diminuiu e os recursos interfederativos recebidos passaram a ser a principal fonte de recursos, alcançando percentuais de até 65% em 2010, na Bahia.

A Figura 2 ilustra a classificação quanto ao grau de dependência de todos os estados brasileiros, na qual a situação 1 representa o grupo de maior dependência e a situação 5 a de menor.

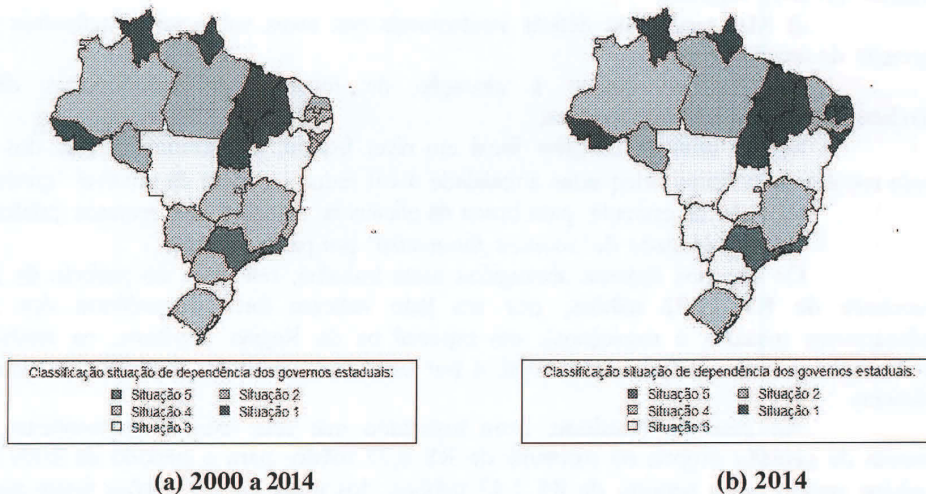


Figura 2 (a) e (b) – Grau de dependência (média 2000 a 2014, e 2014, respectivamente): Situação 1 representa o grupo de maior dependência e Situação 5, a de menor

Nas duas bases temporais, nenhum dos estados do Nordeste foi enquadrado dentro dos grupos de menor dependência de recursos oriundos de outros entes. Isso porque, estados dessa região estão entre aqueles que apresentaram o menor poder de arrecadação de receitas de geração própria.

Em relação ao desempenho orçamentário e fiscal, nos quais foram avaliados indicadores de capacidade de poupança, investimentos realizados, comprometimento de receitas, endividamento, gastos com serviço da dívida e equilíbrio na execução orçamentária, a situação da Região Nordeste também demanda atenção.

Em 2014, conforme Figura 3, com exceção da Bahia, todos os demais estados do Nordeste foram classificados nos grupos de pior situação. Tal condição é repetida para todo o período (2000 a 2014), alterando a exceção, que, para o período maior, foi representada pelo estado do Ceará.

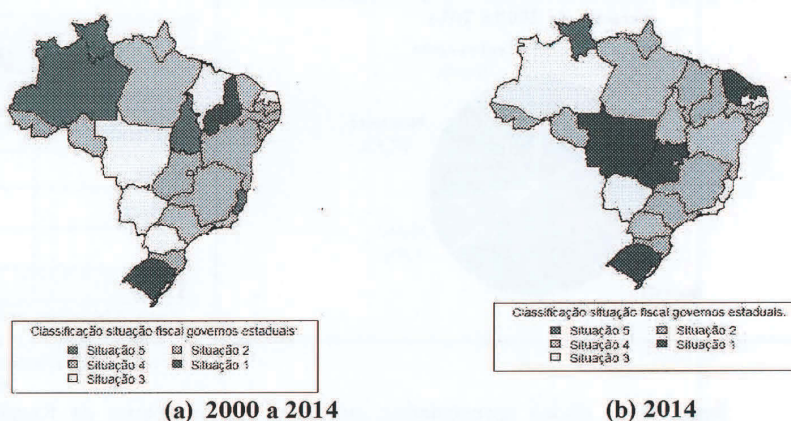


Figura 3 (a) e (b) – Situação Orçamentária e Fiscal (média 2000 a 2014 e 2014, respectivamente)



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Em síntese, considerando o período de 2000 a 2014, o nível de dependência dos estados (e respectivos municípios) do Nordeste em relação aos recursos públicos interfederativos é alto, já que nenhum dos estados tem receita de geração própria superior a 40%. Tal fato pode trazer riscos quanto a:

- i) Sustentabilidade de políticas públicas nos territórios, em nível dos entes subnacionais ou mesmo em nível regional;
- ii) Manutenção de déficits institucionais nos entes subnacionais referentes à capacidade de geração de receita própria;
- iii) Decisões quanto à alocação de recursos de transferências discricionárias não fundamentadas em critérios técnicos;
- iv) Em situação de crise fiscal em nível federal, a discricionariedade dos entes federativos para escolha de políticas adequadas à realidade local reduz-se, além de possível 'efeito dominó';
- v) Falta de estímulo para busca da eficiência alocativa dos recursos públicos;
- vii) Necessidade de 'socorro financeiro' por parte da União.

Os recursos federais abrangidos neste trabalho, referentes ao período de 2000 a 2014, no montante de R\$ 11,32 trilhões, por um lado indicam forte dependência dos entes federativos subnacionais (estados e municípios), em especial os da Região Nordeste, na medida em que foram contemplados com a 19,2% desse total, e por outro lado evidencia disparidades regionais com nuances distintas.

No caso do Nordeste, ficou ressaltado que seus estados apresentaram baixo volume de receita de geração própria no montante de R\$ 0,77 trilhão, para o período de 2000 a 2014, frente ao volume gerado nesse período de R\$ 5,47 trilhões, dos quais R\$ 3,2 trilhões foram gerados pela Região Sudeste. Tal fato indica, entre outros aspectos, a necessidade de a Região Nordeste superar os desafios apontados nos Panoramas estaduais para o desenvolvimento do Nordeste, em especial aqueles agrupados no ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura (40 desafios), pois têm forte potencial de promover o aumento do PIB dos estados do Nordeste.

5.3. As desigualdades na distribuição das operações de crédito que se utilizam de recursos públicos, no período de 2000 a 2014, podem acentuar as desigualdades regionais

A Tabela 17 e o Gráfico 14 detalham os montantes das operações de crédito realizadas pelas seguintes instituições financeiras: Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com pessoas físicas e jurídicas (inclusive as realizadas com a União, os estados e os municípios) e que utilizaram recursos públicos.

Gráfico 14 - Operações de Crédito por região no período de 2000 a 2014

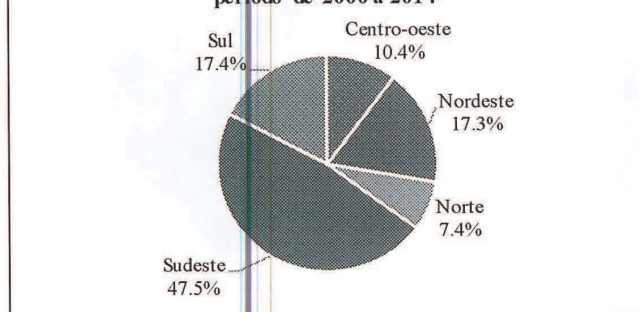


Tabela 17 - Operações de Crédito - 2000 a 2014

Região	Valor (R\$ Milhões)	%
Centro-oeste	198.339	10,5%
Nordeste	338.097	17,9%
Norte	145.806	7,7%
Sudeste	876.219	46,3%
Sul	334.740	17,7%
Total	1.893.200	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de base de dados disponível no TCU (Painel do Controle Externo Fontes de Financiamento do Desenvolvimento Regional).

Segundo os dados apresentados, os estados e municípios da Região Sudeste concentram a maior parcela das operações de crédito realizadas, com cerca de 47,5% do total. Em seguida, a Região Nordeste aparece com 17,3% do total (patamar semelhante à Região Sul, com 17,4%).

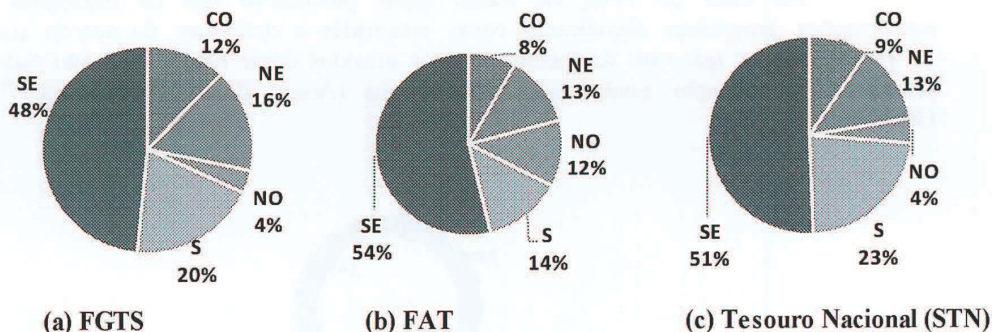




TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

No que diz respeito às operações de crédito utilizando recursos do FGTS, FAT e Tesouro Nacional (STN), com base no Gráfico 15 (a), (b) e (c), percebe-se a existência de desigualdades na contratação de operações de crédito com recursos públicos entre as regiões do Brasil.



Gráficos 15 (a), (b) e (c) – Distribuição das Operações de crédito, no período de 2000 a 2014, utilizando recursos, respectivamente, do FGTS, FAT e do Tesouro Nacional (STN)

Em que pese as Regiões Sudeste e Sul serem as regiões mais desenvolvidas do país, foram estas regiões que mais receberam operações de crédito subsidiadas com recursos do FGTS, do FAT e do Tesouro Nacional. Ademais, chama atenção o fato de a Região Sul, que representa 14% da população brasileira, absorver maiores montantes de operações de crédito que a Região Nordeste, que responde por 27,7% da população nacional.

Assim, os resultados apurados evidenciam que os projetos produtivos se concentram em outras regiões que não a Região Nordeste. Esse fato pode estar associado à capacidade de elaboração de projetos de infraestrutura econômica e social e a perspectivas de produção com sustentabilidade e inovação.

Em uma outra abordagem, considerando as classes do IDHM e as operações de crédito contratadas apenas na Região Nordeste, é possível observar certa concentração de operações contratadas em municípios de alto ou médio desenvolvimento, conforme Gráfico 16 (a), (b) e (c).

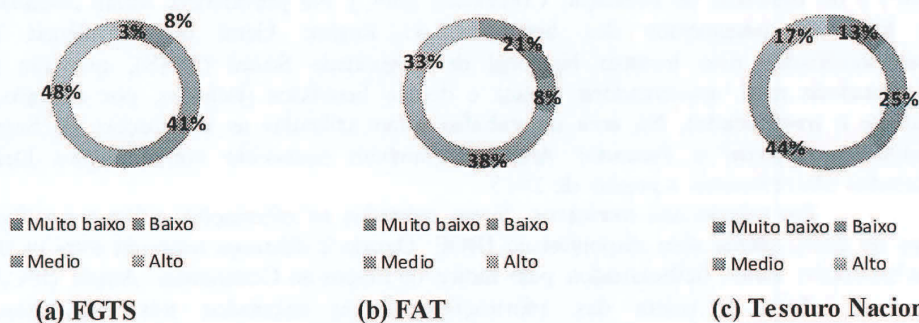


Gráfico 16 (a), (b) e (c) – Distribuição das operações de crédito contratadas na Região Nordeste, no período de 2000 a 2014, utilizando recursos, respectivamente, do FGTS, FAT e do Tesouro Nacional (STN), para os municípios com diferentes níveis de desenvolvimento (classificação do IDHM, 2010)

Para o período de 2010 a 2014, mais de 71% das operações de crédito realizadas com recursos do FGTS e do FAT foram destinadas a municípios com alto ou médio IDHM, o que pode favorecer o aumento das desigualdades entre os municípios da Região Nordeste. No caso das operações de crédito com recursos do Tesouro Nacional, os municípios de médio IDHM foram os mais beneficiados.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Desse modo, além da Região Nordeste realizar, relativamente, menos operações de crédito com recursos públicos, a alocação de operações de crédito realizadas com recursos do FGTS e do FAT tem como destino, majoritariamente, municípios desenvolvidos.

No caso do FNE, de modo geral, percebe-se que os municípios que formam as microrregiões geográficas classificadas como estagnadas e dinâmicas, de acordo com a classificação da PNDR, são os que mais receberam recursos oriundos desse fundo. Esse fato está alinhado com as premissas de aplicação estabelecidas pela política (Anexo II do Decreto 6.047/2007), conforme Gráfico 17.

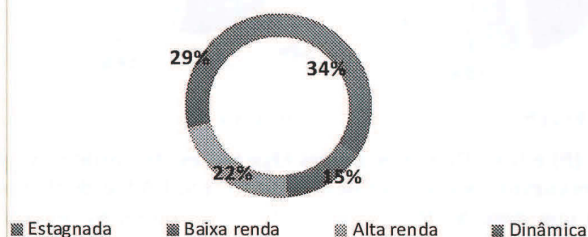


Gráfico 17 – Distribuição, no período de 2010-2014, das operações de crédito realizadas com recursos do FNE para os municípios das microrregiões geográficas classificadas nas 4 tipologias previstas na PNDR

De acordo com o Gráfico 17, 78% dos recursos do FNE estão sendo aplicados nas microrregiões definidas como prioritárias pelo Decreto 6.047/2007 (baixa renda, estagnadas e dinâmicas).

5.4. Há forte participação dos benefícios assistenciais, previdenciários e trabalhistas na renda *per capita* dos cidadãos

O objetivo dessa seção é apresentar considerações acerca do grau de participação dos benefícios federais assistenciais, previdenciários e trabalhistas na renda *per capita* dos cidadãos.

Na área de assistência social, foram considerados os benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Na previdência, foram utilizadas as informações da folha de pagamentos dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), operacionalizados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que são classificados em aposentadoria rural, aposentadoria urbana e demais benefícios (incluídos, por exemplo, auxílio doença, acidente e maternidade). Na área de trabalho foram utilizadas as informações do Seguro Desemprego Trabalhador Formal e Pescador Artesanal, também conhecido como Seguro Defeso. Os dados coletados são referentes a janeiro de 2015.

Em relação aos municípios, foram coletadas as informações sobre a população e o PIB dos anos de 2013, última série disponível no IBGE. Devido à diferença temporal entre os dados, os valores dos benefícios foram deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Após a coleta das informações, foram calculados três indicadores referentes às microrregiões:

- Proporção da população assistida por benefícios;
- Soma dos valores dos benefícios *per capita*;
- Proporção da soma dos benefícios em relação ao PIB.

A Figura 4 apresenta a distribuição espacial, por microrregiões, da proporção da população assistida por benefícios federais para o Brasil e, em destaque, para a Região Nordeste. Nas Regiões Norte e Nordeste observa-se uma concentração no recebimento dos benefícios de Previdência Rural e do Programa Bolsa Família, enquanto nas demais regiões os principais benefícios são a Aposentadoria Urbana e o Seguro Desemprego do Trabalhador Formal.



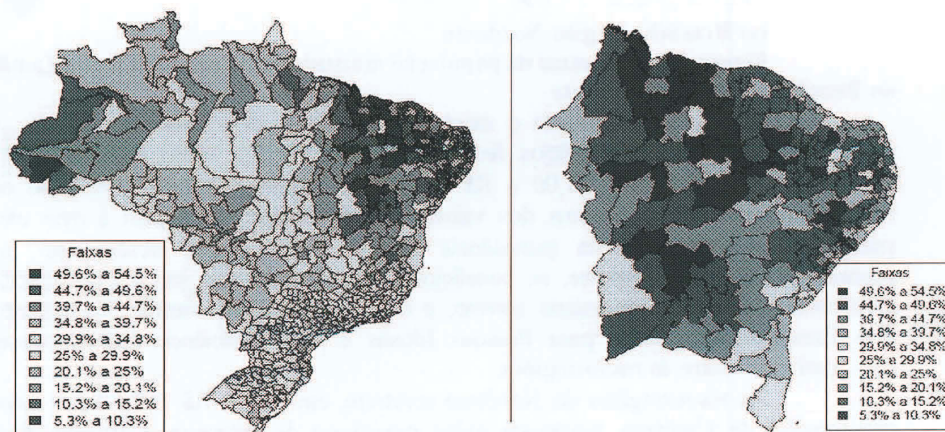


TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Em valores absolutos, a população atendida no Brasil corresponde a 59,4 milhões de pessoas, equivalente a 29,1% do total. Na Região Nordeste há 21,2 milhões de pessoas assistidas, sendo superada apenas pela Região Sudeste com 22,4 milhões. As outras três regiões registram em ordem de grandeza: Sul, 6,5 milhões; Norte, 5,5 milhões; e Centro-Oeste, 3,9 milhões. Portanto, praticamente 3 habitantes em cada 10 recebem algum benefício federal no Brasil. Ainda, observa-se concentração da população assistida nas Regiões Sudeste e Nordeste, com valor total de 43,6 milhões de habitantes correspondendo a 21,3% da população nacional.

A média da população assistida na Região Nordeste é 37,4%, bem superior à média observada nas demais regiões: Norte, 31,2%; Centro-Oeste, 22,4%; Sudeste, 26,1%; e Sul, 25,2%. Dessa forma, pode-se afirmar que 3,7 habitantes em cada 10 recebem algum benefício federal na Região Nordeste. A microrregião de Chapadinha possui a maior proporção de assistidos, 54,5%, sendo formada pelos municípios de Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti Chapadinha e Urbano Santos do estado do Maranhão.



(a) Brasil (b) Região Nordeste

Figura 4 - Percentual da população assistida por benefícios federais (assistenciais, previdenciários e trabalhistas), por microrregião, no Brasil e na Região Nordeste

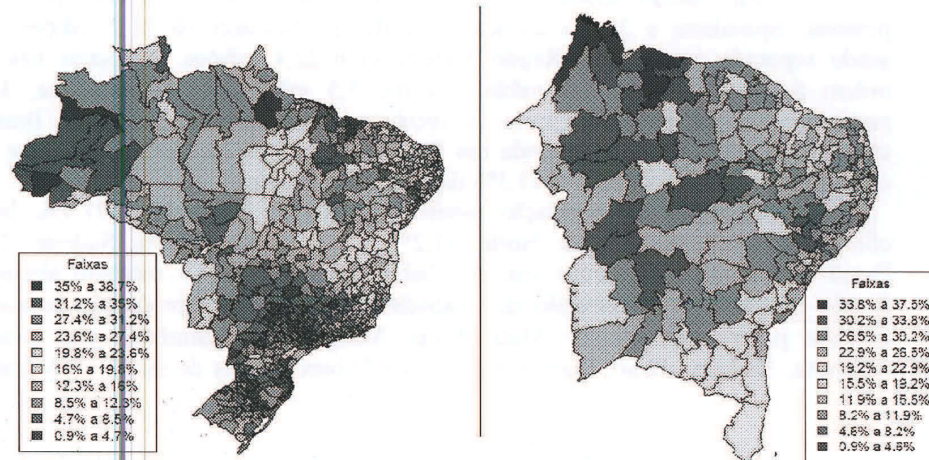
A Figura 5 apresenta a proporção da população beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF). Na Região Nordeste, a média da população assistida pelo programa PBF é de 25,87%, que corresponde ao pagamento do benefício para cada 2,5 habitantes em 10.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

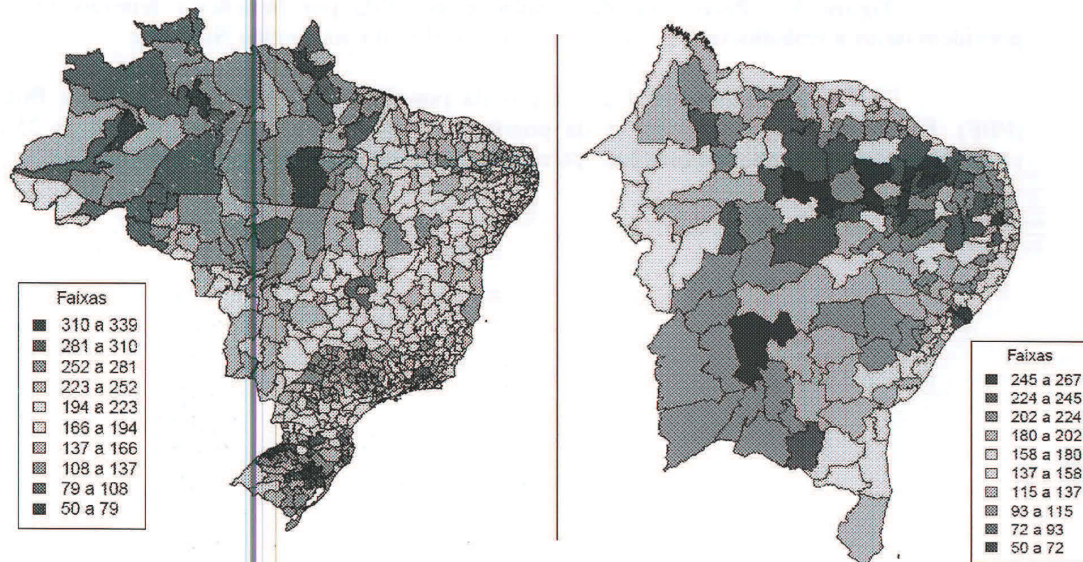


(a) Brasil(b) Região Nordeste

Figura 5 - Percentual da população assistida pelo Programa Bolsa Família, por microrregião, no Brasil e na Região Nordeste

A Figura 6 apresenta o montante *per capita* dos benefícios federais, por microrregião. Os valores *per capita* dos benefícios federais variam entre R\$ 50,00 e R\$ 339,00 no Brasil, conforme Gráfico 6 (a), e entre R\$ 93,00 e R\$ 267,00 na região Nordeste, consoante o Gráfico 6 (b). Nas Regiões Sudeste e Sul, a soma dos valores dos benefícios *per capita* é mais elevado devido à maior influência dos benefícios da previdência urbana e do seguro desemprego, que possuem valores maiores. Na Região Nordeste, os benefícios de maior influência são a Previdência Rural, que possuem geralmente o valor de um salário mínimo, e o Programa Bolsa Família. Os demais benefícios do INSS e o Benefício Assistencial para Pessoas Idosas e com Deficiência (BPC) possuem uma distribuição mais uniforme entre as microrregiões.

As microrregiões do Nordeste recebem, em média, R\$ 197,80 *per capita* em benefícios e a microrregião de Caririçu, composta pelos municípios de Altaneira, Caririçu, Farias Brito e Granjeiro no Ceará, possui o maior valor *per capita* em benefícios, de R\$ 266,79.



(a) Brasil(b) Região Nordeste



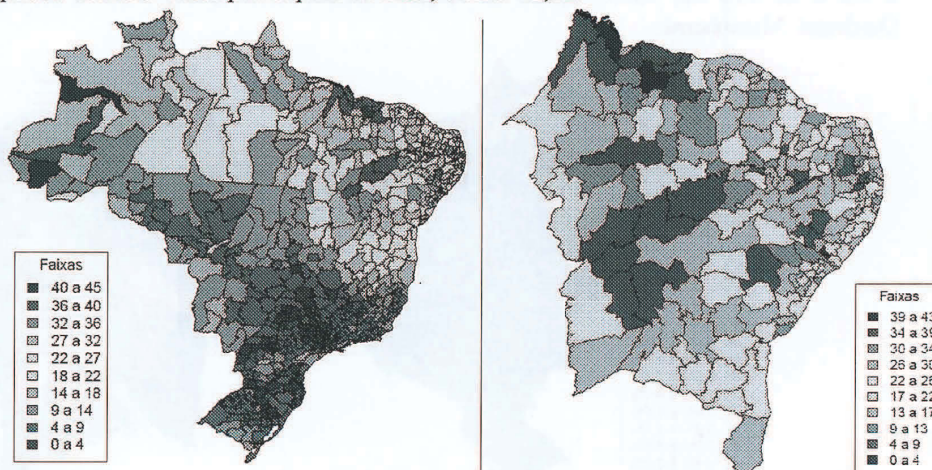


TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Figura 6 - Valor dos benefícios federais *per capita*, por microrregião, no Brasil e na Região Nordeste

O montante *per capita* do benefício do Programa Bolsa Família é apresentado na Figura 7. As Regiões Norte e Nordeste recebem um valor do PBF *per capita* superior às demais regiões do país. O valor médio PBF *per capita* na Região Nordeste é de R\$ 25,87 e a microrregião de Chapadinha, no Maranhão, possui o maior valor *per capita* do PBF, de R\$ 42,32.

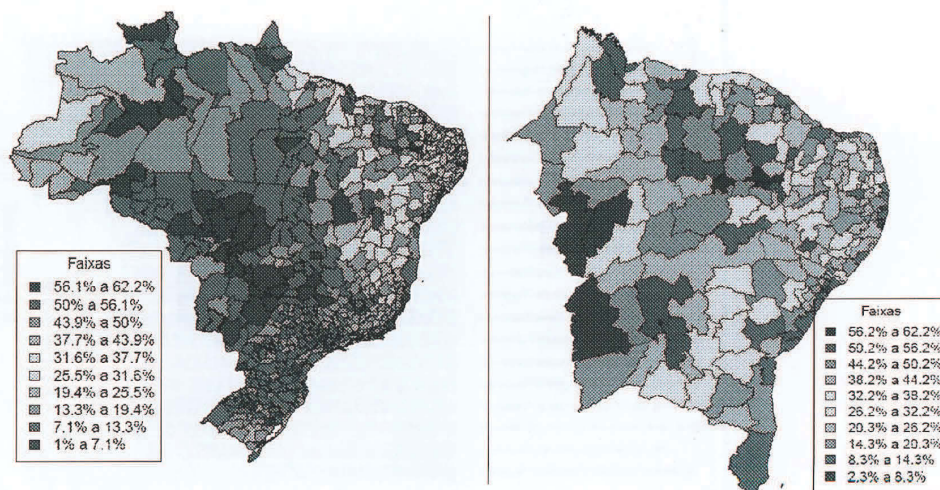


(a) Brasil (b) Região Nordeste

Figura 7 - Valor do benefício do PBF *per capita*, por microrregião, no Brasil e na Região Nordeste

Nordeste

A Figura 8 apresenta a proporção dos benefícios federais (assistenciais, previdenciários e trabalhistas) em relação ao PIB das microrregiões. A Região Nordeste possui a maior proporção de benefícios federais em relação ao PIB, com valor médio de 30,6%, quando comparado com a média das demais regiões, com valor de 12,7%. Dessa maneira, pode-se afirmar que o recebimento de benefícios corresponde, em média, a quase um terço do PIB das microrregiões do Nordeste. As microrregiões com maior dependência de benefícios federais estão localizadas na área de sertão na divisa do Ceará com o Piauí, com valores de recebimento de benefícios superiores a 50% do PIB da microrregião.



(a) Brasil (b) Região Nordeste



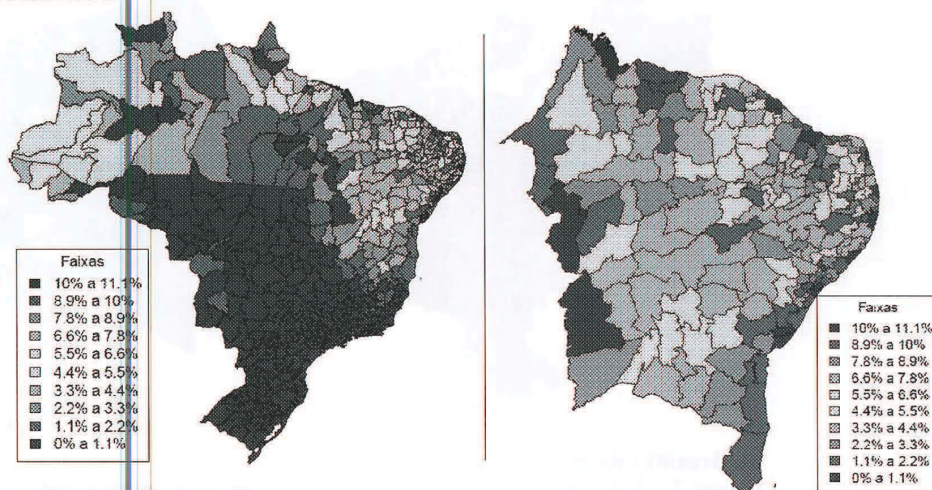


TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Figura 8 - Proporção dos benefícios federais em relação ao PIB, por microrregião, no Brasil e na Região Nordeste

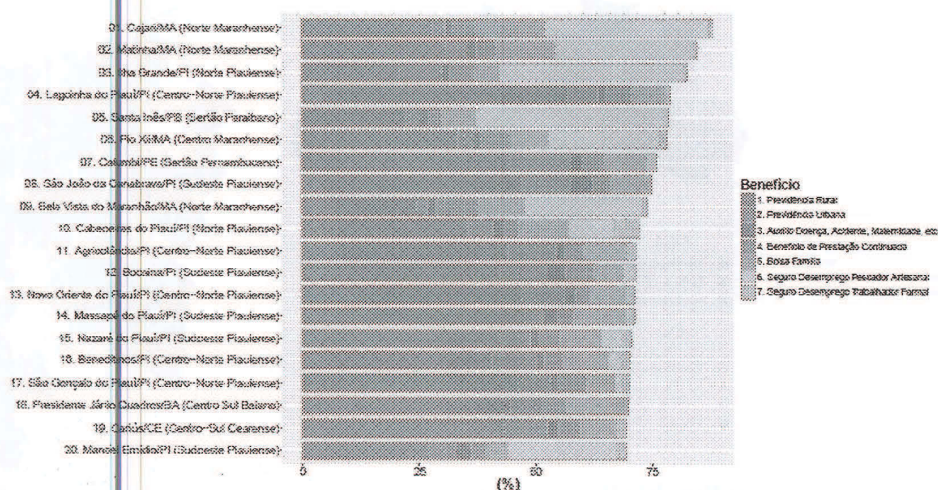
A Figura 9 apresenta a proporção dos benefícios do PBF em relação ao PIB, por microrregião. Nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul a proporção é inferior a 3%, enquanto nas Regiões Norte e Nordeste a proporção é mais elevada. Os benefícios do PBF correspondem em média a 4,2% do PIB nas microrregiões da Região Nordeste, chegando a 11% na microrregião do Litoral Ocidental Maranhense.



(a) Brasil (b) Região Nordeste

Figura 9 - Proporção do benefício do PBF em relação ao PIB, por microrregião, no Brasil e na Região Nordeste

A título de ilustração, todos os 20 municípios mais dependentes de benefícios federais estão na Região Nordeste, sendo que destes 12 estão no Estado do Piauí, 4 no Estado do Maranhão, 1 no Estado da Bahia, 1 no Estado de Pernambuco, 1 no Estado da Paraíba e 1 no Estado do Ceará. Conforme a Figura 10, o nível de dependência dos recursos dos benefícios federais (assistenciais, previdenciários e trabalhistas) desses municípios varia, aproximadamente, de 70 a 90% do PIB do ente. Observa-se também que entre esses municípios a maior dependência se refere às aposentadorias rurais e, em alguns casos, ao Seguro Desemprego Pescador Artesanal (Seguro Defeso).





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Figura 10 – Participação dos diferentes benefícios nos vinte municípios mais dependentes de benefícios federais em relação ao PIB do município

Saliente-se que a rede de proteção social criada pelo Governo Federal se encontra disseminada em todo o território brasileiro. Anualmente, são gastos, aproximadamente, R\$ 498,5 bilhões com esses benefícios sociais no âmbito do orçamento da União, equivalente a 9,4% do PIB nacional de 2013, constante da Tabela 5. Nesse sentido, em um cenário de forte restrição fiscal, a questão da sustentabilidade financeira dessas ações precisa ser prioridade governamental. Por fim, cabe ao governo brasileiro buscar formas de otimizar essas despesas e encontrar caminhos para incentivar o desenvolvimento de seus entes subnacionais com vistas a reduzir a significativa dependência atualmente presente.

A forte participação dos benefícios assistenciais, previdenciários e trabalhistas na renda *per capita* dos cidadãos, em especial na Região Nordeste, indica, entre outros aspectos, a falta de indústria e de oferta de trabalho de forma a ofertarem empregos com melhores salários, associados a baixa oferta de mão de obra qualificada, além de frágil acesso a serviços públicos básicos.

Nesse escopo, os desafios apontados nos Panoramas estaduais para o desenvolvimento dos estados do Nordeste são pertinentes, em especial aqueles atrelados ao ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura (40 desafios), ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico (29 desafios) e ODS 4 - Educação de Qualidade (20 desafios), ODS 6 - Água Potável e Saneamento (18 desafios) e ODS 3 - Saúde e Bem-Estar (15 desafios), e à medida em que forem sendo superados tendem a facilitar o crescimento do PIB e, por conseguinte, pode favorecer o crescimento do PIB *per capita*.

Ainda, o crescimento do PIB *per capita* pode ser potencializado se associado (i) à dimensão educação, em especial a técnico-profissionalizante a fim de cobrir lacunas de mão de obra qualificada no mercado de trabalho, seja no segmento de indústria, seja no de serviços, (ii) à entrega de obras estruturantes, especialmente as de ferrovias vinculadas a complexos industriais portuários, as de aeroportos dado o potencial de alavancar o turismo e suas atividades características, as de segurança hídrica incluído o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste a fim de aumentar a capacidade de estocagem de água, especialmente na região do Semiárido nordestino onde residem mais de 21 milhões pessoas; (iii) à construção e ampliação da rede de saneamento básico, nas vertentes de atendimento com água e com esgoto e tratamento de esgotos, de forma a garantir o fornecimento de água potável para a população; e (iv) à melhoria na prestação dos serviços de saúde com ampliação da cobertura do sistema de saúde.

Assim, haja vista as deficiências apontadas acerca das desigualdades na disponibilidade de recursos de transferências obrigatórias, transferências discricionárias, operações de crédito e receita de geração própria, bem como na distribuição de benefícios assistenciais, previdenciários e trabalhistas, a fim de garantir a eficiência do gasto governamental, nos termos do art. 37 da Constituição Federal de 1988, faz-se necessário **determinar** à Casa Civil da Presidência da República, em articulação com os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Integração Nacional e com o apoio dos demais ministérios pertinentes e, quando cabível, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992; 169, inciso V, 230, 238 e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresente plano de ação com o objetivo de garantir a eficiência do gasto governamental associado a ações, políticas públicas, planos e programas para a redução das desigualdades regionais, que contemple, necessariamente, os seguintes aspectos:

a) medidas de desenvolvimento sustentável no médio e longo prazo da produtividade e competitividade regional, de maneira a reduzir a forte dependência dos entes federativos subnacionais (Estados e municípios) em relação aos recursos públicos federais;

b) a identificação das causas e de possíveis soluções para combater o desequilíbrio na disponibilidade de recursos *per capita* (transferências discricionárias e obrigatórias, receita de geração própria e operações de crédito), vez que, de 2000 a 2014, não se verificou equilíbrio nessas disponibilidades e que as desigualdades na distribuição, inter e intra-regiões, das operações de crédito





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

que se utilizam de recursos públicos, no período de 2000 a 2014, podem acentuar as desigualdades regionais; e

c) ações de desenvolvimento sustentável no médio e longo prazo da renda *per capita* da região, de forma a reduzir a forte participação dos benefícios assistenciais, previdenciários e trabalhistas na renda *per capita* dos cidadãos nordestinos.

6. AÇÃO ESTATAL E DO CONTROLE EXTERNO PARA SUPLANTAR OS DESAFIOS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO

De sorte a ilustrar a atuação estatal e do controle externo na Região Nordeste, esse capítulo aborda aspectos relativos aos temas infraestrutura, educação profissionalizante e segurança hídrica no semiárido.

Essas temáticas foram objeto de recentes fiscalizações do TCU e estão presentes em três dos principais ODS aos quais os desafios para o desenvolvimento sustentável dos estados da Região Nordeste estão associados: ODS: 9 - '*Indústria, Inovação e Infraestrutura*', ODS 6 - '*Água Potável e Saneamento*' e ODS 4 - '*Educação de Qualidade*'.

Nos tópicos a seguir são apresentados algumas das constatações com ênfase para o fato de que, em síntese, **a baixa governança do desenvolvimento regional, em última instância, acarreta, entre outras consequências: atrasos nas entregas para o cidadão; não monitoramento dos resultados alcançados; ações setoriais (transversalidade horizontal) e dos entes federativos (transversalidade vertical) desarticuladas.** Em síntese, verificou-se quanto à:

i) infraestrutura: obras atrasadas (Pisf, Fiol, Transnordestina) e com custo final superior ao custo previsto inicialmente;

ii) educação profissionalizante: não foi possível concluir sobre o impacto na renda dos egressos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), somente na empregabilidade; e

iii) segurança hídrica no Semiárido: obras atrasadas e ausência de articulação nas ações relativas à segurança hídrica, ausência de metas claramente estabelecidas e ausência de articulação entre os atores pertinentes.

Ademais, **a baixa governança do desenvolvimento regional também imputa alto esforço do controle externo *a posteriori*, sem, contudo, garantir plenamente que os benefícios alcançados atendam as expectativas da sociedade.** Assim, quanto à atuação do Controle Externo verifica-se atuação esparsa do TCU e não estratégica e sistêmica nos processos de fiscalização.

Embora as instituições de controle sejam atuantes, elas não têm sido capazes de gerar o movimento e a conscientização necessários para a mudança cultural. Desse modo, deve-se investir em ações de controle *a priori*, que permitam a promoção do diálogo interinstitucional, da conscientização e interiorização dos desafios, riscos e problemas e da integração na busca e implementação de soluções.

6.1. Infraestrutura: atrasos em obras de projetos de infraestrutura estruturantes

Conforme retratado nos Panoramas e em estudos que abordam as dificuldades e os problemas da região, infraestrutura e inovação são áreas cruciais na promoção do desenvolvimento do Nordeste. Os Panoramas estaduais identificaram 181 desafios para o desenvolvimento da Região Nordeste. Deste total, 33 desafios estão associados à área de infraestrutura e 7 à de inovação, conforme indicado no Apêndice B deste relatório.

Acerca da temática infraestrutura, os Panoramas dos Estados do Nordeste destacaram como desafios, entre outros, a implementação de projetos estruturantes, tais como linhas de transmissão, estaleiros naval, complexos portuários, perímetros de irrigação, adutoras, canais de irrigação, aeroportos, ferrovias e rodovias; a redução da quantidade de domicílios sem abastecimento d'água e esgotamento sanitário; e a diversificação da matriz energética, com aproveitamento do potencial eólico, e a melhoria do fornecimento e da distribuição de energia elétrica.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Os Panoramas também atribuíram destaque especial dos investimentos em infraestrutura no fortalecimento do turismo; na melhoria do sistema de telecomunicações (conexão de banda larga) e da logística de escoamento da produção agrícola.

Sobre a questão da infraestrutura na Região Nordeste, merecem reflexão as perspectivas e os desafios apontados pelo BNB e IICA (2014), constantes da publicação '*Nordeste 2022 – Estudos Prospectivos – Documento Síntese*'. Os estudos pontuam que a conclusão de importantes obras de infraestrutura, juntamente com outros fatores (entrada em operação de diversos empreendimentos, atração de novos investimentos, ampliação do poder de compra das camadas mais pobres) representam os pilares do ritmo de expansão da economia nordestina. Cabe ressaltar a necessidade de que o ritmo de crescimento da economia regional seja superior ao do país para que se consiga aumentar a participação relativa da Região Nordeste no PIB nacional.

A publicação destaca a perspectiva de uma ampliação na oferta regional de infraestrutura, ressaltando que a região precisa ser atrativa do ponto de vista da participação do setor privado no financiamento das obras, fazendo uso, por exemplo, de parcerias público-privadas e de concessões.

No tocante ao escoamento da produção por meio dos portos, apresenta-se como desafio a elevação da magnitude dos investimentos, buscando-se uma maior integração intermodal e uma maior articulação com o interior nordestino, disseminando as possibilidades de escoamento para um conjunto maior de cidades (sobretudo as de porte médio) e de atividades produtivas.

Relativamente à infraestrutura aeroportuária, o BNB e IICA (2014) ressaltam a necessidade de se promover uma maior articulação da rede de aeroportos existente de forma a tornar o fluxo de passageiros mais eficaz. Salienta, ainda, a importância de expandir a oferta de aeroportos nas cidades médias, o que garantiria maior capilaridade principalmente do transporte de passageiros entre essas cidades e as capitais dos estados, favorecendo entre outras atividades a de turismo.

De forma a retratar as perspectivas e os desafios referentes às questões ligadas à infraestrutura, apresentam-se, a seguir, informações acerca de obras com potencial de causar um forte impacto no desenvolvimento da região e que registram atrasos significativos quanto ao prazo de conclusão. São elas: Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), Ferrovia Transnordestina, e Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol).

Projeto de Integração do Rio São Francisco

O Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional tem por finalidade garantir a segurança hídrica a 12 milhões de habitantes, em 390 municípios, nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, além de gerar emprego e promover a inclusão social.

De acordo com o previsto no Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica e Ambiental do Pisf,

'a importância sócio-econômica do Projeto consiste em viabilizar o desenvolvimento sustentável em áreas com potencial produtivo e competitividade econômica, buscando a inserção regional na economia. As ações a serem adotadas visam à otimização da oferta hídrica, garantindo o suprimento de água para as áreas de maior densidade populacional, no Polígono das Secas, reduzindo as perdas operacionais dos açudes. Estima-se que pelo menos 50% dos benefícios serão apropriados pela população de baixa renda, fato este que propiciará uma retenção estimada de 1 milhão de habitantes no fluxo migratório. Outrossim, com a implantação do Projeto, estima-se um incremento de 7% no PIB regional dos estados beneficiados, além da geração de 600 mil empregos, em empreendimentos complementares, até o ano de 2025, conforme prognóstico do Ministério do Interior (EVTE-Pisf, 2000).'

O projeto prevê a adução de água a partir de captações no Rio São Francisco, destinando-a a rios e açudes estratégicos de outras bacias do semiárido nordestino por meio de dois grandes canais (eixos norte e leste) e um conjunto de outras obras hídricas, tais como barragens, aquedutos, túneis e estações de bombeamento.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

A Tabela 18 apresenta uma síntese de custos e prazos previstos para conclusão do PISf, bem como algumas constatações do TCU.

Entre os problemas enfrentados pelo empreendimento, as deficiências do projeto básico impactaram todos os aspectos e etapas das obras devido à necessidade de alteração das soluções de projeto inicialmente licitadas o que repercutiu no prazo da obra (com atrasos de pelo menos cinco anos), ocasionando atrasos tanto na realização das licitações como na execução dos contratos (e inclusão de tantos outros serviços não considerados inicialmente nas planilhas contratadas). Destaque-se ainda as alterações no valor previsto inicialmente e o valor recentemente estimado para conclusão, com elevação do valor previsto inicialmente da ordem de 80%.

Tabela 18 – PISf: custos e prazos previstos para conclusão e principais constatações do TCU

Valor previsto inicialmente (em milhões de R\$, data de referência indicada)	Data de conclusão prevista inicialmente	Custo estimado para conclusão (em R\$, data de referência indicada)	Estimativa atualizada de data para conclusão	Fiscalizações realizadas pelo TCU	Algumas constatações *
R\$ 4,5 bilhões (Acórdão 2017/2006-Plenário)	Início 2007 Conclusão 2012	1ª Etapa (contempla eixos Norte e Leste): R\$ 8,2 bilhões (dados de maio/2015) Contratos de fornecimento de bens e equipamentos R\$ 844 Subsistemas do PISf	2017 (Relatório de Progresso do Consórcio Gerenciador, maio/2016)	22 fiscalizações no âmbito do Fiscobras: a) 7 fiscalizações exclusivamente em editais, sendo que 4 desses editais foram revogados após as fiscalizações (Edital 2/2005, referente à 1ª Etapa do PISF; Edital 1/2010, dos Lotes 5, 8 e do Ramal do Agreste, Edital 2/2012 da Meta 1L e RDC; Edital 7/2014 do Ramal do Agreste); um dos editais foi suspenso e relançado após alterações (Edital do Lote 5); b) 15 fiscalizações em contratos de execução de obras, de supervisão e de execução de projetos.	Obras: a. Projeto Básico deficiente; b. Sobrepreço em editais e contratos; c. Deficiência de fiscalização e supervisão (gestão do Ministério da Integração Nacional); d. Atraso nas obras. Bens e equipamentos: a. Condições inadequadas de armazenamento; b. Inexistência de gerenciamento de riscos; c. Fiscalização deficiente; d. Incompatibilidade de cronogramas entre serviços elétricos e obras civis. * Acórdãos 1.919/2012, 2.305/2012, 2.058/2013, 3.442/2014 e 3.434/2014, todos Plenário.

Ferrovia Transnordestina

A Transnordestina é uma ferrovia que liga os estados de Pernambuco, Ceará e Piauí. A extensão da ferrovia será de 1.753 km e ligará a cidade de Eliseu Martins, no Piauí, aos Portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará. É uma concessão sob a titularidade da Transnordestina Logística S.A., braço da companhia Siderúrgica Nacional, com financiamento público. É uma das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Tabela 19 apresenta uma síntese de custos e prazos previstos para conclusão da Transnordestina, bem como algumas constatações do TCU.

As obras foram iniciadas em 2006 e, de acordo com o primeiro cronograma, deveriam estar prontas em 2010. O 9º Relatório do PAC2 registra que a obra seria concluída em 2016, no entanto, a





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

previsão de conclusão foi estendida para 2018. Dos quatro trechos previstos no projeto encontra-se concluído apenas o trecho entre Salgueiro e Trindade (municípios do estado de Pernambuco).

O orçamento inicial para a obra era de R\$ 4,5 bilhões, passando para R\$ 7,5 bilhões (Relatório do PAC2). Segundo registros de audiência realizada na Comissão Externa de Avaliação da Transnordestina na Câmara dos Deputados, em março de 2016, a expectativa é de que o valor do empreendimento fique em torno de R\$ 11 bilhões.

A construção da ferrovia é relevante para o setor ferroviário brasileiro e para a economia da Região Nordeste, pois se trata de um empreendimento que será, quando concluído, responsável pelo transporte de cargas da produção do agronegócio e mineração, bem como da produção gesseira da região do Araripe de Pernambuco aos Complexos Industriais Portuários de Suape (PE) e de Pecém (CE). A redução do custo logístico de transportes, a atração de novos empreendimentos para a região e a geração de emprego e renda na área de influência desse empreendimento são alguns dos impactos socioeconômicos que podem ser gerados a partir da conclusão da obra.

Tabela 19 – Ferrovia Transnordestina: custos e prazos previstos para conclusão e principais constatações do TCU

Valor previsto inicialmente (em milhões de R\$)	Data de conclusão prevista inicialmente	Custo estimado para conclusão (em R\$, data de referência indicada)	Estimativa atualizada de data para conclusão	Fiscalizações realizadas pelo TCU	Algumas constatações
R\$ 4,5 bilhões	Início 2006 Conclusão 2010	R\$ 11,2 bilhões (fonte: registros de audiência realizada na Comissão Externa de Avaliação da Transnordestina na Câmara dos Deputados, em março de 2016)	Não há estimativa oficial.	Fiscalizações em andamento no TCU: TC 012.092/2016-9 – SCN solicitando a fiscalização do Contrato de concessão; TC 012.179/2016-7, representação acerca de indícios de irregularidades na celebração do contrato de concessão; TC 019.494/2014-9, representação acerca de indícios de irregularidades no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a ANTT e a Concessionária; TC 021.577/2016-1, auditoria operacional que tem o objetivo de fiscalizar os atos de gestão da Valec quanto à decisão de aportar recursos no empreendimento; TC 021.573/2016-6, auditoria operacional para avaliar a estrutura de governança do empreendimento no que diz respeito à assimetria de informações entre o regulador, concessionária, financiadores e acionistas públicos; TC 010.453/2014-8, exame de conformidade na atuação da ANTT na fiscalização da execução do contrato de concessão.	Ainda não há decisões do Tribunal.

Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol)

A Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol) foi concebida para dinamizar o escoamento da produção agrícola e de minérios do estado da Bahia para o Porto Sul (Ilhéus/BA), bem como para o transporte de grãos da Região Centro-Oeste, por meio da interligação com a Ferrovia Norte-Sul. Segundo o Ministério dos Transportes, a ferrovia é uma alternativa de transporte econômico, eficaz e seguro, com pouco impacto ambiental.

Com um traçado planejado de 1.527 km, visando interligar as Regiões Norte e Nordeste do Brasil (de Figueirópolis, em Tocantins, até o litoral baiano), já foram contratados serviços para a construção de 1.022 km (de Ilhéus/BA a Barreiras/BA). Segundo dados do 2º Balanço do PAC 2015-2018, a Fiol atingiu 70% de conclusão no primeiro trecho, Ilhéus-Caetité.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Em suas fiscalizações, o TCU constatou falhas sistêmicas de planejamento e de gestão na condução das obras da Ferrovia de Integração Oeste Leste, acarretando risco de má aplicação de recursos públicos federais pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., empresa pública, vinculada ao Ministério dos Transportes, responsável pelas obras da ferrovia.

Em razão da queda do volume de recursos orçamentários, as obras da Fiol estão andando em ritmo lento, com a desmobilização de algumas construtoras. Neste cenário, o montante imobilizado de forma prematura é cerca de três vezes maior que o orçamento disponibilizado para execução da ferrovia até o final do ano. Em razão disso, entre outros fatores, a condução do empreendimento pela Valec não foi considerada adequada.

Vale mencionar que a funcionalidade da obra depende diretamente da execução das obras do Complexo Industrial Porto Sul, em Ilhéus, destino final da ferrovia, de responsabilidade do estado da Bahia e ainda não iniciadas. Essa constatação demonstra, de forma clara e direta, a descoordenação das iniciativas e ações governamentais.

A Tabela 20 apresenta uma síntese de custos e prazos previstos para conclusão da Fiol, bem como algumas constatações do TCU.

Tabela 20 – Fiol: custos e prazos previstos para conclusão e principais constatações do TCU

Valor previsto inicialmente (em milhões de R\$)	Data de conclusão prevista inicialmente	Custo estimado para conclusão (em R\$, data de referência indicada)	Estimativa atualizada de data para conclusão	Fiscalizações realizadas pelo TCU	Algumas constatações
Ficou faltando o valor previsto	Início: dez/2010 Conclusão: dez/2012	R\$ 2,09 bilhões Fonte: Relatório de Progresso de Obras-FIOL Agosto/2016 emitido pela Valec.	Trecho Ilhéus-Caetité: dez/2018 Trecho Caetité-Barreiras: nov/2019 Fonte: Relatório de Progresso de Obras-FIOL Agosto/2016 emitido pela Valec.	10 fiscalizações em contratos de execução de obras, de supervisão e de execução de projetos	Nos Acórdãos 2.644/2015-TCU-Plenário e 2.645/2015-TCU-Plenário, o TCU verificou que existem indícios de que as previsões utilizadas para embasar os estudos de viabilidade do empreendimento não estão aderentes à realidade atual, indicando a necessidade de atualização desses

Em julgados recentes, Acórdãos 2.644/2015-TCU-Plenário e 2.645/2015-TCU-Plenário, o Tribunal de Contas da União verificou que existem indícios de que as previsões utilizadas para embasar os estudos de viabilidade do empreendimento não estão aderentes à realidade atual, indicando a necessidade de atualização desses estudos. Diante dessa constatação, recomendou aos órgãos competentes que reavaliem a relação custo-benefício dos trechos, tendo em vista os atrasos constatados e as mudanças conjunturais ocorridas nos últimos anos.

6.2. Educação profissionalizante: não há análises de impacto realizada pelo Ministério da Educação no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O TCU, porém, avaliou o programa e concluiu que não houve impacto na renda dos egressos do Pronatec, somente na empregabilidade

Os desafios levantados pelo TCU nos Panoramas dos Estados do Nordeste englobaram vários aspectos da educação, enfatizando a necessidade de melhoria da qualidade da educação pública, principalmente nos níveis médio e fundamental. Destacaram, ainda, a importância de combater o analfabetismo e de reduzir a diferença de qualidade entre a educação pública e a privada.

Além disso, mencionou-se a necessidade de universalização da educação infantil e de interiorização do ensino técnico e superior, de forma a inserir uma quantidade maior de jovens no mercado de trabalho.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Entre as consequências da baixa qualidade na educação atualmente oferecida, os levantamentos apontaram a formação deficiente de capital humano para ocupar os postos de trabalho exigidos pelas atividades econômicas desenvolvidas na região. A lista completa dos desafios associados ao ODS 4 – Educação de qualidade encontra-se no Apêndice B deste relatório.

Os estudos prospectivos desenvolvidos pelo BNB e IICA (2014), constantes da publicação *‘Nordeste 2022 – Estudos Prospectivos – Documento Síntese’*, identificam, no tocante à educação, perspectivas e desafios para o desenvolvimento da região que guardam forte correlação com os desafios identificados nos levantamentos realizados pelo TCU. Ao tratar da perspectiva de *‘Consolidação da Mudança na Estrutura Etária da População em Ambiente de Aprofundamento de Conquistas Sociais e Melhorias Educacionais’*, os estudos técnicos assim discorrem acerca das perspectivas e dos desafios relacionados à educação:

‘(...) Em termos educacionais, espera-se a ampliação do avanço do nível de escolaridade da população, em especial, dos mais jovens. Haverá continuidade do forte crescimento do número de matrículas nos ensinos técnico-profissional, tecnológico e superior, especialmente no interior. Um primeiro desafio regional é o de incorporar a ainda grande parcela de analfabetos adultos. Outro grande desafio que permanece é o da melhoria da qualidade do ensino, em especial do médio, e no reforço à base de educação voltada para o mundo do trabalho, com ampliação da oferta de ensino técnico-profissional e estímulo a aumento dos investimentos em cursos e sistemas de treinamento e capacitação nas empresas, além da maior conexão entre os cursos de nível superior ofertados e a estrutura produtiva dos diversos espaços sub-regionais, em especial nas áreas não metropolitanas.

Como é sabido, melhorias significativas da qualificação profissional dependem substancialmente de avanços na qualidade do ensino básico. Por isso, o grande desafio para a Região Nordeste é priorizar a educação básica de qualidade (...).’

Em especial, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, por meio da Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e técnica de nível médio e de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional presencial e a distância no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público.

O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. São também ofertantes as instituições do Sistema S, como o Senai, Senat, Senac e Senar. A partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa.

O Pronatec é constituído por cinco iniciativas, que em conjunto buscam incrementar a oferta do ensino técnico e profissional no médio e longo prazo, bem como ampliar o acesso imediato aos cursos. As iniciativas são:

a) Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, processo iniciado em 2003, e que levou a um forte processo de interiorização das instituições federais;

b) Programa Brasil Profissionalizado, destinado à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal;

c) Rede e-Tec Brasil, que objetiva oferecer gratuitamente cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância. São responsáveis pela oferta de cursos da Rede e-Tec: a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; as unidades de ensino dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA); e as redes de educação profissional estaduais;

d) Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, cuja finalidade é garantir a oferta gratuita de cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

profissional, por meio dos recursos do Senai, do Senac, do Sesc e do Sesi, recebidos da contribuição compulsória prevista em lei;

e) Bolsa-Formação, que visa a permitir o acesso gratuito aos cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, ofertados por atores públicos e privados, com financiamento do Ministério da Educação (MEC).

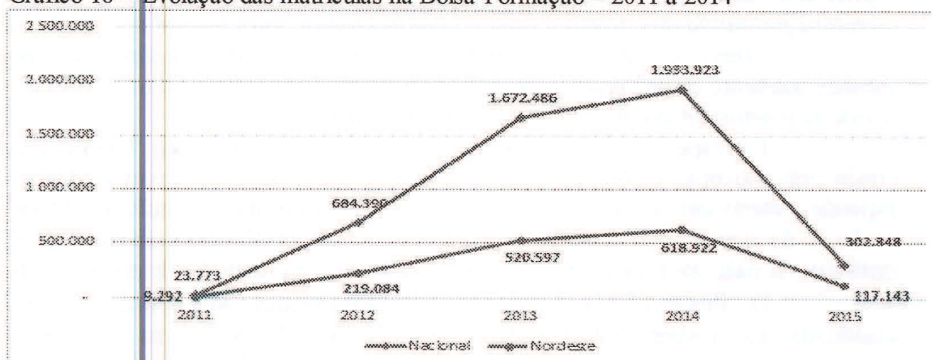
A Bolsa-Formação concentra a maior quantidade de matrículas do Pronatec. Além disso, possui uma complexa rede de implantação, incluindo o SNA, a Rede Federal de Ensino Técnico, as redes públicas estaduais e municipais e ainda a rede privada de ensino técnico.

No biênio 2015/2016, o TCU realizou uma série de fiscalizações no Pronatec. Em especial, destaca-se auditoria de natureza operacional com o objetivo de avaliar a implantação e os resultados da Bolsa-Formação (TC 019.154/2015-1). Cabe ressaltar que o MEC não dispõe de avaliação de impacto do programa.

A Bolsa-Formação teve forte crescimento no número de matrículas desde o seu início em 2011 até o ano de 2014. Contudo, em 2015, houve severa retração nas matrículas em razão de restrição orçamentária. Essa situação ocorrida no âmbito de todo o programa nacional refletiu-se de forma similar na Região Nordeste. No Gráfico 18 é possível visualizar esse movimento.

De 2011 a 2015, foram contabilizadas 4,6 milhões de matrículas na Bolsa-Formação, das quais 1,5 milhão no Nordeste, correspondendo a 32% do total.

Gráfico 18 – Evolução das matrículas na Bolsa-Formação – 2011 a 2014



Fonte: Sistec, extração em 3/2/2016.

Cerca de 77% das matrículas da Bolsa-Formação concentram-se em cursos de Formação Inicial e Continuidade (FIC) e de qualificação profissional, todos de curta duração. No Nordeste, a concentração de matrículas nesses cursos chega a 83%.

Os cursos ofertados pela Bolsa-Formação estão distribuídos em eixos tecnológicos, conforme demonstrado no Gráfico 19. Destacam-se o eixo Gestão e Negócios que concentra 22% (300 mil matrículas) no Nordeste e o eixo Infraestrutura, com 13% (188 mil matrículas).

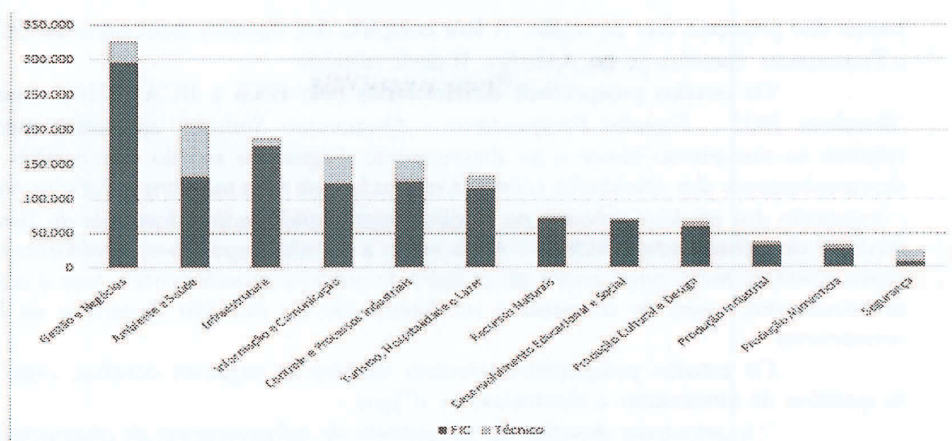
Gráfico 19 – Matrículas Bolsa-Formação no Nordeste por eixo – 2011 a 2015





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8



Fonte: Sistec, extração em 3/2/2016.

Os SNA são os principais ofertantes de cursos da Bolsa-Formação na Região Nordeste, sendo responsáveis por 66% das matrículas do programa, somando, de 2011 a 2015, aproximadamente 980 mil registros. Entre as unidades, destaca-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai, com 33%), seguido do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac, com 27%). As redes públicas federal e estadual computaram, no mesmo período, pouco mais de 350 mil matrículas (24%) e as instituições privadas efetuaram cerca de 155 mil (10%).

A Lei 12.513/2011, art. 6º, parágrafo 2º, e a Portaria 817/2015, art. 83, preveem que um mínimo de 30% do total dos recursos financeiros da Bolsa-Formação deverá ser destinado para as Regiões Norte e Nordeste. Com base no relatório de horas/aulas encaminhado pela Setec/MEC, foi realizada análise dos percentuais aplicados às Regiões Norte e Nordeste, como também para a demais regiões do País. A exigência legal tem sido cumprida inclusive acima do estabelecido, totalizando, ao final de 2015, 37% de aplicação dos recursos nas Regiões Norte e Nordeste. A Região Nordeste recebeu 28% de todas as horas-aulas ministradas no Brasil.

Na auditoria (TC 019.154/2015-1), ainda não apreciada, comparou-se a renda e a taxa de ocupação dos egressos antes e depois de participarem de algum FIC.

Em relação à avaliação do impacto dos cursos na empregabilidade dos cidadãos na Região Nordeste, o conjunto dos resultados mostra que houve um impacto positivo e com resultados bastantes heterogêneos a depender do eixo tecnológico a que se refere o curso frequentado por determinado egresso. Esse resultado reforça a ideia de que os cursos poderiam ser mais efetivos com a melhora da focalização da oferta em função da demanda por qualificação. Ou seja, o resultado do programa poderia ser potencializado a partir de escolhas coerentes que considerem a vocação e as necessidades locais.

Os resultados da auditoria (TC 019.154/2015-1) ainda não foram apreciados pelo Tribunal de Contas da União, portanto, os resultados ainda estão sujeitos a alterações.

6.3. Segurança hídrica no Semiárido: ausência de articulação nas ações relativas à segurança hídrica e entre os atores, ausência de metas claramente estabelecidas e obras atrasadas

A questão da água e do saneamento para todos está presente em vários desafios apontados nos Panoramas estaduais elaborados pelo TCU. Entre eles, destacam-se a redução da quantidade de domicílios sem abastecimento d'água, esgotamento sanitário e coleta de lixo; a ampliação da capacidade de tratamento e a garantia de uma adequada destinação dos resíduos sólidos.

Outros desafios relacionam-se à construção de barragens e açudes, bem como ao planejamento de obras complementares, tais como adutoras, de forma que haja disponibilidade de água para irrigação e para abastecimento humano. Os Panoramas estaduais indicaram ainda uma preocupação com a poluição dos recursos hídricos e ressaltaram a necessidade de revitalização das





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

bacias dos principais rios da região. A lista completa dos desafios associados ao ODS 6 – Água potável e Saneamento encontra-se no Apêndice B deste relatório.

Os estudos prospectivos desenvolvidos pelo BNB e IICA (2014), constantes da publicação *‘Nordeste 2022 – Estudos Prospectivos – Documento Síntese’*, apresentam perspectivas e desafios relativos ao saneamento básico e ao abastecimento d’água. De acordo com o BNB e o IICA (2014), *‘o desenvolvimento das atividades econômicas tenderá de uma maneira geral a provocar o adensamento e expansão dos núcleos urbanos na Região, acarretando maior demanda do sistema de saneamento básico e de infraestrutura hídrica’*. Ainda sobre a questão, esperam-se *‘melhorias no abastecimento de água, tanto no meio rural, como em cidades de médio e grande portes, face à conclusão de obras de abastecimento, como as adutoras e de Integração do Rio São Francisco às bacias no Nordeste setentrional’*.

Os estudos prospectivos apontam também os seguintes desafios, entre outros, relacionados às questões de saneamento e abastecimento d’água:

‘Os principais desafios do subsistema de infraestrutura de abastecimento hídrico recaem sobre a finalização das obras que irão garantir o fornecimento de água de boa qualidade de forma disseminada em toda a Região, bem como sobre a promoção da mudança no padrão de estocagem de água nas regiões atingidas pela seca.’

No saneamento, a viabilização de parcerias do setor público com o setor privado é estratégica, com vistas à ampliação da cobertura e à melhoria dos padrões de gestão do atendimento nas áreas urbanas, mas também com desenvolvimento de novas políticas para o enfrentamento da questão no meio rural (apenas 21% dos domicílios rurais da Região tinha instalação sanitária ligada à rede geral ou por fossa séptica em 2010).’

Devido aos baixos índices pluviométricos e características geológicas dominantes, o Semiárido carrega em sua história relatos de dificuldades econômico-sociais provocadas por escassez de água, especialmente nos anos de seca, em que milhares de pessoas são afetadas e têm sua sobrevivência comprometida. A quantidade de pessoas que morreram de fome, sede e doenças ligadas à desnutrição provocada pela falta de água chegou, no decorrer do tempo, a centenas de milhares. Por isso, a seca no Semiárido caracteriza-se como um grave problema social.

Em fiscalização recente, o TCU avaliou a questão hídrica no Semiárido no que tange à escassez de água e às soluções públicas destinadas a garantir a oferta de água para consumo humano em quantidade e qualidade adequadas, abrangendo o planejamento federal e as obras afetas a esta oferta

(TC 013.478/2015-0).

Políticas de recursos hídricos no Semiárido

No que se refere às análises das políticas de recursos hídricos no Semiárido, privilegiaram-se a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 9.433/1997, e a Política Nacional de Saneamento Básico, instituída pela Lei 11.445/2007.

As análises concentraram-se sobre os principais instrumentos de planejamento definidos, que têm o objetivo de guiar essas políticas: o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Também foi avaliada a atuação, a integração e a participação dos diversos atores envolvidos nas políticas.

Na mencionada fiscalização, que culminou no Acórdão 1.937/2016-TCU-Plenário, verificou-se que esses planos setoriais são intempestivos em relação ao PPA. A fiscalização constatou também que não há no Plano Nacional de Recursos Hídricos qualquer menção a obras, projetos ou ações estruturais a serem realizadas para minimizar os efeitos da seca no Semiárido. Identificou-se, entre outros, falhas de planejamento em âmbito local e baixo atendimento a demandas técnicas. Além disso, a fiscalização constatou:

Inexistência de metas de resultado no Plano Nacional de Recursos Hídricos, em especial, com foco na Região Nordeste;





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Ausência ou desatualização de planos de bacia em locais com obras hídricas financiadas com recursos federais;

Ausência de planos de saneamento básico dos municípios banhados pelas bacias com obras hídricas financiadas com recursos federais;

Ausência ou baixo nível de articulação entre os municípios e os comitês de bacias na elaboração do planejamento de saneamento básico e falta de participação dos comitês na concepção das obras que afetam as bacias da Região Nordeste;

Baixa capacidade dos comitês de bacia para promover a articulação das entidades intervenientes da política, para a tomada de decisões técnicas no exercício da sua função deliberativa, bem como para acompanhar as ações desenvolvidas nas bacias.

Andamento e efetividade das obras avaliadas

A Tabela 21 mostra a situação do acesso aos recursos hídricos na região, em que cerca de 30% das sedes municipais possuem sistema satisfatório que garantem segurança hídrica, 54% necessitam de investimentos para ampliação dos atuais sistemas e 16% necessitam de novos mananciais para garantir a oferta de água para sua população.

Tabela 21- Situação de acesso aos recursos hídricos, por meio da rede de distribuição, da população localizada nas sedes municipais

Semiárido	Sedes municipais atendidas com sistema de abastecimento de água por rede de distribuição						
	Total	Criticidade					
		Abastecimento satisfatório		Requer ampliação		Requer novo manancial	
		Sede	População	Sede	População	Sede	População
Alagoas	38	8	142.208	30	398.070	0	0
Bahia	265	50	753.329	178	3.174.885	35	726.235
Ceará	150	46	832.839	85	2.136.970	18	155.173
Paraíba	162	64	683.641	48	183.987	45	197.697
Pernambuco	122	37	605.478	38	1.057.170	47	963.551
Piauí	124	18	38.694	104	498.378	2	11.342
Rio Grande do Norte	147	65	402.733	61	449.333	20	348.401
Sergipe	29	15	166.032	13	125.455	1	13.582
Total	1.037	303	3.919.986	557	7.198.368	168	1.955.014

Fonte: Instituto Nacional do Semiárido (Insa).

Visando a contribuir para a melhoria da gestão das obras destinadas à oferta de água para consumo humano no Semiárido, seu efetivo acompanhamento e conclusão, foram realizados diagnóstico e análise da situação dos empreendimentos que receberam recursos do Orçamento Geral da União, identificando os problemas, suas causas e reflexos nas ações e programas voltados a garantir segurança hídrica na Região.

A análise realizada envolveu 99 municípios nos nove estados beneficiados, equivalente a 9,5% do total de municípios, e 256 transferências discricionárias relacionadas a obras hídricas no Semiárido, com valor total superando R\$ 6,78 bilhões.

A partir da avaliação das transferências discricionárias selecionadas, verificou-se que 38% apresentaram problemas relacionados a obras paralisadas, em ritmo lento de execução ou não iniciadas com atraso superior a dois anos.

Portanto, tendo em vista as deficiências apontadas acerca das desigualdades na disponibilidade de recursos de transferências obrigatórias, transferências discricionárias, operações de crédito e receita de geração própria, bem como na distribuição de benefícios assistenciais, previdenciários e trabalhistas, a fim de garantir a eficiência do gasto governamental, nos termos do art. 37 da Constituição Federal de 1988, faz-se necessário:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

I) **Determinar** à Casa Civil, com fundamento nos termos dos artigos 37 e 165, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992; 169, inciso V, 230, 238 e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que implemente processo específico e coordenado de elaboração dos planos nacionais, regionais e setoriais, que permita o aprimoramento da integração intersetorial e federativa no processo de planejamento do governo federal de sorte a promover a articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos planos plurianuais do nível federal e entes subnacionais e a assegurar a eficiência do gasto governamental.

II) **Orientar** a Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União para que:

a) considere as informações deste Relatório Sistêmico de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com recorte Nordeste (Fisc Nordeste) na definição da estratégia de controle externo para as unidades do TCU, em especial, para as unidades localizadas nos estados do Nordeste, de forma a priorizar ações de controle que fortaleçam abordagem integrada das políticas públicas e dos programas governamentais relacionados ao enfrentamento dos desafios apresentados neste relatório sistêmico;

b) avalie a conveniência e a oportunidade de coordenar a atuação das diversas secretarias do TCU que possuem, em sua clientela, instituições governamentais cuja atuação tenha impacto significativo na política de desenvolvimento regional, de forma a possibilitar acompanhamento das ações governamentais de forma integrada;

c) aumente as ações de monitoramento das fiscalizações realizadas;

d) dê ampla divulgação a esse relatório; e

e) promova a articulação de uma plataforma de diálogo permanente, entre os diversos atores (governamentais e não governamentais) que atuam na região Nordeste, por meio da criação de uma rede interinstitucional, que permita a discussão e a busca de soluções para os problemas identificados nesse relatório.

7. CONCLUSÃO

Este relatório sistêmico ao focar no tema desenvolvimento, se concentra em consolidar o panorama dos desafios da Região Nordeste, analisar a governança estatal, retratar os recursos públicos a ela destinados no período de 2000 a 2014, exemplificar deficiências na atuação estatal e refletir acerca da atuação do controle.

Ao tratar do panorama da região, constata-se que o Nordeste é a segunda região mais populosa do país, com 27,66% da população total, e ocupa 18,25% do território nacional. Uma parte significativa da região integra o Semiárido, que abrange oito dos nove estados, possuindo como características os baixos índices pluviométricos e o histórico de dificuldades econômico-sociais provocadas por períodos de seca. Em 2010, 12% da população brasileira habitava o Semiárido.

Da análise de um conjunto de indicadores selecionados com a finalidade de fornecer uma visão geral do Nordeste (desenvolvimento humano, renda, desigualdades, educação e saneamento básico), observam-se avanços nos índices calculados entre os anos de 2000 e 2010, mas que não foram suficientes para alterar o fato de que a região e seus estados integrantes estão, quase sempre, posicionados em patamar inferior à média nacional e aquém de regiões mais desenvolvida do país.

Em 2013, o Nordeste alcançou um PIB de R\$ 723 bilhões, ocupando o terceiro lugar entre as regiões do país. Enquanto isso, a Região Sudeste, primeira colocada, alcançou o montante de R\$ 2,94 trilhões, que representa cerca de quatro vezes o PIB nordestino. Com relação ao PIB *per capita*, merece atenção o fato de todos os estados do Nordeste ocuparem as últimas posições nesse indicador (17º a 19º e 22º a 27º colocados).

Quanto aos desafios para o desenvolvimento sustentável da região, os Panoramas estaduais identificaram 181 desafios. Ao se associar estes desafios aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constantes da *'Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável'* das Nações Unidas, despontam como mais representativos os relacionados às seguintes áreas: Indústria, Inovação e Infraestrutura (40 desafios); Paz, Justiça e Instituições Eficazes (34 desafios); Trabalho Decente e





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Crescimento Econômico (29 desafios); Cidades e Comunidades Sustentáveis (21 desafios); Educação de Qualidade (20 desafios); Água Potável e Saneamento (18 desafios) e Saúde e Bem-Estar (15 desafios).

Avaliando-se o montante de recursos públicos destinados ao Nordeste no período de 2000 a 2014, incluindo as transferências governamentais, a receita de geração própria e as operações de crédito, constata-se que a parcela mais representativa dos recursos da região advém das transferências obrigatórias, representando 44% do valor total.

No que se refere à governança da atuação estatal em prol do desenvolvimento sustentável da região verificou-se que a baixa governança estatal não permite atuação estratégica e ágil capaz de conduzir a articulação e a ação governamentais de forma coordenada, coerente e efetiva em prol do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste.

Ao observar a soma dos recursos disponíveis por região do país, percebe-se que o Nordeste ocupa a segunda posição, com 19,2% do total, abaixo apenas da Região Sudeste, que lidera o *ranking* nacional com 49,5% dos recursos. No entanto, tomando como referência a soma dos recursos *per capita*, a região ocupa o último lugar no país, com o equivalente apenas a 69% dos recursos *per capita* nacional. Destaca-se, ainda, o fato de a receita de geração própria *per capita* do Nordeste ser a menor entre todas as regiões. Ou seja, há desigualdades inter-regiões na disponibilidade de recursos de transferências obrigatórias, transferências discricionárias, operações de crédito e receita de geração própria, bem como forte participação dos benefícios assistenciais, previdenciários e trabalhistas na renda *per capita* dos cidadãos.

No tocante à ação estatal e do controle externo para suplantiar os desafios em prol do desenvolvimento sustentável da região, a baixa governança do desenvolvimento regional, em última instância, acarreta, entre outras: atrasos nas entregas para o cidadão; não monitoramento dos resultados alcançados; ações setoriais (transversalidade horizontal) e dos entes federativos (transversalidade vertical) desarticuladas; imputa alto esforço do controle externo *a posteriori*, sem, contudo, contribuir de fato em benefício para a sociedade.

Em síntese, tendo por base trabalhos realizados pelo TCU na avaliação da atuação governamental, conclui-se que o objetivo nacional de redução das desigualdades regionais, com especial atenção para a Região Nordeste, não vem sendo atingido, em virtude de problemas decorrentes da falta de atuação coordenada, sistêmica e com visão de longo prazo por parte dos órgãos governamentais. Faz-se necessária, portanto, a criação de um *locus* legítimo de diálogo e de discussão que promova a proposição e implementação de ações integradas capazes de gerar resultados efetivos e sustentáveis para a sociedade nordestina.

8. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

I - De forma a tratar as deficiências apontadas acerca da baixa governança estatal e seus impactos sobre a não atuação estratégica e ágil capaz de conduzir a articulação e a ação governamentais de forma coordenada, coerente e efetiva em prol do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, faz-se necessário:

I.1) Determinar à Casa Civil da Presidência da República, em articulação com os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Integração Nacional e com o apoio dos demais ministérios pertinentes e, quando cabível, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992; 169, inciso V, 230, 238 e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresente plano de ação com o objetivo de sanar falhas e inconsistências que impedem a efetividade de ações, políticas públicas, planos e programas para a redução das desigualdades regionais, eliminando as seguintes lacunas:

a) ausência de regionalização de indicadores, objetivos e metas nos programas governamentais que integram o Plano Plurianual do Governo Federal 2016-2019 e que impactam significativamente o nível de desenvolvimento das regiões brasileiras, comprometendo o





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

estabelecimento e o monitoramento de uma estratégia consistente para redução das disparidades regionais;

b) ausência de processo específico e coordenado de elaboração dos planos nacionais, regionais e setoriais que permita o aprimoramento da integração intersetorial e federativa no processo de planejamento do governo federal de sorte a promover articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos Planos Plurianuais do nível federal e dos entes subnacionais;

c) ausência do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) formalmente aprovado por lei e concebido por meio de um processo de planejamento participativo e de articulação eficaz, que compreenda programas, projetos e ações e defina metas para as políticas públicas federais relevantes para o desenvolvimento da região, conforme preconiza a Lei Complementar (LC) 125/2007;

d) ausência de um processo sistematizado de avaliação dos programas e das ações do Governo Federal na Região Nordeste, conforme preconiza a LC 125/2007;

e) ausência de estratégias para institucionalização de um planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado e integrado com visão de longo prazo, conforme preceitua a Constituição Federal, art. 174, § 1º e art. 165, § 4º; e

f) os sistemas de informação do governo não permitem que se identifique de forma regionalizada a destinação de recursos para os entes federados para fins de transparência, monitoramento e avaliação.

A construção do plano de ação deve considerar, necessariamente, os seguintes aspectos:

i) áreas prioritárias e mecanismos de articulação;

ii) métricas para redução de desigualdades;

iii) monitoramento e avaliação em relação a entregas e resultados;

iv) estudos técnicos para a tomada de decisão com base em evidências e melhores práticas;

v) visão de longo prazo com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

vii) criação de uma plataforma de diálogo permanente entre os diversos atores (governamentais e não governamentais) que atuam na região Nordeste, por meio de uma rede interinstitucional; e

vi) ações integradas de curto, médio e longo prazo, com devida matriz de responsabilidade.

I.2) Informar à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra) da Câmara dos Deputados e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, aos governos dos estados do Nordeste, às casas legislativas estaduais e aos Tribunais de Contas dos Estados correlatos que a operacionalização precária do Conselho Deliberativo (Condel) da Sudene tem agravado a desarticulação entre os atores federativos prejudicando a implementação das políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste e a complementaridade dessas políticas com as políticas setoriais estaduais.

I.3) Determinar à Casa Civil da Presidência da República, com o apoio do Ministério da Integração, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992; 169, inciso V, 230, 238 e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e considerando as prerrogativas da Lei 10.683/2003, alterada pela Lei 12.462/2011, art. 2º, inciso I, alínea 'a', que adote as providências de sua competência para operacionalizar, de forma adequada, o funcionamento do Conselho Deliberativo (Condel) da Sudene e informe ao Tribunal, em até 60 (sessenta) dias, as medidas adotadas, tendo em vista os efeitos negativos que a ausência de funcionamento regular dessa instância de articulação tem sobre a integração das políticas de desenvolvimento para o Nordeste, em conformidade com os termos do art. 10 da Lei Complementar 125/2007.

II - De forma a tratar as deficiências apontadas acerca das desigualdades na disponibilidade de recursos de transferências obrigatórias, transferências discricionárias, operações de crédito e receita de geração própria, bem como na distribuição de benefícios assistenciais, previdenciários e trabalhistas, a fim de garantir a eficiência do gasto governamental, nos termos do art. 37 da Constituição Federal de 1988, faz-se necessário:





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

II.1) Determinar à Casa Civil da Presidência da República, em articulação com os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Integração Nacional e com o apoio dos demais ministérios pertinentes e, quando cabível, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992; 169, inciso V, 230, 238 e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresente plano de ação com o objetivo de garantir a eficiência do gasto governamental associado a ações, políticas públicas, planos e programas para a redução das desigualdades regionais, que contemple, necessariamente, os seguintes aspectos:

a) medidas de desenvolvimento sustentável no médio e longo prazo da produtividade e competitividade regional, de maneira a reduzir a forte dependência dos entes federativos subnacionais (Estados e municípios) em relação aos recursos públicos federais;

b) a identificação das causas e de possíveis soluções para combater o desequilíbrio na disponibilidade de recursos *per capita* (transferências discricionárias e obrigatórias, receita de geração própria e operações de crédito), vez que, de 2000 a 2014, não se verificou equilíbrio nessas disponibilidades e que as desigualdades na distribuição, inter e intra-regiões, das operações de crédito que se utilizam de recursos públicos, no período de 2000 a 2014, podem acentuar as desigualdades regionais; e

c) ações de desenvolvimento sustentável no médio e longo prazo da renda *per capita* da região, de forma a reduzir a forte participação dos benefícios assistenciais, previdenciários e trabalhistas na renda *per capita* dos cidadãos nordestinos.

III - Determinar à Casa Civil, com fundamento nos artigos 37 e 165, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992; 169, inciso V, 230, 238 e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que implemente processo específico e coordenado de elaboração dos planos nacionais, regionais e setoriais, que permita o aprimoramento da integração intersetorial e federativa no processo de planejamento do governo federal de sorte a promover a articulação e sinergia das políticas públicas estabelecidas no âmbito dos planos plurianuais do nível federal e entes subnacionais e a assegurar a eficiência do gasto governamental.

IV - Orientar a Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União para que:

a) considere as informações deste Relatório Sistemático de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com recorte Nordeste (Fisc Nordeste) na definição da estratégia de controle externo para as unidades do TCU, em especial, para as unidades localizadas nos estados do Nordeste, de forma a priorizar ações de controle que fortaleçam abordagem integrada das políticas públicas e dos programas governamentais relacionados ao enfrentamento dos desafios apresentados neste relatório sistêmico;

b) avalie a conveniência e a oportunidade de coordenar a atuação das diversas secretarias do TCU que possuem, em sua clientela, instituições governamentais cuja atuação tenha impacto significativo na política de desenvolvimento regional, de forma a possibilitar acompanhamento das ações governamentais de forma integrada;

c) aumente as ações de monitoramento das fiscalizações realizadas;

d) dê ampla divulgação a esse relatório; e

e) promova a articulação de uma plataforma de diálogo permanente, entre os diversos atores (governamentais e não governamentais) que atuam na região Nordeste, por meio da criação de uma rede interinstitucional, que permita a discussão e a busca de soluções para os problemas identificados nesse relatório.”

2. As conclusões do titular da Cosocial, acima transcrita, divergiram parcialmente daquelas assinaladas pela Secex/PE, encarregada da condução dos trabalhos, que apresentou a proposta de mérito a seguir transcrita:

“7.1. Dar ciência aos Órgãos que exercem funções de Centro de Governo (Casa Civil; Secretaria de Governo da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Presidência da República; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Ministério da Fazenda), à Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) acerca das falhas a seguir indicadas, que comprometem a efetividade da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o alcance do objetivo constitucional de redução das desigualdades regionais, com especial atenção para a região Nordeste, e que carecem de visão sistêmica e de tratamento integrado no âmbito do Poder Executivo:

a) Reduzida capacidade de integração intersetorial no processo de planejamento do governo federal; ausência de um plano nacional de desenvolvimento e de um processo específico e coordenado de elaboração dos planos nacionais, regionais e setoriais; existência de planos regionais e setoriais em execução no Poder Executivo Federal não aprovados por lei (Relatório e Parecer Prévio Sobre as Contas do Governo da República Exercício de 2013, item 6.1 e respectivos subitens);

b) Caracterização imprecisa dos problemas que a PNDR almeja resolver e ausência de objetivos, com metas quantificadas e prazos de realização; ausência de mecanismos de coordenação interministerial e federativa, que permitam uma melhor articulação de programas e ações da União, dos estados e dos municípios em torno dos objetivos de redução das disparidades regionais; ausência de avaliações sistemáticas da PNDR e dos fundos constitucionais de financiamento (Relatório, Voto e Acórdão 3.564/2014 – TCU – Plenário, TC 033.934/2011-8);

c) Ausência de um Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), formalmente aprovado por lei e concebido por meio de um processo de planejamento e de articulação eficaz, com a participação da Sudene, dos Ministérios e dos governos estaduais, que compreenda programas, projetos e ações e defina metas para as políticas públicas federais relevantes para o desenvolvimento da região; ausência de um processo sistematizado de avaliação dos programas e das ações do governo federal na região Nordeste; ausência de reuniões regulares do Conselho Deliberativo da Sudene (Relatório, Voto e Acórdão 2.297/2010 – TCU – Plenário, TC 002.215/2010-1 e TC 019.092/2013-0).

7.2. Recomendar à Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União que:

a) considere as informações deste Fisc Desenvolvimento – Recorte Nordeste na definição da estratégia de controle externo para as unidades do TCU, em especial, para as unidades localizadas nos estados do Nordeste, de forma que as ações de controle a serem executadas possam abranger as políticas e os programas governamentais relacionados ao enfrentamento dos desafios apresentados neste relatório sistêmico;

b) avalie a conveniência e a oportunidade de coordenar a atuação das diversas secretarias do TCU que possuem, em sua clientela, instituições governamentais cuja atuação tenha impacto significativo na política de desenvolvimento regional, de forma a possibilitar a construção de uma estratégia integrada de controle.

7.3. Encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida:

a) aos órgãos que exercem funções de Centro de Governo: Casa Civil; Secretaria de Governo da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Ministério da Fazenda);

b) ao Ministério da Integração Nacional;

c) à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);

d) ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB);

e) à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra);

f) aos governos dos estados de Alagoas, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí;





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

g) às Secretarias de Controle Externo nos estados de Alagoas (Secex-AL), Bahia (Secex-BA), Sergipe (Secex-SE), Pernambuco (Secex-PE), Paraíba (Secex-PB), Rio Grande do Norte (Secex-RN), Ceará (Secex-CE), Maranhão (Secex-MA) e Piauí (Secex-PI);

h) às Coordenações-Gerais de Controle Externo da Área Social e da Região Nordeste (Cosocial) e Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Desenvolvimento Nacional e da Região Norte (Codesenvolvimento).

7.4. Encerrar o presente processo, com fundamento no inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU.”

É o relatório.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

VOTO

Trata-se de Relatório Sistêmico de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com ênfase no Nordeste brasileiro (Fisc Nordeste).

2. A auditoria, de natureza operacional, teve como objetivo *“produzir um diagnóstico sistêmico sobre a região Nordeste e as políticas de desenvolvimento a ela destinadas; além de apresentar o panorama da Região, contemplando uma visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento, bem como uma síntese do conjunto de ações de controle relevantes realizadas na Região”*.

3. Estes autos contemplam a consolidação de levantamentos de auditoria em cada um dos estados da Região (denominados *“Panoramas dos Estados”*), todos já relatados em processos individualizados, além de recortes de outros trabalhos realizados pelo Tribunal, em especial do *“Levantamento sobre fontes de financiamento regional”*, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, da *“Auditoria no Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego (Pronatec)”*, de relatoria da Ministra Ana Arraes, e da *“Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) sobre Segurança Hídrica”*, de relatoria do Ministro Bruno Dantas.

4. Destaco, ainda, a realização, em junho de 2016, de evento de Diálogo Público, intitulado *“Nordeste 2030 – Desafios e Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável”*, com a participação de todos os governadores dos estados nordestinos, que objetivou apresentar a visão de diversos atores acerca dos desafios regionais e das possíveis soluções para a sustentabilidade local.

5. O mérito do trabalho ora apresentado reside na compilação de dados e informações relevantes para a tomada de decisões, não apenas pelos formuladores de políticas públicas, mas também pelos órgãos de controle, a partir do melhor conhecimento do universo em que se inserem suas várias dimensões. Em um mesmo documento, encontram-se referências sobre: a *“Visão Geral da Região Nordeste”*; os *“Desafios para o desenvolvimento do Nordeste”*; a *“Governança da atuação estatal em prol do desenvolvimento sustentável da Região”*; a *“Disponibilidade de recursos de transferências obrigatórias, transferências discricionárias, operações de crédito e receitas de geração própria”*; e a *“Ação estatal e do controle externo para suplantar os desafios em prol do desenvolvimento sustentável da região”*.

6. Não pretendo repisar neste voto, sob o risco da prolixidade, todas questões já transcritas no relatório. Discorrerei apenas sobre alguns aspectos que considero que merecem destaque. O primeiro deles é a ausência de integração entre as ferramentas governamentais utilizadas para o direcionamento do desenvolvimento da Região Nordeste, inclusive com o descumprimento de preceitos legais aplicáveis à espécie.

7. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, instituída pela Lei Complementar (LC) 125/2007, integra, nos termos de seu art. 1º, o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, que, nos termos da Lei 10.180/2001, tem, dentre suas finalidades, *“formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social”*. A LC 125/2007 conferiu à Sudene a competência para *“formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a política nacional de desenvolvimento regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais”*. O mesmo diploma criou o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), como um instrumento de redução das desigualdades regionais, o qual deveria compreender os programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas econômicas e sociais do Nordeste, com as respectivas fontes de financiamento.

8. Por evidente que o PRDNE deveria guardar perfeita sintonia com o Plano Plurianual (PPA), sob o risco do desalinhamento das diretrizes, objetivos e metas a serem alcançados. Aliás, o art. 165, § 1º, da Constituição Federal, expressamente consignou que o PPA os estabeleceria de forma regionalizada.

1





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

9. Nessa toada, a LC 125/2007 previu, em seu art. 13, § 3º, que o PRDNE terá vigência de quatro anos, será revisado anualmente, tramitará juntamente com o PPA e será submetido ao Congresso Nacional. Essa foi a forma encontrada pelo legislador para potencializar a harmonização dos Planos. Ocorre que: (i) o PRDNE atualmente em vigor não foi encaminhado ao Congresso Nacional; (ii) o PPA 2016-2019 tramitou desacompanhado de uma versão atualizada do PRDNE; (iii) o próprio PPA, de forma contrária ao que determina a Carta Magna, não regionaliza as diretrizes, objetivos e metas para todos seus programas.

10. A ausência de estabelecimento de indicadores regionalizados, no PPA, é desfavorável às regiões já usualmente desassistidas, uma vez que inexisterão esforços próprios e específicos voltados para a elevação de seus padrões. Ante essa indefinição prévia, os números estabelecidos no PPA podem vir a ser alcançados, em diversas situações, simplesmente a partir da manutenção do **status quo** vigente. Tome-se, como exemplo, o Programa “2080 – Educação de qualidade para todos”, e, também de forma exemplificativa, o Objetivo “1008 – Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024”. Listo, a seguir, algumas de suas “Metas 2016-2019”:

a) “04K7 – Realizar 400 mil novas matrículas em programas de formação inicial de professores para a educação básica, em consonância com o disposto na Meta 15 do Plano Nacional de Educação”;

b) “04K8 – Ampliar gradualmente de 90 mil para 120 mil o número de bolsas ofertadas anualmente pelo programa de iniciação à docência visando à promoção da qualidade da formação docente”;

c) “04K9 – Ofertar 115 mil novas matrículas em cursos de pós-graduação (especializações e mestrados profissionais) ofertados nas modalidades a distância e semipresencial, destinados a professores da educação básica, em consonância com o disposto na Meta 16 do Plano Nacional de Educação”;

d) “04KA – Apoiar a oferta de 1,2 milhão de vagas em cursos de formação continuada para professores, demais profissionais da educação e gestores, em colaboração com os sistemas de ensino, em consonância com o disposto na Meta 16 do Plano Nacional de Educação”;

e) “04KB – Apoiar a oferta de 365 mil vagas em cursos de formação continuada para professores, demais profissionais da educação, gestores e membros da comunidade escolar nas modalidades e temas da diversidade e inclusão, em colaboração com os sistemas de ensino e em consonância com o disposto na Meta 16 do Plano Nacional de Educação”.

11. Na ausência de metas regionais estabelecidas no PPA para o “Programa 2080” e o “Objetivo 1008”, pergunta-se: quantas, das matrículas em programas de formação, de pós-graduação e de bolsas ofertadas para professores, deverão se dar na Região Nordeste? Infelizmente, o indutor máximo das políticas públicas nacionais, o Plano Plurianual, não apresenta essa resposta.

12. Não por acaso, selecionei, para exemplificar a questão, um programa associado à função Educação. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, na dimensão Educação (IDHM Educação), mostra que, em 2010, todos os estados da Região Nordeste apresentavam índices inferiores à média nacional, apesar de registrarem, nos últimos 20 anos, variações positivas significativamente superiores à média brasileira. O melhor IDHM Educação da Região Nordeste, apresentado pelo Ceará, foi de 0,615, e o pior, de Alagoas, de 0,520, quando a média nacional era de 0,637.

13. É indiscutível o poder transformador da educação. Somente aquele que não é capaz de enxergar o custo da ignorância a considera cara. Como dizia Paulo Freire, “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

14. Hoje, o analfabetismo, no Brasil, encontra-se perto de 8% e o analfabetismo funcional (pessoas de 15 anos ou mais de idade que tiveram menos de quatro anos completos de estudo formal, conforme conceito adotado pelo IBGE), próximo a 17,1% (PNAD, 2015). Em outras palavras,





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

somados os analfabetos e analfabetos funcionais, pode-se afirmar que praticamente um, em cada quatro brasileiros com mais de 15 anos de idade, possui condições limitadas de leitura, assimilação e crítica de textos simples.

15. Se o quadro nacional parece ruim, no Nordeste é desalentador: o analfabetismo é de 16,2% (mais do dobro da média nacional) e os analfabetos funcionais chegam a 27,1% (PNAD, 2015). Daí, é fácil ver que aproximadamente 43% da população nordestina com mais de 15 anos de idade não possuem condições de alavancar qualquer processo associado ao desenvolvimento, no mundo contemporâneo.

16. O Nordeste concentra cerca de 50% dos analfabetos do País, ainda que sua população corresponda a pouco mais de 27% dos brasileiros.

17. De forma comparativa, o Nordeste apresentava, em 2014, também, a menor “*escolaridade média*” da população e os piores “*índices de desenvolvimento da Educação Básica*”, nos segmentos “*Ensino Fundamental – anos iniciais*” e “*Ensino Fundamental – anos finais*”, além do segundo pior desempenho no segmento “*Ensino Médio*”.

18. Não por outro motivo, os levantamentos de auditoria apontaram a formação deficiente de capital humano para ocupar os postos de trabalho exigidos pelas atividades econômicas desenvolvidas na Região. De forma impiedosa, perpetua-se, no Nordeste, a prática da importação de mão-de-obra qualificada para a ocupação de empregos melhor situados na escala de valorização profissional, e da alocação do pessoal local em postos de serviço de menor atratividade.

19. Como resultado, conforme dados da PNAD 2015, dentre todas as regiões brasileiras, o Nordeste apresentou o maior nível de desigualdade entre salários.

20. Ao tratar do tema Desenvolvimento Regional, no Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República relativas ao exercício de 2012, o TCU já havia assinalado que, “*de forma geral, os indicadores, os objetivos e as metas dos programas não refletiam a preocupação com as disparidades regionais em setores com impacto decisivo sobre o nível de desenvolvimento das regiões*”, e que “*apesar da crescente destinação de recursos federais ao longo de várias décadas, as disparidades regionais têm se mantido em patamares bastante elevados, configurando um quadro de persistente desequilíbrio no desenvolvimento socioeconômico brasileiro*”.

21. Como assinalou a equipe de fiscalização, em 2012 o Tribunal já havia destacado a existência de “*reduzida capacidade de integração intersetorial nos processos de planejamento governamental, e, por conseguinte, nos planos e programas, inclusive no próprio PPA. (...) a atuação fragmentada tem implicado a perda de eficiência e a minimização dos resultados, o que é especialmente relevante e grave em políticas públicas cuja natureza é intrinsecamente multissetorial, como ocorre com o desenvolvimento regional*”.

22. As deficiências ou omissões nos planos de planejamento governamentais concorrem para a ausência de complementaridade das ações pretendidas pelas diversas esferas de governo. A falta de explicitação de metas regionais no PPA, de forma clara e objetiva, não auxilia aos governos locais na definição de suas estratégias, a partir das prioridades e resoluções de âmbito nacional.

23. Como assinalou a Coordenação-Geral de Controle Externo da Área Social e da Região Nordeste (Cosocial), a ausência de regionalização do PPA federal:

“i) não dá transparência para o processo de destinação dos recursos públicos federais;

ii) sinaliza risco de os recursos não estarem sendo direcionados com base em diagnósticos prévios que demonstrem as reais necessidades de intervenção da política pública ou, ainda, mesmo existindo, esses diagnósticos não estão sendo utilizados como critério para definição de metas aplicáveis à realidade que sintetizam;

iii) impacta a total integração das políticas, quer seja das iniciativas nas diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal), quer seja entre políticas mesmo em nível federal;

iv) reforça a perpetuação dos déficits institucionais e desigualdades existentes.”

24. Ao lado do pilar educacional, a área de Ciência e Tecnologia (C & T) poderia representar uma opção para a alavancagem do desenvolvimento nordestino. Não obstante, também em relação a





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

ela, o PPA é omissivo no que se refere à regionalização das metas. Tome-se como exemplo o Programa “2079 – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços”, Objetivo “1038 – Promover a inovação nas empresas, o estímulo à P&D e a qualificação profissional”. As metas para o período 2016-2019 são:

- “043O – Conectar 600 negócios nascentes inovadores (startups) a investidores e grandes empresas”
- “043P – Atrair ao Brasil 34 centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I)”

25. Não há explicitação de qualquer desafio relacionado à Região Nordeste. A permanecer a inércia que guia a história político-econômica do País, haverá uma tendência natural de concentração dos **startups** e dos centros de P, D & I no Sul e Sudeste brasileiros.

26. Aliás, os números relativos aos dispêndios realizados pelos governos estaduais em C & T justificam, à saciedade, a existência de ações de fomento do governo federal: os recursos aplicados pelos governos dos estados nordestinos correspondiam, em 2013, a apenas 10,2% do total dos recursos aplicados na área pelos diversos governos estaduais do Brasil.

27. Apesar de ocupar a 3ª posição no ranking das regiões do País com maiores dispêndios estaduais em C & T, o exame criterioso revela que os números da Região Nordeste, também neste setor vital ao desenvolvimento, são extremamente desfavoráveis: do ponto de vista de dispêndios **per capita** realizados pelos governos estaduais em C & T, o Nordeste situa-se na última colocação, como se demonstra: Sudeste, R\$ 125,3; Sul, R\$ 58,3; Centro-Oeste, R\$ 43,0; Norte, R\$ 35,3 e Nordeste, R\$ 27,4.

28. Neste mister, o relatório de fiscalização assinala como positiva a existência do Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Brasileiro (PCTI/NE), elaborado em 2014 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), com a participação de especialistas e instituições vinculadas ao tema, sob supervisão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com objetivos estratégicos e metas para o horizonte de 2034. É necessária, no entanto, a realização de esforços de articulação para que a realidade do PCTI/NE não o transforme em apenas mais um plano, dentre os diversos já existentes, com metas, indicadores e diretrizes próprias, que não repercutem em outros instrumentos de planejamento governamental, nas diferentes esferas. Aliás, o próprio PCTI/NE ressalta a necessidade “do estabelecimento de espaço de diálogo entre o MCTI, os governos estaduais e o conjunto das agências de fomento, além das instâncias de políticas públicas essenciais a sua implementação”.

29. A ausência de políticas educacionais e de P, D & I mais efetivas traduz-se no enfraquecimento das economias locais, na ausência de capacidade de geração de receitas próprias e na dependência dos estados nordestinos de transferências de recursos interfederativos. No período compreendido entre os anos 2000 e 2014, apenas 35% dos recursos manejados pelos estados do Nordeste originaram-se de receitas próprias. A Região valeu-se, em primeiro lugar, das transferências obrigatórias, que representaram 44% de todos seus recursos, colocando-a em situação de extrema dependência da arrecadação federal. A geração de receita própria **per capita**, do Nordeste, foi a pior dentre as cinco regiões do País e ficou, no mínimo, 50% abaixo dos valores das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

30. Ainda com relação às fontes de recursos, é importante destacar a assimetria dos números relacionados às operações de crédito, quando comparada a Região Nordeste às demais. Embora em termos absolutos o Nordeste tenha recebido o terceiro maior aporte de recursos advindos de operações de crédito junto aos bancos públicos federais, atrás apenas das regiões Sudeste e Sul, o montante ainda é bastante reduzido, considerando-se que o Nordeste responde por aproximadamente 27% da população brasileira. Enquanto o Centro-Oeste, Sudeste e Sul ostentam, respectivamente, valores **per capita** de R\$ 15.253,00, R\$ 12.250,00 e R\$ 13.045,00, o Nordeste recebeu, **per capita**, em operações de crédito, apenas R\$ 6.697,00, no período de 2000 a 2014.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

31. Considerando que as operações de crédito destinam-se, em geral, ao atendimento do setor produtivo, com a geração de emprego e renda, ou ao atendimento de necessidades sociais, como a habitação e o saneamento urbano, vê-se a perpetuação da desigualdade. É certo que as deficiências associadas à educação e à C&T podem, em parte, responder pelo menor aporte de operações de crédito ao Nordeste, a partir da ausência de projetos suficientemente maduros para possibilitar a liberação de recursos. Cria-se, então, um ciclo vicioso, em que as deficiências estruturais contribuem para a redução de bons projetos; a inexistência de bons projetos obsta a liberação de recursos; e a ausência de recursos agrava as deficiências estruturais. Esse ciclo precisa ser rompido.

32. Em outra vertente, é de grande relevância a constatação de que as operações de crédito contratadas para a Região Nordeste no período 2000-2014, com recursos do FGTS, FAT e Tesouro Nacional, tiveram razoável concentração em municípios situados nas classes de IDHM mais elevadas. Considerando-se a classificação do IDHM, os recursos do FGTS, do FAT e do Tesouro Nacional alocados aos municípios situados nas classes “Alto” e “Médio” corresponderam, respectivamente, a 89%, 71% e 61% de seu total, em detrimento dos municípios classificados nas classes “Baixo” e “Muito Baixo”. Assim, além de a Região Nordeste dispor de um menor volume de recursos advindos de operações de crédito, significativa parcela daqueles captados é destinada a municípios mais desenvolvidos.

33. Disso, constata-se que, além de não estarem sendo espancadas as desigualdades regionais, estão sendo alimentadas disparidades inter-regionais.

34. Em outra grande demonstração da desigualdade existente, registro que, em 2014, o PIB **per capita** da Região Nordeste foi de aproximadamente apenas 50% do PIB **per capita** nacional. A região alcançou a pior classificação, dentre as cinco do País. Do ponto de vista individualizado, as seis últimas posições do ranking foram ocupadas por estados que a integram. E dos dez últimos, apenas um estado não era da Região Nordeste. Nenhum dos estados da região apresentou PIB **per capita** superior a 60% da média nacional.

35. Por outro lado, o Nordeste possui a maior proporção de benefícios federais (assistenciais, previdenciários e trabalhistas) em relação ao PIB, cerca de 30,6%, quando a média das demais regiões é de 12,7%. Em algumas microrregiões, o recebimento de benefícios supera 50% do PIB local. Na mesma toada, os benefícios do Programa Bolsa Família (BPF) correspondem, no Nordeste, a 4,2% de seu PIB, quando nas demais regiões essa proporção é de 3%. Em determinadas microrregiões nordestinas, a proporção alcança assustadores 11%. Os vinte municípios do Brasil mais dependentes de benefícios federais localizam-se, todos, na Região Nordeste.

36. Assim, conquanto exista um fluxo financeiro direcionado à Região Nordeste, com indiscutível repercussão na vida de pessoas mais carentes, o assistencialismo continua se sobrepondo à efetiva existência de políticas que suportem a geração de emprego e renda.

37. Lembro que a redução das desigualdades regionais constitui-se como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 3º, inciso III, da Constituição Federal. Esse valor, que se constitui em princípio superior, é de clareza meridiana quanto à ideia de que o crescimento da economia nacional e os progressos sociais dela advindos somente são aceitáveis quando se expressam como um todo, no conjunto da diversidade nacional, e não de forma isolada, no âmbito de algumas regiões.

38. A perpetuação dos desequilíbrios entre as diversas regiões do País, analisada à luz dos dados que desnudam a destinação dos recursos públicos carreados para cada uma delas, me leva a concluir que não esteja ocorrendo um efetivo esforço em prol do cumprimento do que dispôs a Carta Magna.

39. No entanto, as questões trazidas pela equipe de fiscalização, a exemplo da ausência de coordenação e complementaridade nos planos de desenvolvimento nacionais e da indefinição de indicadores regionais, embora possam, em alguma medida, estar dificultando a implementação de ações específicas, não podem ser consideradas como causadoras das enormes disparidades que colocam o Nordeste em situação de inferioridade em relação às demais regiões brasileiras.





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

40. As desigualdades regionais e os flagelos por ela impostos não decorrem, infelizmente, de demandas meramente técnicas. São o resultado de uma história marcada pela falta de vontade política na implementação de soluções reais, e não de meros paliativos. Quando a vontade política existe, os entraves são identificados e abrem-se espaços para a resolução das questões técnicas, por mais complexas que sejam.

41. Tome-se o exemplo da insuficiência hídrica do Nordeste brasileiro. Há centenas de anos, as políticas públicas emergenciais vêm se sobrepujando àquelas que buscam uma maior sustentabilidade, com redução da vulnerabilidade às secas. A concepção keynesiana de geração de trabalhos e fluxos de renda, sob a forma de frentes de serviço, vigoraram no Brasil até o final da década de 1980. A construção de reservatórios e açudes menores, em cooperação com particulares, nunca se mostrou suficiente para o incremento da economia local, em face da incerteza da existência de suficiência hídrica para abastecê-los.

42. Somente no ano de 2005, veio o patrocínio político necessário para a implementação de uma solução que pode vir a nutrir a economia local, de forma adequada e duradoura. A transposição do Rio São Francisco é uma ideia que remonta ao tempo do Império, mas que, lamentavelmente, não foi seriamente discutida por mais de uma centena de anos.

43. Neste ponto, destaco que as vicissitudes inerentes à execução das obras de transposição não podem servir de argumento contrário à sua implementação. No caso concreto, houve a resolução política para o enfrentamento de um grande problema regional, de dimensões nacionais, mas não foram tomados os cuidados técnicos necessários para sua realização, do que resultaram projetos deficientes, posteriormente alterados e adaptados, com extensão dos prazos e aumento dos custos inicialmente previstos, além de irregularidades outras, usualmente detectadas em obras públicas realizadas em nosso País.

44. Minha intenção, com o exemplo trazido, foi demonstrar que, somente a partir da construção de uma consciência política voltada para o enfrentamento das grandes questões, será possível ministrar-se remédios eficazes no combate às feridas que sustentam as disparidades regionais.

45. A redução das desigualdades demanda soluções que passem pela redefinição do pacto federativo e do sistema tributário. Apenas para exemplificar, na sessão de 29/03/2017 o TCU deliberou, de forma preliminar, sobre o TC 033.619/2016-6, que tratou de solicitação do Senado Federal para que esta Corte realize auditoria na dívida pública interna federal. Na instrução, então elaborada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), foram destacados alguns dados alarmantes: o refinanciamento das dívidas dos entes subnacionais, constante da Lei Complementar 148/2014, trouxe impacto, estimado em 2013, da ordem de R\$ 187,4 bilhões, montante da dívida dos entes subnacionais transformado em dívida da União. Desses, R\$ 113,6 bilhões foram em benefício do Estado e do Município de São Paulo, seguidos pelos Estados de Minas Gerais (R\$ 30,3 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 16,3 bilhões) e Rio de Janeiro (13,1 bilhões). Somados, esses cinco beneficiários responderam por 92,49% do total refinanciado. Da Região Nordeste, o maior refinanciamento foi em benefício do Estado de Alagoas, com 1,9 bilhão, o que correspondeu a 1% do valor total. Mesmo que se considerem as diferenças populacionais, os valores refinanciados revelam a desproporção: o refinanciamento **per capita** em prol de São Paulo (Estado + Município) foi de R\$ 2.525,47, ao passo que para Alagoas foi de R\$ 563,90.

46. Em outras palavras, todos os cidadãos da Federação, independentemente de onde residam, estão pagando as dívidas daqueles estados nominados.

47. De forma perversa, pune-se o mais prudente. Segundo critérios de avaliação do Tesouro Nacional, em junho de 2016, da Região Nordeste, apenas os estados de Sergipe e Alagoas apresentaram conceitos de situação fiscal inferior a “boa”. Por outro lado, das regiões Sudeste e Sul, somente o Espírito Santo alcançou essa classificação. Todos os demais estados ostentaram as classificações “fraca”, “muito fraca” ou “desequilíbrio”.

48. As políticas de conteúdo local também merecem especial atenção. É indiscutível sua relevância, no contexto em que se busca o maior desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Não





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

obstante, há que se ponderar que os efeitos causados por tais políticas afetam mais diretamente alguns dos entes federativos, sobretudo aqueles tipicamente caracterizados como “compradores” dos equipamentos fabricados, ao invés de “produtores”, uma vez que o natural aumento dos preços, inerente a tais políticas e, de forma imediata, prejudicial à população, não é sequer compensado por um aumento nos níveis de emprego ou de arrecadação local.

49. A mudança dos paradigmas que conduzem à existência da “Belíndia”, termo popularizado por Edmar Bacha para designar um país em que convivem as realidades paradoxais da Bélgica, pequeno e rico, e da Índia, imenso e pobre, passa por um efetivo engajamento dos diversos setores nacionais: (i) do meio político, para que sejam alcançadas formas mais paritárias na distribuição das riquezas, passando-se pelas tão ansiadas reformas fiscal e tributária, e mediante a apresentação de propostas legislativas que abracem, de forma realística, as necessidades do Nordeste brasileiro, inclusive quanto aos aportes prioritários de recursos nos setores educacional, de ciência e tecnologia e de infraestrutura; (ii) dos administradores públicos, pelo dever de diligência, da observância dos preceitos constitucionais prescritos no art. 37 da Carta Magna, da busca do aperfeiçoamento da gestão pública e da maximização de seus resultados; (iii) da sociedade, por meio do resgate dos valores morais que nos afastam de comportamentos inadequados, e da busca da justiça social, da solidariedade, da empatia e do repúdio a toda forma de corrupção.

50. A constatação da inoperância das políticas levadas a efeito para redução das desigualdades que assolam o Nordeste brasileiro torna premente que toda e qualquer ação, de alguma forma relacionada àquela Região, seja pautada pela consciência e competência, exercitada à luz dos princípios da transparência, da legalidade e da eficiência administrativa. Se o desperdício e a corrupção são mazelas inaceitáveis em qualquer contexto, mais graves se tornam quando relacionadas a situações de penúria e escassez. Se os recursos são poucos, melhores devem ser os planejadores, mais probos os administradores e mais atentos os fiscais.

51. Nesse ponto, considero oportuna a intensificação das ações de controle externo direcionadas à verificação da legalidade e legitimidade da aplicação dos recursos públicos que poderiam minorar as disparidades existentes. Essa é, em minha concepção, a melhor contribuição que o Tribunal de Contas da União pode oferecer à sociedade para o atingimento do desenvolvimento nacional, a partir da redução das desigualdades, como idealizado pelo art. 3º, inciso III, da Carta Magna: certificar-se de que cada centavo destinado às regiões desassistidas receba boa utilização.

52. Destarte, proponho determinar-se à Segecex que considere, na seleção das auditorias a serem realizadas, a priorização de trabalhos voltados à verificação da conformidade dos recursos aplicados em regiões ou microrregiões de baixo IDHM, abrangendo obras de infraestrutura, programas sociais, projetos aprovados por órgãos de fomento, transferências voluntárias e obrigatórias, e outros.

53. Quanto às propostas de encaminhamento formuladas nas instâncias técnicas, considero adequadas, em sua maioria, as sugestões da Cosocial. Deixo de efetuar, no entanto, a determinação sugerida no item II.1 de sua conclusão, por entender que as questões pontuadas são extremamente complexas, e ações realisticamente corretivas dificilmente poderão constar de um plano de ação elaborado no curto prazo, a exemplo da implantação de “ações de desenvolvimento sustentável no médio e longo prazo da renda *per capita* da região, de forma a reduzir a forte participação dos benefícios assistenciais, previdenciários e trabalhistas na renda do cidadão nordestino”.

Ante o exposto, voto por que seja adotado o acórdão que submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 7 de junho de 2017.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Relator

7





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TC 020.126/2015-8

Natureza: Relatório de Auditoria

Interessado: Tribunal de Contas da União

DECLARAÇÃO DE VOTO

Cumprimento o eminente Ministro José Múcio por este relevante processo, que submete o Levantamento sobre o tema “Desenvolvimento” com recorte da Região Nordeste (FiscNordeste) à apreciação deste Colegiado.

2. Nessa oportunidade, é apreciada a consolidação de todas as fiscalizações já julgadas em processos individualizados, além de excertos de outros trabalhos realizados pelo Tribunal, relatados pela Ministra Ana Arraes e pelos Ministros Raimundo Carreiro, nosso Presidente, e Bruno Dantas.

3. O tema, que me é caro, não poderia ser mais oportuno. No meu entender, é fundamental indicar caminhos para que a Região Nordeste possa alcançar e superar os patamares de desenvolvimento nacional e avançar na obtenção de crescimento de forma justa e sustentável, principalmente, no atual cenário de adversidades econômicas enfrentado por todos os países do mundo e, em especial, pela América Latina, cujos Estados têm vivenciado queda no ritmo de crescimento.

4. Tal situação é mais gravosa quando no âmbito de um País, como é o caso do Brasil, há significativos desníveis de crescimento entre os seus entes federativos. Muitos dos obstáculos ao atingimento da tão almejada igualdade regional, posso afirmar, têm origem, em ineficiências de gestão, a exemplo de insuficiências no tratamento de riscos e no gerenciamento de projetos, resultando em inapropriada execução de investimentos, em políticas públicas inadequadas e, na maioria das vezes, desarticuladas, como foi constatado nesses trabalhos.

5. Para superar esse conjunto de dificuldades, é importante a conscientização de que é necessária uma nova visão sobre os fatos, já que restou provado que as velhas receitas não funcionam.

6. Afinal, um padrão herdado de desigualdades sociais e regionais traz certa complexidade para ser alterado num curto intervalo de tempo. Relevante, portanto, a atuação desta Corte de Contas no sentido de induzir a correção das deficiências apontadas acerca da baixa governança estatal e de seus impactos sobre a não atuação estratégica e ágil capaz de conduzir articulação e ações governamentais de forma coordenada, coerente e efetiva em favor do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, nos moldes apresentados nas diversas determinações e recomendações submetidas ao descortino do Plenário nesta oportunidade.

7. Reafirmo que é nossa obrigação contribuir com soluções para esses desafios. Como afirmei no vídeo que gravei para o evento realizado em Fortaleza, intitulado “Nordeste 2030 – Desafios e Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável”, que teve a participação de todos os Governadores da Região, a dívida de nosso País com o





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nordeste não é pequena. Bem sabemos que as potencialidades daqueles Estados são imensas, só precisando ser alavancadas para proporcionarem elevação das condições sociais e econômicas da Região, por meio de ações que possibilitem um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

8. Como é do nosso conhecimento, a Região Nordeste é mais agredida e ao mesmo tempo menos preservada do Brasil. Ali é onde o desenvolvimento econômico e social estão por acontecer. Baixa ou pouca estrutura, com total desrespeito ao meio ambiente, desemprego, utilização dos recursos naturais de Água e do Solo, com pouca ou sem tecnologias apropriadas, estão tornando a grande seca de 7 anos de duração em fator preponderante para a atual desertificação, perda de 60% das lavouras e da produção pecuária, dizimando as atividades produtivas e levando à estagnação da economia regional.

9. Esses são fatores que nos obrigam constantemente a questionarmos, o que podemos fazer e como podemos contribuir para mudar situação tão desoladora. No Relatório condutor da matéria apreciada é assinalada como positiva a existência do Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Brasileiro (PCTI/NE), elaborado em 2014 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), com a participação de especialistas e instituições vinculadas ao tema, sob supervisão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com objetivos estratégicos e metas para o horizonte de 2034. Essa ação de governo é uma possibilidade de se buscar novas vocações de produção para a Região.

10. Como bem afirmou Sua Excelência, necessária, no entanto, a realização de esforços de articulação para que a realidade do PCTI/NE não o transforme em apenas mais um plano para Região. Para tanto, essa ação de fiscalização deve ser somente o primeiro passo. O monitoramento das determinações aqui propostas serão instrumentos para irmos além.

Com essas considerações, manifesto minha concordância com a proposta do eminente Ministro José Múcio, e parabênzo mais uma vez Sua Excelência, extensivo aos servidores e dirigentes das Secretarias de Controle Externo nos Estados de Alagoas (Secex-AL), Bahia (Secex-BA), Sergipe (Secex-SE), Pernambuco (Secex-PE), Paraíba (Secex-PB), Rio Grande do Norte (Secex-RN), Ceará (Secex-CE), Maranhão (Secex-MA) e Piauí (Secex-PI), bem como das Coordenações-Gerais de Controle Externo da Área Social e da Região Nordeste (Cosocial) e Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Desenvolvimento Nacional e da Região Norte (Codesenvolvimento).

AROLDO CEDRAZ
Ministro



Discurso e documento encaminhados à publicação



O SR. PAULO ROCHA (Bloco da Resistência Democrática/PT - PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, na qualidade de representante do povo do Pará e sensibilizado com o grito de socorro das lideranças comunitárias do município de Barcarena, trago a esta casa uma grave denúncia: a ameaça de rompimento das bacias de contenção de rejeito da indústria de alumina, instalada a 30 quilômetros de Belém, que hoje, inclusive, foi manchete no Jornal “O Liberal”.

Segundo as denúncias, o aumento das águas, nesse período de chuvas intensas em nossa região, está deixando as bacias de resíduos tóxicos na iminência de vazamento da lama vermelha e outros produtos químicos, que podem afetar os igarapés, rios, lagoas, o lençol freático e as matas do entorno do complexo industrial da Norks Hyrdro.

Segundo a senhora Maria do Socorro Silva, do povoado de Burajuba, líder de 112 comunidades, que representam 30 mil associados, já ocorreram vazamentos há duas semanas atrás, o que levou a empresa de origem norueguesa a colocar, às pressas, 500 sacas de areia em torno das bacias mais ameaçadas.

É grande o pânico entre as famílias da área, considerando que as bacias têm, em média, cerca de 30 metros de altura e um vazamento pode provocar o extermínio de pessoas e a destruição de casas, sítios e pequenos criatórios. O medo se justifica por conta do histórico de desastres ambientais que já causaram incalculáveis prejuízos à saúde humana, além de perdas materiais na região, como o que ocorreu em abril de 2009.

Naquela época os rejeitos industriais afetaram o rio Murucupi, contaminaram os seus afluentes e as nascentes daquela sub-bacia hidrográfica. As consequências imediatas foram o aparecimento de couceira na pele e cólicas intestinais em muitas pessoas. Houve também a matança de peixes, camarões e répteis. O Instituto Evandro Chagas constatou a contaminação das águas por soda cáustica, elemento químico usado na indústria de alumina.

A falta de filtros, logo nos primeiros anos de funcionamento da fábrica de alumínio, a Albrás (na época ligada à Vale), no início dos anos 90, provocou chuva ácida na região. O fluoreto liberado pelas chaminés em contato com as nuvens se transformavam em chuva ácida, causando sérios problemas para a saúde humana na comunidade de Curuperé, além de prejuízos para as plantações.

É bom lembrar que foi no porto de Barcarena que, em outubro de 2015, um navio afundou com 5 mil bois vivos e 700 toneladas de óleo diesel, causando uma tragédia incalculável e traumática não só para a população ribeirinha e para os moradores de Vila do Conde, mas também prejuízos e destruição para o meio ambiente e para as áreas social e econômica da região.

Para evitar um desastre semelhante ao que ocorreu em Mariana e afetou o Rio Doce, já encaminhei um pedido de investigação ao Ministério Público do Pará, através do Centro de Apoio às Promotorias de Meio Ambiente, e apelo ao Ministério do Meio Ambiente para que também se apure essa denúncia de iminência de rompimento das bacias de contenção de rejeito da alumina em Barcarena, e coloque a sua estrutura em ações preventivas.

Apelo também ao governador do Pará, Simão Jatene, para que acione imediatamente a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) a fim de acompanhar e agir antes que seja tarde e que venhamos a lamentar a perda de vidas humanas e a destruição do meio ambiente em torno do Distrito Industrial de Barcarena.

Era o que eu tinha a dizer.



Senador Paulo Rocha - Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno







Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2018

Requer revisão de despacho nos termos regimentais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2017, para que seja apreciado, também, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

AUTORIA: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº 1/2017

Requer revisão de despacho nos termos regimentais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2017, para que seja apreciado, também, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

SF/17451.69295-71

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos incisos I e XII do art. 90, combinado com o inciso IX do art. 104-C, todos do Regimento Interno do Senado Federal, seja redistribuído para análise, também, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2017, do Deputado Moses Rodrigues, que “*Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC*”, além da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), já constante do despacho inicial.

JUSTIFICAÇÃO

O objeto da proposição em tela foi pautado para análise pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), em 17 de setembro de 2015, onde foi decidido que o uso de extintor de incêndio em carros, caminhonetes, camionetas e triciclos de cabine fechada seria opcional e, portanto, não importaria em infração de trânsito.

A decisão daquele órgão máximo normativo e consultivo de trânsito entendeu, após considerações técnicas de suas câmaras temáticas e estudos (nacionais e internacionais), que apontaram que **os atuais veículos automotores de passeio possuem tecnologia com maior segurança contra incêndio**. Como a decisão observou estudos e análises de escopo técnico-tecnológico, não há como deixar de remeter a proposição para a CCT, de forma a contemplar, também, um olhar tecnológico para o objeto da proposição, que é de reinserir o extintor de incêndio como equipamento de uso obrigatório em veículos automotores.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2017.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
DEMOCRATAS/AP





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2018

Requer, nos termos dos incisos I e XII do art. 90, combinado com o inciso I do art. 99, do RISF, que o PLS 100/2017 seja redistribuído para análise, também, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

AUTORIA: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº 1/2017

Requer revisão de despacho nos termos regimentais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2017, para que seja apreciado, também, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos incisos I e XII do art. 90, combinado com o inciso I do art. 99, todos do Regimento Interno do Senado Federal, seja redistribuído para análise, também, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2017, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que “*Altera o art. 7º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para proibir a adoção de franquias de consumo na internet fixa*”, além da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), já constante do despacho inicial.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição, objeto de nosso Requerimento para redistribuição, contempla matéria de interesse do consumidor que contrata prestadora de serviço de internet de Banda Larga Fixa e, por conseguinte, de conteúdo indiscutivelmente econômico, visto que implica na contratação mais onerosa de dados para aqueles clientes que consumirem sua franquia mensal que, hoje, são obrigados a contratarem mais dados para manterem a mesma qualidade do serviço até o alcance da franquia contratada.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2017.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
DEMOCRATAS/AP





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2018

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de aplauso ao GRES Paraíso do Tuiuti, do Rio de Janeiro, que sagrou-se vice-campeão do carnaval 2018.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº DE 2018**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso Á Comunidade GRES Paraíso do Tuiuti em nome do Presidente da Escola senhor Renato Thor e do carnavalesco Jack Vasconcelos, a escola de samba propôs uma reflexão sobre os 130 anos da Lei Áurea e como a escravidão ainda permanece nos dias atuais, em diferentes maneiras e ângulos. A Tuiuti fez forte crítica a reforma trabalhista que foi implantada no ano passado pelo governo federal, marcou o desfile, e fez o sambódromo se levantar. Segundo o carnavalesco Jack Vasconcelos “Estamos falando de um sistema, de um conceito de exploração do trabalho que permanece até hoje. Precisamos quebrar essa corrente.”.

JUSTIFICAÇÃO

Quero fazer uma saudação a Paraíso do Tuiuti do Rio de Janeiro, que este ano, sagrou-se vice-campeã do Carnaval 2018.

A escola de samba propôs uma reflexão sobre os 130 anos da Lei Áurea e como a escravidão ainda permanece nos dias atuais, em diferentes maneiras e ângulos.





A Tuiuti fez forte crítica a reforma trabalhista que foi implantada no ano passado pelo governo federal, marcou o desfile, e fez o sambódromo se levantar.

Segundo o carnavalesco Jack Vasconcelos “Estamos falando de um sistema, de um conceito de exploração do trabalho que permanece até hoje. Precisamos quebrar essa corrente.”

Assim o carnavalesco Jack Vasconcelos descreveu o enredo:

Velha companheira de caminhada da Humanidade.

A ideia de superioridade, divina ou bélica, cobriu-a com o manto do poder.

Pela força ergueu impérios e sustentou civilizações.

Pela alienação justificou injustiças e legitimou a discriminação.

Ganhou nome quando escravos viraram ‘escravos’ nas mãos dos bizantinos.

Dominou mundo afora, invadiu terras adentro, expandiu a ganância mercantilista e fez da exploração do continente negro seu maior mercado.

Viu senhores mouros do norte africano ostentarem servos de pele alva e olhos azuis mediterrâneos, enquanto negociavam artigos de luxo e peças de ébano.

Cativou povos, devastou territórios, extraiu riquezas do solo e de animais em nome de coroas europeias.

Era rentável negócio até para chefes negros que a alimentavam com gente de sua gente.





Levou uma raça a oferecer-lhe da própria carne.

Separou famílias, subjugou reis, aprisionou guerreiros, reduziu seres humanos a mercadorias.

Calunga Grande muito ouviu os lamúrios dos Tumbeiros abarrotados em sua ordem.

Calunga Pequena muito acolheu os vencidos pela sua sentença. Plantou seus filhos em nossos canaviais, cafezais e minas de ouro e diamantes.

Lavou com sangue negro o chão das senzalas e os pés-de-moleque das cidades.

Foi senhora de todos os senhores, mãe das sinhás, amante dos feitores.

Marcou com ferro os que ousavam lhe renegar, levantar a cabeça.

Perseguiu os de alma indomável que corriam ao encontro do sonho quilombola.

Quimeras da liberdade de uma raça pirraça fortificadas entre serras e matas que teimavam lhe enfrentar.

Porém, as eras de prática envenenaram até as mais legítimas das lutas quando expuseram suas raízes humanas nos quilombos.

Provocou precisa e astuta fusão entre crenças apadrinhadas pela fé, amparo do rosário das desventuras nesse benedito logradouro.

Coroou santos reis e sagradas rainhas ao som de louvores batucados.

Fitas da linha do tempo presente e passado. Espelhos da ancestralidade.



Ouviu os ventos soprados de longe que ressoaram brados iluminados de liberdade pelas paragens brasileiras.

Abolir-te foi palavra de ordem.

Utopia e justiça para uns. Falência e loucura para outros. Caminho sem volta para muitos.

“O homem de cor” ganhou voz pelas ruas, força nos punhos da população, para além das leis parcialmente libertadoras.

Contudo, mesmo enfraquecida, sobrevivia sob a égide dos grandes latifundiários e nas vistas grossas da hipocrisia.

Ferida com a ponta afiada da pena de ouro que a áurea princesa empunhou ao assinar sua redentora extinção, maquinada por uma sedenta revolução industrial de sotaque inglês, caiu.

Uma voz na varanda do Passo ecoou:

– Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão!

Folguedos, bailes, discursos inflamados e fogos de artifício mergulharam o povo em dias de êxtase e glória.

Pão e circo para aclamação de uma bondade cruel, pois não houve um preparo para a libertação e ela não trouxera cidadania, integração e igualdade de direitos.

Mais viva do que nunca, os aprisionou com os grilhões do cativeiro social.

Ainda é possível ouvir o estalar de seu açoite pelos campos e metrópoles.

Consumimos seus produtos.





SF/18316.25180-30

Negligenciamos sua existência.

Não atualizamos sua imagem e, assim, preservamos nossas consciências limpas sobre as marcas que deixou tempos atrás.

Segue vivendo espreitada no antigo pensamento de “nós” e “eles” e não nos permite enxergar que estamos todos no mesmo barco, no mesmo temeroso Tumbeiro, modernizando carteiras de trabalho em reformadas cartas de alforria.

Parabéns aos compositores do samba Claudio Russo, Moacyr Luz, Dona Zezé, Jurandir e Aníbal.

E assim o Brasil inteiro cantou e chorou junto com a Paraíso do Tuiuti...

Irmão de olho claro ou da Guiné

Qual será o valor? Pobre artigo de mercado Senhor eu não tenho a sua fé, e nem tenho a sua cor Tenho sangue avermelhado

O mesmo que escorre da ferida Mostra que a vida se lamenta por nós dois Mas falta em seu peito um coração

Ao me dar escravidão e um prato de feijão com arroz Eu fui mandinga, cambinda, haussá Fui um rei egbá preso na corrente Sofri nos braços de um capataz Morri nos canaviais onde se planta gente

Ê calunga! Ê ê calunga!

Preto Velho me contou, Preto Velho me contou Onde mora a senhora liberdade Não tem ferro, nem feitor Amparo do rosário ao negro Benedito

Um grito feito pele de tambor
Deu no noticiário, com lágrimas escrito Um rito, uma luta, um homem de cor
E assim, quando a lei foi assinada





Uma lua atordoadá assistiu fogos no céu
Áurea feito o ouro da bandeira
Fui rezar na cachoeira contra bondade cruel Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativoiro social
Não sou escravo de nenhum senhor
Meu Paraíso é meu bastião
Meu Tuiuti o quilombo da favela
É sentinela da libertação.

Por isso, Senhor Presidente, peço, respeitosamente, que esta casa legislativa, o Senado Federal, aprove Voto de Aplauso para a Escola de Samba Paraíso do Tuiuti.

Brasília, 19 de fevereiro de 2018.

Senador Paulo Paim.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2018.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Vice Presidente da Comissão de Direitos Humanos
e Legislação Participativa do Senado Federal



Término de prazos



Encerrou-se no dia 16 de fevereiro o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2011.

Tendo sido aprovado terminativamente pelas Comissões competentes, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.



Encerrou-se em 16 de fevereiro o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara n^os 49 e 55, de 2017.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.



Encerrou-se em 16 de fevereiro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2017 - Complementar.

Ao Projeto foi apresentada a Emenda nº 1-Plen, a matéria retorna à CAE para exame da emenda.

É a seguinte a Emenda nº 1-Plen:



**PLS 329/2017**
00001

SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PTB/RR
EMENDA Nº - PLEN
(ao PLS nº 329, de 2017)

Dê-se ao parágrafo único do art. 47 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2017 – Complementar, a seguinte redação:

Art. 47.

Parágrafo único. A elaboração e a alteração do quadro de cotas trimestrais de despesa levarão em consideração os limites constitucionais mínimos de aplicação de recursos nas ações e serviços públicos de educação e saúde e as dotações constantes do orçamento público para a área da segurança pública, de forma a garantir prioridade no pagamento dessas despesas sobre as demais.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Não há dúvidas de que as áreas da educação e saúde merecem ter as suas despesas priorizadas durante a execução orçamentária, mas a área da segurança também precisa ter a execução de suas despesas priorizada de modo a garantir a manutenção da ordem pública, sem a qual o funcionamento regular do comércio, dos hospitais, das escolas e demais espaços públicos é prejudicado.

Nesse sentido, esta emenda por mim proposta aprimora a proposição apresentada pela Nobre Senadora Rose de Freitas, incluindo a segurança pública na mesma ordem de prioridade concedida à educação e à saúde. Peço, portanto, o apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador TELMÁRIO MOTA
PTB-RR



SF/18389.84580-55

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br



PORTARIA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL



PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

PENALIDADE

PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 03, de 2018

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, com fundamento no art. 167, §§ 1º e 3º c/c art. 141, I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; no relatório final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria do Primeiro-Secretário nº 59, de 2014, publicada no BASF nº 5561, Seção 1, de 4 de setembro de 2014; no Parecer nº 561/2017-ADVOSF; no Processo nº 00200.023616/2013-25, com base nas razões ali aduzidas; e no art. 168, da Lei nº 8.112, de 1990, que autoriza a alteração, pela autoridade julgadora, da penalidade inicialmente proposta no PAD, RESOLVE:

Art. 1º Nos termos do despacho do Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário (NUP 00100.030353/2016-81), aplicar a penalidade prevista no art. 134 da Lei nº 8.112, de 1990, a TERESA MÔNICA NUNES DE BARROS MENDES, Analista Legislativo, matrícula nº 26181, em razão de deveres feridos pela servidora, nos termos do art. 116, I, II, III, IX; abandono de cargo, nos termos do art. 138 c/c art. 132, II; acumulação ilegal de cargo público com comprovada má-fé da servidora, nos termos do art. 133, § 6º c/c art. 132, XII; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública, nos termos do art. 117, IX c/c art. 132, XIII; por improbidade administrativa, nos termos do art. 11, *caput* e I, e art. 12, ambos da Lei nº 8.429, de 1992, c/c art. 132, IV, da Lei nº 8.112, de 1990; e crime contra a administração pública, nos termos do art. 132, I, da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de janeiro de 2018. **Senador Eunício Oliveira**, Presidente do Senado Federal.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-PMDB - João Alberto Souza*
-PRTB - Pastor Bel* (S)
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-PMDB - Airton Sandoval* (S)
-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
-PMDB - Raimundo Lira* (S)
-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PDT - Sérgio de Castro* (S)
-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
-PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-PSB - Elber Batalha* (S)
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
-PMDB - Waldemir Moka*
-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-S/Partido - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 20

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12

PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Sérgio de Castro.	PDT / ES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elber Batalha.	PSB / SE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Kátia Abreu.	TO
Reguffe.	DF

PRTB - 1

Pastor Bel.	MA
-------------	----

PROS - 1

Hélio José.	DF
-------------	----

PMDB.	20
Bloco Social Democrata.	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	2
PROS.	1
PRTB.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (-PMDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (-PROS-DF)	Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho* (-PMDB-PA)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (-PMDB-MA)	Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (-PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romero Jucá* (-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
Dário Berger** (-PMDB-SC)	Kátia Abreu** (-S/Partido-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Sérgio de Castro* (Bloco-PDT-ES)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (-PMDB-MS)
Eduardo Braga* (-PMDB-AM)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Elber Batalha* (Bloco-PSB-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
Elmano Férrer** (-PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (-PMDB-SP)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Pastor Bel* (-PRTB-MA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

PMDB - 20 Líder Raimundo Lira - PMDB (138) Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 15 Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140) Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,133,150) Ataídes Oliveira (75) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (100) Vice-Líder do PSDB Roberto Rocha (37,54,110,158) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (104) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Wilder Morais - PP (39,122,130,147) Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (106) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12 Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,126,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,126,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,125) Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116)	Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115,153,154) Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,22,156) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (13,19,145) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,156) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,65,136) Vice-Líder do PODE Romário (137,152)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,99,127) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (111) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (119) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,133,150) Flexa Ribeiro (131,149) José Medeiros (12,14,18,88,128,143,148) Sérgio Petecão (10,132,151) Wilder Morais (39,122,130,147)	PROS - 1 Líder Hélio José - PROS (42,48,86,155)	Maioria Líder Raimundo Lira - PMDB (138)
Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,114)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017).
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017).
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017).
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017).
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017).
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD).
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB).
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB).
113. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO).
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017).
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017).
125. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

* Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



5) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTEs
Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



7) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



9) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

** O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DOS MAUS-TRATOS**

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT).

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997; bem como investigar eventuais irregularidades nas operações voltadas ao apoio à administração pública, em especial a linha denominada BNDES Finem - Desenvolvimento integrado dos Estados.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 01/03/2018

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Senador Airtton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,13)	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,11)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

* Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1090, de 2017, que prorroga o prazo da CPI até o dia 01.03.2018.

1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)

2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).

3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airtton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)

4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)

5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).

6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)

7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)

8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
11. Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
13. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-3511

E-mail: coceti@senado.gov.br



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfê Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,21,22)	2. Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(3,22,23)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Atáides Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(6,18,19)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTEs
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,12,35,36,37)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPDC).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).

41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Elber Batalha (PSB-SE) (2,16,22,23)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPD).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPD).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Aírton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²¹⁾	
VAGO ^(6,10)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ^(1,8,19)	1.
VAGO ^(1,11)	2.
VAGO ^(1,12)	3.
VAGO ^(7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁰⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁶⁾
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁸⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Majoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- *. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- ** Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
^(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	4.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	5.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE)	6.
Senador Jorge Viana (PT-AC)	7.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	8.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	9.

Notas:

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(7,9,10)
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(7,15)	3. Senadora Rose de Freitas ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁷⁾	4. Senador Jader Barbalho ⁽⁷⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁷⁾	5. Senador Valdir Raupp ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽³⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽³⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾
Senador Sérgio de Castro (PDT-ES) ^(2,8,11,19,20)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁸⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(1,21)
(1,16)	2.
VAGO ^(14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ^(5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Elber Batalha (PSB-SE) ^(19,22,23)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPD).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²²⁾	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO ^(5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) ⁽⁶⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airtton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017-BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PSB	VAGO
PDT	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
DEM	VAGO
PP	VAGO
PTB	VAGO
PPS	VAGO
PCdoB	VAGO
REDE	VAGO
PSC	VAGO
PRB	VAGO
PTC	
PODE	

PROS**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS



Atualização: 01/06/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



PROS

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PSB
VAGO
PDT
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
PCdoB
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 18/10/2016**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
PTC
PODE
PROS

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE

18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
VAGO
PCdoB
VAGO
PDT
VAGO
PMDB
VAGO
PP
VAGO
PPS
VAGO
PR
VAGO
PRB
VAGO
PSB
VAGO
PSC
VAGO
PSD
VAGO
PSDB
VAGO
PT
VAGO
PTB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE
PROS

Atualização: 01/06/2016

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

